



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
CAMPUS DE MARÍLIA
Faculdade de Filosofia e Ciências

RENATO CRIVELLI DUARTE

Arquivos Pessoais: institucionalizações e trajetórias

MARÍLIA
2018

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS – CAMPUS MARÍLIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Arquivos Pessoais: institucionalizações e trajetórias

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, da Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, campus de Marília, como requisito parcial para obtenção do título de doutor em Ciência da Informação.

Área de concentração: Informação, tecnologia e conhecimento

Linha de pesquisa: Produção e organização da informação

Orientadora: Prof. Dra. Maria Leandra Bizello

Duarte, Renato Crivelli.

D812a Arquivos pessoais: institucionalizações e trajetórias /
Renato Crivelli Duarte. – Marília, 2018.
224 f. ; 30 cm.

Orientador: Maria Leandra Bizello.

Tese (Doutorado em Ciência da Informação) –
Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de
Filosofia e Ciências, 2018.

Bibliografia: f. 210-221

1. Arquivos pessoais. 2. Arquivos. 3. Arquivologia. 4.
Memória. 5. Instituições e sociedades científicas. I. Título.

CDD 025.171

Ficha catalográfica elaborada por
André Sávio Craveiro Bueno
Bibliotecário
CRB 8/8211

ARQUIVOS PESSOAIS: INSTITUCIONALIZAÇÕES E TRAJETÓRIAS

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, da Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, campus de Marília, como requisito parcial para obtenção do título de doutor em Ciência da Informação, sob orientação da Profa. Dra. Maria Leandra Bizello.

Data da defesa: 19 de março de 2018.

Membros da banca examinadora:

Profa. Dra. Maria Leandra Bizello (Orientadora)
Universidade Estadual Paulista (UNESP)

Profa. Dra. Marcia Cristina de Carvalho Pazin Vitoriano (Membro titular interno)
Universidade Estadual Paulista (UNESP)

Profa. Dra. Telma Campanha de Carvalho Madio (Membro titular interno)
Universidade Estadual Paulista (UNESP)

Profa. Dra. Maria Celina Soares de Mello e Silva (Membro titular externo)
Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST)

Profa. Dra. Georgete Medleg Rodrigues (Membro titular externo)
Universidade de Brasília (UnB)

AGRADECIMENTOS

Como não poderia deixar de ser, agradeço primeiramente à minha mãe, por ter sempre proporcionado o estímulo e as motivações para não desistir;

Agradeço especialmente ao Eduardo, pelo companheirismo, dedicação, compreensão e as várias ajudas ao longo dos últimos quatro anos;

Agradeço ao Hércules, pois sem sua ajuda eu não teria nem mesmo me qualificado (de verdade!);

Agradeço às pessoas que me receberam com muita atenção nas entidades em que pesquisei e muito me ajudaram: Denise, Mariana e Elisabete, no IEB; Celina e Assis, no MAST, e Renan, no CPDOC. A atenção e o cuidado oferecido por vocês foram fundamentais para a pesquisa;

Devo dedicar um agradecimento muito especial aos meus colegas de trabalho no Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa (CEDAP), da UNESP de Assis, Ana Elisa, Carolina e Rodrigo, por toda a compreensão oferecida em minhas ausências para a realização desta pesquisa. Agradeço, sobretudo, à minha supervisora, Profa. Dra. Sílvia Maria Azevedo, por ter me autorizado a tomar o tempo necessário para a produção da tese. Sem essa compreensão o resultado final da pesquisa seria outro;

Agradeço também a todas as pessoas que se dispuseram a me receber e conceder as entrevistas utilizadas nesta pesquisa: Adelina Novaes e Cruz, Celina Vargas do Amaral Peixoto, Celso Castro, Heloisa Liberalli Bellotto, Maria Celina Soares de Mello e Silva e Suely Braga. A atenção que recebi destas pessoas deu novos contornos à pesquisa;

Agradeço às professoras Celina, Georgete, Márcia e Telma por aceitarem participar da minha banca e avaliarem meu trabalho. As opiniões destas autoridades me são muito caras;

Agradeço, de uma forma muito mais que especial, à minha orientadora e companheira de longa data, Maria Leandra Bizello, por tudo o que fez por mim nestes quase 10 anos de parceria e de formação. Esta pesquisa só foi possível por conta de tudo o que aprendi com ela desde a graduação. Minha gratidão é tão grande que não cabe nos agradecimentos!

Agradeço também ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Faculdade de Filosofia e Ciências da UNESP por existir e me dar a oportunidade de pesquisar.

Sou muito grato!

RESUMO

A presente pesquisa tem por objetivo analisar os processos simbólicos que revestem e conduzem a incorporação de arquivos pessoais por entidades de custódia no Brasil. O problema desta pesquisa encontra-se na questão: De que forma se constituiu, no Brasil, um imaginário que fundamenta e regula a prática de institucionalização dos arquivos pessoais? Esta questão se estrutura a partir da hipótese que de as instituições analisadas estabeleceram e instituíram um imaginário no qual a institucionalização de arquivos pessoais representa uma forma renovada de legitimação de elementos sociais já instituídos na sociedade. Como uma pesquisa de cunho qualitativo, a metodologia utilizada se estrutura em levantamento bibliográfico e documental, com o uso de bibliografia, nacional e estrangeira, especializada em arquivos pessoais e documentos históricos, de modo que fornecesse as bases para os debates que são desenvolvidos. Como pesquisa documental, nos utilizamos dos processos de incorporação de acervos produzidos pelas entidades analisadas. A proposta de utilizar este *corpus* documental se justifica pela busca por elementos que fornecessem subsídios para compreender as circunstâncias que circundam o trabalho de seleção e incorporação de arquivos pessoais por estas instituições. Foram realizadas também entrevistas com agentes que atuaram especificamente nestes processos de incorporação de arquivos pessoais nas entidades analisadas. Como recorte temporal, foi escolhido o período em que, reconhecidamente, o Brasil passa por um crescimento exponencial de instituições de custódia de arquivos pessoais. Este período se localiza entre os anos 1960 e 1990. Assim, foram escolhidas três entidades criadas neste período: Instituto de Estudos Brasileiros (IEB), Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) e Museu de Astronomia e Ciências Afins. Analisamos as formas e processos de incorporação de arquivos pessoais por estas instituições no período que se inicia com suas fundações, finalizando no ano de 1999. Esta data limite foi estabelecida levando em consideração que a partir deste momento os debates que envolvem a implantação de políticas de acervo pelas instituições arquivísticas brasileiras ganharam fôlego e passaram a regular este processo de forma mais objetiva. Após a análise contextual dos processos de incorporação de 43 arquivos pessoais, em associação aos depoimentos de 06 agentes envolvidos neste trabalho nas entidades analisadas, pudemos concluir que a seleção de arquivos pessoais para a preservação segue padrões estabelecidos pelas áreas acadêmicas responsáveis por desenvolverem pesquisas nestas entidades. O estabelecimento de valores de preservação aos arquivos pessoais encontra-se subordinado aos interesses da pesquisa acadêmica desenvolvida em cada uma das instituições. Mais do que uma questão de temática que define a identidade organizacional de cada entidade analisada, a preservação de arquivos pessoais compete a uma legitimação estabelecida a partir das autoridades dos agentes – docentes e pesquisadores – representantes do saber/poder dos campos de conhecimento. A academia, considerada como uma instituição social detentora de poder social, se fundamenta em seus próprios preceitos de saber/poder, já definidos e legitimados, para estabelecer a preservação de arquivos pessoais. Este cenário, pelo ponto de vista da memória e da identidade social, se configura como um processo heterônomo de preservação de bens histórico-culturais, onde poucos agentes são autorizados a construir o acervo coletivo de documentos históricos e determinar aquilo com o que toda a comunidade deve se identificar e se lembrar.

Palavras-chave: Arquivos pessoais; Valor Histórico, Instituições; Imaginário.

ABSTRACT

This research aims to analyze the symbolic processes that cover and conduct the personal archives' incorporation by safekeeping entities in Brazil. The problem of this research lies in the question: How was constituted, in Brazil, an ideal that substantiate and regulate the personal archives' institutionalization practice? This question structures itself from the hypothesis that the analyzed institutions – and it is believed to the rest that do not integrate documental research – established and founded an ideal in which the institutionalization of personal archives represents a renewed form of legitimation of social elements already instituted in the society. As a qualitative nature research, the used methodology is structured in bibliographical and documental search, with the use of Brazilian and foreign bibliography, specialized in personal archives and historical documents, in a way that would provide the groundwork to the debates that will be developed. As documental research, we gathered from processes of collection incorporations produced by the analyzed institutions. The proposal to utilize such documental corpus is justified by the search of elements that would supply subsidies to comprehend the circumstances that surround the personal archives selection and incorporation work by these institutions. There was also interviews with agents that worked specifically in these personal archives incorporation processes by the analyzed entities. As a temporal cut, it was chosen the period in which, admittedly, Brazil goes through an exponential growth of personal archives safekeeping institutions. This period is located between the years 1960 and 1990. Thereby, three entities created in this period were chosen: Brazilian Studies Institute (Instituto de Estudos Brasileiros, IEB), Center of Research and Documentation of Brazilian Contemporary History (Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, CPDOC) and the Museum of Astronomy and Related Sciences (Museu de Astronomia e Ciências Afins, MAST). We analyzed the personal archives incorporation processes and modes by these institutions in the period that start with their foundations, ending in the year of 1999. This limit date is established considering that from this moment the debates that involve the implantation of collection policies by the Brazilian archival institutions took momentum and start regulating this processes. After the contextual analysis of the incorporation processes of 43 personal archives, along with the testimony of 06 agents involved in this work in the analyzed entities, we could conclude that the selection of personal archives for preservation follows standards established by the academic fields responsible for the development of researches in these entities. The establishment of preservation values to the personal archives is subordinated to the interests of the academic research developed in each institution. More than a matter of theme that defines the organizational identity of each analyzed entity, the preservation of personal archives is up to a legitimation established by the authorities of the agents – professors and researchers – representatives of the know/power of the knowledge fields. The academy, considered as a social institution holder of social power, grounds itself in its own know/power precepts, already defined and legitimated, to establish the personal archives' preservation. This scenario, from the memory and social identity's standpoint, is set as heteronomous processes of historic-cultural assets' preservation, where few agents are authorized to build the collective collections of historic documents and define what the whole community must identify itself with and to remember.

Key-words: Personal Archives; Historical Value; Institutions; Imaginary

LISTA DE SIGLAS

AMLB – Arquivo-Museu de Literatura Brasileira

APESP – Arquivo Público do Estado de São Paulo

CBPF – Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas

CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CODEARQ - Cadastro Nacional de Entidades Custodiadoras de Acervos Arquivísticos

Conarq – Conselho Nacional de Arquivos

CPDOC – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil

FCRB – Fundação Casa de Rui Barbosa

FESPSP – Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo

FGV – Fundação Getúlio Vargas

FNFi – Faculdade Nacional de Filosofia

IEB – Instituto de Estudos Brasileiros

IEL-Unicamp – Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas

IMPA – Instituto de Matemática Pura e Aplicada

INT – Instituto Nacional de Tecnologia

MAST – Museu de Astronomia e Ciências Afins

MCTIC – Ministério de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

NA – Arquivo Nacional

ON – Observatório Nacional

SIAN – Sistema de Informações do Arquivo Nacional

Unicamp – Universidade Estadual de Campinas

USP – Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
2 PRESERVAÇÃO DE DOCUMENTOS “HISTÓRICOS”	25
2.1 O INVESTIMENTO DO VALOR HISTÓRICO	36
3 TRAJETÓRIAS DOS ARQUIVOS PESSOAIS	56
3.1 ARQUIVOS PESSOAIS	70
3.2 O RECONHECIMENTO DOS ARQUIVOS PESSOAIS	75
3.3 OS ARQUIVOS PESSOAIS NO BRASIL	84
4 INSTITUCIONALIZAÇÃO DE ARQUIVOS PESSOAIS	98
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	200
REFERÊNCIAS	210
APÊNDICES	222

1 INTRODUÇÃO

Desde o início da formação profissional e acadêmica de arquivistas, os alunos que ingressam em cursos de arquivologia ouvem e aprendem que os arquivos são elementos da memória dos povos e que por tal razão são tão relevantes para as sociedades. Do mesmo modo, é enfatizado o papel do profissional arquivista no desempenho desta função que, ao longo da trajetória da arquivologia como área de conhecimento, passa de personagem figurativo na proteção dos registros da administração pública a agente proativo e determinante na construção da memória coletiva.

Na qualidade de integrante das chamadas ciências humanas, a arquivologia não apenas assiste e presencia o dinâmico desenvolvimento político-social presente em todas as sociedades, como também participa e se compreende parte deste dinamismo a partir das problematizações, questionamentos e observações que dedica ao papel dos arquivos nas sociedades. O arquivo como entidade social, ao mesmo tempo produto influenciado pela sociedade e produtor influenciador desta, deve ser a concepção que direcione as reflexões sobre os arquivos na nossa contemporaneidade. E esta é a concepção que direciona a presente pesquisa.

É a partir destes pressupostos que conduzimos os olhares sobre a constituição dos arquivos de guarda permanente nesta pesquisa, pautado por suas relações travadas e mantidas com os dinamismos que mobilizam tanto as sociedades quanto as demais ciências e campos de conhecimentos. O problema que deu origem a esta pesquisa se encontra em questionamentos decorrentes das pesquisas anteriores desenvolvidas desde a graduação, com a iniciação científica, e seguida pela pós-graduação, com a pesquisa de mestrado.

Desde a graduação as pesquisas são dedicadas e direcionadas aos arquivos pessoais, mas não em atenção ao trato metodológico da arquivologia para a organização e tratamento destes documentos pessoais. As pesquisas desenvolvidas anteriormente objetivaram, sempre, a compreensão destes conjuntos documentais em suas constituições, suas interações e seus valores sociais.

Na iniciação científica, o objetivo foi estabelecer os contatos iniciais com este objeto a partir de suas propriedades históricas de suporte e fonte para pesquisas acadêmicas. Resguardadas as devidas proporções, a iniciação científica, como deve

ser, proporcionou as bases para a continuidade, com o desenvolvimento de novas investigações sobre os arquivos pessoais.

No mestrado, ampliando o campo de visões da pesquisa anterior, a proposta foi de estabelecer as relações existentes entre os arquivos pessoais e o conceito de patrimônio documental, a partir de titulações dedicadas à nomeação do patrimônio oficial e listagens que determinam a preservação dos bens culturais como objetivo. Foi tomado como objeto de estudo a atuação nacional do Programa Memória do Mundo, responsável por investir o selo de patrimônio documental brasileiro a considerável quantidade de arquivos pessoais já preservados por várias entidades custodiadoras de acervos documentais. Esta investigação, que contou com escopo mais amplo em relação à pesquisa anterior, trouxe elementos de outras áreas para o debate sobre os valores patrimoniais dos arquivos, de modo geral, e dos arquivos pessoais, de modo específico, o que proporcionou algum refinamento da compreensão de que os arquivos não são objetos com funcionamento isolado das questões político-sociais que os cercam, mas objetos em constante e profunda interação dialógica com seu meio. Ao mesmo tempo, reforçou as artificialidades circunstanciais que envolvem os critérios seletivos aos quais os arquivos são submetidos para assumir determinado grau de importância e valor patrimonial.

A projeção dos caminhos e resultados das pesquisas realizadas anteriormente deram a base e o tom para que se constituísse a presente investigação. Reflexões posteriores aos estudos que buscaram compreender os arquivos pessoais como fonte para pesquisas acadêmicas e como patrimônios documentais de determinado grupo apontaram para a ideia de que estes olhares lançados anteriormente se dirigiram ao arquivo pessoal em seu momento final, passando ao largo da questão fundamental que seria a base para estes questionamentos que lhes foram feitos.

Momento final, pois, assim como qualquer outra área de conhecimento, a arquivologia também conta com limites epistemológicos que delimitam o seu campo. Compreender os arquivos como fontes de pesquisa e como patrimônio documental significa observá-los em momentos limiares do campo de ação da arquivologia, mas no momento final, onde a trajetória do arquivo pessoal já foi percorrida no âmbito da arquivologia e, a partir dali, será objeto de outras áreas. O momento que antecede aos arquivos pessoais como fonte de pesquisa e como patrimônio se mostra como o

limiar oposto, ou onde ele deixa de ser objeto de outras áreas e passa a ser assunto da arquivologia.

Diferentemente dos arquivos administrativos e institucionais, que são objeto da arquivologia desde sua gênese – e a arquivologia se vale, por exemplo, da diplomática, que busca compreender a gênese documental, além de disciplinas em cursos de arquivologia que procuram se dedicar ao ensino de produção documental sobretudo pela ótica da gestão –, os arquivos pessoais não são objeto da arquivologia desde seu surgimento ou acumulação. Enquanto os documentos institucionais integram os fazeres arquivísticos por todo o seu ciclo de vida, os arquivos pessoais ingressam – entram, efetivamente – no âmbito da arquivologia. A gênese e o acúmulo que dá origem ao arquivo pessoal, até o presente momento do desenvolvimento da área, não é um campo no qual a arquivologia toca, cabendo ao titular do arquivo toda a responsabilidade – inclusive a possibilidade de delegar essa responsabilidade a outros.

O limiar inicial, portanto, entre a arquivologia e os arquivos pessoais se encontra no momento da incorporação destes arquivos por organizações jurídicas dedicadas ao acúmulo e tratamento de documentos pessoais com a finalidade de disponibilizá-los ao acesso público, seja para assumir a forma de fonte de pesquisas acadêmicas, seja para assumir a forma de patrimônio documental coletivo, ou qualquer outra finalidade que lhe possa ser investida. Este momento, que chamamos de institucionalização do arquivo pessoal, é o objeto de análise desta pesquisa.

Partimos do pressuposto de que esta não é uma prática com funcionamento aleatório, mas fundamentado em objetivos e interesses responsáveis por estruturar uma certa mentalidade responsável por reger a institucionalização dos arquivos pessoais. O problema desta pesquisa, portanto, se encontra na questão: De que forma se constituiu, no Brasil, um imaginário que fundamenta e regula a prática de institucionalização dos arquivos pessoais?

Como estamos no campo do imaginário, não são de nosso interesse os processos burocráticos e legais que regulam a transferência de propriedade particular do arquivo de uma pessoa à posse – em qualquer dos regimes jurídicos praticados no país – de uma instituição de custódia. É nosso objetivo analisar os processos simbólicos que revestem e conduzem a incorporação de arquivos pessoais por instituições de custódia de acervos documentais no Brasil. Entendemos

por processos simbólicos, nesta pesquisa, o conjunto de elementos capazes de investir valores históricos e de preservação a determinados arquivos pessoais, guiando-os ao caminho da custódia permanente. Estes processos simbólicos revestem-se de discursos especificamente elaborados para sustentar e legitimar a institucionalização destes arquivos que, ao mesmo tempo, legitimarão o próprio processo. Em outras palavras: o processo simbólico institui o arquivo que legitima o processo.

A hipótese para essa pesquisa é a de que as instituições analisadas – e acredita-se que para as demais que não integram a pesquisa documental – estabeleceram e instituíram um imaginário no qual a institucionalização de arquivos pessoais representa uma forma renovada de legitimação de elementos sociais já instituídos na sociedade. A prática, aparentemente progressista ao rever o lugar dos arquivos pessoais e incluí-los no campo da arquivologia, se mostra como uma prática conservadora que trabalha em favor de instituições e imaginários vigentes e consolidados na sociedade brasileira. A institucionalização dos arquivos pessoais no Brasil, portanto, se constitui a partir da concepção de heteronomia, em oposição à autonomia esperada a uma sociedade democrática.

Deste modo, consideramos os arquivos como elementos/produtos sociais investidos de valores simbólicos, responsáveis por inseri-los naquilo que Pierre Bourdieu chama de “sistemas simbólicos”:

Os ‘sistemas simbólicos’, como instrumentos de conhecimento e de comunicação, só podem exercer um poder estruturante porque são estruturados. O poder simbólico é um poder de construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem *gnoseológica*: o sentido imediato do mundo (e, em particular, do mundo social) supõe aquilo que Durkheim chama o *conformismo lógico*, quer dizer, ‘uma concepção homogênea do tempo, do espaço, do número, da causa, que torna possível a concordância entre as inteligências’. [...] Os símbolos são os instrumentos por excelência da ‘integração social’: enquanto instrumentos de conhecimento e de comunicação, eles tornam possível o *consensus* acerca do sentido do mundo social que contribui fundamentalmente para a reprodução da ordem social: a integração ‘lógica’ é a condição da integração ‘moral’. (BOURDIEU, 2010, p. 9-10, grifos do autor)

Os arquivos, da mesma forma que outros símbolos, tais como bandeiras, monumentos e datas comemorativas, repercutem na organização do contexto social ao mesmo tempo em que são estruturados por ele. A reprodução da ordem social, por sua vez, encontra-se no fundamento para a existência destes símbolos que colaboram na construção da realidade social.

Ao discutir a construção da realidade, discutimos, com relação aos arquivos, a definição daquilo que é relevante para ser preservado. Como um produto de informação, os arquivos, ao serem considerados “históricos”, passam a testemunhar sobre um tempo passado, concomitantemente à construção desse passado pelas informações que transmite, contribuindo, assim, para a construção desta realidade passada.

Assim, os arquivos, ao serem considerados históricos, são investidos de *autoridade para relatar*, e este é, em essência, o valor histórico que lhes cabe. No entanto, este investimento não é espontâneo e natural, mas fruto de trabalhos de legitimação destes arquivos para que assumam tal autoridade. Um documento, por si só, não é capaz de assumir esta posição, ou, como Bourdieu (2010, p. 9-10) analisou, os símbolos são estruturantes porque são estruturados.

E, analisando os arquivos pessoais, de que forma eles são estruturados para que sejam estruturantes? Esta é uma questão importante para compreender o papel destes conjuntos documentais na sociedade contemporânea. A institucionalização dos arquivos pessoais, ou seja, a entrada destes arquivos para uma organização jurídica pública ou privada, é parte fundamental deste processo de estruturação e de atribuição de autoridade.

Este processo simbólico é, por essência, imaginado, resultando na institucionalização de formas de agir e pensar no contexto social. Seus limites, pois, não se encerram em si mesmos, mas rendem resultados que penetram em espaços do social. Trata-se, portanto, de um trabalho de instituição de um sentido histórico imaginário.

É fundamental que tenhamos em mente duas ideias que acompanharão todo o desenvolvimento desta pesquisa. Ao trabalharmos com os imaginários instituídos por estas organizações dedicadas à preservação de arquivos pessoais, e com seus elementos instituidores, trazemos, necessariamente, os conceitos de “imaginário” e de “instituição”. Ambos, constantemente associados, são criações sociais responsáveis por representar e organizar o funcionamento de determinados aspectos estruturais das sociedades. Por considerarmos os arquivos como produtos sociais, estes são tomados como representações, como símbolos, que, revestidos de significações, passam a assumir função histórica.

Ícléia Thiesen analisa que:

Vista através das lentes do tempo, as instituições refletem as formalizações das culturas, daquilo que as diferentes sociedades cultivam como maneiras de pensar: hábitos, usos, costumes, comportamentos, etc. Aquilo que instituem. Todo esse percurso nas esferas da vida social tem deixado vestígios das mais variadas ordens. Visíveis ou invisíveis, os produtos da experiência do homem em sociedade também constituem legados\memórias. (THIESEN, 2013, p. 27)

As formas de fazer, viver e pensar em sociedade são produtos de cada cultura e especificamente construídos para organizar, identificar e estruturar o próprio grupo, a própria sociedade. Fundamentais para que se mantenham em ordem, as instituições são estabelecidas no interior das sociedades para atuarem em ambientes específicos, como a segurança, a educação, a saúde, a política, a moral, etc. Da forma como atuam com seus princípios definidores, são responsáveis por coordenarem as condutas dos indivíduos desta sociedade, determinando os modos de vida aceitos e definidos para aquele grupo.

Instituições são redesenhadas constantemente, sempre em decorrência das próprias dinâmicas que animam as sociedades. O social, as sociedades, as culturas não são estáticas; assim também são suas instituições e os resíduos e produtos por elas gerados. Entre estes resíduos e produtos, como apontou a autora, existem seus legados e suas memórias.

O que uma instituição retém e o que, em suas reorganizações, é selecionado para ser mantido? Não devemos considerar que estas retenções são espontâneas e desvinculadas de sentidos e racionalidades. Thiesen avalia que:

[...] as instituições são tomadas como formas fundamentais de saber-poder, que emergem no seio das sociedades e possuem duas faces simétricas: lembrar e esquecer. Pois a memória, como alvo político, passa por determinados discursos e está aliada aos critérios de verdade vigentes na sociedade. É preciso descrever essa racionalização presente nas instituições e observar como ela opera tanto no comportamento dos indivíduos como no conjunto das instituições que formam a sociedade. Isto porque as instituições retêm e esquecem, num processo de racionalização. (THIESEN, 2013, p. 29-30)

Mesmo que a produção de lembranças e esquecimentos não seja o objetivo principal de determinada ação das instituições na sua relação entre passado e presente, as operações por elas realizadas acabam por influenciar nesse sentido. A permanência de determinado costume, de determinado hábito, de tradições de pensamentos e de práticas, mesmo que não considerado declaradamente como um elemento de determinação de memória ou de esquecimento, resulta em sê-lo.

Fundamentadas em determinações, em saber-poder, as instituições que estruturam as sociedades, e tudo o que está nelas inserido, se respaldam em formas de legitimação que conferem autoridade às suas práticas. “A questão institucional é a legitimidade” (THIESEN, 2013, p. 31), pois somente a legitimidade é capaz de conferir a autoridade necessária ao funcionamento das instituições no contexto social. Lembrar e esquecer, reter e excluir, poder e não poder, certo e errado, importante e desimportante, valor e desvalor, etc. são apenas alguns exemplos daquilo que as instituições buscam definir no meio social. A legitimidade das instituições sociais permite que elementos migrem de uma qualidade à outra ao longo do tempo.

Sabe-se que a linguagem é uma instituição e, como tal, tem o sentido da palavra de ordem. Muitas vezes é um sistema de comando e não um meio de informação. As instituições, no sentido que aqui abordamos, formalizam e reproduzem as relações saber-poder. No século XIX, por força das idéias darwinistas - no terreno das ciências naturais e da fisiologia - mau, impuro, é o plebeu, o homem simples, contrariamente ao bom, puro, distinto, homem de origem nobre. Nietzsche denunciou esses (pre)conceitos levantando a questão: ‘a que moral querem conduzir-nos?’. É preciso buscar as intenções que dão origem aos valores embutidos nos conceitos criados ao longo da história. Qual a vontade de verdade subjacente a um determinado conceito? (THIESEN, 2013, p. 43)

Estas questões, além de revisadas e reorganizadas com o passar dos tempos, são também frutos de imaginação desta própria sociedade que busca sua organização. Benedict Anderson foi responsável por colocar em questão e advogar a ideia de que mesmo as nações, algo atualmente considerado sólido, são frutos da imaginação coletiva e não existem fora disso. De que forma podemos considerar que as definições e determinações que estruturam as chamadas comunidades imaginadas não sejam também fruto de imaginação?

Bronislaw Baczko avalia:

[...] A lo largo de la historia, las sociedades se entregan a una invención permanente de sus propias representaciones globales, otras tantas ideas-imágenes a través de las cuales se dan una identidad, perciben sus divisiones, legitiman su poder o elaboran modelos formadores para sus ciudadanos tales como el 'valiente guerrero', el 'bueno ciudadano', el 'militante comprometido', etcétera. Estas representaciones de la realidad social (y no simples reflejos de ésta), inventadas y elaboradas con materiales tomados del caudal simbólico, tienen una realidad específica que reside en su misma existencia, en su impacto variable sobre las mentalidades y los comportamientos colectivos, en las múltiples funciones que ejercen en la vida social. De este modo, todo poder se rodea de representaciones, símbolos, emblemas, etc., que lo legitiman, lo

engrandecen, y que necesita para asegurar su protección. La dominación de este campo de representaciones, así como de los conflictos cuyo punto crucial son éstas, requiere una elaboración de estrategias adaptadas a las modalidades de esos conflictos, como por ejemplo, la propaganda. [...] (BACZKO, 2005 p. 08)¹

Não apenas memória, o imaginário também se relaciona com o processo de criação da identidade coletiva. Ao estabelecer as imagens – formas representativas de algo extraído da realidade material –, o imaginário estrutura mensagens que devem ser incutidas em seus membros e replicadas para fora do grupo. Assim, associadas à ideia de estabelecimento de determinadas ordens pré-programadas virtualmente no interior das sociedades, estas imagens se pautam em elementos do simbólico coletivo para também atuarem nas delimitações de espaços de pertencimento e de identificação.

Muito bem exploradas por Michael Pollak, em seu texto *Memória e identidade social* (1992), as relações existentes entre memória e identidade se encontram tanto em seu caráter formador e estruturador das sociedades quanto em sua condição de construção social. Ambas são construídas a partir de processos de eleição e seleção, de modo que sejam capazes de exercer seu papel de representação e organização. Assim, ambas se constituem elementos imaginados com a responsabilidade de atuar no ambiente social, garantindo, entre outras coisas, o sentimento de pertencimento por parte de seus membros.

Em meio às múltiplas formas e configurações que os imaginários podem assumir no ambiente social, a elaboração de “imagens exemplares” ocupa lugar de prática recorrente para que se busque a manutenção da almejada ordem. Do mesmo modo, a permanência destas imagens no tempo social é fundamental para que as referências sejam compreendidas.

[...] Los imaginarios sociales son referencias específicas en el vasto sistema simbólico que produce toda colectividad y a través del cual ella 'se percibe, se divide y elabora sus finalidades' (Maus). De este

¹ [...] Ao longo da história, as sociedades se entregam a uma invenção permanente de suas próprias representações globais, outras tantas ideias-imagens através das quais se dão uma identidade, percebem suas divisões, legitimam seu poder ou elaboram modelos formadores para seus cidadãos tais como ‘o valente guerreiro’, o ‘bom cidadão’, o ‘militante comprometido’, etc. Estas representações da realidade social (e não simples reflexos desta), inventadas e elaboradas com materiais tomados do caudal simbólico, têm uma realidade específica que reside em sua própria existência, em seu impacto variável sobre as mentalidades e os comportamentos coletivos, nas múltiplas funções que exercem na vida social. Deste modo, todo poder se rodeia de representações, símbolos, emblemas, etc., que o legitimam, o engrandecem, e que necessita para assegurar sua proteção. A dominação deste campo de representações, assim como dos conflitos cujo ponto crucial são estas, requerem uma elaboração de estratégias adaptadas às modalidades destes conflitos, como por exemplo, a propaganda. [...] (Tradução nossa)

modo, a través de estos imaginarios sociales, una colectividad designa su identidad elaborando una representación de sí misma; marca la distribución de los papeles y las posiciones sociales; expresa e impone ciertas creencias comunes, fijando especialmente modelos formadores como el del 'jefe', el del 'buen súbdito', el del 'valiente guerrero', el del 'ciudadano', el del 'militante', etcétera. Así, es producida una representación totalizante de la sociedad como un 'orden' según el cual cada elemento tiene su lugar, su identidad y su razón de ser. Designar su identidad colectiva es, por consiguiente, marcar su 'territorio' y las fronteras de éste, definir sus relaciones con los 'otros', formas imágenes de amigos y enemigos, de rivales y aliados; del mismo modo, significa conservar y modelar los recuerdos pasado, así como proyectar hacia el futuro sus temores y esperanzas. Los modos de funcionamiento específicos de este tipo de representaciones en una colectividad se reflejan particularmente en la elaboración de los medios de su protección y difusión, así como de su transmisión de una generación a otra. (BAKZCO, 2005, p. 28)²

O imaginário, ao mesmo tempo em que elabora tais elementos e representações que fundamentam as identidades coletivas, também é considerado algo fluido, sujeito a mudanças e reformulações subordinadas às dinâmicas de cada sociedade em si mesma e em contato com as outras. Imagens construídas no passado podem não representar a atualidade, enquanto imagens atuais podem ser substituídas por novas no futuro. Desde as décadas finais do século XX temos presenciado esse movimento com grande intensidade, por exemplo, na reformulação das imagens e identidades referentes aos lugares ocupados pelos gêneros na sociedade.

As instituições sociais, por sua vez, trabalham no sentido desta permanência, como uma forma um pouco mais estável que o imaginário, mas sempre associado a ele. Os imaginários, portanto, são base e material de sustento para que instituições desenvolvam seu trabalho regulador, de saber-poder, na sociedade.

Embora forças lutem no sentido de reconstruir o imaginário que envolve e organiza as questões de gênero nas sociedades, uma poderosa instituição mobiliza

² [...] Os imaginários sociais são referências específicas no vasto sistema simbólico que produz toda coletividade e através do qual ela 'se percebe, se divide e elabora suas finalidades' (Mauss). Deste modo, através destes imaginários sociais, uma coletividade designa sua identidade elaborando uma representação de si mesma; marca a distribuição dos papéis e das posições sociais; expressa e impõe certas crenças comuns, fixando especialmente modelos formadores como o do 'chefe', o do 'bom súbdito', do 'valente guerreiro', do 'cidadão', do 'militar', etc. Assim, é produzida uma representação totalizante da sociedade como uma 'ordem', segundo o qual cada elemento tem seu lugar, sua identidade, e sua razão de ser. Designar sua identidade coletiva é, por conseguinte, marcar seu território e as fronteiras deste, definir suas relações com os 'outros', formar imagens dos amigos e inimigos, de rivais e aliados; do mesmo modo, significa conservar e modelar as lembranças [recordações] passadas, assim como projetar ao futuro seus temores e esperanças. Os modos de funcionamento específicos deste tipo de representações em uma coletividade se refletem particularmente nas elaborações dos meios de sua proteção e difusão, assim como de sua transmissão de uma geração à outra. (Tradução nossa).

esforços para que esta imagem não seja alterada: a família. Foucault (1978; 2010) enfatiza, entre outras instituições sociais, a força da “família” como uma instituição organizadora. Com a modificação das imagens de gênero, a “família” é impactada. Qual papel cabe ao homem e qual cabe à mulher neste processo? O que é “ser homem” e o que é “ser mulher”? De que forma o coletivo deve se organizar e se comportar com uma instituição considerada basilar sendo revisada? Assim a instituição mostra seu caráter conservador pautado, sobretudo, em discursos fundamentados em uma “moral da naturalidade”. Castoriadis analisa:

[...] O que é identidade natural? *Existe* algo como identidade natural, existe um sentido enigmático e ineliminável, ao mesmo tempo impossível de explicitar e sem o qual não saberíamos dar um passo, segundo o qual os homens do neolítico viviam sobre a mesma Terra que nós, que enquanto homens eles eram os mesmos que nós, e assim por diante. Mas só existe plena e puramente identidade como instituída, na e pela instituição social-histórica da identidade e do idêntico. A enigmaticidade da identidade natural dos homens, por exemplo, só é, e só é enigmaticidade, mediante a identidade indubitável da palavra 'homem' qualquer que seja quem a enuncia ou o momento em que é enunciada. [...]. (CASTORIADIS, 1982, p. 242, grifos do autor).

Da mesma forma, o autor associa as instituições como uma forma de estabilidade em relação às reformulações características do movimento de reinvenção do social-histórico. Dentro de sua temporalidade, o social é considerado pelo autor como auto-alteração de si e de suas imagens:

O social-histórico é estabelecimento de figuras e relação de e com essas figuras. Comporta sua própria temporalidade como criação; como criação ele é também temporalidade, e como *esta* criação, ele é também *esta* temporalidade, temporalidade social-histórica como tal, e temporalidade específica que é cada vez tal sociedade em seu modo de ser temporal que ela faz ser sendo. Esta temporalidade ao mesmo tempo se escande pela colocação da instituição, e ela aí se fixa, se enrijece, se inverte em negação e denegação da temporalidade. O social-histórico é fluxo perpétuo da auto-alteração - e só pode ser dando-se figuras 'estáveis' através do que ele se torna visível, e visível a e para si próprio também, em sua reflexividade impessoal que é também uma dimensão do seu modo de ser; a figura 'estável' primordial é aqui a instituição. (CASTORIADIS, 1982, p. 241, grifos do autor)

O conservadorismo das instituições, porém, não significa imobilidade ou inalterabilidade. As instituições são também modificadas com e pela dinâmica de auto-alteração das sociedades, embora exerçam o papel de elemento de estabilidade e constância na organização do contexto social.

A legitimidade das instituições, como já dito, é seu principal ponto de sustentação, sem o qual não se mantém. A fonte desta legitimação se encontra

justamente no imaginário, que investe autoridade à instituição para que exerça seu poder instituinte.

Com efeito, é no próprio centro do imaginário social que se encontra o problema do poder *legítimo*, ou melhor, para ser mais exato, o problema da *legitimação* do poder. Qualquer sociedade precisa de imaginar e inventar a legitimidade que atribui ao poder. Por outras palavras, o poder tem necessariamente de enfrentar o seu *arbitrário* e controlá-lo reivindicando uma legitimidade. Efetivamente, nenhuma cultura e, por conseguinte, nenhum poder podem ser deduzidos de qualquer princípio universal - seja físico, biológico ou espiritual - visto não estarem ligados por qualquer espécie de relação interna à 'natureza das coisas' ou à 'natureza humana'. Em contrapartida, todo o poder tem de se impor não só como poderoso, mas também como legítimo. Ora, na legitimação de um poder, as circunstâncias e os acontecimentos que estão na sua origem contam tanto, ou menos, do que o imaginário a que dão nascimento e de que o poder estabelecido se apropria. (BACZKO, 1985, p. 310, grifos do autor)

Neste espectro de circunstâncias que envolvem o poder da instituição, a legitimação do imaginário e a construção de memórias e identidades, os elementos simbólicos, os símbolos e os chamados bens culturais encontram espaço privilegiado de atuação. Estes elementos das culturas, compreendidos como formas de representação de dados acontecimentos marcantes ou elementares para as sociedades, como, por exemplo, os monumentos, são ao mesmo tempo produtos destes imaginários e meios para que se mantenham. São, em outras palavras, formas de apresentação destes poderes.

O imaginário social torna-se inteligível e comunicável através da produção dos 'discursos' nos quais se efetua a reunião das representações coletivas numa linguagem. Os signos investidos pelo imaginário correspondem a outros tantos símbolos. É assim que os imaginários sociais assentam num simbolismo que é, simultaneamente, obra e instrumento. [...] A função do símbolo não é apenas instituir uma classificação, mas também introduzir valores, modelando os comportamentos individuais e coletivos e indicando as possibilidades de êxito dos seus empreendimentos. (BACZKO, 1985, p. 311)

Em meio a estas obras e instrumentos, não podemos deixar de considerar os arquivos como produtos sociais, sobretudo os chamados "arquivos históricos". Constante e tradicionalmente associados à representação de memórias e identidades dos povos, os arquivos contam com forte reconhecimento neste cenário. É a partir destes pressupostos que se coloca a presente pesquisa, dedicada a levantar o debate sobre o valor histórico dos documentos de arquivo, com foco detido na categoria denominada arquivos pessoais e nos processos de institucionalização destes documentos de pessoas físicas.

Para tanto, nos valem aqui de uma pesquisa bibliográfica, que oferece as bases para a compreensão da entrada dos documentos pessoais no âmbito da arquivologia, de uma pesquisa documental realizada nos arquivos institucionais de algumas entidades custodiadoras de acervos pessoais e de entrevistas realizadas com pessoas que participaram ativamente neste trabalho de captação de acervos nas entidades pesquisadas. Na pesquisa documental, utilizamos os processos de incorporação de acervos como fontes para a identificação dos argumentos que justificaram e fundamentaram as decisões de recolher os primeiros arquivos pessoais aos seus acervos.

A escolha pela pesquisa documental se justifica por duas razões: a) a leitura, interpretação e análise destes processos permite encontrar elementos a respeito dos interesses nos documentos pessoais e das motivações que levaram à incorporação, pela vista dos agentes envolvidos nas negociações, e como a questão era compreendida na época; b) apesar de haver, por parte da comunidade arquivística, forte ênfase no discurso de que os arquivos são preservados por serem importantes fontes de informação para pesquisas acadêmicas, arquivistas poucas vezes se debruçam sobre esses mesmos documentos que se dedicam a preservar para realizar suas próprias investigações científicas. Esta pesquisa documental é, pois, uma forma de demonstrar que a arquivologia também deve fazer uso do material que preserva como fonte para a compreensão da área.

Com relação às entrevistas, foi utilizado um roteiro que pode ser conferido no apêndice 1. Embora tenha sido elaborado o roteiro, as entrevistas assumiram dinâmicas próprias para cada pessoa entrevistada ao conceder-lhes liberdade nas respostas. Os trechos das transcrições utilizados como citações neste trabalho passaram por alterações no sentido de corrigir vícios de linguagem característicos à comunicação oral, mas incompatíveis com o texto escrito, sem prejuízos das mensagens transmitidas pelos entrevistados. As transcrições das entrevistas, na íntegra, não foram incorporadas como apêndice por não haver autorização das pessoas entrevistadas para a publicação integral de seus depoimentos.

Como recorte, fundamental para uma pesquisa, foi escolhido o período reconhecido pela área como a expansão de criação de entidades custodiadoras de acervos documentais que se dedicaram e se consolidaram na preservação de arquivos pessoais. Este período tem início na década de 1960, momento em que os arquivos pessoais passam a ser reconhecidos e a demarcar presença mais intensa

tanto no cenário arquivístico como na pesquisa acadêmica em ciências humanas. O recorte de nossa análise estabelece como limite a década de 1990, por ser este o período em que tomam corpo e fôlego os debates que repercutiriam no desenvolvimento das políticas de acervo no âmbito destas instituições. Nos limitamos a este período pois o objetivo é compreender as origens do movimento e a construção da mentalidade que, décadas à frente, assumiria um caráter naturalizado, como se os arquivos pessoais fossem “naturalmente” pertencentes ou predestinados a estas instituições e a este sistema de institucionalizações.

Dentro deste recorte temporal, a pesquisa documental é realizada em algumas instituições custodiadoras. Foi realizada uma escolha, pois a quantidade de entidades criadas neste período é considerável, e seria inviável realizar análises de todas. Assim, foram escolhidas três das instituições que contam com maior destaque e prestígio no cenário arquivístico de preservação de arquivos pessoais criadas nas décadas de 1960, 1970 e 1980. Estas instituições são: Instituto de Estudos Brasileiros (IEB), da Universidade de São Paulo, criado em 1962 e pioneiro neste empreendimento; Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), da Fundação Getúlio Vargas (FGV), criado em 1973; e Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST), vinculado ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, criado em 1985.

As três instituições escolhidas são consideradas referências nos trabalhos de preservação de arquivos pessoais, ao mesmo tempo em que representam três segmentos das instituições de custódia, geralmente tematizadas: arquivos de artes e literatura (IEB), arquivos de políticos (CPDOC) e arquivos de ciência e tecnologia (MAST). Da mesma forma, representam três estatutos jurídicos diferentes: instituição pública estadual de ensino superior (IEB), instituição privada de ensino superior (CPDOC) e instituição pública federal de pesquisa (MAST). Três configurações diferentes que se congregam pelo objetivo comum de acumular e preservar arquivos de pessoas físicas. Acreditamos que desta forma é possível obter um panorama amplo e múltiplo o suficiente para alcançar o objetivo da pesquisa.

Assim sendo, a pesquisa se estrutura em três seções que sucedem esta introdução e antecedem as considerações finais.

A primeira seção, “Preservação de documentos ‘históricos’”, objetiva debater a constituição da visão arquivística de que documentos devem ser preservados para fins outros que não aqueles para os quais foram criados. A qualificação histórica dos

documentos, ou o “valor secundário” de Schellenberg (2006), é posta em debate e questionada nesta seção com a proposta de contextualizar e rever alguns dos princípios que fundamentam a arquivologia. A ideia shellenberguiana de que os documentos são dotados de valores secundários é questionada em favor de uma visão pautada na exterioridade e circunstancialidade da propriedade histórica e testemunhal dos documentos de arquivo. Neste sentido, assume a centralidade do debate o valor histórico como possibilidade decorrente da questão da permanência do documento.

Ainda na primeira seção, é desenvolvido um levantamento sobre a questão da avaliação documental como procedimento responsável pelo investimento do valor histórico aos documentos. Ao considerar a propriedade histórica como algo investido, os métodos de avaliação assumem posição de destaque no empreendimento de construção dos arquivos históricos. Duas visões metodológicas são enfatizadas neste momento: a avaliação de Schellenberg (2006), como representante da vertente estadunidense, e a macroavaliação de Terry Cook (2005), representando a concepção canadense de Arquivística Contemporânea. Apesar de serem ambos os métodos dedicados e desenvolvidos para os arquivos institucionais, sobretudo os públicos, estas questões são fundamentais para compreender o investimento do valor histórico aos documentos de arquivo. Estas questões, presentes na arquivologia, são responsáveis por nortear a atuação dos arquivistas na construção dos arquivos históricos, inclusive os pessoais.

A segunda seção, “Trajetórias dos arquivos pessoais”, é aberta com a exploração da prática canadense que leva o nome de “Arquivos Totais”, uma das características da arquivística deste país norte-americano. A concepção de arquivos totais, que pressupõe a centralização no poder público da responsabilidade de preservação dos arquivos privados de interesse para a memória e identidade nacionais, se mostra fundamental para que estabeleça o percurso dos arquivos privados, incluídos aí os pessoais, em meio à consolidação da arquivologia como área focada nos arquivos públicos. Com a exploração do histórico desta prática canadense, evidencia-se que os arquivos totais, mais do que chamar a atenção aos arquivos privados e pessoais, se reconfigura como efetiva prática democrática de construção de memórias e identidades a partir dos arquivos privados.

Na sequência, buscamos retrair o histórico dos arquivos pessoais aos olhos da arquivologia, a partir de uma nova leitura de seus principais teóricos, iniciando

pelos reconhecidos arquivistas holandeses responsáveis pela publicação do *Manual de Arranjo e Descrição de Arquivos* (1973). Esta leitura propõe relativizar a ideia de que os arquivos pessoais foram historicamente marginalizados pela arquivologia por considera-los como elementos que não competiam aos arquivos. Aqui, uma vez mais, a questão da avaliação documental é colocada como ponto de reformulação e reconcepção do que compete aos arquivos. A finalização deste levantamento busca observar a prática de institucionalização dos arquivos pessoais nos Estados Unidos, apenas para travar comparações com a realidade arquivística canadense.

Para finalizar a segunda seção, lançamos olhar sobre o contexto dos arquivos pessoais no Brasil a partir da produção acadêmica nacional. Reconhecer não apenas o período, mas o modo como surgem e de onde são emanadas as primeiras grandes publicações que observam os arquivos pessoais no país é o começo para compreendermos o que está no início de um imaginário de institucionalização de arquivos pessoais. Além da produção acadêmica, é questionado o fato de serem estas publicações atrasadas em relação à entrada dos documentos pessoais nos arquivos públicos brasileiros. Uma pesquisa complementar apresenta que quando os arquivos pessoais se tornam objeto de debates da arquivologia e de áreas afins, a institucionalização dos arquivos pessoais já é uma realidade secular no Brasil. Para concluir este levantamento, são postas algumas das hipóteses que justificariam a efervescência da criação de instituições de custódia na segunda metade do século XX, no Brasil, sejam de ordem acadêmica ou político-sociais.

A terceira seção, “Institucionalização de arquivos pessoais”, apresenta as análises dos dados obtidos com a pesquisa documental nas instituições custodiadoras de arquivos pessoais e nas entrevistas realizadas. A leitura, interpretação e análise dos processos de incorporação de acervos permite compreender não apenas a forma que assumiam os arquivos pessoais nas referidas décadas, mas também como as instituições de custódia compreendiam tais conjuntos. Os arquivos pessoais que compõem o acervo do Instituto de Estudos Brasileiros (IEB), e seus respectivos processos de incorporação, são elucidativos quanto às motivações que levaram esta que é considerada como, provavelmente, a primeira instituição a se dedicar a este fim a iniciar seu projeto de preservação de arquivos pessoais. O regime da transferência – se por compra, doação, legado ou outra forma possível –, apesar de não ser ponto central nas análises aqui desenvolvidas, também fornece elementos relevantes para reflexão. Os discursos

apresentados para justificar a incorporação dos arquivos pessoais de Mário de Andrade (o primeiro a ingressar no IEB), João Guimarães Rosa, Graciliano Ramos, entre outros reconhecidos escritores nacionais, apresentam a visão do Instituto sobre os materiais e a que fins se destinam estes arquivos. Da mesma forma, o Instituto criado por um historiador passa a ter nova tônica ao se configurar como centro de referência para a literatura e as artes no Brasil. Complementarmente às análises dos processos, foi realizada uma entrevista com Heloisa Liberalli Bellotto, pesquisadora do IEB de 1969 a 1990, como forma de obter informações acerca das dinâmicas do Instituto que não se encontram registradas nos documentos oficiais³.

O Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), por ser uma entidade privada, conta com burocracia condizente com seu estatuto jurídico. Assim, o CPDOC, diferentemente do IEB, não conta com processos de incorporação de acervos, resultando desta operação apenas um termo de doação padronizado assinado pelo proprietário/doador. Assim sendo, a pesquisa realizada no CPDOC segue outro cronograma metodológico ao descartarmos a consulta aos processos e pautarmos-nos em entrevistas realizadas com agentes responsáveis pelo processo de implantação da entidade e da captação de acervo. Foram entrevistadas para esta pesquisa a fundadora do CPDOC, Celina Vargas do Amaral Peixoto, o atual diretor do Centro, Celso Castro, e duas funcionárias do setor de documentação que atuaram na captação de arquivos pessoais desde os anos iniciais do CPDOC: Adelina Novaes e Cruz e Suely Braga. As entrevistas permitiram explorar a compreensão mantida por este centro de pesquisa a respeito dos arquivos pessoais, as motivações para sua criação e seus discursos para captar arquivos pessoais que compõem, atualmente, um dos maiores acervos de arquivos pessoais no Brasil.

A terceira entidade, o Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST), por ser um instituição pública, conta com processos de aquisição de acervos. Estes processos foram consultados e serviram de base para a elaboração do texto apresentado nesta terceira seção. Além dos processos, foram utilizadas publicações produzidas pelo MAST referente aos arquivos pessoais custodiados, e uma entrevista com a arquivista do Museu, Maria Celina Soares de Mello e Silva, atuante

³ Inicialmente havia a intenção de entrevistar também a professora Telê Porto Ancona Lopes, personagem relevante o desenvolvimento das atividades do IEB desde a década de 1960 até a atualidade. Apesar de muitas tentativas de agendar uma entrevista com a professora, não foi possível realizar esta entrevista.

nesta entidade desde seu ano inicial. A consulta ao arquivo do Museu e a entrevista deram a base necessária para que fosse possível explorar as trajetórias de institucionalização de arquivos de ciência e tecnologia no âmbito desta instituição.

É importante destacar que as análises das três instituições são apresentadas no mesmo capítulo, sem divisões. O pensamento que organiza a redação deste terceiro capítulo encontra-se na tentativa de traçar uma linha temporal onde se vai agregando as ações das entidades ao longo das décadas. Esta opção foi feita levando em consideração a ideia de que todas as instituições, cada uma em sua área, dividiram o mesmo espaço intelectual, compartilharam experiências e construíram conjuntamente o campo dos arquivos pessoais no Brasil.

Por fim, seguirão as considerações finais, que têm por objetivo compilar o conteúdo abordado nos três capítulos anteriores, além de retomar os pressupostos apresentados nesta introdução. As considerações finais, em complemento à introdução, trarão o debate de todos os principais pontos abordados ao longo do texto.

2 PRESERVAÇÃO DE DOCUMENTOS “HISTÓRICOS”

1789, França. Este é considerado pela Arquivologia como marco no desenvolvimento da área, culminando no contexto que hoje entendemos pela ciência dos arquivos. Este ano entrou para os anais da história global, não modificando apenas o cenário arquivístico, mas criando um novo cenário político-social responsável pelas sociedades modernas. A invenção dos Estados-Nações deu à construção sócio-política uma nova dinâmica.

2017, Brasil. A Arquivologia brasileira assume seu lugar como uma consolidada área de conhecimento, senhora de suas técnicas e detentora de considerável produção acadêmica. Instituições responsáveis por desenvolver e propagar seus conhecimentos assumem uma quantidade considerável.

Considerando a Revolução Francesa um marco político para a área dos arquivos, com a criação dos *Archives Nationales* neste contexto, começar qualquer estudo de Arquivologia por este acontecimento é frutífero. A criação dos Arquivos Nacionais franceses deu às Nações uma nova forma de compreender alguns de seus mais importantes elementos constituintes: a memória, a identidade, o direito à informação, a posse coletiva de seus bens culturais.

No cenário patrimonialista, este acontecimento também é considerado como um marco, pois trouxe consigo a constituição de regulamentações que garantiam a preservação daqueles bens que futuramente receberiam a denominação “patrimônio histórico”. Como já expresse por alguns autores – dentre os quais, destacamos Choay (2006) e Gonçalves (2009) –, as práticas patrimonialistas não são totalmente originárias deste acontecimento, posto que comunidades anteriores já conheciam e praticavam o sentido do patrimônio histórico e cultural, mas o período seguido ao movimento revolucionário foi responsável por criar legislações protetoras destes bens coletivos.

No conjunto destes bens coletivos, os arquivos são considerados. Mais do que serem protegidos da destruição – independentemente de onde venha a ação destrutiva –, estes bens deveriam pertencer à Nação, que passa a ser considerada a partir deste momento como a união de todos os indivíduos integrantes daquele grupo. Para tanto, a criação de um lugar responsável por garantir esta preservação, mas que também detivesse a responsabilidade de afirmar o domínio público e coletivo daquele material, se mostra fundamental.

A mesma medida foi seguida por outras Nações⁴ no correr dos séculos XIX e XX, de modo que a existência de arquivos públicos responsáveis pela preservação dos documentos considerados de interesse para a memória, história e identidade da Nação assumiu uma forma quase naturalizada. No século XXI, tornou-se “natural” que Estados-Nações tenham em sua estrutura administrativa um espaço reservado para o órgão que assume a responsabilidade de preservar, ao menos, os documentos produzidos pelo poder público.

Iniciativas como esta tomaram mais fôlego durante o século XX, em decorrência de um considerável aumento na produção documental estatal, fundamentada sobretudo no enraizamento de práticas burocráticas necessárias ao caminho seguido pelas administrações públicas. Esta situação nos coloca à frente de dois âmbitos dos arquivos públicos nacionais: além de funções memoriais e patrimoniais, estas instituições e os documentos por elas preservados são também produtos sociais garantidores de direitos a partir de seus valores probatórios, fundamentais à administração pública.

Apesar de focarmos nossos olhares na qualidade memorial dos documentos, não podemos nos furtar de compreendê-los como elementos que não nasceram com esta função. Arquivos são, pela definição encontrada no Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (ARQUIVO NACIONAL, 2005 p. 27), o “Conjunto de documentos produzidos e acumulados por uma entidade coletiva, pública ou privada, pessoa ou família, no desempenho de suas atividades, independentemente da natureza e do suporte”.

O arquivista norte-americano Theodore R. Schellenberg (1903-1970), reconhecido profissional que atuou no Arquivo Nacional dos Estados Unidos, exercendo a função de subdiretor do Arquivo entre 1957 e 1963 (RODRIGUES, 2006), publicou em 1956 a primeira edição de sua obra *Modern archives: principles and techniques*⁵. Nesta obra, que logo assumiu o lugar de clássico na bibliografia arquivística mundial e leitura obrigatória para qualquer profissional da área de arquivos, Schellenberg realiza uma rápida observação a respeito da criação dos

⁴ Para citar alguns exemplos, em 1838 é criado no Reino Unido o *Public Record Office*, no mesmo ano é criado o Arquivo Nacional do Brasil com o nome de Arquivo do Império. Em Portugal, o Arquivo Nacional da Torre do Tombo se tornou aberto ao público em 1901, apesar de sua criação como Arquivo do Rei datar de 1378. Na Itália, em 1875 é instituído o *Archivio del Regno*, assumindo em 1953 a atual denominação de *Archivio centrale dello Stato*.

⁵ SCHELLENBERG, T.R. *Modern archives: principles and techniques*. Chicago: Chicago University Press, 1956. A primeira edição brasileira desta obra data de 1973.

Archives Nationales franceses, destacando, sobretudo, o processo e a finalidade desta instituição:

Durante toda a Revolução Francesa, os documentos foram considerados básicos para a manutenção de uma antiga sociedade e para o estabelecimento de uma nova. Os documentos da sociedade antiga foram preservados principalmente e, talvez, sem essa intenção, para usos culturais. Os da nova sociedade o foram para proteção de direitos públicos. O reconhecimento da importância dos documentos para a sociedade foi uma das grandes conquistas da Revolução Francesa. Esse reconhecimento resultou em três importantes realizações no campo arquivístico:

1. Criação de uma administração nacional e independente dos arquivos.
2. Proclamação do princípio de acesso do público aos arquivos.
3. Reconhecimento da responsabilidade do Estado pela conservação dos documentos de valor, do passado. (SCHELLENBERG, 2006, p. 27)

Este contexto levantado pelo arquivista norte-americano apresenta com clareza o duplo papel social dos arquivos já no momento em que é institucionalizado seu reconhecimento como um importante elemento social. Não apenas instrumentos para acesso aos registros do passado, os arquivos também passam a ter a importância administrativa para o presente e o futuro. É a partir desta percepção que Schellenberg estabelece a ideia de valores dos documentos, definindo-os como Valores Primários e Valores Secundários.

Foi a partir desta concepção dos documentos de arquivo divididos em dois valores que, de acordo com Bruno Delmas (2010, p. 65), o arquivista francês Yves Pérotin⁶, em 1961, formula a teoria das três idades dos documentos, teoria fortemente consolidada na arquivística contemporânea mundial, com vistas a otimizar o trabalho de gestão documental das organizações, sobretudo em função do exponencial aumento no volume da produção documental no período pós-guerra.

Schellenberg compreende que “Os valores inerentes aos documentos públicos modernos são de duas categorias: valores primários, para a própria entidade onde se originam os documentos, e valores secundários, para outras entidades e utilizadores privados” (2006, p. 180). Dois arquivistas canadenses, Jean-Yves Rousseau e Carol Couture, trouxeram uma apresentação mais clara e elucidativa desta divisão em sua obra *Os Fundamentos da Disciplina Arquivística*. Para os canadenses:

⁶ PÉROTIN, Yves. L'administration et les «trois âges» des Archives. *Seine et Paris*, nº 20, octobre 1961.

O valor primário define-se como sendo a qualidade de um documento baseado nas utilizações imediatas e administrativas que lhe deram seus criadores, por outras palavras, nas razões para as quais o documento foi criado. [...] A noção de valor primário está directamente (sic) ligada à razão de ser de documentos e recobre exactamente (sic) a utilização dos documentos para fins administrativos. (1998, p. 117)

Com relação aos valores secundários, os mesmos autores compreendem que “O valor secundário define-se como sendo a qualidade do documento baseada nas utilizações não imediatas ou científicas. Esta qualidade radica essencialmente no testemunho privilegiado e objetivo que o documento fornece.”, e complementam, em caráter comparativo: “Enquanto todos os documentos têm um valor primário que dura mais ou menos tempo conforme os casos, nem todos têm ou adquirem necessariamente um valor secundário.” (1998, p. 117-118).

Valor primário, portanto, é um valor de ordem administrativa e imediata, objetivo no sentido em que compreende a realização de uma atividade específica, aquela que deu origem à criação do documento. Por sua vez, o valor secundário, mediato, surgido *a posteriori*, é fincado na capacidade informativa e testemunhal, sem abandonar sua capacidade probatória. Os documentos de arquivo, portanto, realizam determinadas atividades e, posteriormente, depõem sobre o que fizeram.

Duas observações devem ser feitas com relação aos valores dos documentos de arquivo. Inicialmente, esta condição ratifica a dupla relevância dos documentos de arquivo, não se limitando simplesmente ao momento em que são criados. Sendo os documentos de arquivo, portanto, criações sociais que não restringem seu uso à realização das atividades que os geraram, torna-se clara a necessidade de um acompanhamento que extrapole também este uso primário, atingindo sua funcionalidade secundária. A necessidade de instituições que se atentem aos dois valores dos documentos de arquivo é básica.

Schellenberg nos apresentou esta situação ao comentar as motivações que levaram à criação dos Arquivos Nacionais franceses, ao ponto em que esta nova instituição surgida na sequência da Revolução daria conta, a princípio, dos dois valores. Seria ela responsável tanto pela administração dos arquivos que surgiriam no novo sistema social instaurado, mas também atuaria no sentido de preservar e disseminar aquele material herdado do antigo Regime. Manteria, portanto, ambas as utilidades dos documentos, sejam aqueles incorporados à Nação, como também aqueles que viriam a nascer no seio nacional.

A segunda observação segue pelo mesmo sentido, porém, vem carregada de um caráter mais problemático. A situação foi sinalizada pelos canadenses Rousseau e Couture na citação apresentada acima. Todos os documentos de arquivo contam com um valor primário, ao passo que nem todos eles assumem um valor secundário. Estes documentos são criados por uma ação específica que objetiva a realização de uma atividade específica, e esta é a razão de existir do documento e, ainda, a razão de existir como documento *de* arquivo.

Seu valor testemunhal, mais do que surgido *a posteriori*, é secundário por não lhe ser intrínseco desde sua criação. O valor secundário dos documentos de arquivo é, acima de tudo, um valor investido sobre os documentos já existentes, no exercício de exaltar um valor de importância que não está no documento em si, mas nos interesses daqueles que lhe investem esse valor.

Deste modo, podemos questionar a afirmação de Schellenberg quando diz serem os valores primários e secundários “inerentes” aos documentos públicos modernos. Ora, documentos de arquivo são, por definição, aqueles documentos resultantes de atividades que competem ao seu organismo produtor, portanto, materialização de uma dada atividade dentro dos protocolos daquele que produz ou recebe. Schellenberg concorda com esta definição ao dizer que “Os documentos nascem do cumprimento dos objetivos para os quais um órgão foi criado [...]” (2006, p. 180). Este pode ser, facilmente, considerado um valor inerente ao documento.

Já o valor secundário, como dito pelo arquivista norte-americano, corresponde ao uso feito por terceiros, e já não se encontra numa relação prática e ordinária entre o documento e seu produtor. Seu uso será realizado por pessoas que, de modo objetivo, não estão relacionadas diretamente à criação daqueles documentos, mas que contam com interesses sobre dadas informações que, potencialmente, podem ser encontradas naquele material.

Associadas ao valor secundário estão, necessariamente, as ideias de preservação permanente do documento e seu uso histórico. Isto se dá a partir da compreensão dos documentos de arquivo como capazes de prover algum testemunho que servirá de elemento para que historiadores – mas não apenas este profissional – desenvolvam seus trabalhos, transferindo-os, portanto, da área da administração para a área da história.

Heloisa Liberalli Bellotto (2006, p. 24) entende que “Ultrapassado totalmente o uso primário, iniciam-se os usos científico, social e cultural dos documentos.”, de

modo que este pode ser compreendido como um momento de divisão entre estas duas fases dos documentos de arquivo. Esta divisão pauta-se, sobretudo, no uso que é direcionado aos documentos por parte daqueles que os observam, sendo seu potencial utilitário alterado.

A pesquisadora brasileira ainda observa:

Sendo função primordial dos arquivos permanentes ou históricos recolher e tratar documentos públicos, após o cumprimento das razões pelas quais foram gerados, são os referidos arquivos os responsáveis pela passagem desses documentos da condição de 'arsenal da administração' para a de 'celeiro da história', na conhecida acepção do consagrado arquivista francês Charles Braibant. (BELLOTTO, 2006, p. 23)

Esta reinterpretação dos documentos de arquivo de um valor administrativo – valor de ação – a um valor histórico – valor de testemunho –, compreendido por Schellenberg e consagrado pela Arquivologia como uma trajetória natural dos documentos de arquivo no cumprimento de seu ciclo de vida deve, no entanto, ser observado com mais atenção. Esta transição, muito mais do que um percurso natural e esperado para os documentos de arquivo – se não todos, ao menos uma parcela deles, como veremos adiante –, se mostra como um processo mais delicado e mais complexo do que aparenta.

Os documentos de arquivo são produzidos em função de atividades administrativas desenvolvidas por seu produtor, ou seja, são decorrentes de um processo técnico de construção e elaboração de uma ferramenta administrativa que seja capaz de atender a determinada demanda. Sua fase primária é, portanto, técnica e respeita determinadas normas e protocolos estabelecidos pela cultura burocrática e formal do ambiente em que é criado. Em sua fase secundária, também chamada de permanente ou histórica, a técnica utilizada anteriormente, em seu momento de produção, não será mais adequada e não atenderá às necessidades exigidas pelo uso cultural, científico e histórico que o esperam, pois estes demandam um outro processo.

Torna-se, portanto, necessário observar o valor secundário dos documentos de arquivo pela via não da administração, mas por um viés que seja capaz de compreender estes usos. Propomos que este viés pelo qual devam ser observados os arquivos históricos seja o do processo de configuração, ou reconfiguração, do documento de sua fase primária à fase secundária.

Bellotto faz a seguinte observação:

No entanto, para que o documento faça seu percurso natural de vida, da administração à história, isto é, da produção e tramitação administrativa à utilização científica e cultural, suas potencialidades devem ser reveladas. Cabe ao arquivista identificar, descrever, resumir e indexar. O historiador saberá selecionar, interpretar e 'explicar'. Entretanto, para que isso se realize, faz-se necessário que o fluxo não seja interrompido. (BELLOTTO, 2006, p. 26)

Compreender este processo como um "fluxo" que não deve ser interrompido faz jus à perspectiva de que este é, de fato, um processo natural dos documentos de arquivo. Devemos atentar, porém, para a própria menção da autora à necessidade de "revelação" das potencialidades dos documentos para assumir este seu valor secundário. Compreender o valor secundário como um potencial do documento que deve, necessariamente, ser revelado nos remete a um processo de descoberta e, ao mesmo tempo, de criação.

A mesma autora coloca este processo em questão ao questionar:

Documento de arquivo: produzido por e para a administração e guardado para a história. Até que ponto essa passagem é obrigatória? Tudo o que é gerado pela máquina administrativa pode fundamentar a pesquisa histórica? A resposta é, definitivamente, não. (BELLOTTO, 2006, p. 117)

Não sendo, portanto, uma condição aplicada a todos os documentos produzidos pela administração, a permanência de certos documentos para uso da história compreende um trabalho de seleção daquilo que será "guardado para a história". Este processo é reconhecido pelo nome de avaliação documental e assume justamente a função de definir o que, dentre toda a massa documental produzida por uma organização, será preservado e quais documentos serão eliminados definitivamente. Voltaremos a este tema adiante.

Schellenberg explicita que os documentos de arquivo assumem seu caráter permanente e seu valor secundário a partir de dois aspectos que são: "a) a prova que contém da organização e do funcionamento do órgão governamental que os produziu; e b) a informação que contém sobre pessoas, entidades, coisas, problemas, condições, etc. com que o órgão governamental haja tratado." (SCHELLENBERG, 2006, p. 181).

O que nos interessa observar nesta explicação de Schellenberg é até que ponto estes aspectos dos documentos de arquivo podem ser considerados como elementos de valor secundário e de que forma é possível associá-los ao valor secundário do documento. É evidente que os documentos de arquivo assumem seu valor secundário justamente por serem capazes de prover um testemunho

potencialmente de interesse ao desenvolvimento de atividades científicas e culturais, caso contrário, este material não seria de uso recorrente por parte de pesquisadores. No entanto, devemos perceber o valor secundário como algo além de sua *capacidade* de testemunhar, ou seja, percebê-lo como a *possibilidade* de testemunhar.

A partir do que podemos observar a respeito dos valores dos documentos de arquivo em sua fase primária, é possível considerarmos que estes aspectos apontados pelo arquivista norte-americano são, de fato, elementos presentes nos documentos desde seu momento de produção. Para que documentos de arquivo tenham sua força de ação no funcionamento da máquina administrativa, eles necessariamente precisam ter, intrínsecas a si, as capacidades de provar coisas e de informar sobre coisas. Caso não tenham, não serão capazes de atender a demanda à qual foram criados.

Relatórios, por exemplo, devem ser investidos da capacidade de relatar (informar) determinados acontecimentos de modo que possam ser revestidos de valor de prova das informações passadas por meio de assinaturas ou outras estratégias formais de autenticação. Notas fiscais são documentos capazes de comprovar gastos e informar os direcionamentos dados ao orçamento. Ordens de serviço têm a função de informar sobre a solicitação de uma operação necessária ao mesmo tempo em que comprova certas demandas embutidas ao bom funcionamento das administrações. Estes exemplos nos mostram que as capacidades de provar e de informar estão intrínsecas aos documentos desde seu momento de produção.

Ao fim da tramitação, os documentos em fase primária são desinvestidos de seu poder de ação, pois seu objetivo já foi cumprido, mas não serão, jamais, desvinculados de suas capacidades de informar e provar. E isto acontece pois são estes elementos efetivamente inerentes a eles. Assim, estas capacidades dos documentos são, por extensão, transmitidas à sua fase secundária, de modo que não são características do valor permanente ou histórico, mas apenas resquícios de seu valor primário. O valor histórico dos documentos irá apenas se apropriar e se apoiar nestes elementos primários para se firmar.

Sobre o valor probatório no documento em fase histórica, o francês Bruno Delmas observa:

Os arquivos servem para provar. A prova, a necessidade da prova frente à justiça foi, na sociedade ocidental, a primeira razão da conservação para longa duração de determinados documentos escritos: diplomas merovíngios e carolíngios, atos, títulos, etc. Os documentos conservados eram documentos de arquivo porque probatórios, e não o contrário. (DELMAS, 2010, p. 21)

Ao mesmo tempo em que estes documentos agiam no sentido de provar certas coisas, também informavam a este mesmo respeito, trazendo consigo, portanto, desde o início as capacidades de provar e de informar. Compreendê-los como papéis que devam/mereçam ser preservados por longos períodos é um ato deliberado no sentido de atender a determinados interesses – neste caso, os interesses de posses e propriedades, por exemplo. Não podemos, porém, deixar de observar que, no exemplo apresentado por Delmas, estes documentos, à época, ainda exercem seu valor de ação, o que indica que tais registros são ainda responsáveis por sua atividade criadora, conduzindo-os ao valor histórico sem que antes abandone seu valor administrativo.

Após apresentar este exemplo onde documentos são preservados por longo período para atender a seu valor de prova e também de testemunho, o mesmo autor apresenta outro exemplo onde o movimento segue um sentido contrário. A destruição, da mesma forma que a preservação, se constitui como um ato deliberado, mas com o objetivo oposto de eliminação de provas. Delmas analisa:

Ao contrário, na época da Revolução Francesa, quando foram abolidos os títulos de nobreza e as ordens, os privilégios e os direitos senhoriais, as assembleias sucessivas ordenaram a destruição dos armoriais [livros de registros de brasões], de todos os títulos que fundavam aqueles direitos abolidos de forma a destruí-los definitivamente e a impedir que uma contrarrevolução pudesse utilizá-los para restabelecer a antiga ordem. A destruição dos arquivos é o último ato, após a morte das pessoas e das instituições, para extinguir irremediavelmente seus direitos. (DELMAS, 2010, p. 25)

Aparentemente, estes livros foram detentores de grande valor probatório e também informativo, mas, ao mesmo tempo, representavam naquele período de mudança política um potencial risco à manutenção da nova situação política instaurada. Trata-se de documentos que, em outro contexto, provavelmente receberiam a possibilidade de permanência no tempo, tanto para provar como para testemunhar.

Este mesmo período histórico, reconhecidamente importante para a história dos arquivos no mundo, é também utilizado como forma de exemplo por Schellenberg para contextualizar historicamente a trajetória dos arquivos e

constituição daquilo que atualmente é entendido como Arquivologia. Como já apontado, se deu neste período a criação dos *Archives Nationales* franceses, implantando novas propostas para o tratamento dispensado aos arquivos públicos. Schellenberg aponta o que segue:

O que se deveria fazer com os documentos do passado? Dever-se-iam conservar os ricos tesouros do antigo regime – os documentos do conselho real no *Trésor des Chartes* que datavam do século XII, ou os documentos da *Curia Régis*, a mais antiga unidade central do governo, com origens no século XIII? Os revolucionários mais radicais insistiram na sua destruição, pois nele estavam consolidados os direitos e privilégios de um Estado; entretanto, os mais conservadores argumentaram que esses tesouros eram agora propriedade pública e, logo, haviam de ser preservados. Desde que eram propriedade pública, o povo poderia ter acesso aos mesmos, dando-se-lhe oportunidade de investigar os documentos oficiais para proteger os seus próprios interesses que estavam envolvidos na liquidação dos direitos feudais e nas relações de propriedade. (SCHELLENBERG, 2006, p. 26)

Além do período e do contexto histórico tratado nos exemplos dados por estes dois eminentes pesquisadores da área dos arquivos, há ainda uma relação entre eles que nos parece de grande interesse. Nestes casos apresentados nos defrontamos com uma situação limite, onde se coloca em jogo a permanência de documentos por um período indeterminado. Trata-se de estabelecer quais destes papéis oriundos do antigo regime deveriam ser admitidos no novo regime, não apenas como potenciais instrumentos de ações futuras – como a organização de uma contrarrevolução, no caso de Delmas, ou da defesa de direitos dos cidadãos, no caso de Schellenberg –, mas também como registros dignos de assumirem valores de papéis históricos.

Seja em função de seus atributos jurídicos, seja por seu caráter informativo, alguns destes documentos foram mantidos, outros destruídos. A alguns foi outorgada a possibilidade de testemunharem sobre um tempo passado, enquanto que a outros foi tolhida esta possibilidade. Para além da capacidade ou da potencialidade testemunhal dos documentos, o que prevalece, a longo prazo, é a possibilidade de testemunharem.

Heloisa Liberali Bellotto (2006, p. 116) contribui significativamente ao lembrar uma fala do arquivista italiano Antonino Lombardo proferida na Conferência Internacional de Arquivos de Zagreb em 1957. Segundo Bellotto, o inspetor geral dos Arquivos da Itália compreende que “Não há arquivos que sejam, em essência,

históricos, e todo papel administrativo, desde sua criação, tem, em potencial, um valor histórico”.

Possibilitar que documentos testemunhem sobre acontecimentos passados é condição para que assumam seu valor histórico frente a uma futura demanda de ordem científica ou cultural. A permanência se mostra, portanto, como um elemento característico dos valores secundários dos documentos de arquivo. Seguindo a indicação dada por Lombardo, mesmo aqueles documentos que, por qualquer motivação, não sejam preservados para deporem no futuro, são, potencialmente, itens de valor histórico, tais quais aqueles que receberam a atenção da permanência. Neste sentido, o que é responsável por diferenciar os documentos destruídos daqueles preservados será a permanência dada a alguns em detrimento de outros, mais do que seus potenciais informativos e probatórios.

Em outras palavras, documento histórico, ou de valor secundário, é aquele documento que dura em relação ao tempo, que resiste aos múltiplos movimentos de destruição, aquele que detém a possibilidade de testemunhar no futuro ou no presente sobre um tempo passado. E esta característica não deve ser considerada um elemento inerente ao documento, pois resulta, absolutamente, de fatores externos a ele. Esta é uma condição arbitrariamente investida a certos documentos.

Bruno Delmas, em seu livro *Arquivos para quê?*⁷, desenvolve uma reflexão a respeito da importância dos arquivos e de sua preservação para a constituição de Estados-Nações ao longo do século XX. O autor conclui:

Embora se pense comumente que os arquivos servem, sobretudo, para a escrita da história e que alimentam uma parte importante das editoras, eles têm muitas outras utilidades, utilidades múltiplas que vão se diversificando no decorrer do tempo. Dependendo do momento e das circunstâncias, nunca são os mesmos que se revelam, mas quando necessitamos deles, são essenciais e acompanham todos os momentos e todos os aspectos de nossas vidas individuais e coletivas. **Os arquivos são um desafio político.** Disso decorre o seu poder e a necessidade de conservá-los, como também a sua rejeição, até sua destruição por parte daqueles que não querem que a verdade seja conhecida. (DELMAS, 2010, p. 53, grifo nosso)

Justamente por conta de suas características, suas capacidades e suas potencialidades, os documentos de arquivo constituem-se nas sociedades modernas um desafio, ou muitos desafios. Desafio político, pois arquivos são instrumentos

⁷ Este livro reúne a Tradução de uma seleção de textos de autoria de Delmas, publicados originalmente na França em 2006 com o título *La société sens mémoire: propos dissidents sur la politique des archives en France*.

sociais capazes de interferir nos contextos sociais do presente e do futuro. Investir valores históricos a certos documentos de arquivo corresponde a um ato detidamente político e com impacto nas estruturas do grupo ao qual são ligados.

Preservar documentos e buscar garantir a estes papéis as possibilidades de testemunharem no presente e no futuro sobre tempos passados é, simultaneamente, desafio e ato político. O desafio da permanência não está coberto apenas pelas dificuldades técnicas e orçamentárias de conservação do suporte – o que já é um desafio grande o suficiente para as instituições brasileiras –, mas, também, pela responsabilidade que envolve a decisão da preservação.

Preservar documentos é um ato político e, como tal, é um ato de repercussão capaz de atingir variados âmbitos da vida social, seja na defesa de direitos, seja na construção de memórias, identidades e histórias. Possibilitar o testemunho dos documentos é algo que repercute e que está, evidentemente, em consonância com seu tempo, com seu lugar e seu contexto sócio-político. Não é – ou não deveria ser – uma decisão despreziosa e inconsequente.

Assim, mais do que um valor inerente aos documentos de arquivo e uma trajetória natural a ser percorrida pelos documentos, o valor secundário e histórico é um investimento e uma construção, é o resultado de uma interferência direta sobre os documentos. É uma decisão política e é um ato de poder possível apenas a quem detém autoridade para tal.

2.1 O INVESTIMENTO DO VALOR HISTÓRICO

Ainda seguindo o pensamento de Schellenberg (2006, p. 179), é compreendido por este pesquisador que, desde o fim do século XVIII e por todo o século XIX, têm início os primeiros movimentos no sentido da destruição consciente⁸ de documentos de arquivos. Ao longo do século XX, sobretudo no período pós II Guerra Mundial (1939 – 1945), estes procedimentos passam a ganhar contornos mais oficiais e institucionalizados. Este movimento de destruição consciente se fundamenta na necessidade dos Poderes Estatais de desafogar os escritórios e administrações públicas da grande quantidade de documentos decorrentes do a) crescente aumento populacional e b) grande aumento na produção documental

⁸ Utilizamos o termo “consciente” no sentido de uma ação programada, planejada e estudada, sem a pretensão de destruição violenta ou prejudicial.

pública em função dos novos processos de burocratização implantados nas administrações a partir do fim do século XVIII⁹.

Da mesma forma, passa-se a buscar também uma determinada forma de preservação consciente dos documentos, com o objetivo de garantir aos futuros pesquisadores a permanência de fontes documentais capazes de subsidiarem seus trabalhos de investigação. Trata-se, portanto, de um trabalho visando objetivos ambíguos: destruir documentos para otimizar a máquina administrativa e preservar documentos para garantir a permanência de fontes históricas.

O arquivista norte-americano observa que a destruição de documentos de arquivos nas administrações modernas é uma prática necessária para sua própria sobrevivência. Com o aumento considerável na produção documental nos séculos XIX e XX, tornou-se inviável a preservação total dos papéis resultantes do funcionamento burocrático. A inviabilidade se deve, sobretudo, aos altos custos gerados pela preservação: “O custo da manutenção de tais papéis vai além das posses da mais rica nação.” (SCHELLENBERG, 2006, p. 179).

Esta preocupação econômica para as contas do Estado na destruição dos documentos não desconsidera, porém, o aporte documental que será oferecido futuramente a pesquisadores. Pela atenção aos potenciais científico-culturais dos documentos históricos, Schellenberg também considera que os pesquisadores não demandam tantos documentos para o desenvolvimento de suas atividades investigativas:

Ao mesmo tempo, não se pode considerar que os pesquisadores estejam devidamente servidos pela simples manutenção de todos os documentos. Os especialistas se desorientam ante a enorme quantidade de papéis oficiais modernos. Os documentos devem ser reduzidos em quantidade para que sejam úteis à pesquisa erudita. (SCHELLENBERG, 2006, p. 179)

A experiência gerada pela criação dos Arquivos Nacionais franceses foi suficiente para estruturar a ideia de que documentos de arquivos devem ser preservados para usos secundários e também para alertar sobre a necessária institucionalização da guarda assegurada destes papéis. Porém, não foi capaz de prover elementos sólidos o suficiente para estabelecer diretrizes norteadoras para operações similares às futuras gerações. Isto se dá tanto pelo contexto em que o movimento se deu, quanto pela dinâmica característica ao desenvolvimento das

⁹ Este aumento na produção documental a partir do século XVIII pode ser associado, como faz Schellenberg, justamente ao aumento populacional neste mesmo período, mas também como consequência dos processos de industrialização iniciados com a Revolução Industrial.

sociedades, de modo que princípios válidos para um período como o da Revolução Francesa não se aplicam a uma sociedade moderna estruturada e burocrática do século XX.

Um novo desafio passa a ser apresentado pelos arquivos, e demanda dos responsáveis por seu tratamento operações que até então não haviam sido confrontadas. Como destruir e preservar documentos ao mesmo tempo?

Na tentativa de atender a este novo problema arquivístico, o século XX presenciou o surgimento de uma nova prática que se propunha a combater, ou mesmo solucionar, esta situação. No âmbito dos arquivos institucionais, com maior intensidade na área pública, mas também na esfera privada, estudiosos se dedicaram a desenvolver métodos de análise dos documentos de arquivo que fossem capazes de estabelecer quais documentos dentre toda a massa produzida seriam relevantes para a preservação permanente. José Maria Jardim analisa da seguinte forma essa questão:

A literatura e a prática arquivísticas destacam, sobretudo a partir dos anos 50, importância da avaliação e seleção de documentos. A quantidade e a variedade de suportes e formatos documentais, de um lado, e a escassez de recursos arquivísticos, de outro, implicam que os documentos produzidos e acumulados por uma organização devam inevitavelmente passar por um processo de avaliação. Esta avaliação teria objetivos aparentemente muito simples: identificar o valor dos documentos de maneira a estabelecer prazos de retenção nas fases corrente e intermediária, definindo assim as possibilidades de eliminação, microfilmagem e recolhimento aos arquivos permanentes. Seus elementos teóricos e metodológicos fundamentais são partilhados pela comunidade profissional arquivística no plano internacional. As práticas daí decorrentes encontram-se, porém, em relação direta com as diferentes tradições administrativas e arquivísticas como, por exemplo, aquelas dos universos anglo-saxônico e ibero-americano. Cabe ressaltar que a teoria e a prática de avaliação encontram sua base histórica nos países anglo-saxônicos. (JARDIM, 1995, p. 06)

Este processo analítico, batizado de avaliação documental, tem sua efetivação nos momentos de transferência dos documentos, seja do arquivo corrente ao intermediário como do intermediário ao permanente. Sua relevância no fazer arquivístico encontra-se na responsabilidade que lhe é investida: decidir quais documentos serão destruídos e quais serão preservados. Esta responsabilidade ganha mais peso ao considerarmos sua irreversibilidade: documentos direcionados à destruição não mais poderão ser recuperados.

As dificuldades presentes no desenvolvimento deste processo conduziram muitos pesquisadores da área a desenvolverem estudos e propostas sobre a forma

mais conveniente para a execução desta tarefa. Desde meados do século XX até a atualidade, muitos são os trabalhos dedicados a esta questão, iniciados com Philip Brooks (1940) e T. R. Schellenberg (1956), passando por Manuel Vasquez Murillo (1983), Rousseau e Couture (1998), Terry Cook (2005) e Fernanda Ribeiro e Armando Malheiros da Silva (2004), apenas para indicar os que mais impactaram nos estudos brasileiros¹⁰.

Apesar de serem propostas diferentes as apresentadas por estes pesquisadores, todas convergem para um mesmo sentido e objetivo: instituir procedimentos e diretrizes que regimentem o processo de avaliação. Esta é uma característica elementar da sociedade instituída e burocratizada dos séculos XIX e XX, e esta mentalidade, evidentemente, aparecerá no desenvolvimento dos fazeres arquivísticos, em completa oposição aos trabalhos desenvolvidos no final do século XVIII com a criação dos Arquivos Nacionais franceses, onde se decidiu por preservar todo o material possível.

Atualmente, no âmbito dos arquivos institucionais públicos e privados, parte da documentação produzida é regida por legislações específicas que, em alguns dos casos, são responsáveis até mesmo por indicar ou determinar qual é o prazo de guarda necessário para documentos de determinadas operações. Este movimento de oficialização e predeterminação da forma como avaliar determinados documentos, claramente, facilita os processos de avaliação. Jardim analisa que

[...] a avaliação documental é acionada como o recurso técnico mais eficaz (na verdade, o único legitimado pela arquivologia) para a escolha de documentos “históricos” arquivísticos, passíveis de integrar o patrimônio documental de uma sociedade, em razão da sua capacidade de expressar a memória desse grupo. (JARDIM, 1995, p. 06)

No entanto, estas determinações legais são desenvolvidas no sentido de contemplar as obrigações e valores legais dos documentos, sem se comprometer direta e efetivamente com as potenciais funções históricas dos documentos.

O arquivista norte-americano T. R. Schellenberg é considerado o principal promotor do trabalho de avaliação documental e, segundo Nascimento e Oliveira (2016), muito da atual legislação brasileira que se dispõe a regulamentar os processos de avaliação de documentos públicos é baseada nas ideias daquele

¹⁰ Schellenberg ainda apresenta exemplos de iniciativas promovidas por arquivos de países europeus para organizar seus processos de eliminação desde os primeiros anos do século XX, como é o caso do Arquivo Privado do Estado da Prússia, que formula suas primeiras normas já em 1901 (2006, p. 184), demonstrando que a preocupação é mais antiga do que os estudos apresentados aqui.

autor¹¹. Isto se justifica, supostamente, pela influência direta do subdiretor do Arquivo Nacional dos Estados Unidos na reorganização do Arquivo Nacional brasileiro nas décadas de 1950 e 1960, promovida pelo historiador José Honório Rodrigues, então diretor do Arquivo brasileiro.

É também por esta razão que nos atentaremos às propostas formuladas por Schellenberg para conduzir os processos de definição dos documentos preserváveis e destruíveis.

Como já visto anteriormente, a proposta teórica de Schellenberg que divide os documentos em valores primário e secundário contempla, no trabalho de constituição do conjunto de documentos de valor secundário, não apenas as funções probatórias dos arquivos – aquelas de interesse mais objetivo para seu produtor ou a quem diga respeito –, mas também os interesses da permanência dos documentos para a pesquisa histórica a partir de suas funções informativas e testemunhais.

O que nos interessa observar da obra de Schellenberg são as motivações indicadas pelo pesquisador para “identificar” a importância de guarda dos documentos, conduzindo algumas vezes à “naturalização” desta importância:

É obvio que os documentos sobre as origens de qualquer empreendimento governamental **devem ser preservados**. Estes podem se relacionar com problemas ou condições que motivaram a criação de um órgão do governo, [...]. ‘Problemas importantes’, conforme citação do eminente historiador australiano, dr. C. E. W. Bean, [...] ‘são, muitas vezes encontrados na sua forma mais simples, no estágio original de qualquer empreendimento. Muitas vezes, nesse estágio, o objeto do empreendimento é mais claro e as dificuldades mais aparentes. Os documentos como origem de ação ou organização têm, por conseguinte, **valor peculiar**. [...]’.” (SCHELLENBERG, 2006, p. 188, grifos nossos).

Neste exemplo citado, Schellenberg não coloca em questão a importância dos documentos de origens de organizações ou ações, naturalizando imediatamente sua importância para a preservação permanente. Seu exemplo é coerente à sua ideia já debatida no tópico anterior desta pesquisa, onde compreende valores secundários como “inerentes” aos documentos.

Reforçamos, com este exemplo, que inerente ao documento é o fato de tratar e registrar física e textualmente informações sobre as origens de certa organização ou fenômeno. Sua relevância para a permanência no tempo não está, de fato, no documento, mas na leitura que fazemos dele e, sobretudo, à importância dada pelas

¹¹ Nascimento e Oliveira (2016) realizam um interessante levantamento comparativo entre as legislações brasileiras e suas origens em diferentes teóricos da arquivologia. Na pesquisa, as ideias de muitos teóricos são encontradas nas legislações, porém, as de Schellenberg são majoritárias.

sociedades às origens. O conhecimento sobre as origens não é, destarte, uma das maiores ambições do ser humano?

A origem do universo; Teoria do Big Bang; a origem da vida no planeta Terra; a origem do ser humano; evolucionismo ou criacionismo; de onde viemos? Estes são, evidentemente, alguns dos mais inquietantes questionamentos mantidos pelo ser humano e pelas ciências, e assim o são por não haver evidências sobre estes fenômenos. Em função desta inquietação humana e, sobretudo, científica, não se torna “óbvio”, “natural” ou “evidente” que, quando possível, mantenhamos o mais seguro possível qualquer evidência que nos dê explicações sobre as origens daquilo que dominamos e controlamos?

Do mesmo modo, o autor compreende que estes “documentos de origem” detêm “valor peculiar” perante outros documentos pertencentes ao mesmo fundo. Como é possível compreender este valor peculiar de uma ação inicial frente às demais ações de desenvolvimento de uma organização? Não seria, neste caso, uma condição moderna para a comprovação de competência para a realização destas demais ações de desenvolvimento? Ora, não é permitido a uma dada organização realizar certas atividades caso não tenha a comprovação de sua competência para tanto, e esta se justifica e se comprova mediante sua existência como tal por meio de seus documentos de origem. Ou seja, não podemos admitir um sem a existência anterior do outro.

Esta preocupação com documentos das origens não é recente, mas parece ter ganhado em força e intensidade na modernidade e nossa contemporaneidade, onde a burocracia predominante na vida jurídica exige documentação e registro. A imposição social pelo registro de origens torna-se, nesta contemporaneidade, motor para que a preservação e permanência de documentos de origem assumam protagonismo nas preocupações institucionais.

Como dito, esta não é uma preocupação recente. Um rápido olhar à história da Diplomática – apenas para não nos afastarmos da área dos arquivos – nos dará a dimensão da preocupação dedicada por determinadas ordens religiosas à preservação de documentos relativos às vidas dos santos¹². Para a igreja católica,

¹² O tratado *De Re Diplomatica* é reconhecido como o fundador da ciência Diplomática. De autoria do monge beneditino Dom Jean Mabillon e divulgado em 1681, o tratado foi uma resposta à acusação proferida pelo padre jesuíta Daniel Van Papenbroeck, participante da missão bolandista na elaboração das *Acta Sanctorum*. Papenbroeck acusava a ordem beneditina de conservar documentos

em sua qualidade de instituição, a realização de uma hagiografia é fundamental para sua legitimação perante a sociedade. Torna-se ainda mais importante quando considerável parte de seus acontecimentos fundadores não contam com registros e evidências observáveis. Assim, com suas origens baseadas na crença e não em evidências, o cristianismo – assim como outras religiões, mas o cristianismo mantém uma relação mais forte com a preservação de arquivos do que outras religiões¹³ – assume a responsabilidade de construir argumentos verificáveis e evidenciáveis que, se não comprovem, ao menos justifiquem sua história desde as origens.

Com este exemplo objetivamos destacar que, mesmo aqueles documentos que registram informações aparentemente de inquestionável importância para usos científicos e culturais, o são por uma condição de investimento social pautado em formulações imaginárias que estruturam e regem as sociedades e as ciências.

A visão que sustenta esta nossa análise se contrapõe aos preceitos legitimados pela tradição arquivística para a execução deste processo de avaliação dos documentos. Desde as propostas aventadas por Schellenberg, ou mesmo antes, com algumas reflexões elaboradas pelo arquivista inglês Hillary Jenkinson – ainda que de modo não tão detido na avaliação como uma etapa presente no fazer arquivístico –, na década de 1920, busca-se constituir a seleção de documentos de arquivos para preservação permanente como um processo investido de e regido por objetividade e imparcialidade. E é no sentido de atender a esta visão que a maior parte dos estudos dedicados à avaliação de documentos se dirige.

Porém, Schellenberg mesmo já percebia esta tarefa como algo que requer mais do que padrões e regimentos diretivos que conduzam a realização do processo:

Não se pode reduzir a padrões exatos as considerações a serem observadas na determinação dos valores dos documentos. Nossos padrões podem ser pouco mais do que princípios gerais. [...] Os padrões não devem ser encarados como absolutos ou finais. Na melhor das hipóteses, servirão tão-somente como guias para orientar o arquivista através dos traiçoeiros caminhos da avaliação. (SCHELLENBERG, 2006, p. 226)

E ainda destaca aquilo que para ele pode ser considerado como um “risco” nesta operação:

falsos a respeito da vida dos santos. Cf. DELMAS, 2010; BELLOTTO, 2002; 2006; 2014; TOGNOLI, 2010; 2013.

¹³ É possível confiarmos esta preocupação com arquivos por parte da igreja católica em decorrência das funções cartoriais assumidas pelas instituições religiosas durante toda a Idade Média.

Uma vez que os padrões de avaliação não podem ser absolutos ou finais, devem ser aplicados com moderação e bom-senso. O arquivista não deve conservar nem demais, nem de menos. [...]

A avaliação de documentos não deve se basear em intuição ou em suposições arbitrárias de valores. Deve ser, ao contrário, baseada na análise total da documentação relativa ao assunto a que se referem os documentos em questão. [...] (SCHELLENBERG, 2006, p. 227)

Compreender que o processo de avaliação não deve ser regido por “intuições” ou “suposições” de valores dos documentos, ao mesmo tempo em que se sabe que não há a pretensão de estabelecer normas e padrões, mas princípios gerais, responsáveis por orientar a realização desta tarefa soa como algo paradoxal. Para refutar a impraticabilidade desta operação nos termos propostos, sugere-se o caminho da objetividade na avaliação, retirando daqueles sujeitos responsáveis pela tarefa seu papel político de “definidor de valores” ao enraizar a prática no compromisso com a visão de que os documentos são importantes por si só. Caberá ao analista/avaliador¹⁴, neste caso, apenas ser capaz de “encontrar” os valores já existentes nos documentos.

Com a consolidação das práticas arquivísticas na segunda metade do século XX e o fortalecimento do conceito de gestão de documentos na administração, surge a proposta de criação de um instrumento que fosse capaz de direcionar os trabalhos de avaliação e, em certa medida, minimizar as influências da parcialidade e da subjetividade dos sujeitos neste trabalho. Este instrumento recebe o nome de Tabela de Temporalidade Documental, e é compreendido pelo Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística do Arquivo Nacional como o “Instrumento de **destinação**, aprovado por autoridade competente, que determina prazos e condições de guarda tendo em vista a **transferência**, **recolhimento**, **descarte** ou **eliminação** de **documentos**” (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 159, grifos do autor).

Pretende-se com a criação deste instrumento o estabelecimento da destinação dos documentos produzidos pelas administrações já no momento de sua criação, além de atuar como um regimento que oficializa e regulamenta os processos de gestão dos documentos desde a fase corrente. Deste modo, a Tabela de Temporalidade vem cumprir um papel importante no sentido de afirmar e

¹⁴ É curioso notarmos que Schellenberg atribui a responsabilidade desta operação exclusivamente ao arquivista, dando a tônica de que esta é uma operação individual. Não há na obra deste autor a menção de que esta deva ser uma tarefa coletiva, indicando apenas que, em caso de necessidade, o arquivista deve buscar orientações de especialistas na área específica do documento.

viabilizar a objetividade do processo de avaliação. Porém, é válido questionar em quais critérios se baseia e se sustenta a criação deste instrumento.

José Maria Jardim (1995) e Mariana Lousada (2012) desenvolveram interessantes análises a respeito da influência exercida pela avaliação documental no trabalho de construção da memória social pelos poderes públicos. Apesar de haver uma lacuna de quase 20 anos entre as publicações dos dois textos, ambos os estudos concluem que os trabalhos desenvolvidos pelos poderes públicos privilegiam questões administrativas e burocráticas em detrimento dos potenciais histórico-culturais associados aos trabalhos de construção de memórias sociais¹⁵.

Ao levarmos em consideração os métodos de avaliação propostos por Schellenberg e prontamente aceitos e incorporado aos trabalhos arquivísticos da administração federal no Brasil, podemos compreender que a objetividade assume a condição de guia no desenvolvimento dos processos de avaliação a serem implantados por esta administração. De que modo a objetividade e a imparcialidade na seleção de documentos de arquivos, se for possível de alguma forma alcançá-las, será capaz de incorporar em suas decisões a construção de um conjunto de fontes históricas para as ciências e, ainda mais profundamente, elementos de construção/manutenção das memórias e identidades sociais (mantendo a pluralidade que a contemporaneidade exige destes fenômenos)?

Esta é uma questão que não nos propomos responder, mas deixamos aqui uma proposta para reflexão. Ao passo em que busca pelo desenvolvimento de um processo de seleção pautado pela objetividade técnica, os arquivos públicos não deixarão de constituir elementos para a formulação de memórias sociais. Porém, que memórias serão estas, serão uma memória também técnica?

Como condição inerente à escolha do que será preservado como arquivos de valor histórico, a avaliação de documentos expressa-se, na literatura sobre o tema, como um aparato dotado de racionalidade técnica, referido - nem sempre explicitamente - à função política da memória e do patrimônio por parte do Estado. Referência política, o conceito/noção de memória tende a não ser mencionado como referência teórica a partir da qual seria possível problematizar as práticas de preservação e eliminação dos documentos arquivísticos. Por outro lado, a justificativa da avaliação tende a privilegiar a

¹⁵ Esta situação pode ser averiguada a partir da análise da cartilha “Classificação, Temporalidade e Destinação de documentos de arquivo relativos às atividades-meio da administração pública”, aprovada pela Resolução CONARQ nº 14, de 24 de outubro de 2001, publicada no Diário Oficial da União em 08 de fevereiro de 2002, que é responsável por estabelecer o Plano de Classificação e a Tabela de Temporalidade de Documentos aos órgãos da administração pública federal (CONARQ, 2001).

memória como uma construção técnica do arquivista, dado o seu poder de emitir valores norteadores do que se seleciona como patrimônio ou se elimina, porque, destituído de sentido, enquanto memória coletiva. (JARDIM, 1995, p. 8)

Apesar deste pensamento fundado por Schellenberg para uma avaliação pautada nos valores probatórios e informativos dos documentos, há uma outra linhagem teórica na arquivística contemporânea responsável por arejar a área e refutar esta tradição de aura positivista. Durante a segunda metade do século XX, arquivistas canadenses foram responsáveis por promover reflexões que trouxeram propostas teóricas e metodológicas no sentido de rever conceitos fortemente enraizados nas tradições arquivísticas. Ambas as escolas canadenses – a francófona, representada pelos arquivistas do Québec¹⁶, e a inglesa, com destaque aos teóricos das províncias de Ontário e Manitoba¹⁷ –, cada uma a seu modo, foram responsáveis por consideráveis revisões nas teorias arquivísticas.

Entre as revisões trazidas pela escola canadense¹⁸, três delas podem ser destacadas como as mais impactantes: a noção dos Arquivos Totais (*Total Archives*), a Diplomática Contemporânea e a Arquivística Funcional. Cada uma destas linhas teóricas estruturadas pela escola canadense propunha visitar conceitos tradicionais e estabelecer novos caminhos para uma arquivística contemporânea adaptada às novas realidades do mundo na virada do século XX para o XXI.

Para nosso debate atual, importa-nos destacar as contribuições trazidas pela chamada Arquivística Funcional¹⁹, representada mais intensamente pelo arquivista e professor de Arquivística na Universidade de Manitoba, Terry Cook. Ao se dedicar profissionalmente durante anos aos Arquivos Nacionais do Canadá na tarefa de

¹⁶ Pelo lado francófono, destacamos que arquivistas do Québec foram responsáveis, sobretudo, por sua visão do movimento denominado de Arquivística Integrada, responsável por reconsiderar uma concepção da área que dividia os profissionais arquivistas em dois grupos: aqueles da gestão e administração dos arquivos correntes e intermediários (os chamados *record managers*) e aqueles dos arquivos históricos (chamados de *archivists*). Esta concepção dividida tem origem em pensamentos estadunidenses, que não eram capazes de compreender as duas práticas como integrantes de uma mesma área. A Arquivística Integrada franco-canadense foi responsável por promover a integração destas duas práticas a partir da visão de que os arquivos eram importantes tanto para a administração quanto para a história, e que o sucesso nos fazeres profissionais estava em um trabalho conjunto e integrado entre a administração/gestão e os arquivos históricos.

¹⁷ Pelo lado dos arquivistas do Canadá inglês, destacam-se os estudos que estruturaram as chamadas Arquivística Funcional, a Diplomática Contemporânea e a noção dos Arquivos Totais.

¹⁸ Para fins deste estudo, utilizaremos os termos “arquivística canadense” e “escola canadense” como referência aos estudos desenvolvidos pelos representantes do Canadá anglófono, enquanto o termo “franco-canadense” será utilizado para nos referirmos à escola do Québec.

¹⁹ A noção de Arquivos Totais será trabalhada em momento oportuno no desenvolvimento deste trabalho. Já a Diplomática Contemporânea não será objeto de nossos olhares. Para Diplomática Contemporânea, Cf. TOGNOLI, 2013; RODRIGUES, 2008; DURANTI, 1998.

avaliação documental, esta se tornou uma das grandes preocupações de Cook, do mesmo modo que a forma como se “produz/constrói” a memória a partir desta atividade.

Declaradamente pós-moderna, a Arquivística Funcional canadense se propõe a adaptar as tradicionais noções e conceitos norteadores da arquivística, pensados desde os séculos XIX e XX, às realidades exigidas pelas novas dinâmicas sociais do século XXI. Aliás, as dinâmicas sociais constituem elemento central no desenvolvimento das novas teorias da Arquivística Funcional, ao assumir e incorporar a noção de que os arquivos e seus documentos são, efetivamente, produtos sociais elaborados e construídos por organismos e pessoas, afastando do campo de visão a ideia de que estes sejam resíduos naturais, inócuos, objetivos e neutros das atividades desenvolvidas por seus produtores.

Terry Cook assume grande responsabilidade ao denunciar, contrariamente às propostas do estadunidense T. R. Schellenberg, a necessidade de profunda revisão dos métodos norteadores do processo de avaliação de documentos públicos. Este pensamento de Cook se associa diretamente aos pensamentos de outros teóricos canadenses que já haviam dado início aos debates que originariam a Arquivística Contemporânea, David Bearman, Hugh Taylor e Theo Thomassen, desde o início da década de 1980.

A preocupação de Cook a respeito da avaliação dos documentos públicos é decorrente de uma experiência vivenciada por ele no período em que atuou como arquivista nos Arquivos Nacionais do Canadá. É a partir desta experiência que surge a proposta canadense da chamada macroavaliação (*macroappraisal*). Em seu famoso texto *Macroappraisal in Theory and Practice: Origins, Characteristics, and Implementation in Canada, 1950–2000*, Cook (2005) apresenta algumas motivações que o levaram a rever os métodos aplicados à avaliação e promover a revisão que resultaria na proposta da macroavaliação. Uma, em particular, o autor se detém mais atentamente.

Cook relata que, após o grande aumento da produção documental por parte do governo durante e após a Segunda Guerra Mundial e a consequente superlotação dos escritórios administrativos, o governo canadense passou a se preocupar com a eliminação dos documentos. Em busca de orientações para a realização desta tarefa, os Arquivos Nacionais do Canadá vão buscar bases na fonte dos conhecimentos mais legitimados na área para esta atividade: *National Archives*

and Records Service, em Washington D.C., e em sua figura de liderança, T. R. Schellenberg. As reflexões de estadunidenses para o tratamento dos arquivos são, portanto, incorporadas aos fazeres dos arquivos canadenses (2005, p. 107).

A responsabilidade da avaliação dos documentos passa aos Arquivos Nacionais do Canadá, e não mais aos gestores e administradores. As dificuldades são sentidas profundamente pelos profissionais que assumiram esta responsabilidade, entre os quais, Terry Cook. O autor relata a visão de W. Kaye Lamb (*Dominion Archivist* do Canadá), a respeito da avaliação:

[...] this required the archivist 'to practise the difficult art of prophecy' to identify the research values in records, 'to perceive them, or to suspect their existence. ...He must attempt to anticipate needs. ...Somehow or other he must find means to pass judgment on the probable value of source material that may relate to virtually any aspect or period of the history of the state or country with which his institution happens to be concerned'. (COOK, 2005, p. 111)²⁰

Em 1983, com a promulgação do *Privacy Act* (Ato de Privacidade), o governo canadense garante que qualquer cidadão residente no país passa a ter direito a saber por quanto tempo serão mantidas informações pessoais a seu respeito e qual será a destinação final dada. Esta legislação instaura nos Arquivos Nacionais uma situação de caos inevitável, com os grandes volumes de documentação com informações pessoais sem terem sido avaliados. Frente a esta demanda nacional, grandes séries de documentos recorrentes de ações de imigração são avaliadas às pressas. Os trabalhos são feitos sem estabelecer relações com as demais séries dos fundos, ao ponto em que não se sabia a respeito de duplicações de documentos ou informações replicadas em outros documentos.

Porém, em meados dos anos 1980, o governo canadense decide investigar e processar criminosos de guerra nazistas que tenham entrado no país após 1945. Para tanto, é criada uma Comissão Real de Inquérito (*Royal Commission of Inquiry*) para levar à frente a investigação.

[...] Immigration records were especially needed to track down possible Nazis living quietly in Canada, and to deport them for illegally entering the country. Post-war overseas-application case files on individual immigrants became a special focus of the Commission's intensive historical research. Most of these files had been destroyed,

²⁰ [...] isto requer do arquivista 'praticar a difícil arte da profecia' para identificar os valores de pesquisa dos documentos, 'Para percebê-los, ou para suspeitar de sua existência. ... Ele deve tentar antecipar as necessidades. ... De um modo ou de outro, ele deve encontrar um meio de julgar o valor provável do material de origem que pode se relacionar com praticamente qualquer aspecto ou período da história do estado ou país com o qual sua instituição está preocupada'. (Tradução nossa)

however, many very recently, apparently under questionable circumstances. (COOK, 2005, p. 116)²¹

O resultado do trabalho realizado pela equipe de arquivistas dos Arquivos Nacionais canadenses em decorrência da implementação do *Privacy Act* gerou uma repercussão imprevisível a estes profissionais. Documentos avaliados como incompatíveis à preservação permanente, de acordo com a teoria e os métodos schellenberguianos, se mostraram pouco tempo depois insubstituíveis para uma atividade governamental, assim como para atividades histórico-culturais. Os métodos utilizados pelos Arquivos Nacionais, assim como as competências e a posição da instituição e de seus profissionais, assumiram o centro da cena pública e terminaram fortemente abalados. Este acontecimento, segundo Cook (2005, p. 116), foi considerado pelos poderes políticos do país como “um ato culpado” e “um erro monumental”, enquanto a mídia nacional difundia o caso com análises em que se adjetivavam os processos de avaliação e destruição documental como “bizarro” e “ridículo”.

Esta experiência trouxe à tona problemas no desenvolvimento da avaliação documental realizada com base nas propostas sustentadas por Schellenberg, além de transformar a questão da avaliação em um problema nacional sobre o qual os Arquivos Nacionais deveriam se posicionar e se defender. Uma operação necessária para o bom funcionamento da máquina administrativa governamental se tornou questionável – e nacionalmente questionada – em sua aplicação.

If the experience of the Deschênes Commission²² crystallized the practical failings of the records disposition and scheduling processes, it also fundamentally challenged the Schellenbergian basis for determining the appraisal value of records. A “keep-destroy” appraisal decision-making process based primarily on anticipating future research use is very difficult to defend when the records have already been destroyed [...]. (COOK, 2005, p. 118)²³

²¹ Os registros de imigração foram especialmente necessários para rastrear possíveis nazistas vivendo silenciosamente no Canadá e deportá-los por entrar ilegalmente no país. Processos de candidaturas de imigrantes individuais no pós-guerra tornaram-se um foco especial da pesquisa histórica intensiva da Comissão. No entanto, a maioria desses arquivos havia sido destruída muito recentemente, aparentemente sob circunstâncias questionáveis. (Tradução nossa)

²² Comissão Deschênes é o nome pelo qual esta *Royal Commission of Inquiry* se tornou popularmente conhecida, em razão de ser Jules Deschênes, ex-presidente do Tribunal Superior do Québec, nomeado Comissário do caso.

²³ Se a experiência da Comissão Deschênes manifestou as falhas práticas dos processos de disposição e agendamento de documentos, também desafiou fundamentalmente a base de Schellenberg para determinar o valor de avaliação dos documentos. Um processo de decisão de avaliação de “manter-destruir”, baseado principalmente em antecipar o uso futuro da pesquisa, é muito difícil de defender quando os registros já foram destruídos [...]. (Tradução nossa)

A partir deste momento, Cook se viu diante de questionamentos a respeito dos processos de avaliação aplicados não apenas no Canadá, mas fortemente legitimados pelo campo arquivístico. Mais do que isso, o acontecimento se tornou para Cook um trauma profissional, pois comprometia toda a formação que recebera e que lhe garantia a possibilidade de ser arquivista dos Arquivos Nacionais. Cook percebera, então, que uma revisão nas práticas de avaliação era algo urgente para a arquivística como área de conhecimento e, com esta motivação, passa a buscar novos caminhos que permitiriam a realização da avaliação documental.

The experience with the Deschênes Commission shattered my faith in the Schellenbergian value-determination appraisal paradigm on which I had been raised as an archivist, and equally exposed the moral ambiguity of the archivist's passive, ad hoc approach to conducting appraisal. I looked anew at what we had been doing at the National Archives of Canada in following Schellenberg, and the flaws soon became evident. Aside from the crystal-ball impossibility of trying to predict the future, a difficulty that Kaye Lamb admitted decades earlier, the "value-through-use" approach to appraisal in mirroring or anticipating historical trends is fraught with conceptual difficulties [...]. (COOK, 2005, p. 119)²⁴

Com isso, Cook não coloca em questão apenas os métodos utilizados para reger o processo de seleção de documentos, mas também o posicionamento que cabe ao profissional responsável por este trabalho. Schellenberg, seguindo a linha de pensamento iniciada já com Jenkinson, defendia a posição neutra e imparcial do arquivista na realização desta tarefa. Cook passou a compreender que este posicionamento, assim como os métodos de determinação de valores, era não apenas incompatível com as realidades sociais contemporâneas, mas até mesmo impraticável.

Os métodos de avaliação passam, então, a estar diretamente associados ao comportamento profissional e ao posicionamento do arquivista frente a esta tarefa que se configura mais como desafio. Não é mais possível, no pensamento de Cook, sustentar a ideia do arquivista como sujeito oculto na constituição dos arquivos históricos de grupos e coletividades. Cook assume, portanto, a difícil responsabilidade de romper com a tradição arquivística e deslocar o arquivista dos

²⁴ A experiência com a Comissão Deschênes quebrou minha fé no paradigma Schellenbergiano de avaliação de determinação de valor no qual fui criado como arquivista e igualmente expôs a ambiguidade moral da abordagem passiva e ad hoc do arquivista para a avaliação. Eu olhei de novo para o que fazíamos nos Arquivos Nacionais do Canadá seguindo Schellenberg, e as falhas logo se tornaram evidentes. Além da impossibilidade da bola de cristal de tentar prever o futuro, uma influência que Kaye Lamb admitiu décadas antes, a abordagem "valor-pelo-uso" da avaliação em espelhamento ou antecipação de tendências históricas é repleta de dificuldades conceituais [...]. (Tradução nossa)

fundos dos depósitos de papéis para colocá-lo no centro do cenário de constituição do patrimônio documental coletivo.

[...]In searching for 'values' in records to preserve as archival holdings, I began to muse that archivists should try to explore more closely, through similar 'thick' contextual research, the power-record and the citizen–state-record interconnections. (COOK, 2005, p. 122)²⁵

O conceito da macroavaliação criado por Cook em decorrência de suas reflexões segue pelo caminho da construção do patrimônio documental com base em uma visão global dos arquivos, excedendo em muito os limites do organismo produtor, atingindo as funções sociais dos arquivos. É fundamental que, para tanto, o arquivista assuma seu efetivo papel de co-criador neste processo.

Diferentemente da avaliação schellenberguiana, a macroavaliação de Cook retira do processo a ideia de que os valores que justificam a preservação dos documentos estão intrinsecamente situados nestes registros. Desloca o objeto de análise do documento para os contextos e funções que o cercam, investindo o maior peso do processo seletivo na interpretação do documento como um produto social e que deve, necessariamente, ser considerado por esta sua característica “macro”:

[...] macroappraisal assesses the societal value of both the functional-structural context and work-place culture in which the records are created and used by their creator(s), and the interrelationship of citizens, groups, organizations – ‘the public’ – with that functional-structural context. If appraisal designates the long-term value of the content of records, or series of records, for their potential research values, macroappraisal assesses the significance of the context of their creation and contemporary use. Appraisal is about records; macroappraisal is about their broader (or 'macro') context. (COOK, 2005, p. 101-102)²⁶

Esta é uma visão inovadora, coerente com as reflexões que outros teóricos da arquivística canadense estavam começando a estruturar naquele momento²⁷. A Arquivística Funcional, grande inovação da escola arquivística canadense buscava revisitar os conceitos tradicionais e adaptá-los às formas de vida em mutação constante decorrente da emergência das novas tecnologias de informação e a

²⁵ [...] Na busca por ‘valores’ nos documentos para preservar como patrimônio arquivístico, comecei a acreditar que os arquivistas deveriam tentar explorar mais de perto, através de densas pesquisas contextuais, o poder do documento e as interconexões cidadão-Estado-documento. (Tradução nossa)

²⁶ [...] a macroavaliação avalia o valor social do contexto estrutural-funcional e da cultura do local de trabalho em que os registros são criados e usados por seus criadores e a inter-relação dos cidadãos, grupos e organizações - 'o público' - com esse contexto estrutural-funcional. Se a avaliação designa o valor de longo prazo do conteúdo do documento, ou série de documentos, para os seus valores de pesquisa em potencial, a macroavaliação avalia o significado do contexto de sua criação e uso contemporâneo. A avaliação é sobre documentos; Macroavaliação é sobre o seu contexto mais amplo (ou "macro"). (Tradução nossa)

²⁷ A teoria da macroavaliação de Cook foi pensada no final dos anos 1980 e tornada pública no início dos anos 1990.

grande presença que estas estavam tomando. O mundo pós-moderno é, também, um fenômeno que não deve ser ignorado pela Arquivologia, mas enfrentado como um desafio que exige a adaptação daqueles métodos tradicionais a fim de garantir a permanência e o sustento da área em um cenário social complexamente divergente daquele em que a área se firmou e consolidou²⁸.

Das influências recebidas por Cook, desde seu período de formação, David Bearman²⁹ impactou de forma particular no desenvolvimento de sua teoria da macroavaliação. As ideias de Bearman a respeito do “poder do princípio da proveniência” ofereceram a Cook uma base para desenvolver sua revisão sobre os métodos tradicionais de avaliação. A partir de um conselho oferecido por Bearman³⁰, Cook reorganizou as ideias em sua própria conceitualização de macroavaliação:

Ignore the physical and concentrate on the conceptual: forget the recorded ‘products’ and focus on the ‘process’ of their creation and contemporary use. Understand the creation and authorship of records, their animating functions and activity, their transmission and system interconnections, ... and the importance or value of the resulting records will almost be self-evident. Suddenly, everything “crystallized” for me; I saw through the central contradiction of so much archival thinking based on the physical instead of conceptual legacies from the past. Because early archival theory arose from rules developed for physically arranging and rearranging old records in the stacks, the physical character of archives had achieved almost sacrosanct status in the profession. Given the immense volumes of modern paper records and the transient nature of their random-stored electronic counterparts, however, the profession would only survive in future by downplaying the physical and asserting the conceptual character of archives. (COOK, 2005, p. 123-124)³¹

²⁸ Tognoli (2010) foi responsável por realizar uma compilação bastante clara e elucidativa dos principais pontos da revisão promovida pelas escolas canadense e franco-canadense na construção de uma Arquivística Contemporânea.

²⁹ Apesar de não ser canadense, as reflexões de Bearman seguiram um caminho próximo ao percorrido pelas escolas de lá. Bearman foi professor na Universidade de Pittsburgh, mas desenvolveu atividades de docência e pesquisa também na Universidade de Toronto. Cf. COOK, 1997.

³⁰ Após o acontecimento da Comissão Deschêne, Bearman teria lhe dito: “o segredo para avaliar documentos é colocar um saco sobre eles, e focar em seus contextos de criação”. (COOK, 2005, p. 123, Tradução nossa).

³¹ Ignore o físico e concentre-se no conceito: esquecer os “produtos” gravados e focar no “processo” de sua criação e uso contemporâneo. Compreender a criação e autoria dos registros, suas funções e atividades de animação, sua transmissão e interconexões de sistemas, ... e a importância ou o valor dos registros resultantes serão quase evidentes. De repente, tudo “clarificou” para mim; eu vi através da contradição central de tantos pensamentos arquivísticos baseados no físico em vez dos legados conceituais do passado. Como a teoria inicial do arquivamento surgiu das regras desenvolvidas para organizar e reorganizar antigos documentos nas pilhas, o caráter físico dos arquivos alcançou status quase sacrossanto na profissão. Dado os imensos volumes de documentos modernos em papel e a natureza transitória de suas contrapartes eletrônicas armazenadas aleatoriamente, a profissão só sobreviveria no futuro, minimizando o físico e afirmando o caráter conceitual dos arquivos. (Tradução nossa)

Esta é, sem dúvida, a principal característica do pensamento de Cook que conduziu o deslocamento da centralidade do documento – registro físico – presente na proposta dos valores intrínsecos de Schellenberg. Com isto, coloca-se em cena as características sociais dos documentos, que se encontram para além de sua materialidade.

Neste movimento, os olhares direcionados à seleção da documentação para guarda permanente passam a seguir um caminho diferente, mais afinado às questões que envolvem o contexto social ao qual o documento se insere – e da qual é um produto – e menos com o rigor técnico e burocrático sustentado durante a maior parte do século XX. Como consequência, torna-se mais viável o estabelecimento de formas de representação social em substituição à representação administrativa e fragmentada vigente.

Cook manteve em mente o objetivo de colocar os arquivos a serviço da sociedade, com o foco em criar possibilidades de ver a pluralidade social representada nos arquivos históricos. Porém, esta visão somente pode ser seguida a partir do momento em que teve plena consciência do papel exercido pelos sujeitos responsáveis pela avaliação como co-produtores e co-criadores destas memórias.

[...] As we archivists appraise records, we are doing nothing less than shaping the future of our jurisdiction's documentary heritage. We are deciding what will be remembered and what will be forgotten, who in society will in future be visible and who will remain invisible, who will have a voice and who will not. [...] (COOK, 2005, p. 103)³²

Esta consciência não é apenas resultado do acontecimento da Comissão Deschênes, relatado acima, mas também outros eventos contribuíram para que Cook passasse a compreender desta forma:

[...] feminist theorists also spoke very strongly to me in these years; among much else, they levelled a powerful attack on archives as bastions of patriarchy, marginalising women's voices and experiences, overlooking "ordinary" life (often revealed through case files) by past archival emphases on national politics, war, and dead white men. (COOK, 2005, p. 122)³³

³² [...] Como nós arquivistas avaliamos documentos, não fazemos nada além de moldar o futuro do patrimônio documental da nossa jurisdição. Estamos decidindo o que será lembrado e o que será esquecido, quem na sociedade será visível no futuro e quem permanecerá invisível, quem terá voz e quem não. [...] (Tradução nossa)

³³ [...] também algumas teóricas feministas falaram muito fortemente comigo nesses anos; entre outras coisas, lançaram um poderoso ataque aos arquivos como bastiões do patriarcado, marginalizando as vozes e experiências das mulheres, ignorando a vida "comum" (muitas vezes revelada através de arquivos policiais) por um passado arquivístico com ênfases em política nacional, guerra e homens brancos mortos. (Tradução nossa)

Sem dúvidas, esta provocação lançada por Cook, em reprodução à visão feminista sobre os arquivos, é perturbadora. Ao mesmo tempo, é também sintomática em dois sentidos: 1) ao longo dos séculos, a sociedade “patriarcal” trabalhou para encobrir as memórias daqueles grupos que julgava inconvenientes à manutenção de seu status e sua posição, tratando com prioridade a memória de “homens brancos mortos” e 2) os arquivos são entendidos socialmente como um reflexo da sociedade à qual se insere ao promover a visibilidade de determinados grupos e a invisibilidade de outros, sendo que, em realidade, *qualquer* trabalho de construção de representações simbólicas – os arquivos históricos são apenas um elemento entre a vasta gama de representações – será, sempre, movido a partir daqueles sistemas imaginários sociais vigentes como estruturadores da coletividade em questão.

Desde o final do século XX, e com mais força neste começo de século XXI, os embates entre diferentes grupos sociais têm gerado uma mobilização em prol da pluralização das representações sociais. Grupo de minorias³⁴ têm direcionado esforços no sentido de garantir a visibilidade necessária para que assumam lugares sociais até então negados a eles. Mulheres, comunidades negras, comunidades LGBTQ+³⁵, comunidades religiosas não-cristãs, entre outras, buscam, mais intensamente a cada dia, sua representatividade social como forma de existência. Esta crítica direcionada aos arquivos por parte de teóricas feministas provavelmente deve ser também intencionada por estes outros grupos.

No conjunto de mudanças sociais da virada do século, reforçadas pelas escolas canadenses como as quais a Arquivologia contemporânea deve observar, refletir e buscar se adaptar, seguramente encontra-se também a busca pelas representações. Esta é uma característica marcante deste momento e que mantém estreito e direto contato com a formação das sociedades, de suas identidades, de seus símbolos, de suas memórias; assim como os arquivos.

³⁴ Minorias em representação simbólica. No Brasil, por exemplo, de acordo com o último censo demográfico realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2010, a população brasileira é composta por 51% de mulheres e 49% de homens. Já o Programa Nacional por Amostras de Domicílios (PNAD) de 2015, também promovido pelo IBGE, estima a população brasileira branca em 45,22% e a população preta ou parda em 53,92%. Disponível em: http://mapasinterativos.ibge.gov.br/atlas_ge/brasil1por1.html.

³⁵ Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Transgêneros, Travestis, Queers.

Os arquivos são compreendidos, nas palavras do grupo feminista que teve contato com Cook, como bastiões do patriarcado. A sociedade também o é, não podemos negar.

Os arquivos históricos representam a sociedade, sim, mas não em sua totalidade. A histórica proximidade mantida entre os arquivos e as esferas de poderes sociais foi responsável por trazer aos nossos dias um recorte muito limitado, pontual e específico do passado. A criação dos Arquivos Nacionais franceses deu o impulso necessário para que questões como essas fossem postas em debate público. A busca por novos caminhos no tratamento com os arquivos foi alvo de muitas investigações entre os séculos XVIII, XIX e XX.

Dentre os muitos resultados, o processo de avaliação de documentos foi, provavelmente, o que mais impacto gerou nesta questão da representação social. Após a Segunda Guerra Mundial, as sociedades se reinventaram, e os arquivos deveriam seguir por este mesmo caminho. As propostas de Schellenberg para o trabalho de seleção de documentos não contemplam, ou contemplam pouco, estas questões referentes às representações sociais, mesmo por não ser esta uma preocupação da arquivística à época. Cook, pouco mais à frente, trouxe uma alternativa que colocava pouco mais ao centro a busca pela efetiva representação social – coletiva como de fato é – nos arquivos, retirando da prioridade os interesses políticos e burocráticos dos organismos produtores.

A proposta de Cook é, sem dúvida, interessante e deve ser observada atentamente, mas não devemos nos deixar seduzir. Apesar da revisão promovida nos métodos propostos pela teoria schellenberguiana ao deslocar o foco de análise do documento para o contexto de produção – deslocamento este responsável por grandes mudanças no processo –, não podemos compreendê-la como uma solução efetiva. A grande questão do processo de constituição de arquivos históricos não se encontra no método, mas nas influências.

Tanto a proposta de Schellenberg quanto a de Cook encontram-se subordinadas aos imperativos estruturantes da sociedade, responsável por direcionar visões e concepções de importância e relevância daquilo que deve ou não ser preservado. Esta é uma situação que extrapola os limites do método, situando-se num espaço quase que subconsciente. Independentemente do método que se aplique na seleção de documentos, as opções realizadas seguirão sempre uma

orientação estabelecida como relevante de acordo com o tempo e o espaço social onde se encontra.

Se hoje falamos em arquivos de minorias, é porque o contexto social atual não apenas permite, mas exige, que estes grupos sejam representados e tenham visibilidade. Se os atuais arquivos históricos são compreendidos por grupos de militância como representantes de grupos dominantes, é porque historicamente os arquivos estiveram associados a estes grupos e não era permitido que outros grupos fossem representados no espólio documental.

Os arquivos são produtos sociais e não devem ser compreendidos de outra forma. Qualquer investimento de valor histórico e de importância a algum documento não é questão de método avaliativo; é uma questão institucional e imaginária da sociedade. Investir valores a documentos e selecionar o que é ou não relevante para a história é um ato político por excelência.

A macroavaliação de Cook é relevante e trabalha no sentido de possibilitar uma reconsideração do processo e dos resultados da avaliação. É relevante também ao retirar a visão de que o valor histórico está intrínseco ao documento, como propôs Schellenberg. No entanto, a grande contribuição trazida por Terry Cook não se encontra no método, mas na conscientização do papel da avaliação e do profissional que a realiza como algo de repercussão.

Fruto de seu tempo e de seu contexto social, Cook, assim como as escolas canadense e franco-canadense, demonstram coragem ao buscar uma reconstituição da Arquivologia com foco no social e remover da área a noção de que os arquivos e os arquivistas são dotados de neutralidade e inocuidade. Ao contrário, arquivos e arquivistas são personagens capazes de impactar diretamente na sociedade à qual se inserem. São capazes de construir representações e exercer atividades de poder social. “We archivists [...] are literally co-creating archives. We are making history. *We are exercising power over memory.*” (COOK, 2005, p. 103, grifos nossos)³⁶.

³⁶ Nós, arquivistas [...] estamos literalmente co-criando arquivos. Estamos fazendo história. *Estamos exercendo o poder sobre a memória.* (Tradução nossa)

3 TRAJETÓRIAS DOS ARQUIVOS PESSOAIS

A proposta canadense da macroavaliação se diferencia dos métodos schellenberguianos sobretudo ao colocar os valores sociais como ponto central no estabelecimento de critérios de importância para a preservação de documentos de arquivo. Os pensamentos de Cook ao planejar e desenvolver o método da macroavaliação não se dão de forma aleatória e desconexa com o seu tempo e seu contexto. O modo com que Cook compreende a avaliação está diretamente relacionado à concepção canadense da arquivística e do trabalho com as fontes documentais.

Como já mencionado, o Canadá foi responsável por desenvolver uma nova forma de trabalhar com arquivos, revisando e remodelando alguns conceitos até então cristalizados na área, dando vazão à chamada Arquivística Contemporânea. Muito deste movimento de revisão da área se deve à forma como o Canadá compreende, enxerga e estrutura sua própria sociedade, destoando-a, em alguns aspectos, tanto de seus vizinhos estadunidenses quanto de seus ascendentes europeus.

Uma antiga preocupação da sociedade canadense com a estruturação de sua própria memória e sua própria identidade foi, segundo Laura Millar (1998), um fator motivacional para que as administrações deste país dispensassem tantos esforços na preservação de seus arquivos e no desenvolvimento de métodos de tratamento adequados às suas realidades nacionais. Decorrente deste pensamento e desta forma de ação, a autora ainda relaciona o surgimento de um conceito divergente para a área: os Arquivos Totais (*Total Archives*).

Em seu artigo *Discharging our debt: the evolution of the Total Archives concept in english Canada* (1998), Laura Millar apresenta um histórico da visão canadense sobre os arquivos e a importância social e cultural atribuída a eles. Uma visão ampla, ou macro, que foi responsável por emergir – e mais recentemente questionar – a ideia de cuidado total aos arquivos para a preservação das memórias e das identidades do país. Millar avalia que, para os arquivistas canadenses:

[...] The total archives concept was understood by many to mean that publicly funded archival institutions – such as national archives, provincial archives, and city archives – would acquire, preserve, and make available for public use both government and private sector records in all media, including paper documents and visual and

cartographic images, sound recordings, and in more recent years, magnetic and digital media. (MILLAR, 1998, p. 104)³⁷

O conceito de Arquivos Totais traz à sociedade canadense, principalmente, três ideias sobre o tratamento e a preservação de arquivos: 1) todos os documentos de arquivos são importantes para a história, independentemente do suporte e de sua forma de apresentação; 2) os arquivos privados, sejam os de empresas e de organizações não governamentais como também os de pessoas físicas, são tão relevantes para a história social quanto os arquivos públicos e 3) é responsabilidade dos poderes públicos a guarda, preservação e disponibilização tanto dos arquivos públicos quanto dos arquivos privados.

Com esta visão, os arquivos públicos do país passam a ser responsáveis pela preservação e disponibilização não apenas dos documentos gerados pela própria administração, mas também por aqueles documentos oriundo de agências e organismos externos à administração pública. Destarte, os arquivos públicos passam a ser vistos como órgãos centralizadores no empreendimento de preservação dos documentos históricos referentes à história do país. E é neste sentido que o conceito de Arquivos Totais canadense se diferencia das práticas de outras localidades:

This concept of total archives, while not unique to Canada, differed significantly from archival practice in many other jurisdictions. The United States has evolved a tradition of separating the care of public and private records between state archives, on the one hand, and historical societies and university libraries on the other. British and European practice, particularly at the national level, has also divided the preservation of public and private sector records between agencies such as England's Public Record Office, France's Archives de France, or Germany's Bundesarchiv and these countries' national libraries, university libraries, and state and local historical societies. [...] (MILLAR, 1998, p. 104)³⁸

Enquanto a prática de outros países seguia um pensamento pautado em uma cisão entre documentos públicos e privados, destinando os cuidados dos primeiros

³⁷ [...] O conceito de Arquivos Totais foi entendido por muitos para indicar que instituições de arquivo financiadas com recursos públicos - como arquivos nacionais, arquivos provinciais e arquivos de cidades - devem adquirir, preservar e disponibilizar, para uso público, documentos do governo e do setor privado em todos os suportes, incluindo documentos em papel e imagens visuais e cartográficas, gravações de som e, nos últimos anos, mídia magnética e digital. (Tradução nossa)

³⁸ Este conceito de Arquivos Totais, embora não exclusivo do Canadá, diferiu significativamente da prática de arquivamento em muitas outras jurisdições. Os Estados Unidos criaram uma tradição de separar os cuidados de documentos públicos e privados entre arquivos estaduais, por um lado, e sociedades históricas e bibliotecas universitárias, por outro. A prática britânica e europeia, em particular a nível nacional, também dividiu a preservação dos documentos dos setores público e privado entre agências como o Public Record Office da Inglaterra, os Archives de France da França ou o Bundesarchiv da Alemanha e suas bibliotecas nacionais, bibliotecas universitárias e sociedades históricas estaduais e locais. [...] (Tradução nossa)

aos organismos públicos e dos segundos a outras instituições, como as bibliotecas universitárias e sociedades históricas, a arquivística canadense projetou a união e centralização de todos estes documentos históricos aos cuidados do Estado. Trata-se de uma visão que coloca o poder estatal como órgão central responsável pela promoção de programas de preservação de seus bens culturais e históricos, mesmo daqueles que não foram produzidos por sua administração.

Assim como a proposta da macroavaliação de Cook deslocou o foco de atenção do documento para o contexto social de sua produção, o conceito de Arquivos Totais desloca a responsabilidade por sua preservação do estatuto jurídico do arquivo – se público ou privado – para o valor social investido aos documentos. Trata-se de um olhar que privilegia a ideia de que, se um documento é considerado relevante para a história coletiva, este deve ser custodiado pelo poder público, independentemente de quem o tenha produzido, pois é uma atribuição dos governos fomentar a preservação e zelar pelos bens histórico-culturais de seu povo.

Esta responsabilidade do governo para a proteção dos arquivos privados é decorrente, segundo Millar, da tradição arquivística local desde o início do século XIX, quando se tinha o objetivo de acumular documentos que fossem capazes de testemunharem sobre a história do país, sem a necessidade de dependerem dos arquivos ingleses. A preocupação tem origem após ser evidenciada uma “escassez notável de provas documentais originais” nos arquivos canadenses. Deste modo, “The acquisition of historical materials from sources other than government records offices was considered a primary archival responsibility.” (MILLAR, 1998, p. 105)³⁹

A partir daí, a política arquivística do país passa a ser a de desenvolver coleções com documentos originais ou cópias adquiridas a partir de arquivos externos ao governo local, realizando pesquisas e buscando documentos tanto em arquivos privados dentro do país, quanto em arquivos públicos ou privados do exterior. Este trabalho, desenvolvido por arquivistas, serve de motor para que se desenvolva o conceito de Arquivos Totais. Do mesmo modo, cria-se a mentalidade de que a responsabilidade por esta prática de preservação cabe ao poder público.

During Canada's first era of archival management, from the mid-nineteenth to early twentieth centuries, the primary orientation of archival work was the collection and copying of records from such diverse sources as the personal papers of former governors general

³⁹ A aquisição de materiais históricos de fontes diferentes dos escritórios oficiais de registros foi considerada uma responsabilidade arquivística primária. (Tradução nossa).

of Canada and the collections of missionaries and explorers. The emphasis on collecting and copying grew out of a desire on the part of Canadians to foster their own uniquely Canadian cultural identity. The decision to copy and collect rather than manage institutional records emerged out of a concern for the preservation of those records central to Canada's history of exploration and settlement, records not necessarily found in Canada, and particularly not in the offices of the governments of the day. (MILLAR, 1998, p. 106)⁴⁰

A busca por uma identidade nacional com base em registros documentais é responsável por colocar os arquivos como um importante elemento na construção do sentido comunitário que se busca forjar na sociedade canadense. Deste modo, os arquivos passam a ser peças chave no empreendimento de construção da nação e o governo passa a assumir esta responsabilidade em decorrência da ausência de outras instituições que se dispusessem à preservação destes bens.

There had developed in Canada no tradition of private beneficiaries for arts and culture, no philanthropists such as Carnegie or Rockefeller endowing cultural, artistic, literary, or educational activities. There was no network of provincial institutions similar to the state library system evolving in the United States. There were only a limited numbers of historical societies; there was no national library and no national museum. In short, there was a dearth of those sociocultural institutions that in other countries led to a different orientation in archival endeavour. The government played a leadership role in the identification and preservation of the documentary heritage, just as it served as leader in Canada's culture, economics, education, and transportation infrastructure. (MILLAR, 1998, p. 111)⁴¹

Diferentemente do desenvolvimento ocorrido nos Estados Unidos e em países da Europa, a história canadense exige que o poder público assuma responsabilidades que em outros territórios foram assumidas por agentes privados. Além da obrigatoriedade em gerir seus próprios documentos públicos, a preservação

⁴⁰ Durante a primeira era de gerenciamento de arquivos do Canadá, desde meados do século XIX até o início do século XX, a principal orientação do trabalho de arquivo foi a coleta e cópia de documentos de fontes diversas como os papéis pessoais dos ex-governadores gerais do Canadá e as coleções de missionários e exploradores. A ênfase na coleta e cópia surgiu do desejo de parte dos canadenses de promover sua própria identidade cultural canadense. A decisão de copiar e coletar em vez de gerir documentos institucionais emergiu de uma preocupação com a preservação desses registros, centrais para a história de exploração e estabelecimento do Canadá, documentos não necessariamente encontrados no Canadá, e particularmente não nos escritórios dos governos da época. (Tradução nossa)

⁴¹ Não havia desenvolvido no Canadá nenhuma tradição de beneméritos privados de artes e cultura, nem filantropos como Carnegie ou Rockefeller que ofereçam atividades culturais, artísticas, literárias ou educacionais. Não havia uma rede de instituições provinciais semelhante ao sistema de bibliotecas estaduais como nos Estados Unidos. Havia apenas um número limitado de sociedades históricas; não havia nenhuma biblioteca nacional e nenhum museu nacional. Em suma, houve uma escassez dessas instituições socioculturais que, em outros países, levaram a uma orientação diferente no esforço arquivístico. O governo desempenhou um papel de liderança na identificação e preservação do patrimônio documental, assim como atuou como líder na cultura, economia, educação e infraestrutura de transporte do Canadá. (Tradução nossa)

de documentos privados considerados relevantes para a história nacional são também assumidos pelo governo.

Thus was born the foundation for a distinctly Canadian view of archives, a view that perceived the acquisition of both originals and copies of both public and private records as a legitimate and primary archival function for the Public Archives, as it was now called. The concept of total archives, while not yet articulated by that name, found its origins in this belief in the central role of government in the preservation of historical records from all sources. The heart of total archives lay in this acceptance of public responsibility for society and citizen. (MILLAR, 1998, p. 111)⁴²

Além da responsabilidade pública na preservação dos registros documentais, devemos levar em conta o particular interesse desenvolvido pelos canadenses na captação de arquivos de origem privada para uso público. Na proposta de empreender esforços nos trabalhos de desenvolvimento de memórias e identidades que fossem representativas o suficiente para criar o sentimento nacional canadense, compreendeu-se que não seria o bastante limitar e restringir este trabalho aos documentos públicos oriundos das ações governamentais.

Myron Momryk (2001), em seu artigo *“National Significance”: The Evolution and Development of Acquisition Strategies in the Manuscript Division, National Archives of Canada*, avalia que:

The concept of total archives became a popular subject of discussion among archivists in Canada. This concept advocated the broadest possible preservation of all types of archival records from both private and public sources to document all aspects of Canadian history. The National Archives had acquired the records of the various federal government departments which presented an official perspective on Canadian government operations and activities and on Canadian history generally. On the other hand, the acquisition of records from private individuals and organizations provided a different historical perspective on the development of Canada, often in strong contrast to the federal government perspective and interpretation. This approach to develop a “balanced record” was the core of the total archives concept of archives acquisition. (MOMRYK, 2001, p. 152-153)⁴³

⁴² Assim, nasceu a base para uma visão distintamente canadense dos arquivos, uma visão que percebeu a aquisição de originais e cópias de documentos públicos e privados como uma função de arquivamento legítima e primária para o Arquivo Público, como era chamado. O conceito de arquivos totais, embora ainda não articulado por esse nome, encontrou suas origens nesta crença no papel central do governo na preservação de documentos históricos de todas as fontes. O coração dos arquivos totais está na aceitação da responsabilidade pública pela sociedade e pelo cidadão. (Tradução nossa)

⁴³ O conceito de arquivo total tornou-se um assunto popular de discussão entre os arquivistas no Canadá. Este conceito defendeu a maior preservação possível de todos os tipos de documentos de arquivos de fontes privadas e públicas para documentar todos os aspectos da história canadense. O Arquivo Nacional adquiriu os registros dos vários departamentos do governo federal que apresentaram uma perspectiva oficial sobre as operações e atividades do governo canadense e sobre a história canadense em geral. Por outro lado, a aquisição de registros de particulares e

Assim, a visão canadense segue um caminho pelo qual se buscou contemplar todos os aspectos da sociedade nacional. Esta ambição torna-se mais complexa ao levarmos em consideração a constituição multicultural que a história e formação do território deu ao país. Esta condição coloca questões e problemas particulares aos canadenses, como a preocupação de representar nos arquivos todas, ou a maior parte, das variações culturais que convivem naquele país. Para tanto, “The federal government poured funds and resources into the Multicultural Archives Programme at the Public Archives of Canada because it was perceived that the private record holdings relating to the ethnocultural groups were underrepresented. [...]”. (MOMRYK, 2001, p. 153)⁴⁴

No entanto, o conceito de Arquivos Totais, como é atualmente conhecido na área, surgirá apenas na década de 1970⁴⁵ e, desde então, passa a ser alvo de muitas críticas. Terry Cook assina uma forte crítica ao sistema dos Arquivos Totais em seu texto *The Tyranny of the medium: a comment on "Total Archives"*, publicado no periódico canadense *Archivaria*, em 1979 (COOK, 1979).

Neste texto, o foco de Cook se dirige aos Arquivos Totais como um sistema que corrompe o principal e mais solidificado princípio da arquivística: o princípio da proveniência. Segundo o autor, que à época desta publicação atuava como arquivista no Arquivo Público do Canadá – portanto, acompanhava de perto o desenvolvimento deste conceito na prática – e já se via frente à questão da macroavaliação, o conceito de Arquivos Totais desconsiderava completamente o princípio da proveniência e a noção de fundos de arquivo em favor da construção de coleções temáticas distribuídas em conjuntos pautados nos suportes.

Os documentos privados coletados pelos arquivistas do Arquivo Público, após selecionados, seriam destinados à área que estivesse habilitada a receber aquele tipo de suporte: documentos textuais para uma seção, documentos fotográficos para outra, cartográficos, audiovisuais, peças tridimensionais, e assim por diante. Não havia, segundo Cook, a preocupação em manter um fundo de arquivo privado unido

organizações proporcionou uma perspectiva histórica diferente sobre o desenvolvimento do Canadá, muitas vezes em forte contraste com a perspectiva e a interpretação do governo federal. Esta abordagem para desenvolver um "registro equilibrado" foi o núcleo do conceito de arquivos totais de aquisição de arquivos. (Tradução nossa)

⁴⁴ O governo federal investiu fundos e recursos no Programa de Arquivos Multiculturais nos Arquivos Públicos do Canadá porque se percebeu que as participações de documentos particulares relacionados aos grupos etnoculturais estavam sub-representadas. (Tradução nossa).

⁴⁵ Millar (1998, p. 117) considera que o termo *Total Archives* foi efetivamente forjado em 1972, a partir de uma publicação de Wilfred Smith, *Dominion Archivist* do Arquivo Público do Canadá, com o título *Archives: mirror of Canada past*.

como um conjunto orgânico, atendendo aos preceitos estabelecidos e legitimados pela arquivística internacional (COOK, 1979).

No entanto, a crítica de Cook se dirige enfaticamente à “tirania do suporte” sobre o contexto de produção e a integridade dos fundos arquivísticos, mas não sobre a prática em si de incorporação de documentos privados pelos poderes públicos. Cook critica, portanto, a forma como o conceito de Arquivos Totais é aplicada – corrompendo absolutamente os princípios que sustentam a Arquivologia – sem se opor ao projeto fundante deste conceito canadense: a responsabilidade pública sobre a preservação de todos os arquivos de interesse para a história nacional, incluindo os documentos privados.

O “espírito dos arquivos totais”, como enfatizado por Millar (1999), encontra-se justamente neste projeto de constituição de bases e fontes que sejam capazes de sustentar e erigir uma história e uma identidade para a nação canadense, pautando-se no acúmulo de documentos externos aos registros oficiais públicos. Porém, o equívoco do projeto encontrou-se em sua aplicação orientada pela expectativa de acúmulo de fontes para a história desconectada dos princípios arquivísticos. O privilégio é direcionado à construção de coleções temáticas com documentos de arquivos privados, ocasionando a fragmentação de conjuntos originalmente orgânicos, em detrimento do recolhimento de fundos documentais.

O lugar que assumem os princípios da proveniência e da organicidade, tão caros à teoria arquivística, não abre margens para que eles sejam desconsiderados no desenvolvimento das atividades de qualquer instituição arquivística. Estruturar um projeto político para tratamento de arquivos – sejam eles institucionais, públicos ou privados, e também pessoais – que vá de encontro a estes princípios significa um desligamento com toda a tradição arquivística como área de conhecimento.

Esta questão, no entanto, não passou despercebida, mas recebeu atenção apenas muito tempo após a crítica de Terry Cook. Myron Momryk (2001), ao explorar o desenvolvimento das políticas de aquisição de arquivos privados pelo Arquivo Nacional canadense, relata que, em 1991, foi formado o *Private Sector Acquisitions Strategy Working Group* para debater a prática de aquisição de arquivos privados pelas instituições arquivísticas do país. Em meio aos debates, o tema da aquisição de itens entrou em pauta:

The discussions with the working group obliged the members to review and revise their fundamental concepts relating to acquisition

and the archival universe in general. Archival literature from various archival journals was researched, circulated, and studied. Archivists from the media custodial areas who dealt with item-level acquisitions now had to discuss acquisition issues with archivists who acquired fonds with several hundred metres of textual archival material. The discussions on acquisition strategy which should have progressed from the general to the particular often exploded the parameters beyond the recognizable archival universe to include wide-ranging discussions on Canadian history, society, and culture. [...] (MOMRYK, 2001, p. 163-164)⁴⁶

Outras críticas são dirigidas ao Arquivos Totais após seu estabelecimento como conceito, na década de 1970. Ao longo das décadas de 1970, 1980 e 1990, mudanças nas prioridades dos trabalhos arquivísticos passam a instaurar uma necessária revisão da prática aplicada ao recolhimento de arquivos privados pelos arquivos públicos, bem como ao conceito de Arquivos Totais.

Millar pontua algumas destas mudanças que tornaram inevitável a readequação do projeto de centralização no Estado das responsabilidades de preservação do patrimônio documental nacional:

First was a changing emphasis in government on efficiency and accountability over 'culture' and heritage – a change brought about in part by economic restraint. Many publicly funded archival institutions felt they could no longer afford the 'luxury' of private records acquisition. A second factor was the rapid growth of computer technologies. Archival institutions became more preoccupied with resolving technological challenges and related policy concerns within their host institutions. They also had to address the preservation of their institutions' electronic records, which required increasing attention to records management responsibilities.

A third factor was the strengthening of public policy in the area of information management and privacy, in matters such as security, copyright, records management, and access to information. To meet the real or perceived demands of access and privacy, public sector archives have focused their energies on the management of the public record rather than the acquisition of materials from non-government sources. The fourth factor was the continuing devolution of identity among Canadians from national to regional to local. People seemed to identify themselves ever more closely with community or province, or even with gender, class, sexual orientation, or age, before they linked themselves with Canada. This shift led to a continued increase in the number of smaller and more specialized

⁴⁶ As discussões com o grupo de trabalho obrigaram os membros a rever e revisar seus conceitos fundamentais relativos à aquisição e ao universo de arquivos em geral. A literatura arquivística de vários periódicos especializados foi pesquisada, divulgada e estudada. Os arquivistas das áreas de custódia de mídia, que lidaram com aquisições de itens, agora tiveram que discutir questões de aquisição com arquivistas que adquiriram fundos com várias centenas de metros de material de arquivo textual. As discussões sobre a estratégia de aquisição, que deveriam ter progredido do geral para o particular, muitas vezes explodiram os parâmetros além do reconhecido universo arquivístico para incluir discussões abrangentes sobre a história, a sociedade e a cultura canadenses. (Tradução nossa)

archival repositories, many privately funded and others supported through a range of public grants and subsidies, including funding from the CCA. (MILLAR, 1999, p. 47)⁴⁷

Com o surgimento de novas questões, muito características do fim do século XX, a revisão das práticas de recolhimento de arquivos privados às instituições públicas foi inevitável. Uma crise econômica foi responsável pela diminuição dos recursos direcionados ao Arquivo Público, ao mesmo tempo em que aumentaram as demandas pela gestão dos documentos governamentais, transferindo a atenção prioritária dos arquivos históricos para os arquivos correntes e intermediários. O equilíbrio entre os dois aspectos dos arquivos – primário e secundário – se torna urgente.

Da mesma forma, ao levarmos em consideração que o projeto originário do conceito de arquivos totais previa a constituição de fontes históricas para a construção e manejo das memórias e identidades nacionais, a partir do momento em que a população nacional passa a se identificar primeiramente com seus grupos imediatos e mais próximos, para depois se reconhecer na identidade nacional, novas formas de gestão destas memórias e seus vários suportes – entre os quais os arquivos – precisam ser trabalhadas.

Uma característica deste período é lembrada tanto por Millar (1998) quanto por Momryk (2001). No período compreendido entre as décadas de 1970 e 1990, há um crescimento exponencial na quantidade de pequenos repositórios de arquivos ao longo de todo o território nacional. Momryk aponta que “[...] The number of archival

⁴⁷ A primeira foi uma mudança na ênfase governamental em eficiência e responsabilidade [accountability] sobreposta a "cultura" e patrimônio - uma mudança provocada em parte pela restrição econômica. Muitas instituições de arquivo financiadas com recursos públicos sentiram que não podiam mais pagar o "luxo" da aquisição de documentos privados. Um segundo fator foi o rápido crescimento das tecnologias informáticas. As instituições de arquivo ficaram mais preocupadas com a resolução de desafios tecnológicos [...]. Elas também tiveram que lidar com a preservação dos registros eletrônicos de suas instituições, que exigiam uma atenção cada vez maior às responsabilidades de gestão de documentos.

Um terceiro fator foi o fortalecimento da política pública na área de gerenciamento de informações e privacidade, em questões como segurança, direitos autorais, gestão de documentos e acesso à informação. Para atender às demandas reais ou percebidas de acesso e privacidade, os arquivos do setor público concentraram suas energias na gestão do documentos público e não na aquisição de materiais de fontes não governamentais. O quarto fator foi a contínua devolução entre os canadenses de uma identidade nacional para a regional ou local. As pessoas pareciam se identificar cada vez mais com a comunidade ou a província, ou mesmo com gênero, classe, orientação sexual ou idade, antes de se relacionarem com o Canadá. Esta mudança levou a um aumento contínuo no número de repositórios de arquivos menores e mais especializados, muitos com financiamento privado e outros apoiados através de uma série de subvenções e subsídios públicos, incluindo o financiamento do CCA [Canadian Council of Archives]. (Tradução nossa)

institutions more than doubled in the period 1960–1978 from seventy to over 180. [...]” (2001, p. 154)⁴⁸. Já Millar analisa que:

The field of archives was not exempt from restructuring and decentralization. In 1974, Michael Swift, the chairman of the Archives Section of the Canadian Historical Association, noted that only three provinces and four cities in Canada had developed satisfactory records management programmes. There was a need for the local management of records, public and private, both to ensure government records were well managed and to preserve private records of historical value.⁶⁶ In this atmosphere of decentralization and diffusion the number of repositories in Canada rose from the sixty or so in the 1950s to nearly two hundred in the 1970s, as more regions established their own institutions. [...] As well, a range of community, organizational, and institutional repositories was established. (MILLAR, 1998, p. 121)⁴⁹

Em face às novas questões colocadas pelo campo arquivístico no país, tornou-se evidente que a proposta de centralização do recolhimento de arquivos privados não seria mais sustentável, de modo que o conceito de arquivos totais, da forma como era praticado, entraria em colapso, ao mesmo tempo em que comprometeria o desenvolvimento regional e expansão das instituições arquivísticas ao longo do país. A proposta de centralização da responsabilidade nos arquivos públicos gerava, além de grande impacto à economia, a concentração das fontes documentais para a história em locais que não correspondem necessariamente à origem dos documentos. Documentos de territórios afastados dos grandes centros deixavam seu espaço produtor para serem preservados em outros territórios, deixando regiões do país sem seus próprios registros de história, memória e identidade.

A progressiva criação e implantação de instituições e repositórios de arquivos pelas províncias e cidades, algumas de financiamento público, como arquivos municipais e provinciais, outras de financiamento privado, como grupos organizados, grupos religiosos, etc., permitiu que se pensasse e buscasse formas de

⁴⁸ [...] O número de instituições de arquivo mais que duplicou no período 1960-1978 de setenta para mais de 180. [...]. (Tradução nossa)

⁴⁹ O campo de arquivos não estava isento de reestruturação e descentralização. Em 1974, Michael Swift, presidente da seção de arquivos da *Canadian Historical Association*, observou que apenas três províncias e quatro cidades no Canadá desenvolveram programas de gestão de documentos satisfatórios. Havia necessidade de gerenciamento local de documentos, públicos e privados, tanto para garantir que os documentos do governo fossem bem gerenciados e preservar documentos privados de valor histórico. Nessa atmosfera de descentralização e difusão, o número de repositórios no Canadá passou dos sessenta ou mais na década de 1950 para cerca de duzentos na década de 1970, à medida em que mais regiões estabeleceram suas próprias instituições. [...] Além disso, foi estabelecida uma série de repositórios comunitários, organizacionais e institucionais. (Tradução nossa)

descentralizar a responsabilidade de preservação de arquivos privados no país. A partir desta questão, Millar avalia que na década de 1990, a descentralização age como uma forma de revisão e substituição do conceito de arquivos totais nas práticas arquivísticas do país:

In Canada in the 1990s, the concept of total archives has evolved into a belief in a national “archival system.” The idea that public archival institutions, particularly national or provincial archives, must acquire and preserve all records of significance to Canadians has been replaced with a perception that archival materials are best kept as close as possible to their place of origin. According to advocates of the archival system, responsibility for the care of records rests with the agencies responsible for their creation; corporate, municipal, and community archives are the keys to preserving Canada’s documentary heritage. (MILLAR, 1998, p. 104)⁵⁰

Apesar de Millar considerar que esta mudança ocorre apenas na década de 1990, a mesma autora aponta que a questão se encontrava posta em discussão desde o final da década de 1970, com a criação de um Grupo Consultivo sobre Arquivos Canadenses, em 1978, que foi responsável por dar início à proposta de criação de um sistema arquivístico nacional. Segundo Millar, o relatório deste Grupo aponta a importância em manter os arquivos próximos de seus ambientes produtores e descentralizar a responsabilidade do poder público na preservação dos arquivos privados (1998, p. 122). Para tanto, o Grupo sugere que sejam desenvolvidas iniciativas que estimulem a criação de novos repositórios ao longo do país:

To encourage the development of corporate, institutional, and regional archives, the Group envisioned a “comprehensive system of archives in Canada.” Such a system would not be based in universities, as envisioned by the Symons Commission. Instead, it would encompass all types of archival facilities, public and private, university and business. The Group envisaged institutions such as oil companies, banks, or other businesses and organizations establishing their own corporate archives and providing public access to their holdings. Personal and family records would be preserved by municipal or local archives or perhaps as private collections in corporate or institutional archives. Rather than dictating who might or might not care for archival records, the system would encourage

⁵⁰ No Canadá, na década de 1990, o conceito de arquivos totais evoluiu para uma crença em um "sistema arquivístico" nacional. A ideia de que as instituições de arquivamento público, particularmente os arquivos nacionais ou provinciais, devem adquirir e preservar todos os documentos de significância para os canadenses foi substituída pela percepção de que os materiais de arquivo são melhor guardados o mais próximo possível do seu local de origem. De acordo com os defensores do sistema arquivístico, a responsabilidade pelo cuidado dos registros recai sobre as agências responsáveis pela sua criação; os arquivos corporativos, municipais e comunitários são a chave para preservar o patrimônio documental do Canadá. (Tradução nossa)

cooperation among both existing and new repositories. [...] (MILLAR, 1998, p. 123)⁵¹

Ao mesmo tempo em que a preservação dos arquivos privados ganha em substância ao ser preservado próximo de seu ambiente de produção – assim a documentação é mantida junto ao seu contexto sociocultural de origem –, também passa a correr alguns riscos. Por melhores que sejam as intenções de um repositório local ou comunitário em seus esforços de preservação da documentação privada de interesse histórico para sua própria comunidade, este é um trabalho muito custoso. Uma série de elementos são necessários para que se pratique a preservação e dê acesso a documentos de valor histórico, como: mão de obra especializada, equipamentos específicos para conservação preventiva, controle climático, estrutura predial adequada para receber um acervo e seu público, e muitos outros.

Todos estes elementos conferem altos custos na manutenção de um acervo histórico, por menor e mais simples que seja. Quanto mais misto em suportes for o acervo, mais elementos são necessários para que o trabalho de preservação destas fontes históricas seja eficiente e adequado. Na somatória geral, o custo real de manutenção de uma instituição de arquivo geralmente supera os orçamentos disponíveis para estes locais, ainda mais se considerarmos uma instituição que não contará com subsídios e recursos dos poderes públicos. No entanto, os estímulos previstos pelo Grupo de 1978 parecem ter surtido efeito na criação de repositórios de arquivos ao longo do território:

[...] In 1980, the Consultative Group had identified 200 archival repositories. In 1982, Statistics Canada reported 491 institutions, and in 1989 the Canadian Council of Archives identified 627, including public and private, community and regional, thematic, religious, business, and educational. The Canadian archival system appeared to have replaced the concept of total archives. (MILLAR, 1998, p. 125)⁵²

⁵¹ Para incentivar o desenvolvimento de arquivos corporativos, institucionais e regionais, o Grupo prevê um "sistema abrangente de arquivos no Canadá". Esse sistema não se basearia nas universidades, conforme previsto pela Comissão Symons. Em vez disso, abrangeria todos os tipos de instalações arquivísticas, públicas e privadas, universidades e negócios. O Grupo considerou instituições como companhias de petróleo, bancos ou outras empresas e organizações que estabeleçam seus próprios arquivos corporativos e forneçam acesso público às suas participações. Os documentos pessoais e familiares seriam preservados por arquivos municipais ou locais ou talvez como coleções particulares em arquivos corporativos ou institucionais. Em vez de ditar quem pode ou não se importar com os registros de arquivamento, o sistema incentivaria a cooperação entre os repositórios existentes e novos. (Tradução nossa)

⁵² [...] Em 1980, o Grupo Consultivo identificou 200 repositórios de arquivos. Em 1982, a estatística do Canadá relatou 491 instituições e, em 1989, o Conselho Canadense de Arquivos identificou 627, incluindo públicos e privados, comunitários e regionais, temáticos, religiosos, empresariais e

Na busca por estratégias de consolidação de bases para a identidade coletiva dos canadenses, o desafio que se colocou foi a adequação às novas posturas dos cidadãos, que passam a se identificar mais com seus grupos e comunidades locais e menos com uma identidade produzida para toda a nação. Frente a este desafio, os arquivos totais parecem não se adequar à nova realidade e a readequação de objetivos parece ser bem pensada.

Ao estimular a criação de repositórios de arquivos por todo o território nacional e deslocar a responsabilidade de preservação dos arquivos privados dos grandes arquivos públicos para estas instituições mais especializadas, permite-se o desenvolvimento de uma forma de autonomia na criação da memória e identidade de cada grupo ou região. A preservação dos arquivos privados não se encontra mais subordinada à visão centralizadora proveniente de alguns grandes arquivos centrais, compreendidos como capazes de preservar a referida documentação e, mais importante que isso, determinar quais itens ou conjuntos documentais são relevantes o bastante para ingressar na instituição.

A ação que antes era compreendida como *responsabilidade* do poder público em preservar a documentação histórica do país, com a política de descentralização assume a forma de *direito* concedido a cada grupo e cada território de selecionar e preservar sua própria memória e sua própria identidade. O direito de selecionar suas próprias fontes e seus próprios símbolos outorga às comunidades o poder de construir sua própria memória, de estabelecer a forma como será representada sua identidade, do modo mais próximo às suas necessidades e anseios.

Esta readequação promovida no conceito de arquivos totais garantiu a modificação apenas na forma de praticar o conceito, sem comprometer a essência da visão canadense. Os arquivos privados continuam preservados, mas agora de forma mais contextualizada e afinada com seu âmbito sociocultural.

[...] Gary Mitchell, of the British Columbia Archives, has claimed that community-based archives are “the new growth area within archives.” Hugh Taylor has argued that “oral history, folklore and the archives of families, businesses and institutions will find a natural home in the Community Archives where all can feel and experience a dynamic heritage experience in which they can be personally involved and which will be passed down to their descendants”. (MILLAR, 1998, p. 132)⁵³

educacionais. O sistema de arquivamento canadense parece ter substituído o conceito de arquivos totais. (Tradução nossa)

⁵³ Gary Mitchell, do British Columbia Archives, afirmou que os arquivos baseados na comunidade são "a nova área de crescimento dentro dos arquivos". Hugh Taylor argumentou que "a história oral, o

É justamente esta questão levantada por Taylor que torna a proposta de revisão do conceito de arquivos totais mais conveniente aos grupos que constituem a sociedade. Antes, os registros documentais de memórias e identidades destes múltiplos grupos encontravam-se subordinados à visão do Estado e de seus agentes autorizados, que assumiram a tarefa de estabelecer e determinar qual seria a representação preservada de cada grupo ou comunidade nos arquivos centrais do Estado. Esta prática não pode resultar em outra coisa que não uma visão externa dos critérios de importância e legitimidade das memórias e identidades dos grupos.

A prática de centralização da responsabilidade de preservação dos documentos históricos em um único órgão – no caso dos arquivos totais, no Poder Público –, além de garantir recursos financeiros e estruturais adequados à tarefa, traz consigo um caráter autoritário, determinista e totalitário pautado na heteronomia. Centralizar a preservação dos documentos considerados de valor histórico não deve ser compreendido unicamente pela capacidade de oferecer mão de obra especializada, cuidados necessários à conservação preventiva e condições de acesso público ao material. Deve-se considerar, de forma prioritária, os impactos que essa prática terá no estabelecimento, preservação e manutenção das representações que são geradas a partir do recolhimento de conjuntos documentais privados a instituições de custódia.

Centralizar a custódia de documentos não se limita a centralizar os documentos – os suportes – mas conseqüentemente significa centralizar as decisões de permanência dos documentos e o investimento do valor histórico aos documentos. Centralizar esta prática simbólica, quando se trata de registros referentes às histórias de coletividades alhures, resulta na inibição da capacidade autônoma de cada comunidade de estabelecer e trabalhar seu próprio passado e suas próprias identidades, substituindo-a por uma concepção heterônoma destas representações.

Conceder a autonomia de projeto das memórias e identidades de uma coletividade a ela própria, de forma legítima e oficializada, pode ser considerado como uma prática de respeito à alteridade e multiplicidade das comunidades e grupos sociais. Desta forma, transferir às comunidades a responsabilidade pela

folclore e os arquivos de famílias, empresas e instituições encontrarão um lar natural nos arquivos comunitários, onde todos podem sentir e experimentar uma experiência patrimonial dinâmica na qual eles podem ser envolvidos pessoalmente e que serão transmitidos aos seus descendentes” (Tradução nossa)

preservação de seus arquivos não se configura exatamente como “*responsabilidade*”, mas como um *direito* de preservar e dar permanência àquilo que melhor representa a comunidade de acordo com sua visão interna. Isto é respeito aos critérios de valores estabelecidos, aceitos e considerados representativos por quem efetivamente é capaz de fazê-los.

3.1 ARQUIVOS PESSOAIS

A contribuição trazida pela proposta canadense dos Arquivos Totais que consiste na conscientização e valorização dos documentos de origem privada é salutar para a área. Ao desenvolver uma prática que inclui direcionar ao poder público a responsabilidade pela preservação de documentos que não foram produzidos pelas instâncias governamentais, mas que são considerados de interesse para a preservação das memórias e identidades coletivas, a proposta dos Arquivos Totais coloca em debate a relevância pública e coletiva dos documentos de origem privada. Esta ampliação da abrangência e das funções dos arquivos reforça a questão referente, sobretudo, a um conjunto de arquivos considerado marginalizado pela Arquivologia: os arquivos pessoais.

Pelo ponto de vista arquivístico, este movimento canadense pode ser considerado de “ampliação da abrangência e das funções dos arquivos” menos pela promoção de uma proposta de preservação dos documentos de origem privada – prática esta que já era empregada em outros territórios, como veremos adiante –, e mais pela inclusão destes conjuntos documentais de particulares ao ambiente do arquivo. A prática arquivística, em seu desenvolvimento histórico de formação e consolidação, tanto de seus métodos quanto de seu escopo, pouca atenção dispensou aos arquivos de pessoas físicas, muitas vezes considerados como elementos que não competiam às instituições arquivísticas.

Esta afirmação encontra-se presente em um dos textos basilares da arquivologia que, apesar de sua data de publicação, influenciou o desenvolvimento dos métodos aplicados ainda hoje na área. Em 1898, sob os auspícios da Associação dos Arquivistas Holandeses, S. Muller, J. A. Feith e R. Fruin publicam o *Handlciding vocr het ordenen en beschrijven van Archieven*, com a primeira versão

em língua portuguesa publicada no Brasil em 1960 sob o título *Manual de Arranjo e Descrição de Arquivos*⁵⁴.

De entrada, os autores do Manual consideram importante contextualizar a que a obra se destina, intitulado o primeiro capítulo como “A origem e composição dos arquivos” e, nesse sentido, fornecem a concepção de “arquivo” que guiará o desenvolvimento do Manual. Nela, os holandeses afirmam que:

Arquivo é o conjunto de documentos escritos, desenhos e material impresso, recebidos ou produzidos oficialmente por determinado órgão administrativo ou por um de seus funcionários, na medida em que tais documentos se destinavam a permanecer na custódia desse órgão ou funcionário. (MULLER; FEITH; FRUIN, 1973, p. 13)

A definição fornecida no Manual é restritiva no sentido de limitar à competência do arquivo apenas aqueles documentos veiculados de forma oficial, excluindo os documentos extraoficiais ou de cunho doméstico. No entanto, devemos nos atentar que os autores entendem como necessário fornecer explicações e justificativas que fundamentem a elaboração da definição apresentada. Assim, segue-se à definição, as referidas justificativas, das quais, destacamos as seguintes:

Oficialmente. Somente os documentos oficiais, isto é, os recebidos ou produzidos pelos órgãos administrativos ou pelos funcionários, «a título oficial», pertencem ao arquivo. Os recebidos ou produzidos a outro título, pelos membros de um órgão administrativo, ou pelos seus funcionários, e freqüentemente [sic] encontrados no arquivo, não lhe pertencem. Da mesma forma, as cartas particulares a funcionários dele não fazem parte. É mister, contudo, aceitar tudo isso *cum grano salis*⁵⁵. Particularmente nas localidades pequenas e remotas ocorreu com freqüência [sic] que os documentos recebidos fossem redigidos nas mais variadas formas, exceto na oficial, e até mesmo que se achasse neles toda sorte de pormenores domésticos. Como é natural, seria contrário ao fim a que se visa removê-los da coleção, sob o pretexto de obediência a este princípio da forma. (MULLER; FEITH; FRUIN, 1973, p. 15)

Apesar da concentração de atenção dos arquivistas holandeses na limitação dos documentos de arquivo como apenas aqueles oficiais, vê-se que apresentam flexibilidade para a aceitação de informações extraoficiais e domésticas, desde que

⁵⁴ Com Tradução de Manoel Adolpho Wanderley, este Manual foi publicado no Brasil como parte de um programa de revisão e fortalecimento da arquivologia no país empreendido pelo Arquivo Nacional. À época dirigido pelo historiador José Honório Rodrigues, o Arquivo Nacional das décadas de 1950 e 1960 foi responsável por trazer vasta bibliografia internacional para a América Latina, como defende o incentivador deste movimento: “Creio que este livro, ao lado do *Manual* e da *Avaliação dos documentos Públicos Modernos*, ambos de T. R. Schellenberg, da *Significação dos Arquivos Econômicos*, por Bertrand Gille e Oliver W. Holmes, dos *Arquivos e as Modernas Pesquisas Econômicas e Sociais* de R. Marquant e, finalmente, dos dezenove folhetos técnicos mimeografados, constitui a primeira biblioteca arquivística de toda a América Latina.” (RODRIGUES, 1973, p. 09)

⁵⁵ Segundo Oliveira, em seu Dicionário Jurídico de Latim (2007, s/p), *cum grano salis* indica que “o enunciado não se deve tomar a sério – temperado que foi com um grão de sal”. Neste sentido, a obediência ao exposto deve ser realizada com ponderação e parcimônia.

o contexto dos documentos e o objetivo de manutenção de arquivos sejam maiores do que a informação em si. O exemplo dado das cartas direcionadas a funcionários em caráter privado, evidentemente, não deverão compor arquivos da organização, pois, as relações particulares dos servidores nada dizem respeito às atividades do órgão administrativo em questão.

Esta distinção, no entanto, se justifica muito mais pela visão de concordância aos princípios da proveniência e da organicidade dos fundos de arquivo – já firmados e divulgados neste período, como vimos no capítulo anterior –, do que por posicionamento contrário à existência ou praticabilidade de constituição de arquivos por particulares. Os holandeses, aliás, indicam que particulares podem, sim, constituir seus arquivos. Esta reflexão encontra-se registrada no artigo 3 do Manual:

3. Os órgãos administrativos e os empregados de entidades privadas também podem originar um arquivo.

Há pessoas jurídicas de direito civil, tais como conventos, hospitais, confrarias, etc., e, hodiernamente, sociedades e associações, *verbi gratia*, a «Companhia para a Exploração das Estradas de Ferro», a «Sociedade Holandesa para o Fomento da .Uidústria [sic]», a «Federação do Zuiderzê», a «Sociedade de Nassau-La Lecq», cujos órgãos administrativos ou empregados lavram contratos, recebem cartas, redigem atas, etc. tudo no âmbito das suas funções, por onde se assemelham às entidades públicas. Às próprias pessoas privadas é dado possuírem arquivos. O negociante, da mesma forma que a Sociedade comercial ou a companhia, dispõe de um arquivo, composto do diário, razão, cartas recebidas, cópias das cartas expedidas, e assim por diante. (MULLER; FEITH; FRUIN, 1973, p. 19, itálicos dos autores, sublinhados nossos)

Apesar de considerarem os arquivos privados como possibilidade de acordo com as normas estabelecidas para a constituição de arquivos, note-se que constituirão documentos de arquivos apenas aqueles documentos decorrentes – produzidos ou recebidos – das atividades profissionais desenvolvidas pelo sujeito autônomo. Desqualificam-se como documentos de arquivo aqueles papéis originados no ambiente doméstico e que tratam de assuntos particulares, sem vínculo com as atividades laborais. Este posicionamento fica explícito no parágrafo seguinte deste mesmo artigo 3 do Manual:

No entanto, não abrange o exposto os chamados «arquivos de família». Constituem estes, por via de regra, um aglomerado de papéis e escritos, que os vários membros de determinada família, ou os habitantes de uma casa ou castelo, na qualidade de pessoas privadas ou a títulos diversos, algumas vezes mesmo como colecionadores de curiosidades reuniram e conservaram. Os documentos de um arquivo de família não formam «um todo»; foram, não raro, agrupados segundo os mais estranhos critérios e falta-lhes a conexão orgânica de um arquivo no sentido em que o define o

presente Manual. As regras para o arquivo em sua acepção própria, não se aplicam, pois, aos arquivos de família. (MULLER; FEITH; FRUIN, 1973, p. 19)

A “conexão orgânica” é enfatizada pelos autores do Manual como elemento fundante dos arquivos, de modo, então, que os ditos “arquivos de família” não se configurem como efetivos arquivos, mas antes como coleções de documentos desconexos. Por este posicionamento dos arquivistas holandeses, que aparentam buscar o emparelhamento com os preceitos da arquivologia – sobretudo o princípio do *respect des fonds* francês –, é esperado que tais restrições sejam destacadas no referido Manual.

Para melhor compreendermos os pensamentos registrados por S. Muller, J. A. Feith e R. Fruin, não podemos nos afastar das motivações que impulsionaram os arquivistas à elaboração do referido Manual. Um histórico da criação do Manual é apresentado por Eric Ketelaar (1996). Os holandeses, afirma Ketelaar, tinham em mente a produção de um instrumento normativo que estabelecesse as bases de uma padronização para o tratamento dos arquivos públicos do país, onde há pouco havia sido instituída a figura dos arquivos provinciais. Neste contexto, a redação do Manual, dirigida por Muller – que há poucos anos havia sido nomeado arquivista-geral da província de Utrecht –, objetivou solucionar os problemas estritamente práticos no empreendimento de organização dos arquivos do Estado⁵⁶.

Com esta informação, torna-se evidente que, mais do que estabelecer um conceito geral de arquivos, o Manual dos arquivistas holandeses se propõe a estabelecer normas – ou “as cem regras” (KETELAAR, 1996) – especificamente para os trabalhos com os documentos do Estado e aqueles que por ele forem incorporados. Assim sendo, os preceitos estabelecidos pelo Manual de Arranjo e Descrição de Arquivos da Associação dos Arquivistas Holandeses não têm a pretensão de ser abrangente em todos os âmbitos de constituição dos arquivos ou mesmo de buscar alguma reflexão sobre os arquivos como área de conhecimento ou campo de atuação. Decorrente disto, é de se esperar que os arquivos de pessoas físicas não sejam contemplados em seus apontamentos, dada a especificidade do empreendimento.

⁵⁶ Ketelaar ainda destaca a visão de que o Manual foi responsável por cristalizar as práticas arquivísticas e impedir o desenvolvimento teórico da área por algum tempo em função, principalmente, do caráter fundamentalmente prático da obra. (1996)

Maria Odila Fonseca, em sua obra *Arquivologia e Ciência da Informação*, considera a publicação do Manual dos arquivistas holandeses como “[...] marco inaugural do que se poderia chamar de uma disciplina arquivística, como um campo autônomo de conhecimento.” (2005, p. 32). Este reconhecimento não parte exclusivamente da pesquisadora brasileira, mas esta se baseia também em afirmações semelhantes emanadas por outros grandes teóricos internacionais como Theo Thomassen, T. R. Schellenberg, Antónia Heredia Herrera, Hélio Lodolini, Armando Malheiro da Silva, e mesmo Terry Cook. Fonseca avalia que

O *Manual dos holandeses* é fundamental e, em que pese seu caráter pragmático e às referências obrigatoriamente fixadas, geográfica e historicamente, sua leitura, como aquela de qualquer clássico, explica o caminho percorrido e ilumina o que se há de percorrer. (FONSECA, 2005, p. 33, grifo da autora)

O impacto, de âmbito internacional⁵⁷, gerado na área com a publicação deste manual que sistematizou de forma inédita um modelo de organização de arquivos, em que pese as atividades de arranjo e descrição, foi responsável por levar a obra dos holandeses ao patamar de base para o desenvolvimento de considerável porção da arquivologia que conhecemos atualmente. Este fato não é negligenciado por Fonseca, que analisa a repercussão da obra na constituição da arquivologia ao longo do século XX:

A partir do estabelecimento do *Manual dos holandeses* como marco fundador da codificação da disciplina arquivística podem ser apontados alguns tópicos importantes na análise das características de configuração da área, tanto do ponto de vista de suas bases teóricas e conceituais quanto de sua inserção histórica e geográfica. A análise desses pontos remete: a) à inserção da arquivologia na *episteme* da modernidade, especialmente na chamada ‘esfera política’; b) à conseqüente [sic] importância das instituições arquivísticas para lidar com os problemas de uma administração pública que deve ser eficiente; c) à subordinação da disciplina em relação ao seu objeto, ou seja, se a idéia [sic] de arquivo estiver clara, estará clara a idéia [sic] de arquivologia; e d) à tradição manualística da área, às suas limitações e às tentativas de generalizar o particular, favorecendo o império da norma. (FONSECA, 2005, p. 33, grifos da autora)

Evidenciado o impacto da obra dos holandeses na constituição da arquivologia, e muito bem analisado por Fonseca, podemos considerar que a área, ao longo do século XX – período de sua consolidação prática, metodológica e teórica –, se estabelece em grande parte a partir das 100 normas fixadas pelo

⁵⁷ “O *Manual dos holandeses* teve a maior influência, porque foi o primeiro e porque alcançou muitos arquivistas através de traduções para o francês, alemão, inglês, italiano, português, chinês, entre outras.” (COOK, 1997 apud FONSECA, 2005, p. 33)

Manual. Deste modo, os interesses norteadores dos autores, além de pautar a elaboração do manual de procedimentos, passam, por amálgama, a serem tomados como base para o desenvolvimento da área. Como consequência, a arquivologia buscará se atentar mais às demandas originadas em agendas de eficiência pública e burocrática – cerne da esfera pública moderna –, subordinando os papéis de pessoas físicas aos outros equipamentos de informação, como as bibliotecas e os museus.

O Manual da Associação dos Arquivistas Holandeses é concebido como uma forma de normatizar os trabalhos de organização dos arquivos públicos daquele país, e este é o fio condutor de todas as normas estabelecidas, incluída aí a definição de arquivo que abre o Manual. No entanto, sua leitura não dá elementos suficientes para considerarmos que os profissionais da área naquele país considerassem os arquivos pessoais como conjunto documental que não compete à área. Esta categoria de arquivos não competia, de fato, aos interesses da Associação na elaboração daquele instrumento normativo.

Aos olhos da arquivologia, os arquivos pessoais permanecerão em parcial invisibilidade por, pelo menos, meio século a mais, quando serão efetivamente observados e se tornarão elemento de debates na área.

3.2 O RECONHECIMENTO DOS ARQUIVOS PESSOAIS

Utilizamos a expressão “parcial invisibilidade” pois, apesar de não serem objetivamente explorados pela literatura especializada no período que segue à publicação do Manual de Muller, Feith e Fruin, não podemos dizer que os arquivos pessoais foram absolutamente desconsiderados pela área. Schellenberg (2006, p. 36-37), em um trabalho de fatura que objetiva relacionar alguns dos conceitos de “arquivo” veiculados na área na primeira metade do século XX, seleciona os de três autores fortemente conceituados: o inglês Hilary Jenkinson (1922), o italiano Eugênio Casanova (1928) e o alemão Adolf Brenneke (1953).

Schellenberg (2006, p. 36) apresenta que Jenkinson considera arquivo os documentos:

[...] produzidos ou usados no curso de um ato administrativo ou executivo (público ou privado) de que são parte constitupinte [sic] e, subsequentemente, preservados sob a custódia da pessoa ou

peças responsáveis por aquele ato e por seus legítimos sucessores para a sua própria informação.

Casanova, por sua vez, considera arquivo como “[...] a acumulação ordenada de documentos criados por uma instituição ou pessoa no curso de sua atividade e preservados para a consecução de seus objetivos políticos, legais e culturais, pela referida instituição ou pessoa.” (1928 apud SCHELLENBERG, 2006, p. 37)

Brenneke percebe os arquivos “como o conjunto de papéis e documentos que promanam de atividades legais ou de negócios de uma pessoa física ou jurídica e se destinam à conservação permanente em determinado lugar como fonte e testemunho do passado.” (1953 apud SCHELLENBERG, 2006, p. 37)

A partir desta relação, Schellenberg (2006, p. 37) conclui que “Para serem considerados arquivos, os documentos devem ter sido criados e acumulados na consecução de algum objetivo.”. Esta conclusão obtida pelo estadunidense não limita os arquivos aos documentos produzidos em âmbito estatal, assim como os autores referenciados abrem margem para que o âmbito privado, incluindo as pessoas físicas, constitua seus arquivos. Seguindo a lógica apresentada pelos holandeses em 1898, os arquivos privados e de pessoas serão considerados como competentes à esfera arquivística desde que restrito às atividades profissionais e administrativas, desqualificando as possibilidades de documentos domésticos integrarem essa definição.

E é por esta linha que se desenvolve o pensamento arquivístico, herdeiro da publicação holandesa do fim do século XIX. Originada em ambiente de administração pública, a arquivística se detém ao aspecto jurídico-administrativo dos documentos, em seu espaço de produção. Lúcia Maria Velloso de Oliveira analisa que:

Ao utilizar os termos – *atividade, ato, funções, e missão* – imediatamente estabeleço uma ligação com o cenário de uma organização, seus processos de negócios, suas atribuições. Nesse sentido, por muito tempo os arquivistas somente reconheceram como típicos de arquivo os documentos produzidos no âmbito corporativo. Num processo contínuo e sem crítica, o discurso que justifica e conceitua o arquivo, em sua própria construção, ao utilizar termos mais identificados com a administração, exclui a visibilidade dos arquivos pessoais no quadro conceitual. (OLIVEIRA, 2012, p. 35, grifos da autora)

Com os ambientes da administração pública no foco dos arquivistas, qualquer expressão documental que não fosse compatível aos regimentos corporativos, mesmo que em vulto, não se constituem objeto de atenção, o que não significa sua

completa desconsideração. Os autores observados por Schellenberg, assim como os holandeses, não deixam de considerar como possibilidade a existência dos arquivos gerados por pessoas físicas. Apenas não dirigem esforços para explorá-los, o que repercute na imposição de algumas limitações que distinguem, nos teóricos do começo do século XX, a forma de perceber os arquivos pessoais daquela que se empregou pela área no final do mesmo século.

Desta rápida observação oferecida por Schellenberg, que escreve seu *Arquivos Modernos* na década de 1950, gostaríamos de destacar dois pontos que consideramos relevantes para compreender a parcial invisibilidade dos arquivos pessoais na cena arquivística. O primeiro diz respeito ao espaço onde são construídas e estruturadas as bases da arquivística; o segundo, ao impacto gerado no período pós-guerra com o fortalecimento da necessidade de se desenvolver um processo de avaliação de documentos.

A partir da leitura dos diferentes conceitos apresentados, Schellenberg observa que “Os arquivistas de diversos países, como vimos, definiram o termo ‘arquivos’ de maneira diferente. Cada qual definiu-o segundo o modo como se aplica aos materiais com que lidam.” (2006, p. 40). Esta observação é condizente com o histórico da arquivística, de raízes reconhecidamente empíricas, em que as teorias e princípios se desenvolvem a partir de experiências práticas. Estas experiências práticas foram, posteriormente, sistematizadas e deram origem aos manuais de arquivística – uma tradição na área, como já vimos nas palavras de Fonseca, que reflete sobre a “tradição manualística” – escritos justamente por arquivistas que empreenderam esforços em desenvolver métodos próprios. Com a sistematização e publicação de suas experiências em manuais, estes arquivistas passaram à condição de teóricos da área.

Neste ponto, nos afiliamos à hipótese levantada por Lúcia Maria Velloso de Oliveira (2012, p. 32-33):

Como consequência desse processo histórico, outra hipótese sobre o lugar obscuro dos arquivos pessoais na literatura da área baseia-se na própria formação profissional dos teóricos da arquivologia, que usualmente são oriundos de uma vivência no âmbito dos arquivos públicos. De acordo com essa hipótese, suas formulações teóricas estariam direcionadas à realidade de produção, gestão, preservação e acesso dos documentos públicos e, portanto, não considerariam os arquivos pessoais.

Para exemplificar e justificar sua hipótese, Oliveira relaciona alguns teóricos considerados fundamentais à consolidação da arquivologia. O já debatido trio de

arquivistas holandeses, S. Muller, J. A. Feith e R. Fruin, dedicaram suas atividades profissionais aos arquivos provinciais e também ao Arquivo Nacional em seu país; Hilary Jenkinson foi diretor do Arquivo Público Britânico; Michel Duchain foi inspetor-geral dos Arquivos Nacionais da França; e mesmo T. R. Schellenberg chegou a ser sub-diretor do Arquivo Nacional dos Estados Unidos (OLIVEIRA, 2012, p. 33). A este conjunto, podemos acrescentar os outros dois exemplos utilizados por Schellenberg: Adolf Brenneke, diretor do Arquivo do Estado da Prússia, e Eugênio Casanova, que teve uma carreira dividida entre vários arquivos italianos, como de Florença, Siena, Turim, Nápoles e os Arquivos do Estado do Reino de Roma, antes de ingressar para a carreira acadêmica, na Universidade de Roma. Não podemos nos esquecer que até mesmo o principal princípio da arquivologia, o princípio da proveniência, é atribuído a Nataly de Wally, arquivista responsável pela gestão dos arquivos públicos franceses. Segundo Delmas (2010), a teoria das três idades também é originada das reflexões de um arquivista vinculado ao arquivo municipal de Paris, Yves Pérotin. Assim como estes exemplos, vários outros nomes poderiam integrar a relação.

Esta observação nos leva a considerar que, mais do que buscar a exploração dos arquivos em todos os seus aspectos de conformação, por um viés científico-academicista, os principais teóricos formadores da arquivologia do século XX tinham em mente buscar soluções para suas realidades profissionais. Deste modo, a pouca atenção dada aos arquivos pessoais não seria fruto de exclusão conceitual deste objeto, mas sim pelo fato de estes conjuntos pessoais não estarem na ordem do dia dos profissionais que se tornaram teóricos.

Este fator não impediu Schellenberg de assumir que, mesmo invisíveis aos teóricos da arquivologia, seus métodos são aplicáveis aos arquivos privados ou pessoais, nomeados pelo autor como “papéis privados”, que “Tanto inclui material que se origina de uma pessoa quanto de uma entidade” (2006, p. 269):

As coleções naturais devem ser preservadas no arranjo original, desde que esse arranjo seja determinável e inteligível. [...] Esse arranjo pode mostrar consequências de tempo, relações pessoais, ou relações orgânicas. [...] Resumindo, a coleção tem mais significado como um todo do que os documentos individuais dentro da mesma têm separadamente, e essa significação adicional deriva do contexto no qual os documentos foram conservados e usados, isto é, das séries que foram estabelecidas para os mesmos. A ordem na qual os documentos foram acumulados ou o sistema de arquivamento pelo qual foram organizados podem trazer alguma luz sobre a natureza da coleção, da mesma maneira que a ordem na qual os arquivos são

acumulados esclarece quanto à organização e ao funcionamento do órgão que o criou. (SCHELLENBERG, 2006, p. 279-280)⁵⁸

Com relação ao segundo elemento que pretendemos destacar, está o impacto gerado na mentalidade da área com o surgimento da necessidade de um processo de avaliação documental, responsável por investir aos documentos de arquivo um valor secundário em caráter seletivo. Quer pela concepção de arquivos sustentada pelos arquivistas holandeses, como pelas definições trazidas por Jenkinson e Casanova, é patente o caráter endógeno dos arquivos. Os documentos de arquivo, para estes teóricos do começo do século, deveriam cumprir atividades restritamente vinculadas ao seu organismo produtor, sem se preocupar diretamente com os usos posteriores e por terceiros. Das definições selecionadas por Schellenberg, apenas a do alemão Brenneke – concepção gerada já em meados do século XX – apresenta a preocupação com os valores testemunhais e secundários que caberão aos documentos de arquivo.

Para Schellenberg, este é o principal elemento que tornou urgente uma renovação da conceituação de arquivos no período pós-segunda guerra:

O arquivista moderno, penso eu, precisa de fato dar nova definição ao termo 'arquivos' de maneira mais adequada às suas próprias exigências. O elemento seleção deve estar implícito na sua definição de arquivos, pois o maior problema do arquivista atual consiste em selecionar, da massa de documentos oficiais criados por instituições públicas e privadas de todos os gêneros, os arquivos que se destinam à preservação permanente. (SCHELLENBERG, 2006, p. 40)

Para além das questões que envolvem o trabalho de investimento de valores, já debatido no primeiro capítulo desta pesquisa, a necessidade de avaliação de documentos para guarda permanente trouxe aos arquivistas o desafio de romper as barreiras institucionais dos arquivos e passar a observá-los com um olhar pautado em sua relevância social. Muito mais do que atender a demandas oriundas de seu espaço de trabalho, os arquivistas, com a tarefa da avaliação documental, passam a ter a responsabilidade de participar no processo de seleção de documentos para a sociedade.

Com o pensamento endógeno presente nas primeiras definições de arquivo, focado no bom funcionamento do organismo acumulador do arquivo – produzidos e

⁵⁸Schellenberg compreende que “O termo ‘coleções naturais’ pode ser empregado para aglomerados documentários que se formam no curso normal dos negócios ou da vida de entidades privadas – individuais ou coletivas – como firmas comerciais, igrejas, instituições ou organizações. Cada qual é comumente oriunda de uma mesma fonte e reunida concomitantemente com as ações a que se refere.”, em oposição às “coleções artificiais”, que “[...] em geral deriva de diversas fontes, e não de uma única.” (2006, p. 270-271)

recebidos – e no atendimento de suas próprias demandas internas, os arquivos pessoais não teriam espaço nas agendas dos profissionais da época, apesar de todos abrirem margem para que pessoas físicas pudessem constituir seus próprios arquivos, sempre vinculados aos seus fazeres profissionais. A partir do momento que o investimento de valores sociais para descarte ou guarda permanente passa a ser debatido pelos profissionais da área, a visão de “arquivos” deve, necessariamente, ser ampliada, de modo que possa ir ao encontro das demandas extra-institucionais, muito mais abrangentes e diversificadas do que as institucionais.

Ao debater algumas das principais diferenças entre os arquivos e as bibliotecas, Schellenberg é responsável por demonstrar o caráter endógeno não apenas na formação e usos dos conjuntos documentais, mas também na atuação das instituições de guarda. Em um pensamento influenciado pelos ideais tradicionais sustentados pelo inglês Hilary Jenkinson, o autor compreende que:

Os arquivos são órgãos receptores, ao passo que as bibliotecas são colecionadores. Um arquivo, seja instituição oficial ou privada, é criado com o objetivo de preservar os expedientes da organização a que serve. Via de regra, o arquivo não conta com grande capacidade de aquisição de material por compra ou por doação. Normalmente, em apenas uma fonte, que é o governo, a instituição ou a pessoa a que serve. O arquivo de um país deve receber apenas materiais produzidos pelo governo a que serve, não os produzidos por outros países. Um arquivo destinado a servir a apenas um ministério deve receber somente materiais daquele determinado ministério. O destinado a servir à administração de um certo nível não receberá senão os materiais produzidos naquele nível de administração. [...]. (SCHELLENBERG, 2006, p. 45)

Este pensamento do sub-diretor do Arquivo Nacional dos Estados Unidos torna claro o contraponto de sua teoria com a política dos arquivos totais praticada pelo Arquivo Nacional canadense. Enquanto Schellenberg, apoiado em pontos de tradições inglesas cristalizadas em seu país, manifestava o fechamento das instituições públicas de arquivos em si mesmas – com finalidades objetivamente administrativas –, os arquivos públicos de seu país vizinho atuavam, além de administradores dos documentos de Estado, como absorventes de documentos privados potencialmente contribuidores na construção de memórias e identidades nacionais.

Diferentemente do pensamento canadense, a vertente estadunidense não considera como possibilidade a custódia de arquivos privados por instituições arquivísticas públicas, o que coloca, uma vez mais, os arquivos pessoais afastados do rol de interesses dos arquivistas deste país. Consequência desta atenção

dedicada aos documentos produzidos pela administração pública, os arquivos pessoais nos Estados Unidos seriam direcionados à custódia das bibliotecas, dos museus e das sociedades históricas espalhadas ao longo do país, instituições mais preocupadas com a concentração de materiais utilizados para o desenvolvimento de pesquisas.

Neste país, as sociedades históricas, sobretudo, assumiram papel de relevância no cenário preservacionista. Dissociadas da esfera pública, estas associações privadas ou não-governamentais assumiram a responsabilidade rejeitada pelos arquivos públicos na preservação de arquivos privados e pessoais, muitas das quais com escopo que compreende a história local e regional. Doyle (2012, s/p) avalia que:

Many local historical societies were founded in the late 19th and early 20th century by amateur historians whose interest in the past was often combined with a desire to celebrate the significance, growth, and business potential of the community. These early societies were commonly formed by elites whose main interest was the history of people like themselves, leaders in business, commerce, and government. Their mission was to preserve the legacy of their ancestors, to commemorate local heroes, and to preserve historic architecture.⁵⁹

Enquanto as bibliotecas e museus de grandes universidades assumiram a responsabilidade sobre os arquivos privados e pessoais considerados de interesse nacional, estas pequenas organizações dinamizaram a preservação de documentos privados que fossem de interesse local e regional. Papel que, em outros territórios, como o caso já analisado do Canadá, caberia aos arquivos públicos provinciais ou municipais, nos Estados Unidos é conduzido por estas pequenas iniciativas privadas. Muitas delas de pequeno porte, estas iniciativas de sociedades históricas se proliferaram ao longo do século XX por todo o país.

Rapid urbanization and urban renewal in the 20th century led to another wave of interest in preserving local history. No one knows for sure how many local historical societies and small museums exist in the United States today — rough estimates place the number at over 10,000. (DOYLE, 2012, s/p)⁶⁰

⁵⁹ Muitas sociedades históricas locais foram fundadas no final do século XIX e início do século XX por historiadores amadores cujo interesse no passado foi muitas vezes combinado com o desejo de celebrar o significado, o crescimento e o potencial comercial da comunidade. Essas sociedades iniciais eram comumente formadas por elites cujo principal interesse era a história de pessoas como elas próprias, líderes em negócios, comércio e governo. Sua missão era preservar o legado de seus antepassados, comemorar heróis locais e preservar a arquitetura histórica. (Tradução nossa)

⁶⁰ A rápida urbanização e a renovação urbana no século XX levaram a outra onda de interesse em preservar a história local. Ninguém sabe ao certo quantas sociedades históricas locais e pequenos museus existem hoje nos Estados Unidos - estimativas aproximadas colocam o número em mais de 10.000. (Tradução nossa)

A importância destas instituições na preservação de documentação privada e pessoal é reconhecida pela comunidade de arquivistas do país. A Sociedade dos Arquivistas Americanos (*Society of American Archivists* - SAA), em seu website, mantém uma campanha que objetiva promover o estímulo à doação de arquivos pessoais e familiares às instituições de custódia. Estas instituições, chamadas de “repositórios” pela referida campanha, desenvolvem importante atuação na preservação de documentos históricos, como é enfatizado pela SAA:

Manuscript repositories — also called archives, historical societies, and special collections libraries — carefully preserve collections of written, visual, audible, and electronic material created by private citizens both past and present. Such repositories ensure that these personal and family records will be available for research by generations to come. (SAA, 2017, s/p)⁶¹

O simples fato de haver uma campanha promovida pela sociedade nacional dos arquivistas para a doação de arquivos privados às instituições de custódia já é dado suficiente para afirmar o reconhecimento destes papéis pessoais aos olhos da arquivologia no país. No entanto, o reconhecimento não é suficiente para incluí-los nos espaços dos arquivos públicos, e se limita a reconhecê-los como elementos relevantes para a história e memória coletiva local:

For millennia, written records have provided essential clues to the past. Through letters, diaries, and unpublished writings of many types, and also through the audible, visual, and electronic records of recent times, researchers have been able to study and understand much about the history of particular families, communities, businesses, and organizations, the history of specific events and broader societal trends, and the history of the United States in general. Letters, emails, diaries, photos, and other material accumulated over the years give vital and unique information regarding your life or the history of your family. These materials obviously matter to you, and they may be important to your community, state, or nation, too. Whether or not members of your family attained a degree of fame, they have contributed to the heritage of a certain place and time. When you donate your personal or family records to a manuscript repository, your family history becomes a part of your community's collective memory. (SAA, 2017, s/p)⁶²

⁶¹ Os repositórios de manuscritos - também chamados de arquivos, sociedades históricas e bibliotecas de coleções especiais - preservam cuidadosamente as coleções de material escrito, visual, sonoro e eletrônico criado por cidadãos particulares tanto do passado como do presente. Tais repositórios garantem que esses registros pessoais e familiares estarão disponíveis para pesquisa por gerações futuras. (Tradução nossa)

⁶² Por milênios, os registros escritos forneceram pistas essenciais para o passado. Através de cartas, diários e escritos inéditos de muitos tipos, e também através dos registros sonoros, visuais e eletrônicos dos últimos tempos, os pesquisadores conseguiram estudar e entender muito sobre a história de famílias, comunidades, empresas e organizações particulares, a história de eventos específicos e tendências societárias mais amplas e a história dos Estados Unidos em geral. Cartas, e-

A campanha “*Donating your personal or family records to a repository*” é interessante pois destaca a importância dos documentos pessoais para a história social e a memória coletiva de grupos e comunidades, independentemente da ressonância e reconhecimento do titular/acumulador daquela documentação. Deste modo, difunde-se a ideia de que qualquer indivíduo pode constituir arquivos pessoais e que estes documentos acumulados por pessoas comuns são potencialmente de interesse coletivo para a história e para a memória, distanciando a ideia de que apenas personalidades com grande reconhecimento e impacto social em alguma área de atuação profissional – seja nas artes e literatura, política ou ciência – acumulem documentos de interesse coletivo. Iniciativa como essa só se torna possível e viável graças à difusão e aos esforços empreendidos por pequenas organizações locais e regionais, como as sociedades históricas.

O direcionamento dos “papéis privados” às bibliotecas, museus e sociedades históricas locais indica que, nos Estados Unidos, o reconhecimento dos arquivos pessoais não surge no interior da arquivologia, nem pelos profissionais que atuam nos arquivos. Os arquivos pessoais terão primeiramente seu reconhecimento como fontes de pesquisas históricas para que, posteriormente, venham a ser considerados como parte do universo arquivístico. No entanto, até o atual momento, a vertente estadunidense da arquivologia apresenta resistência em aceitá-los como fundos de arquivo e abrir mão de designações como “*personal papers*”, “*collections*” ou a tradicional “*manuscripts*”⁶³.

Por caminhos opostos, os arquivos pessoais tanto nos Estados Unidos quanto no Canadá acabaram atingindo um destino comum. No Canadá, a revisão da política dos arquivos totais, que pressupunha a centralização da responsabilidade no poder público sobre a custódia dos documentos privados de interesse para a história nacional, substituída por um chamado “sistema de arquivo”, que descentralizou as ações de preservação destes conjuntos documentais para instituições de caráter

mails, diários, fotos e outros materiais acumulados ao longo dos anos fornecem informações vitais e únicas sobre sua vida ou a história de sua família. Esses materiais, obviamente, são importantes para você, e eles também podem ser importantes para sua comunidade, estado ou nação. Se os membros de sua família alcançaram ou não algum grau de fama, eles contribuíram para a herança de um determinado lugar e tempo. Quando você doa seus documentos pessoais ou familiares para um repositório de manuscritos, sua história familiar se torna parte da memória coletiva da sua comunidade. (Tradução nossa)

⁶³ Neste país, a compreensão dos documentos é responsável por diferenciá-los entre *records* e *manuscripts*, sendo os primeiros aqueles documentos da administração pública ou privada, e os segundos os documentos chamados “históricos” ou de interesse imediato para a pesquisa.

regional e local, mas ainda assim públicas. Nos Estados Unidos, a ausência de atenção das instituições arquivísticas públicas para com os documentos privados estimulou e promoveu o desenvolvimento de iniciativas privadas que buscassem dar conta desta demanda histórica, originada mais pelo interesse na pesquisa histórica por parte das próprias comunidades do que pelo reconhecimento destes materiais por parte da comunidade arquivística.

Assim como no Canadá, os investimentos comunitários estadunidenses na preservação de seus próprios arquivos privados concedem aos grupos e comunidades o poder sobre suas memórias, por meio da seleção daqueles conjuntos que a realidade local elege como representativo. Esta autonomia gerada por instituições arquivísticas ou históricas reforça as ideias de que qualquer cidadão é integrante do grupo, que a história regional é relevante e que os arquivos pessoais são capazes de contribuir para pesquisas históricas.

3.3 OS ARQUIVOS PESSOAIS NO BRASIL

Heloisa Liberalli Bellotto em seu trabalho que se tornou leitura obrigatória em todos os cursos de Arquivologia brasileiros, *Arquivos Permanentes: tratamento documental* (2006), apresenta de modo claro uma organização dos diversos tipos de arquivos que integram o cenário arquivístico. Esta obra, que se propõe a ser um manual de arquivística, é dividida em três partes assim organizadas: *Temas Introdutórios*; *Temas Centrais*; *Temas Complementares*. Como o título já indica, a obra é dedicada à apresentação de formas e métodos de tratamento documental – em suas variadas etapas de procedimentos – para os arquivos permanentes.

A tônica que guia o seu desenvolvimento é claramente focada aos arquivos públicos, ou seja, documentação produzida e recebida pelos poderes públicos em todas as suas esferas. No entanto, um trecho é dedicado a aquilo que se diferencia do eixo central da discussão. Este trecho leva o nome de “Arquivos privados: conceituação e caracterização”, e se apresenta como o capítulo que fecha a segunda parte – *Temas Centrais* – da obra.

Neste capítulo, a autora desenvolve uma distinção conceitual entre os arquivos públicos e privados, denunciando que a concepção jurídica é rasa e demasiadamente simplista ao ditar que é privado tudo aquilo que não é público. Neste sentido, Bellotto dá seguimento a uma observação dos documentos e

arquivos privados à luz da Arquivologia, tomando por base os princípios da proveniência e da organicidade. O que cabe destacar deste capítulo é a segmentação feita pela autora dentro do conjunto de arquivos privados.

Para Bellotto, os arquivos privados devem ser compreendidos como integrados por três diferentes categorias de arquivos, a saber: arquivos econômicos, arquivos sociais e arquivos pessoais. Para definir seu entendimento sobre os arquivos pessoais, avalia:

[...] São papéis ligados à vida familiar, civil, profissional e à produção política e/ou intelectual, científica, artística de estadistas, políticos, artistas, literatos, cientistas etc. Enfim, os papéis de qualquer cidadão que apresente interesse para a pesquisa histórica, trazendo dados sobre a vida cotidiana, social, religiosa, econômica, cultural do tempo em que viveu ou sobre sua própria personalidade e comportamento. (BELLOTTO, 2006, p. 256)

Já para compreender as outras duas categorias de arquivos privados, podemos resumir como sendo os econômicos aqueles de organizações privadas com interesses econômicos, como empresas e indústrias, enquanto que os sociais são aqueles de organizações não-governamentais sem interesses econômicos, como sindicatos e associações gerais, por exemplo (BELLOTTO, 2006, p. 254-256).

Bellotto ainda coloca em questão o lugar dos arquivos privados no contexto arquivístico e preservacionista no Brasil dos anos 1980, ressaltando que ‘Os arquivos privados ainda são, no Brasil, uma questão de ‘causa’, ainda necessitam que ‘levantem bandeiras’. [...] é preciso conscientizar, integrar e institucionalizar.’ (p. 259).

Terminada esta apresentação, a obra em questão encerra sua segunda parte e dá início à terceira parte, que leva o nome de “*Temas Complementares*”. Esta parte tem início com um capítulo dedicado especificamente aos arquivos pessoais, com o título de “Arquivos pessoais como fonte de pesquisa”. Para nossa análise aqui, não consideraremos tanto o conteúdo e a discussão levantados por Bellotto no desenvolvimento deste capítulo, mas sim sua localização na obra⁶⁴.

Vemos que a temática dos arquivos pessoais recebeu, nesta obra, um lugar associado à complementaridade do cenário arquivístico, sendo retirado dos temas centrais que compõem a área. Justiça seja feita destacando o mérito da autora em levantar a questão dos arquivos privados e, mais especificamente, dos arquivos

⁶⁴ Não há aqui qualquer descrédito às análises desenvolvidas pela autora neste capítulo de seu livro. Apenas é interesse para nossa leitura, neste momento, dedicar mais atenção à forma do texto do que ao conteúdo.

peçoais em uma época em que tal categoria de arquivos ainda era bastante incipiente.

No entanto, sua localização tangencial é um dado capaz de nos apresentar qual era a percepção da área à época do lançamento desta obra, fazendo jus ao manifesto apresentado pela própria autora ao relatar o caráter de “causa” vivenciado pelos arquivos privados.

Na “Introdução à 2ª Edição” (2006, p. 17), Bellotto ressalta o que nos interessa nesta análise: “Passados mais de 10 anos, desde a sua finalização em 1988 e a sua publicação em 1991, este livro é uma obra datada. [...] fazendo com que seu conteúdo de alguma forma tivesse ficado ‘congelado’ dentro da bibliografia e do saber arquivístico anteriores aos anos 1990.” É exatamente este dado que nos interessa ao observarmos a localização dos arquivos pessoais no contexto da obra.

Até o início da década de 1990, como retrata a obra de Bellotto, os arquivos pessoais ainda se encontravam em um período de afirmação no Brasil, com um *locus* pouco sólido, seja na área preservacionista, e mesmo na Arquivologia brasileira. O processo de consolidação da Arquivologia como área de conhecimento no Brasil estava em desenvolvimento, ainda com poucos cursos de graduação em Arquivologia no país, o que repercutiu em poucos estudos que visassem questionar a área e suas práticas e propor caminhos.

Neste sentido, atenção deve ser dada às instituições que se dedicavam a trabalhar diretamente com os arquivos pessoais. Na proposta de fundamentar suas atividades metodológicas no que tange à organização de arquivos pessoais, o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), da Fundação Getúlio Vargas (FGV), elaborou em 1980 um manual de procedimentos técnicos para a organização de arquivos privados. Sua quarta versão, oficialmente publicada pela Editora FGV em 1998 (CPDOC, 1998), constitui uma das primeiras referências na área especificamente direcionada ao tema dos arquivos pessoais (GONÇALVES, 2007).

No ano anterior, 1997, este mesmo centro de documentação foi responsável por promover, em parceria com o Instituto de Estudos Brasileiros (IEB), da Universidade de São Paulo (USP), o *Seminário Internacional Sobre Arquivos Pessoais*, cujo material produzido foi publicado como número da revista *Estudos Históricos*, editada pelo CPDOC (FRAIZ, 1998). Por muito tempo, esta edição da revista *Estudos Históricos*, que compilou 13 textos de renomados pesquisadores das

áreas de Arquivologia, História e Ciências Sociais, foi a única referência bibliográfica de peso que se teve no Brasil para pensar e refletir sobre os arquivos pessoais⁶⁵.

Este número da revista *Estudos Históricos* - volume 11, número 21 da revista –, conta com textos de intelectuais brasileiros e estrangeiros, como Philippe Artières, Renato Janine Ribeiro, Contardo Calligaris, Priscila Fraiz, Ulpiano T. Bezerra de Menezes, Christophe Prochasson, Ângela Maria de Castro Gomes, Terry Cook, Ariane Ducrot, Ana Maria de Almeida Camargo, Maria Madalena A. de M. Machado Garcia, Célia Maria Leite Costa e Heloísa Liberalli Belloto. A pluralidade objetivada na seleção dos nomes garantiu como extrato a visão multidisciplinar sobre este objeto pouco estudado no Brasil.

Originalmente, os textos são organizados em dois blocos denominados “Escrita de si/escrita da história” e “O espaço do arquivo”. O primeiro bloco é destinado a reunir os textos que objetivem debater os arquivos pessoais como espaços de memórias – individuais e coletivas – e fontes para o fazer historiográfico, enquanto o segundo bloco é dedicado a questões mais propriamente arquivísticas, como classificação, diplomática, a legitimidade dos arquivos pessoais no ambiente do arquivo e, sobretudo, as decorrências da incursão de arquivos pessoais no espaço público.

Deste panorama podemos levantar algumas observações. Inicialmente, evidencia-se o arquivo pessoal como um objeto de interesse dividido entre duas áreas: história e arquivologia, sendo a maior parte dos textos originados no seio da primeira⁶⁶. O ponto de vista historiográfico, portanto, é predominante nesta primeira grande publicação brasileira dedicada aos arquivos pessoais. Esta configuração é responsável por deslocar a prioridade dos debates da conceitualização dos documentos privados como efetivos fundos de arquivo e privilegiar a promoção de seus valores como elementos de interesse para os estudos históricos.

⁶⁵ Com exceção de alguns poucos casos pontuais, como a dissertação de mestrado defendida por Priscila Fraiz, em 1994, junto ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, com o título “A construção de um eu autobiográfico: o arquivo privado de Gustavo Capanema”, convertido em artigo publicado na mencionada edição de 1998 da *Estudos Históricos*. Durante a década de 1980, constatamos a ocorrência de dois textos publicados por Ana Maria de Almeida Camargo, intitulados “O público e o privado: contribuição para o debate em torno da caracterização de documentos e arquivos” e “Arquivos pessoais: uma proposta de descrição”, ambos publicados em 1988, no volume 09 da revista *Arquivo: Boletim Histórico e Informativo*, do Arquivo Público do Estado de São Paulo.

⁶⁶ Dos 13 nomes relacionados na publicação, cinco são de pessoas com carreira profissional dedicada aos estudos e à organização de arquivos, mesmo que suas formações acadêmicas provenham de outras áreas: Ana Maria de Almeida Camargo, Heloisa Liberalli Bellotto, Ariane Ducrot, Terry Cook e Maria Madalena Arruda de Moura Machado Garcia.

Outro ponto a se observar, decorrente da primeira observação, encontra-se nas temáticas abordadas pelos artigos, sobretudo aqueles organizados no bloco “O espaço do arquivo”. Dos seis textos que compõem esse bloco, dois são dedicados à questão da privacidade e dos conflitos originados da transposição de documentos pessoais – privados – para o espaço público. A existência desta preocupação, demonstrada nos textos, indica a transposição dos espaços e domínios dos arquivos pessoais do âmbito privado ao público como desafio que não deve ser contornado e remediado, mas encarado e debatido. A intimidade é considerada elemento característico e constituinte – à maioria – dos arquivos pessoais, em certos casos podendo ser até mesmo aquilo que o justifica como tal; seu lugar no espaço público é o problema.

As problemáticas que envolvem a questão de intimidade na transposição dos documentos pessoais daqueles ambientes doméstico e privado para os espaços públicos, mais do que um problema original, é uma consequência de novas manifestações na historiografia. Letícia Borges Nedel avalia:

[...] A chave do deslocamento [do privado ao público] me parece estratégica. Ela se aplica particularmente bem ao que talvez seja a maior singularidade dos conjuntos pessoais em relação a outros tipos de configuração documental: uma situação de fronteira – como toda fronteira, móvel – entre a casa e a rua, entre o individual e o coletivo, entre a memória e a história, entre os arquivos e as coleções. (NEDEL, 2013, p. 132)

Esta percepção de Nedel é decorrente de uma renovação nos fazeres historiográficos, da qual a historiografia brasileira não se isentou. O reconhecimento dos arquivos pessoais como fontes para a pesquisa histórica é algo datado e foi parte das análises apresentadas na edição da revista *Estudos Históricos* de 1998. Publicado nesta edição, o artigo “*Nas malhas do feitiço: o historiador e os encantos dos arquivos privados*”, assinado pela historiadora Ângela de Castro Gomes, enfatiza que:

[...] A descoberta dos arquivos privados pelos historiadores em geral está, por conseguinte, associada a uma significativa transformação do campo historiográfico, onde emergem novos objetos e fontes para a pesquisa, a qual, por sua vez, tem que renovar sua prática, incorporando novas metodologias, o que não se faz sem uma profunda renovação teórica, marcada pelo abandono de ortodoxias e pela aceitação da pluralidade de escolhas. Isto é, por uma situação de marcante e clara diversidade de abordagens no ‘fazer história’. (GOMES, 1998, p. 122)

A historiadora, ao apontar um processo de renovação historiográfica, refere-se à estruturação do que passou a ser chamado de “história cultural”, ou uma “nova

história”. O movimento em questão, que objetivou criticar os métodos historiográficos utilizados pelos historiadores das ideias, fortaleceu a imagem dos indivíduos como sujeitos históricos e, portanto, fundamentais para a compreensão dos cenários históricos que a área procura explorar. Gomes explica este movimento da seguinte forma:

A história cultural que, grosso modo, vai sendo proposta a partir desse longo esforço de reflexão e aprendizado, se quer distinta porque recusa fundamentalmente a ‘expulsão’ do indivíduo da história, abandonando quaisquer modelos de corte estruturalista que não valorizem as vivências dos próprios atores históricos, postulados como sujeitos de suas ações. Ao fazê-lo, essa história cultural também rejeita as oposições entre coletivo e individual e entre quantitativo e qualitativo, assumindo um enfoque que trabalha com ambos os termos, mas que, em função da reação que representa, inova ao postular a dignidade teórica do individual e a fecundidade metodológica do qualitativo. Por repensar modelos macro-históricos e por considerar a ‘experiência’ dos homens em seu tempo e lugar como crucial para o entendimento dos processos sociais, essa história cultural floresceu em grande parte associada a uma mudança na escala de trabalho do historiador, vale dizer, associada à micro-história. (GOMES, 1998, p. 123, grifos da autora)

O entendimento apresentado por Gomes é compartilhado também por Christophe Prochasson (1998), Luciana Heymann (2012) e Letícia Borges Nedel (2010; 2013), que concordam em concentrar o início deste período de renovação da prática historiográfica na década de 1970, e se mostra como a principal tônica que guia o desenvolvimento desta primeira publicação dedicada aos arquivos pessoais no Brasil. Do mesmo modo, a consolidação da história cultural na historiografia brasileira pode ser compreendida como elemento catalizador para a valorização e preservação dos arquivos pessoais no Brasil, mas não sua única causa.

Podemos considerar que a custódia de arquivos pessoais por parte de instituições arquivísticas brasileiras encontra na história cultural uma grande influência, responsável por impulsionar a preocupação com a preservação destes conjuntos arquivísticos. Mais fôlego é dado a esta preocupação ao considerarmos que as primeiras instituições arquivísticas brasileiras contaram com corpo profissional formado por profissionais da área de História, responsáveis por dar a tônica que estas organizações seguiriam. No entanto, a incorporação de arquivos pessoais por instituições arquivísticas no Brasil é muito anterior a este movimento.

A partir de uma pesquisa na base de dados do Arquivo Nacional (AN), o Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN)⁶⁷, é possível identificar que, dos 901 conjuntos documentais custodiados pela instituição – e disponíveis para consulta por meio desta base de dados –, mais de 200 se configuram como fundos ou coleções pessoais ou familiares. Há ocorrências de recebimento de arquivos pessoais em caráter de doação ou compra ainda no século XIX.

Segundo dados obtidos no SIAN, o primeiro arquivo pessoal a ser recebido pelo Arquivo Nacional foi o de José da Silva Lisboa (1756-1835), reconhecido pelo título de Visconde de Cairu, título este que nomeia seu arquivo pessoal, doado ao AN em 1850. Até o fim do século XIX, outros quatro arquivos de pessoas deram entrada na instituição, sendo dois pessoais e dois familiares, a saber: Fundo Alexandre Paulo de Brito Amorim, Coleção Família Oliveira Barbosa, Coleção Família Henrique Luís de Niemeyer Bellegarde e Fundo João Pires Farinha, respectivamente em 1874, 1883, 1887 e 1892⁶⁸.

No período compreendido entre 1900 e 1960, outros 47 fundos pessoais e coleções familiares foram incorporados ao acervo do AN, enquanto que entre 1961 e 2014, deram entrada na instituição mais 121 fundos e coleções pessoais ou familiares. Evidencia-se, com isso, um crescimento exponencial na recolha de arquivos pessoais pelo órgão central do sistema arquivístico público nacional, dividido em três períodos: desde sua criação, em 1835, a 1899 (intervalo de 64 anos), com quatro incorporações; entre 1900 e 1960 (60 anos), com 47 incorporações; e entre 1961 e 2014 (53 anos), com 121 incorporações.

Outro exemplo pode ser retirado de levantamento de dados similares realizado nas bases de dados do Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP), fundado em 1892. A base de dados do APESP encontra-se atualmente dividida em dois sistemas de dados, sendo um chamado de “Guia Antigo”⁶⁹, e o outro de “Guia do Acervo”⁷⁰, que se encontra ainda em fase de implantação e substituirá o “Guia Antigo”. Em levantamento realizado de modo associado entre as duas bases de dados, identificamos 45 fundos e coleções pessoais custodiados pelo APESP, sendo

⁶⁷ Disponível em <http://sian.an.gov.br/sianex/consulta/login.asp>

⁶⁸ É importante destacar que, dos 223 fundos e coleções pessoais e familiares listados na base de dados SIAN, 50 não indicam data de entrada na instituição. Destes, é possível supor que ao menos dois fundos deram entrada antes de 1900, enquanto os demais, supostamente, ingressaram antes de 1950. Como não há elementos suficientes para confirmar estas suposições, estes fundos e coleções não integram o levantamento apresentado no texto.

⁶⁹ Disponível em http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/guia/guia_antigo

⁷⁰ Disponível em <http://icaatom.arquivoestado.sp.gov.br/ica-atom/destaques.php>

que destes, apenas dois fundos foram incorporados em 1912, a saber: José Luis de Almeida Nogueira e Roberto de Molina Cintra⁷¹. Após estas incorporações, a base de dados apresenta uma lacuna de 52 anos sem entrada de arquivos pessoais, retomando a prática em 1964, com a doação do arquivo pessoal de Hernani de Campos Seabra. Entre as décadas de 1970, 1980 e 1990, passaram a integrar o acervo do APESP mais 26 fundos e coleções pessoais e familiares, sendo a maior parte destes concentrada na década de 1980.

Nos dois exemplos observados, ambas instituições vinculadas ao poder público, apesar de haver ocorrências de incorporações de arquivos privados pessoais antes do período relatado como consolidação das práticas da história cultural pela historiografia brasileira, vemos que a partir da década de 1960, a quantidade de arquivos pessoais incorporados aumentou consideravelmente. Fenômeno similar pode ser percebido também no aumento de instituições dedicadas ao recolhimento e à preservação de conjuntos documentais pessoais.

O Conselho Nacional de Arquivos (Conarq) é responsável por manter o Cadastro Nacional de Entidades Custodiadoras de Acervos Arquivísticos (Codearq)⁷², um registro decorrente da implantação da Norma Brasileira de Descrição Arquivística (NOBRADE), que prevê a existência de um código identificador exclusivo para cada entidade custodiadora de acervos arquivísticos que faça uso da referida Norma. Em função desta necessidade, o Codearq foi criado para fornecer esse código identificador às instituições. No entanto, o Codearq acabou se tornando, de alguma forma, a fonte mais próxima de um levantamento censitário de instituições arquivísticas que o país dispõe.

Atualmente⁷³, são cadastradas no Codearq 371 entidades custodiadoras de acervos arquivísticos em todo o país, independentemente se públicas ou privadas, se de gestão corrente e intermediária ou de preservação permanente. O Estado de São Paulo conta com 53 entidades custodiadoras cadastradas, das quais, 23

⁷¹ Dos 45 fundos e coleções pessoais custodiados pelo APESP, 13 não contam com informação da data de entrada na instituição disponível nas bases de dados. Pelas mesmas razões apresentadas no caso do Arquivo Nacional, estes fundos e coleções não serão considerados no texto.

⁷² Disponível em <http://conarq.arquivonacional.gov.br/conarq/entidades-custodiadoras/o-cadastro.html>

⁷³ É importante destacar que o cadastro não é definitivo e está em constante atualização. A inclusão de novas instituições é iniciativa tomada por cada entidade custodiadora, independentemente de solicitação ou chamada do Conarq. A responsabilidade do Conarq se limita a conceder o Codearq às entidades que solicitam e alimentar o banco de dados a cada novo cadastro. O referido levantamento foi realizado em agosto de 2017.

instituições públicas e seis instituições privadas definem em seu cadastro que são custodiadoras de arquivos pessoais.

Ao observarmos as datas de criação destas instituições, encontramos o Arquivo Público do Estado de São Paulo, fundado em 1892 e o Arquivo Histórico municipal de São Paulo, fundado em 1907 como as mais antigas. Na sequência, encontramos o Instituto de Estudos Brasileiros (IEB), da Universidade de São Paulo (USP), criado em 1962, e todas as outras 26 instituições são criadas a partir da década de 1970.

Durante o começo do século XX identificamos, no Estado de São Paulo, uma lacuna de 55 anos sem a criação de entidades custodiadoras de acervos arquivísticos que se dediquem direta ou parcialmente aos arquivos pessoais. A propagação destas instituições, que acontece juntamente com a renovação da historiografia, dará suporte à ampliação das atenções voltadas aos arquivos pessoais.

Em meio às entidades custodiadoras criadas a partir dos anos 1960, no Estado de São Paulo, a maior parte são iniciativas dos poderes públicos em suas três esferas – municipal, Estadual ou federal – e também em universidades públicas, com destaque para as iniciativas das três universidades estaduais paulistas – Universidade de São Paulo (USP), Universidade de Campinas (Unicamp) e Universidade Estadual Paulista (UNESP) – e para a Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Todas estas universidades criaram centros de documentação em suas estruturas, com maior concentração nas décadas de 1980 e 1990. Além das iniciativas de universidades, oito são vinculadas a prefeituras, por meio de seus arquivos públicos municipais, e seis são iniciativas que se configuram como privadas, como Organizações Não-Governamentais (ONGs), Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) ou movimentos sindicais.

Como vimos, os estudos e pesquisas direcionados aos arquivos pessoais somente ganharam força nos últimos anos do século XX, e se estabeleceram como sólida área de pesquisas no século XXI, ou seja, décadas depois do início prático dos trabalhos com estes arquivos. Estas instituições, portanto, trouxeram para a Arquivologia e para a área preservacionista um novo caminho a seguir, com muitos problemas a serem debatidos e pensados.

Esta situação demonstra um interesse do Poder Público em fomentar os trabalhos de preservação de papéis privados em seus braços culturais. Mesmo não

sendo iniciativas emanadas das instâncias superiores do Poder Público – pois tratam-se de ideias e projetos elaborados por atores individuais dentro destes organismos –, há aí a indicação de uma forma de valorização deste tipo de documentação para os fins acadêmico-científicos almejados na área pública.

Um outro exemplo de manifestação de interesse dos poderes públicos em preservar os papéis privados pode ser encontrado no Programa Nacional de Preservação da Documentação Histórica (Pró-Documento). Este programa funcionou durante um curto período de tempo, de 1984 a 1988, integrado à estrutura do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/Fundação Nacional Pró-Memória (SPHAN/FNPM). Afinado à missão institucional do órgão ao qual se vinculava, o Pró-Documento teve por finalidade o desenvolvimento de projetos que visassem a preservação de documentação histórica de ordem privada que contribuíssem e fossem de interesse para a memória e identidade nacionais.

O SPHAN⁷⁴, criado por força do Decreto-Lei nº 25 de 1937, assumiu no ato de sua criação a responsabilidade pela preservação, manutenção e controle de bens históricos, artísticos e culturais capazes de assumir a forma de patrimônios nacionais. Com isso, instaura-se um sentido de urgência na preservação de bens móveis e imóveis que seguiam o caminho da perda. Porém, desde 1937, pouco foi feito por este órgão no sentido da preservação da documentação histórica, atendo-se, sobretudo, à preservação de espaços e construções de interesse histórico e artístico.

Na expectativa de suprir esta lacuna na atuação do SPHAN, foi instituído o Pró-Documento, como um programa vinculado à presidência da Fundação Nacional Pró-Memória, dedicado exclusivamente a esta categoria de bens históricos, compreendidos aí como parte integrante do conjunto denominado patrimônio nacional. “A política de preservação documental adotada por essa instituição demonstrou muito bem essa preocupação na urgência de *democratização* do acervo documental da nação, garantindo seu conhecimento e inclusão no circuito científico e cultural nacional.” (BASTARDIS, 2012, p. 16, grifo do autor).

Com uma prática um pouco diferenciada daquela proposta e aplicada pelos centros de documentação e memória citados acima, o Pró-Documento atuou no

⁷⁴ Atualmente denominado Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), durante parte das décadas de 1970 e 1980 foi conjugado à Fundação Nacional Pró-Memória. Cf. BASTARDIS, 2012.

desenvolvimento de projetos de organização e disponibilização de fundos e coleções privadas sem a incorporação destes a alguma instituição específica. Deste modo, enquanto as instituições de custódia trabalharam no sentido de tomar posse destes fundos de arquivos privados para então torná-los disponíveis à consulta pública, o Pró-Documento se propôs a realizar uma espécie de trabalho censitário ao longo do território nacional, sem se furtar de fornecer subsídios técnicos e metodológicos para garantir tanto a preservação quanto a disponibilização pública – por meio de capacitação técnica e prestação de serviços e consultorias para programas de conservação preventiva e de organização de acervos arquivísticos – destes produtos da cultura brasileira relevantes para sua história (BASTARDIS, 2012).

O Pró-Documento foi extinto pouco antes do desmonte da Fundação Nacional Pró-Memória, em 1990, concomitantemente ao período em que tem início nos ambientes políticos os debates que resultaram na promulgação da Lei nº 8.159 de 08 de janeiro de 1991, documento normativo que recebera o nome de “Lei de Arquivos”. Esta Lei é responsável por normatizar, em âmbito legal, a política nacional de arquivos públicos e privados, trazendo para a área uma gama de instrumentos e equipamentos⁷⁵ que seriam responsáveis por nortear as políticas de arquivos no país.

A publicação desta Lei é reconhecida como um marco na área de arquivos no Brasil por trazer, pela primeira vez em sua legislação federal, uma definição clara de arquivos privados, entendidos como “[...] os conjuntos de documentos produzidos ou recebidos por pessoas físicas ou jurídicas, em decorrência de suas atividades” (BRASIL, 1991), além de reconhecer seus valores sociais a partir da instituição da *Declaração de Interesse Público e Social*, destinada a arquivos privados detentores de informações e conteúdos relevantes para a história social do país (BRASIL, 1991).

A “urgência da democratização”, apontada por Bastardis, se configura como uma hipótese que pode ser assumida ao lado do movimento de renovação da historiografia, apontado por Gomes, Prochasson e outros expoentes da área no Brasil. O surgimento da História Cultural, que vem colocar o indivíduo como ator e

⁷⁵ Dentre as inovações trazidas pela Lei nº 8.159 está a criação do Conselho Nacional de Arquivos (Conarq), órgão responsável pela definição e acompanhamento das políticas nacionais de arquivos públicos e privados a partir daquele momento, e a criação de um Sistema Nacional de Arquivos como um instrumento regulador do sistema público de arquivos, a ser coordenado pelo Conarq (BRASIL, 1991).

sujeito histórico e, a princípio, havia incentivado e impulsionado iniciativas de criação de centros de documentação dedicados aos arquivos pessoais ao longo do país, não acontece alheio ao contexto social brasileiro da época.

Paulo Knauss (2009) e Yara Khoury (2005 apud CRUZ; TESSITORE, 2010) são categóricos ao justificar este movimento de criação de centros de documentação e memória a partir do final da década de 1960. Realizados especialmente nos âmbitos de universidades e centros de pesquisa, ou seja, ambientes de reflexão e desenvolvimento científico, estes projetos assumiram a forma de redutos de memórias múltiplas em um período em que o acesso à informação era limitado.

A incursão do Golpe Militar no ano de 1964 levou a estrutura política brasileira a um regime de exceção pautado pela repressão e pelo esfacelamento dos direitos civis dos grupos sociais que compunham a sociedade. Neste cenário, uma das medidas de controle social aplicadas pelo governo foi o controle e censura das fontes de informação, além de outras medidas ainda mais violentas. É em meio a este cenário que emergem os centros de documentação e memória como instrumentos sociais responsáveis por auxiliar no processo de construção e manutenção da(s) memória(s) nacional(ais).

[...] a emergência dos Centros de Documentação universitários, nos anos 1970, acompanhando a constituição dos cursos de pós-graduação, foi bastante significativa, diante do acesso restrito à informação vivido naqueles anos. Abrigando, preferencialmente, arquivos e coleções de grupos políticos, operários, sindicais e de movimentos organizados, em suas várias tendências, e reunindo um conjunto riquíssimo de títulos da imprensa operária e militante, esses Centros não só possibilitavam suprir carências de informação, como se firmavam como mais um espaço de preservação de memórias, sobretudo de origem privada, contribuindo para o alargamento dos horizontes da história e da memória, como um direito de todo cidadão. (KHOURY, 2005 apud CRUZ; TESSITORE, 2010, p. 428)

A ideia de democratização da informação assume importância central neste período em que o Estado se atribui um papel repressor e limitador, incluindo entre suas medidas, o controle das memórias e das identidades nacionais. Qualquer forma de ação que venha no sentido de reforçar os valores democráticos de um povo reprimido e garantir, de algum modo, a permanência de suas memórias e suas identidades frente a um movimento político reformulador de todos os valores coletivos se caracteriza como prioridade.

Neste cenário, os arquivos passam a ocupar uma posição protagonista a partir de seu potencial informacional, como representantes de memórias

materializadas em suportes duráveis. “Assim, os arquivos exercem papel importante, especialmente, no campo dos direitos de quarta geração, em especial, o direito à informação, à cultura e à memória.” (KNAUSS, 2009, p. 11).

A preservação das memórias coletivas e sociais por meio de arquivos é uma prática presente em quase todas as sociedades conhecidas e afetadas pelos princípios da modernidade. Capazes de guardar informações sobre fatos e acontecimentos que animaram as sociedades ao longo dos tempos, estes documentos assumem o significado de efetivos mananciais de memórias dos povos.

Embora muito se fale sobre os arquivos públicos enquanto principais produtos destas sociedades, com os arquivos pessoais não é diferente. Estes documentos acumulados por pessoas físicas guardam em si a capacidade de falar não apenas por seu detentor, mas também pela sociedade à qual este se insere. É neste sentido que os arquivos pessoais ganham destaque também neste momento sensível.

Esta qualidade dos arquivos pessoais pode ser confirmada, por exemplo, a partir da já comentada implantação da Declaração de Interesse Público e Social, instrumento trazido pela Lei nº 8.159, sob a qual, desde 1991, alguns arquivos pessoais já receberam esta qualificação de bens simbólicos da nação⁷⁶. Outro exemplo a ser dado está nos processos de inscrição realizados anualmente pelo Comitê Nacional do Brasil do Programa Memória do Mundo, da UNESCO. Este Programa se propõe a inscrever na lista dos patrimônios documentais nacionais aqueles conjuntos documentais considerados de grande importância para a preservação da história social do Brasil. Desde seu primeiro processo de seleção, em 2007, já somam quase 30 os arquivos pessoais que receberam sua inscrição na lista dos patrimônios documentais nacionais⁷⁷ (COMITÊ, 2017).

Este movimento realizado pelos poderes públicos brasileiros no sentido de declarar o interesse coletivo por documentos de pessoas físicas e garantir sua preservação com base em suas relevâncias para a memória, a identidade e a história coletivas está pautado no trabalho iniciado já no final dos anos 1960. A iniciativa destes centros de documentação e memória, em sua maioria universitários,

⁷⁶ Embora este instrumento tenha sido previsto já na Lei de 1991, sua primeira inscrição aconteceu apenas em 2004, com a declaração do arquivo pessoal de Alexandre José Barbosa Lima Sobrinho. Desde então, foram também declarados como de interesse público e social os arquivos pessoais de Glauber Rocha, Darcy Ribeiro, Berta Gleizer Ribeiro, Oscar Niemeyer, Abdias Nascimento, Cezar Lattes, Paulo Freire e Dom Lucas Moreira Neves (CONARQ, 2017).

⁷⁷ A relação completa de conjuntos documentais inscritos na Lista do Patrimônio Documental do Brasil pode ser conferida em: <http://mow.arquivonacional.gov.br/acervos-brasileiros/registro-nacional.html>

mas também de outras instituições de pesquisa, pode ser considerada como a base para o que hoje vigora no Brasil, em termos práticos e legais, a respeito da valorização destes arquivos pessoais e sua preservação.

4 INSTITUCIONALIZAÇÃO DE ARQUIVOS PESSOAIS

João Ricardo de Castro Caldeira (2002) tomou o Instituto de Estudos Brasileiros (IEB), da Universidade de São Paulo (USP), como objeto de sua tese de doutorado. A pesquisa realizada pelo historiador resultou na publicação do livro *IEB: origem e significados*. As análises realizadas pelo autor concluem que o IEB se configura como uma “*brasiliana* complexa, dinâmica e multimidiática”, além de ser um *area studies center*⁷⁸ especializado em estudos brasileiros (2002, p. 164, grifo do autor).

Para atingir seu objetivo de justificar o IEB como uma grande brasileira composta por várias brasileiras, Caldeira se vale da pesquisa documental para compreender a origem do Instituto, a trajetória por ele seguida e as atividades desenvolvidas. Como não poderia ser diferente, seu estudo tem início no historiador Sérgio Buarque de Holanda, idealizador e criador deste que se tornaria um dos mais relevantes centros de estudos dedicados ao Brasil. Caldeira aponta que:

Quando em 1962 propôs a criação do Instituto de Estudos Brasileiros na Universidade de São Paulo, Sérgio Buarque de Holanda pretendia a instalação de órgão voltado para a promoção de ‘*contato mais assíduo [entre] as cadeiras e disciplinas que se orientam de modo direto para um melhor conhecimento do Brasil nos seus diferentes aspectos*’. Ou seja, organismo *multidisciplinar e multitemático*. (2002, p. 21, grifos do autor)

Ao sugerir a criação de um espaço multidisciplinar e multitemático que conciliasse a pesquisa científica com base em seu objeto, e não em sua vertente de área acadêmica, Sérgio Buarque buscava promover uma renovação na sistemática de pesquisas até então vigente na academia brasileira. Sua ideia para o IEB, portanto, foi a de criar não apenas um instituto de ensino e pesquisa, mas um espaço capaz de renovar as mentalidades do ensino e pesquisa nas ciências humanas, contando com a multidisciplinaridade como carro-chefe deste empreendimento.

Caldeira avalia que o momento pelo qual passava a USP no período das décadas de 1950 e 1960 foi propício para a concretização do projeto idealizado por Sérgio Buarque de Holanda. Compreendido como um período de “modernização” da

⁷⁸ “Um *area studies center* corresponde a órgão universitário especializado no estudo de uma ou mais regiões – países, continentes, sub-regiões, etc., fundamentado na multidisciplinaridade. Comumente, em um *area studies center* encontram-se acervos variados referentes à região por ele estudada e pesquisadores de várias disciplinas especializados no estudo da mesma, promovendo cursos, edição de livros e periódicos, exposições, etc. alusivos à região de sua especialidade” (CALDEIRA, 2002, p. 23)

universidade, essas décadas possibilitaram a criação de grande quantidade de novos centros e institutos de ensino na estrutura da USP, além da consolidação da há muito planejada Cidade Universitária, atual sede desta universidade (CALDEIRA, 2002).

Em meio às várias criações realizadas pela USP neste período, o IEB se destaca por conta de sua complexidade e inovação. Estas características não se justificam apenas pelo tronco multidisciplinar que reuniria em um único instituto diferentes cátedras que tinham o Brasil como objeto de estudos, mas também pelo suporte complementar que o Instituto daria ao desenvolvimento destas pesquisas.

Ainda segundo a proposição de Sérgio Buarque, o IEB não serviria apenas para a realização de trabalhos de equipe, mas também para facilitar aos estudantes e estudiosos das matérias dedicadas aos estudos brasileiros 'o acesso às fontes de pesquisa, muitas vezes coincidentes ou limítrofes'. (CALDEIRA, 2002, p. 54)

Ao pretender renovar as mentalidades do ensino e da pesquisa em ciências humanas, sobretudo aquelas focadas na interpretação do Brasil, o idealizador do IEB buscava preencher seu projeto com instrumentos que facilitassem e propiciassem formas de estudos mais sólidos e aprofundados sobre as realidades brasileiras.

Ao propor a criação do IEB, ele pretendia aproximar os pesquisadores universitários dos documentos, sobretudo os mais raros e inéditos. Na sua visão, somente a pesquisa multidisciplinar baseada na análise de fontes primárias poderia possibilitar o entendimento da civilização brasileira, cuja compreensão estava a requerer esforço contínuo e coletivo de seus analistas. Para tanto, entre as várias finalidades do IEB, estava prevista a aquisição e guarda de documentos de natureza diversa referentes ao Brasil. (CALDEIRA, 2002, p. 54)

A partir do projeto elaborado por Sérgio Buarque, o IEB atuaria, portanto, em múltiplas frentes, destacando-se as atividades de ensino e pesquisa, de ação cultural e o acúmulo de fontes para o desenvolvimento de suas atividades. É por esta razão que Caldeira avalia o Instituto tanto como um *area studies center*, por se dedicar ao estudo de um território específico e por acumular registros sobre este objeto de estudos, quanto como uma brasileira, por constituir acervo específico sobre o Brasil.

A percepção apresentada no projeto do Instituto tem por base a experiência pessoal do idealizador que, com larga vivência de pesquisa em arquivos do país, via nas fontes documentais a chave para a viabilização e fundamentação do ambicioso projeto que planejara. “Nesse sentido, como ressalta Maria Odila Dias, Sérgio

Buarque procurou ‘institucionalizar, no meio universitário, o trato com as fontes manuscritas’, trazendo ‘para a Universidade a experiência de anos de consulta aos arquivos nacionais e de São Paulo’.” (CALDEIRA, 2002, p. 54).

Promover a institucionalização das fontes documentais no ambiente universitário foi um dos elementos que tornaram o projeto do IEB inovador em seu momento de concepção. Muito deste empreendimento se deve à sólida carreira construída por Sérgio Buarque, que assumiu, frente a seus pares, respeitável reconhecimento como renovador no modo de fazer história brasileira. Se valendo de reflexões do historiador Ronaldo Vainfas, Caldeira aponta o destaque dedicado pela historiografia brasileira a Buarque de Holanda: “Não resta dúvida de que, ao publicar *Visão do Paraíso*, em 1959, Sérgio Buarque talvez estivesse na contracorrente do que então se valorizava em termos de história brasileira” (VAINFAS, 1998 apud CALDEIRA, 2002, p. 43), de modo que o historiador “[...] diferenciava-se de seus contemporâneos, podendo ser considerado um precursor da História Cultural no Brasil, que somente principiaria a ocupar posição destacada nos estudos históricos na década de 1980.” (op. cit.).

Considerar Sérgio Buarque o precursor da história cultural no Brasil justificaria compreender o IEB, seu grande projeto institucional, vanguardista daquele movimento que, como apontado por Ângela de Castro Gomes e outros historiadores – no capítulo anterior deste trabalho –, seria o responsável por valorizar os arquivos pessoais como fontes para a pesquisa histórica. Do mesmo modo, o IEB, mais do que um projeto institucional inovador na prática acadêmica, inauguraria no Brasil a prática de institucionalização dos documentos privados em sua qualidade de fontes para a pesquisa.

A despeito de ser o idealizador do projeto um historiador e considerando o caráter multidisciplinar previsto para o IEB, não é conveniente limitar o reconhecimento dos documentos privados à área da história, mas expandi-lo às ciências humanas de modo geral, pautado, neste caso específico, na interpretação do Brasil. Por essa via, teremos o IEB, assim como seu criador, como precursor de uma prática que assumiria caráter de rotina no espaço arquivístico brasileiro décadas depois: a incorporação de arquivos pessoais por instituições públicas.

A construção do acervo previsto no projeto do IEB tem início juntamente com a implantação do Instituto, em 1962, com a aquisição, por meio de compra, da biblioteca brasileira do escritor e colecionador João Fernando de Almeida Prado

(Rio Claro, SP, 1898 – São Paulo, SP, 1987), conhecido como Yan de Almeida Prado. Em meio aos 10 mil volumes que compõem a biblioteca do escritor e colecionador, destaca-se um conjunto de cinquenta códices de manuscritos dos séculos XVII a XIX. Esta coleção foi adquirida pela USP para formar a biblioteca inicial do IEB.

Inicialmente com um considerável conjunto de livros, periódicos e outros materiais bibliográficos, o Instituto começa a constituir sua biblioteca que serviria ao mesmo tempo de suporte para as pesquisas desenvolvidas pelo corpo docente vinculado, como também justificaria a proposição inicial do projeto elaborado por Sérgio Buarque. O programa de aquisições e incorporações de acervos dedicados aos estudos brasileiros, a partir da compra da biblioteca de Yan de Almeida Prado, em 1962, seguiria um caminho de ascensão pelas décadas seguintes, chegando aos quase 100 fundos e coleções custodiados atualmente pelo IEB. O crescimento do volume e da diversidade dos materiais recebidos pelo Instituto exigiu uma organização mais consistente, com vistas a parametrizar os trabalhos a serem desenvolvidos. Atualmente, o acervo do IEB é dividido em três setores, amplamente conhecidos como o “ABC do IEB”: Arquivo, Biblioteca e Coleção de artes visuais.

Interessa-nos aqui, especificamente, o conjunto que compõe o “A” do “ABC”.

O **Arquivo** surgiu em 1968, integrado à Biblioteca. O crescimento do acervo, com a chegada de sucessivos arquivos pessoais, motivou sua criação como setor independente, a partir de 1974, com o objetivo de receber, organizar, preservar e divulgar o acervo documental, visando oferecer fontes primárias para pesquisa. (IEB, 2010, p. 18, grifo do autor)

Em 1968 é inaugurada a seção de arquivo do IEB em função da entrada de seu primeiro fundo de arquivo. O arquivo pessoal de Mário de Andrade será responsável por abrir um novo segmento na constituição do acervo brasileiro do Instituto.

Apesar de seu ingresso acontecer em 1968, a recomendação pela incorporação do arquivo de Mário de Andrade pelo IEB tem início em 03 de outubro de 1966, com uma carta do Prof. Dr. Antonio Candido de Mello e Souza dirigida ao então diretor do Instituto, Prof. Dr. José Aderaldo Castello (PROCESSO RUSP Nº 67.1.107.31.8, fls. 09-10). Nesta carta, Antonio Candido de Mello e Souza sugere a criação, na estrutura do IEB, do que chama de “Centro de Estudos sobre o Modernismo”, e justifica a solicitação da seguinte maneira:

Basicamente, o Centro deveria reunir documentação que possibilite aos estudiosos, nacionais e estrangeiros, investigar um movimento decisivo em nossa vida contemporânea, aproveitando as oportunidades que ainda existem, por estarem vivos, ou recentemente mortos, alguns dos principais protagonistas do mesmo. (op. cit.)

O eminente professor e crítico literário – que segundo Caldeira, colaborou com Sérgio Buarque na elaboração da proposta de criação do IEB – tinha em mente, ao sugerir a criação do Centro de Estudos sobre o Modernismo, se valer dos propósitos fundadores do IEB para instituir um espaço destinado às letras, partindo de um dos movimentos de considerável impacto na vida cultural brasileira. No entanto, sua sugestão não era fortuita.

A êste [sic] propósito, tomo a liberdade de fazer uma segunda sugestão, para a qual desejaria chamar a atenção esclarecida do Conselho, a saber: que o mesmo estude a possibilidade de incorporar ao seu patrimônio o magnífico acervo [sic] constituído [sic] em vida por êsse [sic] eminente escritor e homem público, composto de biblioteca com cêrca [sic] de 15.000 ou 16.000 volumes, arquivo e fichários, preciosas coleções de desenhos, gravuras, imagens, ex-votos, quadros e esculturas. O conjunto se encontra ainda intacto e zelosamente custodiado por sua Família na própria casa em que residiu, constituindo um elemento inestimável para o estudo não apenas da formação do líder do Modernismo, mas de todo este movimento. Lá se encontram amostras dos traços que definiram a fisionomia espiritual de ambos, - desde os folhetos populares e os ex-votos ingênuos até as revistas francesas de vanguarda e as edições originais dos surrealistas, ao lado de obras de grandes artistas europeus e brasileiros, como Picasso, Lhote, Derain, Portinari, Di Cavalcanti, Segall, Anita Malfatti, Tarsila do Amaral, Guignard, etc. (op. cit.)

Antonio Candido compreende que a documentação acumulada por Mário de Andrade, ao lado da biblioteca e das pinturas e objetos variados, constitui “inestimável” instrumento para a realização das pesquisas que tenham como propósito as análises sobre o movimento modernista brasileiro. Sua avaliação sobre a documentação não é antecipada, posto que indica já conhecer o material a partir de pesquisas que orientava, onde bolsistas realizavam o “[...] levantamento e análise da biblioteca ricamente anotada de Mário de Andrade” (op. cit.).

Além desta observação, que permite perceber que, mesmo antes de ser transferido para o IEB, a documentação de Mário de Andrade já atendia aos fins de suporte e objeto de pesquisas acadêmicas, o crítico aponta que acredita haver interesse da família herdeira na transferência. Assim, somos levados a acreditar que o contato estabelecido previamente entre o Prof. Antonio Candido e a família de

Mário de Andrade tenha, de certo modo, estimulado a iniciativa e orientado seu desenrolar.

Quanto à exequibilidade da proposta, penso que a Família não se oporia a ceder o patrimônio à Universidade, pois sei que a sua preocupação constante é garantir-lhe um destino à altura dos designios do grande escritor, de maneira a que tudo fique o menos dividido e menos espalhado possível e, ao mesmo tempo, em condições de prestar o máximo serviço à coletividade. (op. cit., grifos nossos)

Com o interesse em garantir um destino à documentação que fosse digno e equiparável ao reconhecimento que Mário de Andrade obteve em vida, ao mesmo tempo em que pudesse manter sua utilidade coletiva, os entendimentos dos envolvidos nesta negociação acordaram que a transferência à USP seria o fim mais conveniente ao arquivo do escritor. Ao mesmo tempo, os dois trechos sublinhados na citação indicam a existência de interesses variados. Enquanto a Universidade, pela pessoa do Prof. Antonio Candido, objetivava a incorporação de um importante instrumento de trabalho para as pesquisas em Literatura Comparada, a família mantinha a preocupação de manutenção do nome do escritor “à altura”. Dois interesses, portanto, motivariam o início das negociações de transferência do arquivo de Mário de Andrade ao Instituto de Estudos Brasileiros.

Ainda, a noção de unidade é explícita na carta de Antonio Candido, tanto como uma preocupação familiar, expressa na citação anterior, quanto uma preocupação acadêmica. Esta questão é levantada pelo acadêmico:

A marcha natural das coisas leva a supor que, em futuro não remoto, o rico acêrvo [sic] venha a ser dispersado, perdendo-se o único conjunto completo e de alto nível [sic] que existe no gênero entre nós. Daí a idéia [sic] de incorporá-lo à Universidade de São Paulo, através do seu Instituto de Estudos Brasileiros e, eventualmente, também do seu Museu de Arte Contemporânea. Isto representaria a aquisição de um patrimônio inestimável que é ao mesmo tempo um incomparável instrumento de trabalho para os investigadores de agora e do futuro, significando, ainda, a realização dos desejos de Mário de Andrade, que disse e escreveu tantas vezes [sic] que tudo que juntou se destinava ao proveito dos seus concidadãos. (op. cit.)

A ideia de unidade do arquivo de Mário de Andrade permeará todo o processo de compra deste conjunto documental, na qualidade mesmo de condição para que a negociação seja efetivada. A ideia, ao ser lançada pela família, como um desejo já manifestado pelo titular do arquivo, faz com que se mantenha a noção de fundo de arquivo, mesmo sem serem os envolvidos neste processo especialistas na área de arquivos.

Ao mesmo tempo, para justificar tanto a aquisição por parte da USP, quanto para ratificar a exigência posta pelos herdeiros, Antonio Candido se vale de um discurso pautado no que José Reginaldo Gonçalves (1996) décadas depois chamaria de “retórica da perda”. A ideia de que um dado produto social ou cultural possa vir a ser perdido, mesmo que em vislumbre, investe a este objeto um valor, ou uma aura, que busca mobilizar esforços para que a destruição seja evitada. Emanada da possibilidade de desmembramento do arquivo de Mário de Andrade, a ideia de unidade daquele material serviria também como justificativa para que a Universidade se dispusesse a não medir esforços para captá-lo e preservá-lo da destruição iminente.

Os argumentos manifestados pelo Prof. Antonio Candido, evidentemente associado ao largo prestígio quer do proponente quanto do titular do arquivo, fizeram com que a proposta fosse prontamente acolhida pelo diretor do IEB, Prof. Dr. José Aderaldo Castello. No dia seguinte ao envio da carta de Antonio Candido, em 04 de outubro de 1966, Castello se dirige ao Dr. Carlos de Moraes Andrade, irmão de Mário de Andrade e detentor legal da documentação. Em sua correspondência, Castello expõe os interesses do IEB da seguinte maneira:

Conforme a sugestão [do Prof. Antonio Candido], o Instituto procuraria obter da Família a cessão da biblioteca, documentos, coleções de arte, etc., para formar com eles [sic] o núcleo de um Centro de Estudos sobre o Modernismo, incorporando-os ao patrimônio já bastante rico de que dispomos. Dêste [sic] modo, aquilo que o ilustre morto reuniu com tanto sacrifício e carinho, e que, por compreensível modéstia, não determinou fôsse [sic] mantido em bloco, ficaria, da maneira mais uma possível, ao dispor dos estudiosos e pesquisadores, brasileiros e estrangeiros, numa instituição que êle [sic] sempre estimou, como é a Universidade de São Paulo. Excuso [sic] de acentuar, junto ao homem de saber e de cultura que é V. Excia., o significado que isto teria para a difusão do conhecimento, que sempre foi um dos alvos mais constantes do seu eminente irmão. (PROCESSO RUSP Nº 67.1.107.31.8, fls. 11-12)

Se valendo dos mesmos argumentos que os apresentados por Antonio Candido, José Aderaldo Castello busca na proposta de unidade do conjunto documental a base para dar início à negociação, neste que foi o primeiro contato formal entre o IEB e a família herdeira. Do mesmo modo, Castello vale-se do discurso afetivo, retomando a relação que Mário de Andrade manteve com a USP e com a academia.

Carlos de Moraes Andrade, irmão e herdeiro do titular do arquivo, responde ao diretor José Aderaldo Castello, em carta datada de 28 de outubro de 1966. Nela, o

herdeiro e representante da família confirma o interesse na transferência da documentação à USP:

Acuso o recebimento, por mim, minha irmã e meus sobrinhos, da carta de 4 do corrente mês de outubro, em que nos consulta sobre [sic] a possibilidade de confiarmos a UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, por seu INSTITUTO DE ESTUDOS BRASILEIROS, a guarda, defesa e administração do precioso acervo de nosso irmão, MÁRIO DE ANDRADE, [...], que ele morosamente reuniu durante toda a vida e sempre desejou que fôsse [sic] aplicado no estudo e aproveitamento de nossa cultura, elemento da experiência e meditação dos responsáveis pelo desenvolvimento de nossa mocidade. A idéia [sic] não é nova, nem é nossa, mas, em termos [sic] gerais, daquele [sic] que nos honramos de dar a execução, demorada talvez, mas antes não achada oportuna. (PROCESSO RUSP Nº 67.1.107.31.8, fl. 13)

Ao emitir a concordância na transferência do arquivo do escritor ao IEB, Carlos de Moraes Andrade expressa como “a ideia não é nova, nem é nossa”, mas do próprio Mário de Andrade, que sempre apresentou seu desejo de que o material acumulado por ele servisse aos trabalhos da pesquisa acadêmica. Mesmo sendo um interesse do próprio titular a abertura pública de seu acervo, sua transferência para uma entidade de custódia acontecia 21 anos após seu falecimento, em 1945. Não são expressas pela família as razões pelas quais julgaram inoportuna alguma transferência anterior.

Com a anuência da família herdeira, o diretor José Aderaldo Castello dirige-se ao então reitor da USP, Prof. Dr. Luiz Antônio da Gama e Silva, por meio do Ofício IEB-D 71/66, de 29 de novembro de 1966. Na correspondência, o diretor do IEB, após relatar e contextualizar a proposta de aquisição do arquivo de Mário de Andrade, afirma que, por deliberação do Conselho do IEB, quando “Êste [sic] órgão se manifestou unanimemente pela aceitação dessas sugestões [da incorporação do referido arquivo]”, dirige-se ao reitor da USP a fim de solicitar:

1º) A aquisição do acervo Mário de Andrade, o qual, pela sua riqueza, variedade e seleção ao mesmo tempo, pelas anotações, fichário e documentos, é talvez o mais precioso que um particular conseguiu formar e organizar entre nós. É fundamental, por isso mesmo, para o estudo do segundo período mais importante da cultura e do pensamento brasileiros, o chamado Movimento Modernista, nos limites deste [sic] século. Somado esse [sic] acervo com o que já possui o Instituto de Estudos Brasileiros, isto é, a Coleção Brasileira que pertenceu ao escritor J. F. de Almeida Prado, ficaria aquela instituição satisfatoriamente [sic] capacitada para o preenchimento das altas funções que, pela sua própria natureza, deve ter na Universidade de São Paulo, como centro de estudos e informações sobre [sic] a nossa cultura, para estudiosos brasileiros e estrangeiros em geral. Facilitaria, aos demais, como planos de

realizações do Instituto de Estudos Brasileiros, a organização de fichários, arquivo de documentação, documentários, exposições permanentes etc. (PROCESSO RUSP Nº 67.1.107.31.8, fl. 7, grifo nosso)

A solicitação emanada pelo diretor do IEB torna claro que, estando o arquivo de Mário de Andrade adequado ao escopo de ação do Instituto, e sendo este conjunto dotado de “preciosidade” para os estudos brasileiros, é fundamental que o acervo seja adquirido. A segunda solicitação dirigida ao reitor tem a finalidade de composição de uma comissão para avaliar financeiramente a referida coleção, por se tratar de um processo de compra – ou de “compensação material pela cessão”, nos termos do processo⁷⁹. A referida comissão foi composta pelo Prof. Dr. José Aderaldo Castello, em sua presidência, Prof. Dr. Walter Zanini, por seu reconhecido conhecimento na área da arte e Sr. Américo de Souza Pinto, livreiro especializado em comércio de livros raros e esgotados, além do Sr. Pedro de Oliveira Ribeiro Neto na qualidade de especialista convidado, em função de sua reconhecida especialidade em arte barroca. Para a elaboração do relatório desta comissão, o acervo foi dividido e catalogado em três seções: I – Biblioteca; II – Artes Visuais; III – Correspondências (PROCESSO RUSP Nº 67.1.107.31.8, fl. 127-128). A documentação arquivística do escritor foi conjugada à biblioteca e avaliada juntamente pelo alfarrabista Américo de Souza Pinto.

Note-se que a referida comissão teve por objetivo estabelecer o valor a ser pago, em caráter de “compensação”, e não de avaliar as qualidades do acervo para a pesquisa. Em momento algum do processo foi tomada como questionável a investida “preciosidade” do acervo que seria adquirido, confiando credibilidade ao juízo autorizado e ao discurso competente emanado pelo propositor da aquisição, Prof. Antonio Candido. A inquestionabilidade conferida ao arquivo de Mário de Andrade associa-se ainda à ideia de espelhamento entre titular e arquivo acumulado. Luciana Heymann observa esta situação a partir das análises realizadas por Thomas Mann em seu ensaio *Goethe and Tolstoy* (1923) a respeito da figura do “gênio”. Heymann observa:

Segundo Mann, a genialidade remete à natureza prodigiosa que caracterizaria seres tidos por si ou pelos outros como ‘eleitos’, como predestinados, em relação aos quais todo registro, do menor detalhe ou objeto à obra mais completa carregaria a marca da distinção,

⁷⁹ Antonio Candido, em sua carta de 03 de outubro de 1966, dirigida ao diretor do IEB, propõe que seja feita “uma compensação que, sem corresponder ao valor, pois não se trata de compra, signifique uma espécie de reconhecimento pela boa vontade” (PROCESSO RUSP Nº 67.1.107.31.8, fl. 10)

como se tudo fosse ‘contaminado’ pela natureza do gênio. (2012, p. 44)

A partir desta transferência qualitativa imaginária entre escritor e seu arquivo, o arquivo de Mário de Andrade passa a ser tomado como inquestionável em suas qualidades. Os valores dos documentos acumulados e deixados pelo escritor passam a assumir o mesmo prestígio e legitimação que o autor recebeu em vida. É também evidente que, no momento da proposta de aquisição do acervo, a palavra e o juízo de Antonio Candido investem peso e credibilidade à documentação, observada a figura de autoridade que representa o professor e crítico literário.

Iniciadas em outubro de 1966, as negociações para a transferência do Arquivo Mário de Andrade ao IEB serão concluídas em agosto de 1968, com a entrada da documentação na instituição. Ao longo do debate de quase dois anos, os traços marcantes que delimitaram todo o processo são: a) o interesse do IEB em recolher um fundo de arquivo que contribuiria no desenvolvimento de suas propostas de trabalho; b) o interesse da família em atender ao desejo do titular do acervo de oferecer a documentação por ele acumulada aos estudos acadêmicos; c) a manutenção da documentação reunida como um fundo de arquivo ou, nos termos do processo, como “unidade cultural” indissolúvel; d) a busca dos familiares em direcionar esforços no sentido da permanência da memória do familiar reconhecido publicamente.

Os valores memoriais conferidos ao arquivo do escritor são sobrepostos pelos interesses na pesquisa acadêmica sobre sua obra e o movimento modernista. Nas falas dos representantes da USP, não são mencionados interesses memoriais, cabendo estes a apenas algumas menções por parte da família. Todos os interesses que envolvem o processo de transferência do Arquivo Mário de Andrade ao IEB são sintetizados em um trecho da carta escrita por Carlos de Moraes Andrade ao diretor do IEB, José Aderaldo Castello, em 08 de agosto de 1967, onde confirma as condições acordadas entre as partes para a oficialização da transferência. Nela, o irmão do escritor resume:

Encarecendo o valor especial que a entrega dêsse [sic] Acervo ao Instituto de Estudos Brasileiros representa para nós, da Família Mário de Andrade, o valor cultural que o resguardo dêsse [sic] produto da curiosidade insaciável dêsse [sic] nosso querido morto produziu, os sacrifícios de tempo, de trabalho, de emprego produtivo pessoal para êle [sic] de tudo isso, galhardamente foi por êle [sic] dedicado à inteligência brasileira, apraz-nos reafirmar o desejo que temos, de que sua vida continue na memória, na gratidão, na admiração dos patrícios que, de futuro, vierem a conhece-lo no que

efetivamente realizou. Daí a condição que balizou esta aceitação: a continuidade do Acervo como unidade cultural, fértil em quanto emporta [sic] nos valôres [sic] intelectuais. (PROCESSO RUSP Nº 67.1.107.31.8, fls. 120-121, grifo do autor)

A partir da entrada do Arquivo Mário de Andrade, o IEB inicia seu trabalho com arquivos pessoais, de forma a dar andamento ao seu projeto original de acumulador de fontes para os estudos sobre o Brasil – ou *area studies center* –, e de complementar sua já vasta brasileira, composta inicialmente pelas bibliotecas de Yan de Almeida Prado e Alberto Lamego. Assim, até o final do século XX, o IEB recolhe arquivos – fundos e coleções – pessoais, dando a seguinte configuração ao seu acervo:

Quadro 1. Arquivos Pessoais no acervo do IEB até 1999*

ANO DE ENTRADA	NOME DO FUNDO	SIGLA
1968	1. Mário de Andrade	MA
1969	2. Fernando Mendes de Almeida	FMA
1970	3. Fernando de Azevedo	FA
1971	4. Oswald de Andrade (C)	OA
1972	5. Guimarães Rosa	JGR
1977	6. Antônio de Alcântara Machado (C)	AAM
1981	7. Graciliano Ramos	GR
	8. Lino Moreira (C)	LM
1984	9. Freitas Valle	FV
1987	10. Theon Spanudis	TS
1988	11. Ernani Silva Bruno	ESB
	12. Peter Wilhelm Lund (C)	PWL
1989	13. Anita Malfatti	AM
	14. Gumersindo de Araújo Bessa (C)	GB
1990	15. Pierre Monbeig	PM
1991	16. Raul de Andrada e Silva	RAS
1992	17. Waldisa Russio Camargo Guarnieri	WR
1995	18. John Wilson da Costa	JWC
1996	19. José Bento Faria Ferraz (C)	JBFF
	20. Osman Lins	OL
1997	21. Julieta Godoy Ladeira	JGL
1998	22. Afrânio Zuccolotto	AZ
	23. José Pancetti (C)	JP
	24. Yolanda Mohalyi	YM

Fonte: Elaborado pelo autor com dados coletados no IEB.

*Relação de arquivos pessoais incorporados no período estabelecido como recorte desta pesquisa. Não são consideradas as bibliotecas particulares, as coleções de artes visuais, os fundos e coleções institucionais que também integram o acervo do IEB e os arquivos pessoais incorporados após o ano 2000.

(C) indica os conjuntos considerados pelo Instituto como Coleções. Os demais são considerados Fundos.

Em 1969, dá entrada no arquivo do IEB um pequeno conjunto documental atribuído ao escritor e intelectual Fernando Mendes de Almeida (São Paulo, SP, 1908 – 1968), em caráter de doação realizada pelos herdeiros. A documentação de aparente baixa expressividade, seja em sua quantidade – cerca de 700 documentos (IEB, 2010, p. 121) – quanto em sua configuração, comporta registros pessoais e profissionais do titular. Inclui em seu conjunto ensaios e monografias produzidas por Fernando Mendes de Almeida em sua formação jurídica e na atuação profissional relacionada à proteção do patrimônio histórico e cultural, além de sua produção poética e literária (PROCESSO RUSP Nº 2010.1.396.31.3, fl.04-06). A entrada do acervo se dá em contato com a filha do titular, a socióloga Ângela Maria Mendes de Almeida, que em 1968 finalizou sua graduação em Ciências Sociais na USP⁸⁰.

Dois anos após a entrada do Arquivo de Mário de Andrade, que inaugurou uma nova linha de acervos no espaço do IEB, em 1970 ingressa o terceiro arquivo pessoal. Diferentemente do caso ocorrido com Mário de Andrade, o arquivo pessoal de Fernando de Azevedo (São Gonçalo do Sapucaí, MG, 1894 – São Paulo, SP, 1974) é incorporado pelo Instituto em caráter de doação promovida pelo próprio titular do acervo, quatro anos antes de seu falecimento.

Enquanto o acervo de Mário de Andrade é composto por biblioteca, arquivo e coleção de artes visuais, Fernando de Azevedo doa ao IEB apenas seu conjunto arquivístico. A documentação acumulada pelo educador, composta de aproximadamente 16 mil itens (IEB, 2010, p. 119), registra sobretudo o fazer profissional e militante do professor. Dedicado à área da educação, Fernando de Azevedo participou da institucionalização da USP, em 1934, universidade onde ocupou cargos de docência e administração. Em 1932 conduziu, ao lado de Anísio Teixeira e Lourenço Filho, o movimento escolanovista, que redigiria o *Manifesto dos pioneiros pela Educação Nova*. Em 1968, Azevedo assume a cadeira de número 14 na Academia Brasileira de Letras (ABL) (op. cit.).

O processo de doação do arquivo de Fernando de Azevedo é, se comparado ao processo referente à compra do Arquivo Mário de Andrade, um processo pouco documentado. Não há registros, por exemplo, de qualquer manifestação do doador sobre seus objetivos com a doação. Do mesmo modo, não há qualquer informação a respeito da existência de alguma comissão responsável por analisar, mesmo que no

⁸⁰ Informação obtida no Currículo Lattes da Profa. Ângela Maria Mendes de Almeida, disponível em: <http://lattes.cnpq.br/6204390778787675>, acesso em 05/01/2018.

sentido de inventariar, a documentação a ser doada. Em 03 de março de 1970, o diretor do IEB, José Aderaldo Castello⁸¹, escreve ao reitor na USP, Prof. Dr. Miguel Reale, uma comunicação sobre a doação realizada:

Tenho a honra de comunicar a Vossa Magnificência a doação, ao Instituto de Estudos Brasileiros, feita pelo Prof. Dr. Fernando de Azevedo, do seu arquivo pessoal, conforme relação em anexo, devidamente aceita pelo Conselho de Administração deste [sic] Instituto. Trata-se, como Vossa Magnificência observará, de importante documentação para o estudo de um período marcante de reformas da instrução pública no Brasil, bem como da personalidade e da ação daquele ilustre doador. (PROCESSO RUSP Nº 70.1.4263.1.6, fl. 2)

Os termos utilizados por Castello para comunicar o gabinete do reitor são reutilizados pelo reitor Miguel Reale, em carta de 04 de maio de 1970, dirigida ao doador, Prof. Fernando de Azevedo, no sentido de agradecer o gesto:

Por intermédio do presente, tenho a satisfação de transmitir, em nome da Universidade de São Paulo, os agradecimentos pela valiosa doação efetuada por V.Exa. ao Instituto de Estudos Brasileiros de seu arquivo pessoal que é constituído de documentação sumamente importante para o estudo de um período marcante em reformas na instrução pública do país. (PROCESSO RUSP Nº 70.1.4263.1.6, fl. 9)

As razões que justificaram, portanto, a incorporação do arquivo pessoal do Prof. Fernando de Azevedo estão diretamente ligadas aos interesses de pesquisa na área da educação pública no Brasil, sobretudo ao momento de reforma que segue a 1932. Por ser docente na USP, a proximidade que mantinha com o ambiente institucional da Universidade pode ser fator de estímulo da doação, ao mesmo tempo em que buscava tornar público um conjunto sistematizado das renovações no sistema educacional brasileiro. Todas as hipóteses, porém, seguem pela linha da contribuição à pesquisa acadêmica. De qualquer modo, a incorporação do arquivo pessoal de Fernando de Azevedo, nos termos da documentação que compõe o processo de doação, é tomada pela atenção à temática que o acervo cobre, assim como a posição privilegiada assumida pelo titular nos momentos e movimentos históricos e sociais aos quais faz referência o arquivo.

Por intermédio do Prof. Antonio Candido de Mello e Souza, em 1971 dá entrada no IEB um conjunto de documentos acumulados pelo escritor Oswald de Andrade (São Paulo, SP, 1890 – 1954), repassados aos cuidados do Instituto por

⁸¹ Apesar de o mandato de diretoria do IEB ser inicialmente previsto para dois anos, sem recondução, José Aderaldo Castello permaneceu por 15 anos no cargo de diretor, de 1966 a 1981, razão pela qual ele será personagem presente em boa parte dos processos analisados. As justificativas para o longo mandato de José Aderaldo podem ser encontradas em CALDEIRA, 2002.

meio dos herdeiros, Rudá de Andrade e Antonieta Marília de Oswald de Andrade Graciano. A transferência não é documentada, situação que gerou, em 1984, a retirada deste acervo da custódia do IEB, em função de venda realizada pelos herdeiros ao Instituto de Estudos da Linguagem (IEL), da Universidade de Campinas (Unicamp)⁸². A ata da décima quinta reunião do Conselho Diretor do IEB, realizada em 30 de outubro de 1984 (FUNDO IEB 001-03-0015, fl. 91-97), presidida pela diretora, Profa. Myrian Ellis, trata especificamente deste assunto, após a solicitação de devolução do acervo de Oswald de Andrade enviada pelos herdeiros.

Neste documento, a diretora do IEB é responsável por historiar o processo de entrada do Arquivo Oswald de Andrade, visto não haver documentação que o faça. Em busca de informações, Ellis escreve ao Prof. Antonio Candido em busca de informações que subsidiem as negociações. A resposta do professor é transcrita na referida ata, da seguinte forma:

Em resposta à sua carta de 11 do corrente, tenho a declarar que, no meu espírito, sempre estive a convicção de que os filhos de Oswald de Andrade, Antonieta Marília e Rudá, entregaram papéis de seu pai ao IEB em caráter de depósito, que poderiam, portanto, reclamar quando lhes aprouvesse. Ignoro se houve alguma formalidade, e lembro que me indicaram como responsável. A este título, o único ato até o presente foi, naquela ocasião, proceder ao exame do material e, verificando haver notas de caráter pessoal, separá-las num pacote, sobre o qual registrei que só poderiam ser consultadas com o meu assentimento, entendendo corresponder deste modo aos interesses do meu falecido amigo e compadre. (FUNDO IEB 001-03-0015, fl. 94)

A devolução do arquivo de Oswald de Andrade ocorre sob a condição de que fosse autorizado ao IEB a microfilmagem de todo o acervo e permanência de uma cópia, a fim de mantê-lo à disposição dos pesquisadores da casa, que, segundo a diretora, seriam prejudicados com a retirada do acervo. Em resposta ao argumento das pesquisas, Rudá de Andrade esclarece, em carta de 19 de setembro de 1984, que “Quanto ao trabalho em andamento por parte de atuais consulentes podemos garantir-lhe que a transferência do material não deverá causar maiores transtornos pois os mesmo poderão continuar no arquivo do IEL-Unicamp.” (FUNDO IEB 001-03-0015, fl. 96).

Apesar de frustrada por inconvenientes políticos e administrativos, a incorporação da documentação de Oswald de Andrade pode ser considerada uma

⁸² O arquivo de Oswald de Andrade, associado aos arquivos pessoais de Alexandre Eulálio e Brito Broca, serviu de embrião para a criação do Centro de Documentação Cultural “Alexandre Eulálio”, no IEL/Unicamp, em 1985.

ação emparelhada com a proposta apresentada em 1966 pelo Prof. Antonio Candido de dedicar parte do acervo do IEB à acumulação de fontes que viabilizassem o aprofundamento dos estudos sobre o Modernismo brasileiro. Com o apoio do diretor do IEB, Prof. José Aderaldo Castello, também vinculado à área de literatura brasileira, os primeiros anos de dedicação do Instituto aos arquivos pessoais dá um direcionamento bastante claro ao seu acervo. Este projeto de dedicação ao Modernismo tem continuidade até o término da gestão de José Aderaldo Castello na direção do IEB⁸³, com a inclusão dos arquivos de Guimarães Rosa, Antônio de Alcântara Machado e Graciliano Ramos, em 1973, 1977 e 1981, respectivamente.

No começo de 1973, em janeiro, dá entrada para compor o acervo do IEB o arquivo do escritor e diplomata João Guimarães Rosa (Cordisburgo, MG, 1908 – Rio de Janeiro, RJ, 1967). Assim como realizado com a aquisição do Arquivo Mário de Andrade, o Arquivo Guimarães Rosa passa à guarda do Instituto por meio de um processo de compra. A venda foi realizada pelas herdeiras diretas do escritor: a viúva Aracy Moebius de Carvalho Guimarães Rosa e as filhas Vilma Guimarães Rosa e Agnes Guimarães Rosa do Amaral. Para a transação de compra, no entanto, foi indicado como representante e intermediário o advogado Eduardo Carvalho Tess, filho do primeiro casamento de Aracy de Carvalho⁸⁴.

O processo de compra do arquivo de Guimarães Rosa foi relativamente curto, se comparado ao trâmite efetivado com o Arquivo Mário de Andrade. O primeiro contato é feito por parte das herdeiras do escritor, em carta assinada pelas filhas e pela viúva, com data de 27 de setembro de 1972, dirigida ao diretor do IEB, Prof. José Aderaldo Castello:

Na qualidade de herdeiras – legítimas e instituída – de todos os bens e direitos deixados pelo falecido Embaixador João Guimarães Rosa e sabedoras de que a entidade dirigida por V.S. reúne [sic] as condições objetivas para conservar, ordenar e manter à disposição da pesquisa dos estudiosos o acervo literário do grande escritor, vimos oferecer a sua cessão ao Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo, observadas as condições e cautelas abaixo expostas: (PROCESSO RUSP Nº 72.1.35794.1.5, fl. 3)

⁸³ Castello, professor do Departamento de Letras Vernáculas e Clássicas da FFLCH/USP, ficou na direção do IEB de 1966 a 1981, quando assumiu a função a Profa. Myrian Ellis, vinculada ao Departamento de História da FFLCH/USP.

⁸⁴ Aracy de Carvalho casou-se, em 1930, com Johann Eduard Ludwig Tess, com quem gerou Eduardo Carvalho Tess. Separou-se anos depois e foi morar na Alemanha, onde conheceu Guimarães Rosa. Da mesma forma, Vilma Guimarães Rosa e Agnes Guimarães Rosa do Amaral são filhas do primeiro casamento de Guimarães Rosa com Lygia Cabral Penna. Aracy de Carvalho e Guimarães Rosa não deixaram herdeiros juntos.

Enquanto no caso de Mário de Andrade a demanda surge no interior da Universidade, que busca travar contato com os familiares e negociar a aquisição, com o acervo de Guimarães Rosa a oferta inicial é realizada pelas herdeiras. Este caso demonstra o prestígio que o IEB adquiriu em seus 10 primeiros anos de atividade. Porém, a ideia da oferta iniciada pela família é posta em xeque quando o vice-diretor em exercício do IEB, Prof. Dr. Eduardo Kneese de Mello, por meio do Ofício IEB 56/72-D, de 09 de outubro de 1972, se dirige ao reitor da Universidade, Prof. Dr. Miguel Reale, a fim de solicitar aporte financeiro para que a aquisição seja efetivada:

Tomo a liberdade de esclarecer a Vossa Magnificência que a proposta em apreço, resultado de entendimentos anteriores do Diretor deste Instituto, Prof. Dr. José Aderaldo Castello, com os herdeiros daquele escritor, representados pelo advogado Eduardo Carvalho Tess, contou com a colaboração definitiva da Profa. Dra. Suzi Franklin [sic] Sperber. (PROCESSO RUSP Nº 72.1.35794.1.5, fl. 2)

O nome da professora que colaborou nos entendimentos com a família encontra-se grafado com erro no documento. Trata-se de Suzi Frankl Sperber, docente aposentada do Instituto de Estudos da Linguagem (IEL), da Unicamp. A professora defendeu sua tese de doutorado em 1972, na USP, com o título “*Signo e Sentimento: Estudo de algumas leituras espirituais de João Guimarães Rosa e de seus reflexos em sua obra*”, sob orientação do Prof. Dr. Antonio Candido de Mello e Souza⁸⁵. Para a realização de sua tese, anterior à transferência do acervo do escritor ao IEB, foi necessário que Sperber mantivesse contato direto com a biblioteca e a documentação de Guimarães Rosa para que identificasse as “leituras espirituais” do escritor e como se encontram refletidas em sua obra.

Assim como manifestado por Prof. Antonio Candido em sua carta solicitando a aquisição do Arquivo Mário de Andrade, pesquisas já vinham sendo desenvolvidas com a biblioteca e as marginálias⁸⁶ do escritor paulista, das quais, podemos

⁸⁵ Informações retiradas do Currículo Lattes de Suzi Frankl Sperber. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/3549874708098615>

⁸⁶ Segundo o Dicionário UNESP de Português Contemporâneo, marginálias são “O conjunto de anotações à margem de um livro, caderno, etc.” (BORBA, 2004, p. 887). O Dicionário Contemporâneo de Língua Portuguesa Aulete Caldas define marginália como “Conjunto de anotações feitas nas margens de um manuscrito, caderno, ou mancha de uma página impressa (jornal, livro etc.)” (AULETE, 2011, p. 896). Telê Ancona Lopez distingue as marginálias em dois grupos: marginálias e marginálias apensas, e define da seguinte forma: “O termo marginália, emprestado do latim, designa o conjunto das notas que os leitores introduzem nas margens e entrelinhas das páginas, no verso das capas ou nas folhas de guarda dos livros ou em periódicos sobre os quais se inclinam, anotações as quais, muitas vezes, se prolongam em folhas manuscritas, recortes de jornais ou revistas, postos no interior dos volumes. Na marginália apensa, como a denomino. A marginália define-se como a

destacar as desenvolvidas pela Profa. Dra. Therezinha [Telê] Aparecida Porto Ancona Lopez, tanto para o mestrado quanto para o doutorado, defendidas respectivamente em 1967 e 1970, ambas sob orientação do Prof. Antonio Candido⁸⁷. Fica evidente o contato mantido entre a Profa. Telê Ancona Lopez e a documentação de Mário de Andrade pelo título de sua dissertação de mestrado: “*O se-seqüestro da dona ausente: Reconstrução de um estudo de Mário de Andrade a partir de suas notas de leitura.*” É válido lembrar que as negociações com a família do criador de *Macunaíma* têm início em 1966, período em que Telê Ancona Lopez já desenvolvia sua dissertação, e o arquivo daria entrada no Instituto apenas em 1968, quando a dissertação em questão já havia sido defendida, em 1967.

A situação é repetida com relação ao Arquivo Guimarães Rosa. Apesar de ser o processo de aquisição montado de modo que dê a entender que a oferta inicial tenha partido de um interesse das herdeiras, a realização de uma pesquisa de pós-graduação teria estabelecido o contato inicial com a família e a documentação do escritor. Assim, além de viabilizar alguma negociação para que o arquivo fosse transferido à custódia do IEB, ao mesmo tempo, a pesquisa desenvolvida por Suzi Frankl Sperber e orientada por Antonio Candido legitima sua relevância no âmbito da pesquisa acadêmica.

A importância do arquivo de Guimarães Rosa para a pesquisa acadêmica e para o Instituto de Estudos Brasileiros é posta ao patamar da inquestionabilidade, assim como ocorreu com o Arquivo Mário de Andrade. Evidencia-se esta condição no mesmo ofício dirigido ao reitor da USP, Prof. Miguel Reale, enviado pelo vice-diretor em exercício do IEB, Prof. Eduardo Kneese de Mello:

Tenho a satisfação de encaminhar a Vossa Magnificência a proposta e respectiva documentação (anexos 1 a 6) de cessão do Acervo Guimarães Rosa ao Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo. Não é preciso salientar a importância dessa aquisição que virá enriquecer consideravelmente o acervo geral do Instituto de Estudos Brasileiros, ampliando sua área de pesquisas e estudos, cuja importância é reconhecida por instituições nacionais e internacionais dedicadas aos estudos brasileiros. (PROCESSO RUSP Nº 72.1.35794.1.5, fl. 2, grifo nosso)

O ofício tinha por objetivo solicitar aporte financeiro da reitoria para a compra do Arquivo, dado que na carta-proposta enviada pelas herdeiras, além de outras

justaposição do autógrafo espontâneo, a tinta ou grafite, às linhas impressas, configurando um diálogo que ali toma corpo.” (2007, p. 33)

⁸⁷ Informações retiradas do Currículo Lattes de Therezinha Aparecida Porto Ancona Lopez, Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/6791767805308065>

condições para a cessão da documentação, estabeleceram o pagamento de uma “compensação financeira pela cessão” (PROCESSO RUSP Nº 72.1.35794.1.5, fl. 4). Note-se que o termo utilizado em substituição a “compra” é o mesmo proposto por Antonio Candido na ocasião da aquisição do Arquivo Mário de Andrade.

Ao colocar no ofício à reitoria “*Não é preciso salientar a importância dessa aquisição*”, o vice-diretor do IEB invoca uma vez mais a figura do “gênio”, de Thomas Mann, afirmando a inquestionabilidade dos papéis e escritos de Guimarães Rosa para a pesquisa acadêmica, sobretudo nas áreas de literatura comparada e crítica genética, e ainda da história política, posto que o titular, além de reconhecido escritor, atuou como diplomata e embaixador do Brasil em vários países.

A “genialidade” investida ao Arquivo Guimarães Rosa encontra-se também na deliberação do Conselho Deliberativo do IEB quando consultado a respeito da proposta feita pelas herdeiras ao Instituto. Neste mesmo ofício ao reitor, Eduardo Kneese de Mello expõe a decisão do referido Conselho:

Encaminhada [a proposta das herdeiras] ao Conselho Deliberativo do IEB, foi unânimemente [sic] aprovada, tendo sido designada uma Comissão composta pelo Prof. Dr. Antonio Candido de Mello e Souza, Dra. Telê Ancona Lopez e por mim, como presidente, a fim de dar parecer sobre a compensação financeira e condições e cautelas propostas pelos cessantes. (PROCESSO RUSP Nº 72.1.35794.1.5, fl. 2, grifo nosso)

É entendido pelo Conselho Deliberativo do IEB que não há necessidade de uma comissão dedicada a avaliar a importância do material em questão para a pesquisa e para os objetivos do Instituto, mas uma que se detivesse a considerar as condições colocadas pela família. Por já haver ao menos uma pesquisa em andamento no âmbito da USP que se valesse desta documentação, a comissão se aterá, portanto, a considerar apenas as possibilidades de recebimento e adequabilidades da proposta.

Na carta-proposta assinada pelas três herdeiras de Guimarães Rosa, há a colocação específica de três condições para a cessão do Arquivo do escritor ao IEB, assim intituladas: “Conservação e divulgação do acervo”, “Reserva de direitos autorais” e “Compensação”.

No primeiro item das condições, “Conservação e divulgação do acervo”, lê-se:

Compromisso do Instituto de organizar este acervo, devendo, necessariamente, mantê-lo reunido e assegurar o livre acesso ao mesmo a todos os interessados na obra de João Guimarães Rosa, resguardadas as suas normas internas e exigências da conservação física desses bens. (PROCESSO RUSP Nº 72.1.35794.1.5, fl. 3)

O critério familiar chamado no processo de aquisição do Arquivo Mário de Andrade de “unidade cultural” da documentação é retomado no caso de Guimarães Rosa, enfatizando o sentido de fundo de arquivo da documentação. Da mesma forma, é critério que o arquivo seja posto à disposição das pesquisas acadêmicas como forma de contribuição sociocultural coletiva, além de estratégia para a permanência e valorização do nome e da obra de João Guimarães Rosa.

Apesar de não haver explícita menção, tanto familiar quanto institucional, para a intenção memorial na transferência do Arquivo Guimarães Rosa ao IEB, a condição de abertura do acervo à consulta pública coloca, implicitamente, a estratégia tácita de renovação e reafirmação constantes do nome do escritor por meio das pesquisas que viriam a ser desenvolvidas no futuro. Trata-se aqui de um empreendimento simbólico amplamente estudado por Luciana Heymann (2005a; 2005b; 2007; 2012) a partir de seu conceito de “legado”. Para a autora: “A produção de um legado implica, de fato, na atualização (presente) do conteúdo que lhe é atribuído (passado), bem como na afirmação da importância de sua constante rememoração (futuro).” (2007, p. 03).

Quanto às outras duas condições estabelecidas pelas herdeiras, estas dizem respeito à limitação imposta aos direitos autorais do titular, cujos direitos patrimoniais sobre a obra do autor não são transferidos ao IEB e permanecem com a família, e à proposta de compensação financeira a ser paga pelo Instituto para que o acervo seja transferido.

Estes, portanto, são os critérios que caberão à análise elaborada pela comissão instituída pelo Conselho Deliberativo do IEB. Incumbidos desta tarefa, a comissão, composta por Eduardo Kneese de Mello, Antonio Candido de Mello e Souza e Telê Ancona Lopez, exara, em 23 de outubro de 1972, o seguinte parecer, assinado pelos dois últimos membros da comissão e dirigido ao primeiro, na condição de vice-diretor em exercício do IEB:

Tendo examinado a proposta de aquisição da biblioteca e papéis de Guimarães Rosa, elaboramos o seguinte parecer:

Considerando:

- a) que a biblioteca de um grande escritor possibilita o aprofundamento da pesquisa sobre sua obra;
- b) que além da biblioteca é oferecida a coleção valiosa de manuscritos, notas, etc;
- c) que a presença deste [sic] acervo ampliará a área de investigação do IEB;
- d) que a compensação financeira proposta é razoável,

- esta comissão resolve aconselhar a aquisição, nos termos da proposta dos herdeiros. (PROCESSO RUSP Nº 72.1.35794.1.5, fl. 152)

Uma vez mais, o prestígio do titular, com vasta obra fortemente reconhecida ainda em vida, nacional e internacionalmente, associado à figura de autoridade de Antonio Candido de Mello e Souza, na qualidade de parecerista e orientador da pesquisa que se valia do acervo em questão, influem na decisão tomada pelas instâncias superiores da USP. O despacho de Miguel Reale, reitor da USP, posto manuscrito à folha de informação que confirma a possibilidade do direcionamento da verba solicitada pelo IEB para a compra, indica a inquestionabilidade e a “genialidade” do acervo: “De acordo. A USP não pode deixar de enriquecer-se com o acervo de Guimarães Rosa, de tão alto significado para a cultura brasileira.” (PROCESSO RUSP Nº 72.1.35794.1.5, fl. 153).

Diferentemente dos demais escritores modernistas que compõem o arquivo do IEB, Antônio de Alcântara Machado (São Paulo, SP, 1901 – 1935) conta com uma coleção construída pelo próprio Instituto a partir de doações diversas de documentos originais do escritor e cópias de e sobre sua produção, recebidas em 1977, 1986 e 1988, todas de doadores diferentes (IEB, 2010, p. 79). O Processo RUSP nº 2012.1.173.31.6, que trata da construção desta coleção, não oferece informações a respeito das circunstâncias destas entradas.

Em 1980 é ofertada ao IEB a incorporação de um novo arquivo pessoal. Em caráter de doação, Heloísa Ramos oferece ao Instituto de Estudos Brasileiros o arquivo, a biblioteca e a coleção de artes visuais produzidos e acumulados por seu marido, o escritor Graciliano Ramos (Quebrangulo, AL, 1892 – Rio de Janeiro, RJ, 1953). A volumosa doação, composta por aproximadamente 15 mil documentos no arquivo, 2 mil volumes na biblioteca e 16 obras de artes visuais (IEB, 2010, p. 129-131), é comunicada pelo diretor José Aderaldo Castello ao reitor da USP, Prof. Dr. Waldyr Muniz Oliva, por meio do ofício IEB 208/80-D, de 10 de dezembro de 1980. No documento, Castello afirma encaminhar, para as devidas providências, o termo de doação do arquivo assinado pela viúva em 11 de outubro de 1980, destacando já ter sido unanimemente aprovado pelo Conselho de Administração do IEB (PROCESSO RUSP Nº 81.1.2728.1.2, fl. 02).

Após as devidas avaliações promovidas por instâncias administrativas da reitoria da USP, é alertado ao Instituto a necessidade de submissão da proposta ao Conselho Universitário, por se tratar de uma doação “com encargos” (PROCESSO

RUSP Nº 81.1.2728.1.2, fl. 05). Submetida, a proposta é apreciada e aprovada pelo Conselho Universitário em sessão de 24 de março de 1981. A deliberação do Conselho aprova o recebimento da doação e delibera “[...] no sentido de que deve ser dada ampla divulgação dessa doação, mencionando-se o acervo respectivo e, especialmente, agradecendo-se à ilustre doadora, D^a. Heloísa Ramos” (PROCESSO RUSP Nº 81.1.2728.1.2, fl. 07, manuscrito).

A deliberação é, portanto, encaminhada à Assessoria de Imprensa da USP, que produz o texto “Arquivo Graciliano Ramos’ foi doado ao Instituto de Estudos Brasileiros da USP”. No texto, a Assessoria de Imprensa destaca:

Entre seus diversos itens, o termo de doação do “Arquivo Graciliano Ramos” estabelece o comprometimento do Instituto de Estudos Brasileiros na preservação e conservação daquele acervo, mantendo-o em condições para pesquisa e estudos universitários; e que terá prioridade no preparo de textos restabelecidos ou apurados e de edições críticas, com base em manuscritos ou “exemplares de trabalho”, isto é, textos impressos corrigidos pelo próprio autor e de acordo com a sua última vontade. (PROCESSO RUSP Nº 81.1.2728.1.2, fl. 08-09)

A proposta de divulgação deliberada pelo Conselho Universitário indica o destaque dado à entrada do arquivo de Graciliano Ramos, valendo-se do valor simbólico embutido ao nome do autor de “*Vidas Secas*” para promover mais uma ação da USP no sentido da contribuição à pesquisa literária brasileira e à preservação de acervos de interesse coletivo. A doação do arquivo de Graciliano Ramos é tomada, na opinião do dirigente geral da USP, como uma espécie de serviço cultural à sociedade brasileira. Esta visão pode ser encontrada na carta de agradecimento enviada pelo reitor, Prof. Dr. Waldyr Muniz Oliva, à viúva e doadora, Heloísa Ramos, em 14 de abril de 1981:

Apraz-me, em nome da Universidade de São Paulo e no meu próprio, transmitir sinceros agradecimentos pelo seu nobre gesto, na certeza de que o mesmo contribuirá para perpetuar a memória do eminente intelectual, cujo acervo servirá para estimular os pesquisadores e cultores da rica literatura brasileira. (PROCESSO RUSP Nº 81.1.2728.1.2, fl. 10)

Embora a comunicação oficial à reitoria da USP tenha acontecido dois meses após a assinatura do termo de doação, compõe o processo uma correspondência enviada por Castello à herdeira do arquivo, com data de 5 de junho de 1980, onde demonstra as negociações para a transferência já em estágio avançado. Na carta, Prof. Castello aponta: “Depois da conversa que tivemos Ricardo Ramos, James Amado e eu, acertamos em princípio as providências necessárias para a doação

que a Senhora nos deu a honra de propor do ‘Arquivo Graciliano Ramos’ [...]”, e o diretor do IEB complementa “Em segundo lugar, a partir de contactos (sic) telefônicos, ficou acertado que eu viajaria a Salvador para entendimentos diretos com a Senhora, e para fazer o levantamento do arquivo e, se concordasse, já transportá-lo para o IEB-USP.” (PROCESSO RUSP Nº 81.1.2728.1.2, fl. 157). Ainda na correspondência, Castello apresenta a mesma visão de serviço cultural manifestada pelo reitor da USP após a efetivação da doação:

Desde já manifesto-lhe os meus mais sinceros aplausos pela sua decisão de doar o preciosíssimo arquivo de Graciliano Ramos ao Instituto de Estudos Brasileiros – USP. A Senhora contribui de maneira relevante para o maior enriquecimento do já precioso acervo desta Instituição e, mais do que isso, para que estudiosos nacionais e estrangeiros possam ter a possibilidade sempre almejada de consultar, estudar e desenvolver suas pesquisas em torno da obra de um escritor que se constitui por si só um patrimônio da cultura brasileira. (PROCESSO RUSP Nº 81.1.2728.1.2, fl. 157-158)

Além da exaltação pelas qualidades do objeto da negociação, o arquivo de Graciliano Ramos, qualificado como “*preciosíssimo*”, há também a avaliação devotada ao próprio titular, considerando-o como “*por si só um patrimônio da cultura brasileira*”. Estas qualificações ajustam-se ao pressuposto apresentado por Castello ao colocar a consulta e uso do arquivo de Graciliano Ramos como “*possibilidade sempre almejada*”. A incorporação, preservação e divulgação do arquivo de Graciliano Ramos, portanto, mais do que um serviço cultural, representaria uma espécie de compromisso irrefutável, dada a suposta já existente demanda de pesquisas acadêmicas para este material.

A chegada do arquivo de Graciliano Ramos é a última grande incorporação de arquivo pessoal realizada na gestão de José Aderaldo Castello, que se encerra em 1981. Os 15 anos de gestão de José Aderaldo Castello deixa como legado ao IEB grande quantidade de arquivos pessoais de escritores modernistas, mesmo tendo sido o Instituto criado por um historiador com a finalidade de dedicação aos estudos brasileiros. A marca deixada por Castello na direção do Instituto imprimiu a identidade de um centro dedicado à área de literatura, que perdura até os dias de hoje. É possível notar, por meio dos processos, a grande influência de Antonio Candido de Mello e Souza na construção desta identidade, que garantiu a entrada de boa parte destes arquivos ao IEB. Além de Antonio Candido, outros docentes da Universidade também contribuíram na seleção dos arquivos que fariam parte do acervo do IEB.

Heloisa Liberali Bellotto, reconhecida pesquisadora na área de arquivos, fez parte da equipe de pesquisadores do IEB de 1969 a 1990, quando se aposentou. Com dupla formação, em História, pela USP, e em Biblioteconomia, pela Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESPSP), seu perfil profissional deu grande oportunidade neste Instituto que buscava tanto o desenvolvimento científico na área de ciências humanas quanto o acúmulo e tratamento de fontes para a história do Brasil. A vivência profissional de 21 anos na função de pesquisadora do IEB deu a Bellotto a oportunidade de se especializar na área de Arquivologia, a partir de cursos na Espanha, França e Estados Unidos, permitindo assim a formação de uma das maiores teóricas de Arquivologia do país.

Em entrevista ao autor, realizada em 01 de dezembro de 2017, Bellotto relata o papel dos pesquisadores no processo de seleção e incorporação dos arquivos pessoais nestes primeiros 20 anos do IEB: “Nós, como funcionários, não tínhamos... não participávamos muito. Quem resolvia as coisas... O Prof. Castello era muito centralista, mas era o dito Conselho do IEB.” (BELLOTTO, 2017). Bellotto recorda que as decisões, ao longo das décadas de 1970 e 1980, sobretudo nesta primeira, aconteciam restritamente no âmbito do Conselho Deliberativo, presidido pelo diretor do IEB e composto por professores vinculados ao Instituto.

A categoria dos pesquisadores, no momento da entrada de Heloisa Bellotto na função, não possuía qualquer prestígio e nem mesmo era considerada como uma carreira científica. Assim, o status das carreiras dentro do Instituto era responsável por gerar uma cisão hierárquica entre os segmentos: de um lado, a categoria dos docentes, e de outro, a categoria dos funcionários – estrutura que persiste até os dias de hoje nas universidades públicas – da qual faziam parte os pesquisadores.

[...] sinceramente, como pesquisadora, eu não tinha esse... Era uma diretoria centralizada cujas resoluções eram tomadas ao nível só do conselho. Porque a gente era pesquisador... hoje acho que até tenha um outro status lá dentro, mas nós éramos tão funcionários quanto a bibliotecária, o rapaz do Xerox, era a mesma coisa o pesquisador. Não era uma classe média. Era servidor do instituto. (BELLOTTO, 2017)

Apesar de se tratar de uma função de pesquisa, os pesquisadores eram considerados servidores técnicos, o que os afastava da esfera de decisões da administração universitária. Esta situação decorre justamente da estrutura jurídico-administrativa do IEB ao longo das décadas de 1960 e 1970. Caldeira (2002) relata a complexa situação pela qual passou o IEB com a reforma universitária da USP em

1970, quando foi implantado um novo Estatuto da Universidade, no qual o IEB não integrava a estrutura da USP. Deste modo, a estrutura administrativa do IEB ficou congelada por quase 20 anos, sendo regido pelo seu primeiro Regimento de 1963.

Neste regimento, o Conselho de Administração era composto exclusivamente por docentes das cátedras que tinham o Brasil como tema principal, sem representação do seu corpo de servidores não-docentes. O Conselho⁸⁸ somente passa a ter representação dos servidores não-docentes – pesquisadores e técnico-administrativos – a partir da implantação do novo Regimento de 1981 (CALDEIRA, 2002, p. 85-89).

Deste modo, o depoimento de Heloisa Bellotto referente ao modo de resoluções é coerente ao funcionamento administrativo do Instituto, que previa poder exclusivo aos catedráticos nas esferas de decisão. Assim, ao qualificar a administração do IEB como uma “diretoria centralista”, Bellotto representa a forma como o Regimento e a administração do IEB foram planejados inicialmente, situação que permaneceu congelada até o início dos anos 1980.

“[...] eu acho que de tudo que você está perguntando, a nota principal é essa: pesquisador não tomava parte nas resoluções.” (BELLOTTO, 2017). Esta realidade jurídico-administrativa do IEB repercutiu em seu acervo, como pudemos notar a partir do levantamento apresentado. A atuação dos docentes, em busca do desenvolvimento de suas pesquisas, foi o motor para a seleção dos primeiros arquivos pessoais a ingressarem no Instituto. A atuação dos docentes da área de literatura brasileira e literatura comparada, sobretudo a pessoa de Antonio Candido, assumiram posição preponderante no que se refere ao trabalho com os arquivos pessoais⁸⁹, resultando em um acervo voltado principalmente para a área de literatura brasileira.

Enquanto na Universidade de São Paulo o IEB trabalhava na construção de um acervo de arquivos pessoais de literatos, no Rio de Janeiro tinha início um projeto que se desenvolveria com considerável destaque na área política. Em 1973, um projeto de Celina Vargas do Amaral Peixoto deu origem ao Centro de Pesquisa e

⁸⁸ Pelo Regimento de 1963, o colegiado deliberativo do Instituto leva o nome de Conselho de Administração, título alterado pelo Regimento de 1981, quando passa a se chamar Conselho Diretor. Este título é novamente alterado com o Regimento de 1996, quando passa a se chamar Conselho Deliberativo, denominação que se mantém até os dias de hoje.

⁸⁹ Referimos-nos apenas aos arquivos pessoais, sem levar em consideração a atuação das demais áreas do IEB, como por exemplo as áreas de História, Arquitetura, Economia, etc., em relação ao restante do acervo.

Documentação de História Contemporânea do Brasil, o CPDOC, criado na estrutura da Fundação Getúlio Vargas (FGV). O Regimento Interno do CPDOC explicita que:

O Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) é a Escola de Ciências Sociais da Fundação Getúlio Vargas. Criado em 1973, tem o objetivo de abrigar conjuntos documentais relevantes para a história recente do país, desenvolver pesquisas em sua área de atuação e promover cursos de graduação, pós-graduação e extensão. (FGV/CPDOC, 2013, p. 04)

Originalmente o CPDOC se organiza do modo como seu nome estabelece: um centro de estudos que busca unir pesquisa e documentação referentes à história contemporânea do Brasil, sobretudo a história política. A qualidade de escola surge apenas em 2003, à época da comemoração dos 30 anos da instituição, com a criação do seu Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais, e é consolidada em 2005, com a efetiva criação da Escola Superior de Ciências Sociais, quando inaugura seu bacharelado em Ciências Sociais⁹⁰.

A criação do CPDOC tem origem no projeto da socióloga Celina Vargas do Amaral Peixoto, neta do ex-presidente do Brasil, Getúlio Vargas, que previa a criação de uma instituição que tivesse por objetivo associar pesquisa histórica e documentação como elementos indissociáveis. Quando questionada a respeito do surgimento da ideia de desenvolver uma instituição com tal formato, Celina Vargas, em entrevista concedida ao autor em 14 de dezembro de 2017, responde:

A minha questão com os arquivos, ela vem de uma questão familiar. Minha mãe, Alzira Vargas do Amaral Peixoto, ela, na verdade, sempre foi a pessoa que guardou, tomou conta, dos arquivos e biblioteca, peças museológicas, condecorações, tudo, de Getúlio Vargas. E como o período de Vargas, 1930 a 54, com intervalo de 4 anos, foi muito longo e foi de grandes mudanças no Brasil, [...] quanto mais se mexe na figura de Getúlio, mais se tem a percepção de que era uma coisa muito grande. E ela, na verdade, guardava tudo dentro de casa. Principalmente a parte de arquivo, de papel, cartas. Guardava tudo dentro de casa. Então, a gente arcou com isso. Era muito complicado. Era difícil. Estávamos em alguns momentos dentro de um regime militar que não era muito favorável a Getúlio, ao contrário, era contra Getúlio, e nós também muito jovens, eu e minha prima, também fazíamos política estudantil, então era meio confuso aquilo tudo. Mas o objetivo dela era preservar o acervo Vargas. E, é claro que aquela paixão que ela tinha pelo pai, e a preservação dos documentos era uma consequência disso, passou e perpassou pela minha cabeça de uma forma que eu tinha que ajudá-la a fazer alguma coisa. Ela dava acesso... estava até relendo a carta de doação dela, ao Dr. Luís Simões Lopes, que era presidente da Fundação Getúlio Vargas. Isso foi em 1973. Ela diz que ela nunca deixou de dar acesso às pessoas que pediram, e várias delas

⁹⁰ Dados retirados do sítio web do CPDOC, disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sobre>

tiveram acesso. Dos brasileiros, o Hélio Silva fez toda a série dele baseada no arquivo Vargas; Luciano Martins, professor da UFRJ, vários outros professores brasileiros, e muitos americanos brasilianistas, Frank McCann, Stanley Hilton, Michael Conniff. São todas pessoas que eu conheci na sala de jantar da minha mãe, ela tinha uma sala grande, ela ia trabalhar na Fundação Darcy Vargas, deixava os documentos nas mãos dos pesquisadores e quando ela chegava, ela conferia. Teve um dia, parece até como um cinema na minha frente, eu estava saindo de casa, eu olhei naquela sala de jantar, devia ter uns três americanos, dois brasileiros, todos pesquisando, e ela, vamos dizer assim, comentou simplesmente “podem deixar aí” e quando eu saí, eu fechei a porta e disse para mim mesma “isso não vai dar certo, isso não pode continuar, vamos ter que criar uma instituição” porque um dia ela pode esquecer de ver, alguém pode levar para tirar uma cópia e esquecer de devolver, não tinha má-fé da parte dela ou dos outros, mas tudo poderia acontecer. E o regime era militar. Tinha esses detalhezinhos. (PEIXOTO, 2017)

Encontra-se, portanto, no seio de sua vida familiar o germe daquilo que viria a se tornar uma instituição dedicada à preservação de arquivos pessoais da elite política brasileira. Por ser familiar de uma personalidade do porte de Getúlio Vargas, Celina Vargas conviveu cotidianamente com toda a documentação do ex-presidente. A constante demanda de acesso aos documentos de Vargas, sobretudo por parte de pesquisadores norte-americanos, os chamados brasilianistas, evidenciou a necessidade de maior atenção àquela documentação em dois aspectos: a) A documentação é relevante para pesquisas acadêmicas e desperta o interesse de pesquisadores e b) em função disso, há a necessidade de maior cuidado e dedicação ao material, mais do que a atenção doméstica permite.

A recorrente procura por parte de pesquisadores, tanto brasileiros quanto brasilianistas, se coloca como elemento de peso para que a família cogite a possibilidade de institucionalização do arquivo pessoal de Vargas. Para Celina Vargas, que nesta época já possuía uma graduação em Sociologia e Ciência Política, pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC), e já trazia em seu histórico a experiência de trabalhar como pesquisadora em arquivos⁹¹, a situação se coloca não apenas como uma questão familiar, mas também profissional.

Neste cenário, os pesquisadores brasilianistas – estrangeiros, sobretudo estadunidenses, que tomam o Brasil como objeto de estudos – assumem papel de

⁹¹ Na mesma entrevista, Celina Vargas aponta que “[...]eu tinha trabalhado já como pesquisadora no arquivo Vargas, mas era num período recente, fui fazer o processo de criação do BNDES, então era diferente, era uma coisa... e que acho que começava antes de 1930, com a troca de cartas entre Oswaldo Aranha, Getúlio, Flores da Cunha, enfim [...]” (PEIXOTO, 2017).

destaque. A procura pelos documentos pessoais de Vargas para a realização de suas pesquisas, que não objetivavam a visão biográfica do titular, mas algum entendimento de momentos, episódios e contextos do passado político-social brasileiro, não influenciou apenas as decisões da família Vargas, mas a historiografia brasileira de modo geral.

Adelina Novaes e Cruz, pesquisadora da área de documentação do CPDOC desde 1976, em entrevista concedida ao autor em 13 de dezembro de 2017, comenta o impacto dos trabalhos dos brasilianistas, tanto para a criação do CPDOC quanto para a historiografia brasileira:

Um dos fatores que nos despertou [...] foram os brasilianistas. Por que? Esses arquivos, Getúlio, Oswaldo, Lindolfo Collor, eram consultados nas casas das pessoas. Era uma consulta privilegiada. Os brasilianistas eram, naquela época, principalmente norte-americanos, e tinha os ingleses também, mas que tinham o Brasil como objeto de estudo, e já tinham o reconhecimento, o interesse por essas fontes como fontes de consulta, que não é nem que complementavam, mas que tinham o seu próprio olhar sobre um determinado período. Você tinha os arquivos oficiais e você tinha esse outro nicho, que eram os arquivos privados. Só que eles consultavam isso na casa das pessoas. [...] Então, os brasilianistas tiveram esse papel bem preponderante. Foi uma demanda. O historiador brasileiro passou a olhar também para os arquivos privados como uma fonte privilegiada de consulta. Uma fonte que é informal, quer dizer, pelo menos supõe-se que naquela troca de correspondência, naquela... você tinha originais, que é uma coisa que hoje em dia a gente perdeu... por exemplo, você tinha um documento oficial, que está numa instituição oficial, a Constituição de 1934, digamos. Você tem ela lá, ela é um documento oficial. Mas num arquivo privado, ainda mais se você tem aqueles pares, você tem toda uma troca de correspondência construindo, costurando esse documento oficial. Isso você não tem no arquivo público. Você tem o documento final. (CRUZ, 2017)

Quando questionada sobre a chegada destes pesquisadores à presença de dona Alzira Vargas em busca de acesso aos documentos, Celina Vargas responde:

Peixoto: Os brasilianistas vêm logo depois de 1964. O primeiro deles é o [Thomas] Skidmore, se não me falha a memória, mas ele é pesquisador de fonte secundária, ele não usa fonte primária. Todo o livro dele é baseado em livros. Os primeiros que começaram a fazer pesquisa mesmo, com fonte primária: [Robert] Levine, [Frank] McCann, Stanley Hilton... Era muito guerra, tinha muito interesse pela guerra. E esses foram pesquisar na casa de minha mãe, então isso foi antes de 1970. Ela abria na sala de jantar dela.

Entrevistador: Ela não se opunha de início a isso? Foi uma coisa que ela relutou em abrir?

Peixoto: Não, não. Isso é fácil, quer dizer, Getúlio não é uma coisa que você não queira... você quer que estude, quer que trabalhe [...]. (PEIXOTO, 2017)

É na década de 1960⁹², portanto antes mesmo da criação do CPDOC, que o arquivo pessoal de Getúlio Vargas começa a ser pesquisado por estudiosos estadunidenses. A guarda do arquivo de Vargas aos cuidados da filha do titular, Alzira Varga, e o entendimento desta guardiã sobre os potenciais da documentação muito contribuem para o caminho percorrido até a criação do CPDOC⁹³.

Os trabalhos desenvolvidos pelos brasilianistas neste momento foram responsáveis por promover uma das principais motivações que conduziram Celina Vargas a buscar a institucionalização do arquivo de seu avô. O reconhecimento de que a “boa vontade” de Alzira Vargas, tanto para a guarda da documentação quanto para a abertura ao acesso dos pesquisadores, tinha limitações de garantia e de segurança associou-se ao momento político pelo qual o Brasil passava. Em 1970, Celina Vargas viaja a Paris para cursar seu doutorado na *Fondation Nationale de Science Politique (Sciences Po)*, oportunidade que lhe permite entrar em contato com especialistas da área de arquivos.

Lá eu comecei a estudar também o assunto, fui direto para o Arquivo Nacional da França, e fui procurar a área de arquivos privados, porque o que eu estava interessada era como o arquivo de Getúlio Vargas ficaria em um país como o nosso, e conversei muito com uma senhora, Mme d’Huart, Suzanne d’Huart, que era uma especialista em arquivos privados, e abri meu coração [...], ela mandou eu fazer um curso. Fiz o curso dela, prestei atenção, tomei nota e fui depois tirar minhas dúvidas com ela, e ela me deu muita orientação. Foi a primeira pessoa que realmente me orientou. Eu fiquei com uma coisa na cabeça: mas era um arquivo público com uma seção de arquivos privados, em um país como a França que não era o Brasil. (PEIXOTO, 2017)

O Brasil dos anos 1960 e 1970 é um país marcado pela ditadura militar, onde perseguições políticas violentas tomavam o cotidiano. Em um cenário como este, a permanência de arquivos pessoais de personagens da política se configura como um problema sério e arriscado. Esta é uma das questões que norteia as preocupações de Celina Vargas ao considerar as diferenças entre o contexto francês e o brasileiro. A guarda domiciliar passa a ser um risco e a institucionalização se coloca como uma possibilidade.

⁹² Em 1999, em entrevista concedida a Sonia Ranincheski, o brasilianista Robert Levine depõe sobre a chega dos brasilianistas ao Brasil imediatamente após o Golpe de 1964 e como se dava a realização de seus trabalhos. Cf. Ranincheski, 1999.

⁹³ A trajetória do arquivo pessoal de Getúlio Vargas, pelo ponto de vista de Alzira Vargas, foi trabalhado por Letícia Borges Nedel em duas ocasiões: *A guardiã da memória* (NEDEL, 2010) e *Da sala de jantar à sala de consultas: o arquivo pessoal de Getúlio Vargas nos embates da história política recente* (NEDEL, 2013).

Após dois anos na França, Celina Vargas retorna ao Brasil, em 1972, com o desejo de solucionar a situação do arquivo de Getúlio Vargas.

É, ao voltar, dois anos depois do curso na França, o problema continuava a ser posto, de uma maneira até mais forte, porque todos nós estávamos mais velhos. Já tinha acabado... o Brasil já estava um pouco mais calmo, embora ainda estivesse na ditadura militar. Estávamos em plenos anos 70. Fui para lá em 70, voltei em 72. Mas a questão se colocava e começamos a fazer pesquisas. Fui visitar o IEB, vi outras instituições aqui no Rio, o Hélio Silva estava querendo criar um instituto, havia a Cândido Mendes, havia a Fundação Getúlio Vargas; eu comecei a visitar, conversar; e levava as coisas para minha mãe resolver, quem ia decidir ia ser ela. (PEIXOTO, 2017)

A noção de que a responsabilidade definitiva cabia a Alzira Vargas não diminuiu a motivação de Celina Vargas em contribuir para buscar uma solução segura e estável ao caso do arquivo do ex-presidente. Após conhecer instituições europeias, a socióloga retorna ao Brasil e busca conhecer as poucas instituições brasileiras que compartilhavam das mesmas preocupações que as suas. O contato com o IEB aponta para o reconhecimento que o Instituto de São Paulo recebeu ao longo dos 10 anos de atuação na preservação de fontes documentais, apesar de em 1972 ainda contar com poucos arquivos pessoais, como apontamos acima.

Mesmo sendo o IEB um instituto que se conferiu ao longo do tempo uma identidade mais dirigida à área de literatura e artes, não devemos nos esquecer de que em sua origem, fato mesmo representado em seu nome, o projeto contemplava de forma ampla os estudos sobre o Brasil. Uma situação próxima à realidade vivenciada pelas herdeiras de Getúlio Vargas em atendimento às demandas dos pesquisadores brasilianistas. Enquanto o IEB se planeja uma grande brasileira, o arquivo de Getúlio Vargas é utilizado como base para estudos brasileiros. Encontramos no seio de ambos o mesmo núcleo de interesse na exploração da história do Brasil e o Brasil como objeto de estudos.

Após estudos e pesquisas em torno das – poucas – instituições brasileiras que atuavam na preservação de acervos documentais, a família decide por criar um centro que abrigaria o arquivo de Getúlio Vargas, mas não se limitaria a isso. A proposta de criação do CPDOC, de acordo com Celina Vargas, desde o início teve por objetivo a união equilibrada e sincronizada entre pesquisa histórica e preservação da documentação.

A opção pela Fundação Getúlio Vargas como espaço para abrigar o projeto acontece por uma questão política e estratégica: “[...] a razão principal foi a presença de Luís Simões Lopes, que foi um dos principais colaboradores de Getúlio Vargas,

uma pessoa que foi sempre muito leal, e ele se colocou completamente à disposição de Alzira e ela então escreveu essa carta doando o arquivo Vargas [...]” (PEIXOTO, 2017). Luís Simões Lopes foi presidente da Fundação Getúlio Vargas por 49 anos, de 1944 a 1993, e, segundo o Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro⁹⁴, do CPDOC, a FGV é fruto de sua ideia. Com uma carreira política sempre colaborativa e próxima a Getúlio Vargas, Simões Lopes dedicou confiança e esforços à proposta feita por Alzira e Celina Vargas, ao ponto de convidar a socióloga para dirigir o recém-criado centro.

Assim, em 1973, subordinado ao atualmente extinto Instituto de Direito Público e Ciência Política (Indipo), é criado o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC). Imediatamente após a criação do Centro, Alzira Vargas escreve a Luís Simões Lopes a sua carta de doação do arquivo de Getúlio Vargas ao CPDOC. Nesta carta, datada de 14 de julho de 1973, a doadora esclarece:

Depois de muito meditar sobre o assunto e, confesso-o, a princípio com certa relutância cheguei à conclusão de que a Fundação Getúlio Vargas, tão hábil e dignamente dirigida por V. Exa., seria a melhor depositária do acervo de documentos pertencentes a meu pai que ainda se acham em meu poder. Guardá-los com o mesmo zelo [sic] e carinho com que os organizei e classifiquei seria cometer uma grande injustiça para com aquela geração soberba de homens e mulheres que surgiram em decorrência dos acontecimentos de 1930. [...] (Acervo CPDOC, FUNDO AVAP gv acgv 1973.07.14⁹⁵)

A carta de doação, escrita de forma sentimental, assume a importância e a relevância da documentação para a pesquisa, de modo que o ato de doação corresponde, de certa forma, a um serviço à sociedade. O sentimento de abnegação de Alzira Vargas é presente na carta:

[...] Não foram pequenas as dificuldades que tive de enfrentar para mantê-los intactos tais como me foram entregues por Getúlio Vargas, como bem o sabe. Não repito isso com o intuito de valorizar a presente doação e sim para dar a mim mesma a extensão do sacrifício que me imponho ao desfazer-me de meu precioso arquivo em benefício do futuro dos estudiosos. [...] (Acervo CPDOC, FUNDO AVAP gv acgv 1973.07.14)

Como é ciente do interesse de pesquisadores pelo arquivo de Vargas, em função da procura que recebera em sua casa por parte dos brasilianistas, a doadora

⁹⁴ LOPES, Luís Simões. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/lopes-luis-simoes>

⁹⁵ A carta de Alzira Vargas a Luís Simões Lopes, digitalizada, pode ser consultada em: http://docvirt.com/docreader.net/FGV_AVAP_GV/710 Acesso em: 12 de janeiro de 2018.

não deixa de mencionar o serviço que prestou ao longo dos últimos anos com a abertura do arquivo aos interessados.

Embora nunca me tenha negado a proporcionar aos estudiosos de nossa história o manuseio desses papéis sou a primeira a reconhecer que são inúmeros os impecilhos [sic] que dificultam o acesso a esse farto documentário. Colocando-os ao alcance das vistas dos interessados, creio estar colaborando melhor para o esclarecimento das gerações presentes e futuras do que guardando-os em meu poder. [...] (Acervo CPDOC, FUNDO AVAP gv acgv 1973.07.14)

Ao mesmo tempo em que demonstra o trabalho realizado ao longo dos últimos anos na franquia de acesso aos documentos de seu pai, a doação é compreendida como um aprimoramento deste serviço. A institucionalização, mais do que uma “profissionalização” deste atendimento, é compreendida como uma necessidade para que os potenciais do arquivo aos estudos do Brasil e de sua política possam ser maximizados.

Mesmo antes da criação do CPDOC e da institucionalização do arquivo de Vargas, a documentação preservada pela filha do ex-presidente já atendia a pesquisas e estudos acadêmico-científicos. A institucionalização, portanto, pode ser compreendida como uma espécie de “coroação” do valor histórico-social deste material. Esta é a legitimidade que faltava para que o arquivo de Vargas assumisse uma posição de destaque no âmbito da preservação de bens culturais e da pesquisa acadêmica, ao mesmo tempo em que projetaria o titular, seu tempo e sua política a espaços que não ocuparia caso permanecesse aos cuidados da família, como por exemplo, que anos mais tarde fosse chancelado pela UNESCO como patrimônio documental brasileiro⁹⁶.

Além de servir de propósito para a criação do CPDOC, o arquivo de Getúlio Vargas também age no sentido de traçar as ações futuras do centro que o abrigou. Alzira Vargas, na carta de doação, apresenta a expectativa que nutre em relação à atuação do centro de pesquisa criado, apontando um caminho que, acredita, merece a atenção institucional da FGV:

À guisa de sugestão, mais do que uma decorrência desta entrega, lembro que existem separados em todo o país ou guardados em arcas familiares centenas de papéis importantes para a reconstituição histórica de um período altamente valioso na vida de nosso Brasil, rico em acontecimentos e repleto de vultos eminentes. (Acervo CPDOC, FUNDO AVAP gv acgv 1973.07.14)

⁹⁶ Em 2007 o arquivo de Getúlio Vargas recebeu o selo do Programa Memória do Mundo, da UNESCO, como patrimônio documental brasileiro.

A carta de doação enviada por Alzira Vargas ao presidente da FGV, Luís Simões Lopes, inaugura tanto o CPDOC quanto a sua atuação na guarda e preservação de arquivos pessoais de personalidades da política nacional no período pós-1930. Esta carta terá resposta tardia por parte de Simões Lopes. Em 17 de julho de 1974, ou seja, um ano depois da doação do arquivo de Getúlio Vargas, Luís Simões Lopes escreve a Alzira Vargas com a finalidade de agradecer a doação recebida. Após justificar a demora da resposta com base em necessários trâmites burocráticos para a efetiva implantação e oficialização do CPDOC, o presidente da Fundação oficializa o recebimento da doação e agradece o ato, destacando o sentimento de abnegação apresentado pela doadora:

Compreendo e respeito seus sentimentos ao se separar de papéis que tem guardado, organizado e classificado com o zelo, o carinho e a dedicação de filha e colaboradora de um grande homem público. Sua nobre intenção, porém, de coloca-los à disposição dos estudiosos de história encontrará, seguramente, todo o cuidado quanto ao arquivamento e à preservação, a fim de que estejam ao alcance dos pesquisadores e possam, objetivamente, servir ao esclarecimento de gerações presentes e futuras a respeito de importantes episódios e acontecimentos que contribuíram para renovar o estilo de vida, a consciência orgânica e as instituições fundamentais da Nação Brasileira. (Acervo CPDOC, FUNDO AVAP gv acgv 1973.07.14⁹⁷)

O espírito de continuidade do serviço prestado pessoalmente por Alzira Vargas à pesquisa acadêmica permanece na doação do arquivo de Getúlio Vargas, assim como também norteará a premissa fundamental do CPDOC, que se pauta na proposta de tornar públicos os documentos privados preservados por personalidades da política contemporânea brasileira.

O alerta, ou “sugestão”, apontado por Alzira Vargas em sua carta serve como um direcionamento para atividades futuras do Centro, que deveria se ater a buscar e acumular mais documentos referentes ao período brasileiro que tem início com o governo Vargas. Além deste arquivo que inaugura as atividades do CPDOC, muitos outros deveriam se juntar no empreendimento. Esta “sugestão” não é ignorada por Simões Lopes, que considera a doação do arquivo de Getúlio Vargas como um indício de inevitável sucesso para o novo projeto:

Certamente, não poderia haver maior garantia para o êxito dessa iniciativa do que a possibilidade de contar a Fundação Getúlio Vargas com o privilégio de receber e guardar os documentos relacionados com a vida do seu patrono. Além de constituir

⁹⁷ A carta de Luís Simões Lopes a Alzira Vargas, digitalizada, pode ser consultada em: http://docvirt.com/docreader.net/FGV_AVAP_GV/722 Acesso em: 12 de janeiro de 2018.

demonstração de culto à sua memória, o exemplo poderia atrair novas doações de documentos de outras eminentes personalidades contemporâneas que, também, exerceram destacada influência na história de nossa pátria. (Acervo CPDOC, FUNDO AVAP gv acgv 1973.07.14)

O arquivo Getúlio Vargas, além de ser a origem da intenção de criação deste centro de pesquisa e documentação, também é utilizado como mote para a continuidade e expansão das atividades. Além de ser entendido como uma espécie de “memorial”, o arquivo de Getúlio Vargas também é compreendido como um elemento estratégico para a consolidação do CPDOC. Por um ponto de vista estratégico, esta doação conta com potencial de chamariz para a incorporação de novos arquivos de pessoas que partilharam de seu governo. Isto é claro na palavras do presidente da FGV:

Estou certo de que sua inestimável contribuição há de inspirar decisões semelhantes por parte de descendentes, herdeiros, sucessores e representantes de outros eminentes brasileiros. Esta Instituição poderá, então, reunir o mais importante e variado repositório de documentos destinados a uma perfeita reconstituição de uma fase da História do Brasil, tão rica de ensinamentos e realizações, que se iniciou com a Revolução de 30 e em que se projetou, perenemente, o vulto inconfundível de Getúlio Vargas. (Acervo CPDOC, FUNDO AVAP gv acgv 1973.07.14)

A expectativa de Luís Simões Lopes não foi frustrada. No momento mesmo em escreve esta carta já é sabedor do potencial que cabe ao CPDOC, pois, neste período de um ano que separa a carta de doação de Alzira Vargas e sua resposta, o CPDOC já ampliou seu acervo. No ano de sua fundação, 1973, o CPDOC recebeu, além do arquivo de Getúlio Vargas, também os arquivos de três de seus mais reconhecidos ministros: Oswaldo Aranha⁹⁸, Arthur de Souza Costa e Gustavo Capanema, além de uma pequena documentação de Benjamin Vargas, irmão de Getúlio.

Desde então, o acervo do CPDOC cresce com rapidez incomparável, incorporando grande quantidade de arquivos pessoais em curto período de tempo. Ao final do seu ano de fundação, 1973, conta com 06 arquivos pessoais em seu acervo. Ao completar 10 anos de atividade, em 1983, o acervo do CPDOC ultrapassa a marca dos 100 fundos de arquivos pessoais e encerra o ano de 1999 com 144 fundos pessoais, entre os quais, outros ex-presidentes da República, como

⁹⁸ Após o recebimento da documentação de Oswaldo Aranha, a equipe responsável pela organização identificou, em meio aos documentos, uma parcela que se referia às atividades do Comitê de Auxílio às Famílias das Vítimas de Atentados do Eixo, organização presidida pela esposa do titular, Delminda Aranha. Estes documentos, então, foram separados e constituem o arquivo Delminda Aranha, que figura como um fundo a parte com entrada neste mesmo ano.

Café Filho, Venceslau Brás, João Goulart, Eurico Dutra e Ernesto Geisel, conforme quadro abaixo:

Quadro 2: Arquivos pessoais no acervo do CPDOC até 1999

ANO DE ENTRADA	NOME DO FUNDO	SIGLA
1973	1. Getúlio Vargas	GV
	2. Delminda Aranha	DA
	3. Oswaldo Aranha	AO
	4. Benjamim Vargas	BV
	5. Sousa Costa	SC
	6. Gustavo Capanema	GC
1974	7. Adolfo de Alencastro Guimarães	AAG
	8. João Antônio Mesplé	JAM
	9. Paulo Germano Magalhães	PGM
	10. Rui Moreira Lima	ML
	11. Antunes Maciel	AM
	12. Augusto do Amaral Peixoto	AAP
	13. Lucas Lopes	LL
	14. João Daudt d'Oliveira	JD
	15. Café Filho	CF
	16. Último de Carvalho	UC
1975	17. José Francisco de Assumpção Santos	JFAS
	18. Fernando Setembrino de Carvalho	FSC
	19. Etelvino Lins	EL
	20. José Roberto de Macedo Soares	MS
	21. Raul Soares	RS
	22. Alberto Venâncio Filho	AVF
	23. Bertoldo Klinger	BK
	24. João Francisco	JF
	25. Israel Pinheiro da Silva	IPS
	26. Ernâni do Amaral Peixoto	EAP
1976	27. Fernando Melo Viana	FMV
	28. João Gomes Teixeira	JGT
	29. Rosalina Coelho Lisboa	RCL
	30. João Cleofas	JC
	31. Monsenhor Kühn	MK
	32. Quintino Bocaiuva	QB
	33. Ranulfo Bocaiúva Cunha	RBC
	34. Alde Sampaio	AS
	35. Luiza Aranha	LA
1977	36. Clemente Mariani	CMA
	37. Edgar Teixeira Leite	ETL
	38. José Américo de Almeida	JAA
	39. Aidano do Couto Ferraz	ACF

	40.Hermínia Collor	HC
	41.Barbosa Lima Sobrinho	BLS
	42.Pedro Ernesto Batista	PEB
	43.Moniz Sodré de Aragão	MSA
	44.Niomar Moniz Sodré	NMS
	45.Vasco Leitão da Cunha	VLC
	46.Cristiano Machado	CM
	47.Hilda Machado	HM
	48.Antônio Carlos Ribeiro de Andrada	ARA
	49.Paulo Falcão	PF
	50.Valdemar Falcão	VF
	51.Anísio Teixeira	AT
52.Moacir Teixeira da Silva	MTS	
1978	53.Rafael Boccia	RB
	54.Virgílio de Melo Franco	VMF
	55.Castilho Cabral	CC
1980	56.Cristóvão Barcelos	CrB
	57.Eliseu Paglioli	EP
	58.Haroldo Pereira	HP
	59.João Batista Pereira	JBP
	60.João da Cunha Franco	JCF
	61.João Mós	JMo
	62.José Bonifácio de Andrada	JBA
	63.Maximiano da Fonseca	MF
	64.Mena Barreto	MBM
	65.Rubem Rosa	RR
	66.João Punaro Bley	JPB
	67.Almerinda Farias Gama	AFG
	68.Italo Landucci	ILA
	69.Ribeiro Junqueira	RJ
	70.Gabriel Passos	GP
71.Antônio Linhares Guerra	ALG	
72.Armando Dubois	AD	
73.Trifino Correia	TC	
1981	74.Alberto Lavenère Wanderley	ALW
	75.Antônio Carlos Murici	ACM
	76.Marques dos Reis	MR
	77.Filinto Müller	FM
1982	78.Afonso Arinos	AA
	79.Góes Monteiro	GM
	80.Horta Barbosa	HB
	81.Armando Vidal	AV
	82.Messias Carrera	MC
	83.Ulhoa Cintra	UCi
	84.Henrique Autran	HA
	85.Napoleão de Alencastro Guimarães	NAG
	86.Hilton Alves	HIA
87.Sadi Vale Machado	SVM	

1983	88. Aurélio Viana	AVi
	89. Henrique Teixeira Lott	HTL
	90. Sérgio Magalhães	SMg
	91. Valfrido Moraes	VM
	92. Maurício José Cardoso	MJC
	93. Negrão de Lima	NL
	94. André Carrazzoni	AnC
	95. Geraldo Rocha	GR
	96. Amaro Lanari	ALa
	97. Temistocles Brandão Cavalcanti	TBC
	98. Lindolfo Collor	LC
	99. Manuel Antônio da Silva	MAS
	100. Juracy Magalhães	JM
	101. Agamenon Magalhães	AGM
	102. Ulisses Lins	UL
103. Nero Moura	NM	
104. José Maria Whitaker	JMW	
105. Manuel Vargas	MV	
1984	106. José Moreira Maia	JMM
	107. Alexandre Marcondes Filho	AMF
	108. Benedito Valadares	BVa
	109. Afrânio de Carvalho	AC
	110. Artur Hehl Neiva	AHN
	111. Ildefonso Simões Lopes	ISL
	112. Ciro de Freitas Vale	CFV
1985	113. Laura Leite Maia	JP
	114. Alzira Vargas do Amaral Peixoto	AVAP
	115. Raimundo Padilha	RP
1986	116. Eugênio Gudín	EUG
	117. Angelo Nolasco	ANo
	118. Venceslau Brás	VB
1987	119. Artur Levy	AL
	120. Celso Passos	CP
1988	121. Aldo Zucca	AZ
	122. Flores da Cunha	FC
	123. João Mangabeira	JMa
1990	124. Celina Vargas do Amaral Peixoto	CAP
	125. Nelson de Mello	NeM
	126. João Goulart	JG
	127. Moreira Franco	MFR
	128. Edmundo de Macedo Soares	EMS
1991	129. Otávio Marcondes Ferraz	OMF
	130. João Luís Alves	JLA
1992	131. Roberto Campos	RC
1993	132. Ulysses Guimarães	UG
1994	133. Luiz Simões Lopes	LSL

	134.	Juarez Távora	JT
1995	135.	Paulo Nogueira Batista	PNB
	136.	Tancredo Neves	TN
1996	137.	Antônio Azeredo da Silveira	AAS
1997	138.	Marcílio Marques Moreira	MMM
	139.	Edmundo da Luz Pinto	ELP
	140.	João Alberto	JA
1998	141.	Murilo Braga	MB
	142.	Joaquim de Souza Leão	JSL
	143.	Eurico Dutra	ED
1999	144.	Ernesto Geisel	EG

Fonte: Elaborado pelo autor com dados coletados no CPDOC.

O crescimento do acervo do CPDOC, após a entrada do arquivo de Getúlio Vargas, foi entendido como uma obrigação, não apenas em função da sugestão de Alzira Vargas, mas por uma questão de propósito institucional. Celina Vargas alerta que a proposta de criação do CPDOC não tinha por objetivo ser um memorial ao ex-presidente, nem mesmo de se dedicar exclusivamente à memória deste político⁹⁹. A proposta de criação da instituição se dirigia ao desenvolvimento de estudos e pesquisas de ordem acadêmica a respeito da história do Brasil. Portanto, pesquisa e documentação formavam o eixo central da proposta de criação do CPDOC.

Esse foi o grande enfoque, que eu entendi. De tudo que eu pesquisei, de tudo que eu conversei, de tudo que eu pude observar, não só na Europa, como nos Estados Unidos, e também para entender Getúlio, o que eu pensava? Nós não tínhamos, nenhum de nós, eu também não... Eu entendia, e entendia acho que certo, que ninguém entendia o Brasil da maneira como os documentos falavam. (PEIXOTO, 2017)

Esta perspectiva da fundadora do CPDOC, de colocar pesquisa e documentação como elementos fundamentais para a manutenção do projeto, é algo que se encontra integrado à filosofia da instituição até os dias de hoje. Celso Castro, atual diretor do CPDOC, confirma esta orientação institucional, além de categorizá-la como uma característica pioneira no cenário institucional brasileiro e de inovação no âmbito da pesquisa acadêmica:

[...] E também inovador porque era pesquisa e documentação. Que o CPDOC ficou sendo isto e até hoje é. Pesquisa e documentação era diferente por quê? Porque você tinha instituições de guarda tradicionais de arquivo, que eram basicamente arquivos. E às vezes

⁹⁹ Peixoto: “[...] a gente não estava querendo ali fazer a história de Getúlio, tanto que não se fez a biografia de Getúlio, quer dizer, se fez um texto para o Dicionário [Histórico-Biográfico Brasileiro], mas a grande biografia de Getúlio veio a sair agora pelo Lira Neto pela Cia. das Letras.

Entrevistador: Não era essa uma proposta da instituição.

Peixoto: É, não era.” (PEIXOTO, 2017)

até podia ter um setor de pesquisa, um grupo, mas era uma coisa minoritária, ou muitas vezes acabou. Museu da República, por exemplo, uma época eles tinham lá um grupo de pesquisa, depois terminou. Aqui não. Era bem orgânico. Mas não era, também, um centro de pesquisa, só, como tinha centros de pesquisa... CEBRAP, CEDEC, eram centros de pesquisa que eram só de pesquisa e que às vezes até podiam ter uma “documentaçãozinha”, mas era minoritário. CPDOC, não. Era a junção disso. Tinham igual peso. (CASTRO, 2017)¹⁰⁰

Celina Vargas atribui a ideia de uma instituição de pesquisa que se fundamente em e fomenta a documentação histórica pessoal, mais do que à convivência doméstica com pesquisadores brasilianistas na casa de sua mãe, a suas experiências acadêmicas na Europa:

Da minha parte, não só doméstica, mas pela minha conversa com o mundo. Eu não ficava sentada olhando, eu fui entender o que a França fazia, eu conversei com professores na França, conversei com [Alain] Tourraine, conversei com pessoas de dentro do Arquivo Nacional, eu queria criar uma coisa diferente, não sabia ainda o que era. Acho que deu certo. As pessoas entenderam e todos se associaram a isso. A Aspásia [Camargo], a Alzira [Abreu], a Lúcia [Lippi], que foram as primeiras que chegaram. Depois, já esse segundo grupo, Ângela [de Castro Gomes], Maria Celina [Araújo], todo mundo entendeu. Se entendeu é por que era certo. Não foi uma coisa minha, pessoal, acho que foi uma coisa de amadurecimento de uma ideia que foi dando certo. (PEIXOTO, 2017)

Assim, a proposta de pesquisa acadêmica associada a documentação, sem a pretensão de ser um memorial de personagem único, exigia que a instituição mantivesse em sua agenda, como atividade primordial, a busca pela ampliação de seu acervo. Os primeiros arquivos que se juntaram ao de Getúlio Vargas no acervo do CPDOC foram aqueles acumulados por personagens políticos que estiveram ao lado de Vargas em seu governo, mas não deveria se limitar a isso. O arquivo de Getúlio Vargas não apenas deu a motivação inicial para a criação do CPDOC, como também determinou sua linha de atuação. A política brasileira a partir dos anos 1930 se torna o objeto de estudos e foco da atuação da instituição.

[...] Quer dizer, você trabalhar com uma pessoa dessas [Getúlio Vargas] e colocar o arquivo dele como centro, ele atrai os que eram, vamos dizer assim, que eram companheiros, eram da mesma ideia, do mesmo projeto, seus pares, como também os seus inimigos. Eu fui conversar com a família do Cordeiro de Farias, fui conversar com Juracy Magalhães. Eram opositores a Getúlio. Eram a UDN, o que depois formou a UDN, mas eram os militares que depuseram Getúlio em 1945. Quer dizer, aí acho que foi uma coisa que se tem que entender como uma coisa maior. Ou você entende esse país, ou você não entende. A gente queria entender. (PEIXOTO, 2017)

¹⁰⁰ Entrevista concedida ao autor em 14 de dezembro de 2017.

Assim se desenha o caminho previsto a ser percorrido pelo CPDOC: o acúmulo por arquivos de personagens da política brasileira após os anos 1930. Celso Castro compreende a Revolução de 30 como um “marco operacional” na consolidação do CPDOC no momento em que foi necessário estabelecer uma linha de acervo (CASTRO, 2017). Mais do que a definição de uma linha de acervo, a situação se mostra como uma questão de construção da imagem institucional de um centro de pesquisa constituído de forma séria e comprometido com o conhecimento histórico. Esta não é uma tarefa simples para uma instituição criada na estrutura da Fundação Getúlio Vargas por uma familiar de Getúlio Vargas, que também foi a primeira diretora do Centro, e que tem o arquivo deste político como destaque.

No entanto, Celina Vargas compreende que esta não foi uma barreira na consolidação do CPDOC e na constituição de seu acervo em função de a busca pela seriedade do trabalho ser uma preocupação constante. Com isso, o projeto do CPDOC foi uma ideia bem acolhida, quer no ambiente político, quer no acadêmico:

Peixoto: [...] Era um lado criativo que se estava fazendo, não só para uma geração de pesquisadores, mas para o reconhecimento do que os antigos tinham feito. Então, muita gente nos procurava. Não eram só pessoas que vinham pela amizade com Getúlio, ou pelo reconhecimento de que aquele momento era um momento que tinha que ser pesquisado e revelado. Pessoas até da esquerda mais radical, da direita mais radical, de todos os lados.

Entrevistador: Por verem o valor do material.

Peixoto: É. E o mais próximo, Oswaldo Aranha, foi o que demorou um pouquinho mais. Mas a documentação me foi entregue logo. Não era doado¹⁰¹, mas estava disponível para pesquisa. Acho que as pessoas todas foram muito corretas. Nós também tivemos uma postura bastante correta. A gente não estava lá para falar mal dos outros. A gente estava lá para revelar a história.

Entrevistador: Estudos acadêmicos.

Peixoto: Estudos acadêmicos. Houve um reconhecimento geral, do mundo político, do mundo acadêmico, internacional, depois da ajuda do Morse¹⁰² foi maior, mas os brasilianistas já nos conheciam. Principalmente o arquivo de minha mãe. (PEIXOTO, 2017)

Neste cenário, onde o CPDOC trazia uma proposta nova para as personalidades do meio político, foi fundamental que se estabelecesse os contatos necessários com aqueles que se configuravam como potenciais doadores. Com uma

¹⁰¹ Apesar de dar entrada no CPDOC poucos meses depois do arquivo de Getúlio Vargas, em novembro de 1973, o termo de doação do arquivo de Oswaldo Aranha só foi efetivamente assinado na década de 1990 (PEIXOTO, 2017; CASTRO, 2017).

¹⁰² Richard Morse, historiador brasilianista estadunidense, foi responsável pela direção da Fundação Ford no Rio de Janeiro na década de 1970. A Fundação Ford foi parceira do CPDOC no projeto de implantação de seu laboratório de história oral, trazendo para o Brasil a metodologia até então ignorada pelos historiadores brasileiros, além de apoiar o CPDOC e estimular seu reconhecimento internacional. Aspásia Camargo foi quem coordenou o projeto no CPDOC.

equipe reduzida, o CPDOC, em seu início, contava com Celina Vargas em sua direção e o auxílio de três pesquisadoras, que compunham a equipe do Centro: Aspásia Camargo, Alzira Abreu e Lúcia Lippi. Para que os primeiros arquivos fossem captados, porém, o nome de Celina Vargas, e a influência que sua ascendência familiar trazia, foi ponto determinante. Os primeiros arquivos incorporados, portanto, são resultados do trabalho de negociação de Celina Vargas com aquelas famílias que faziam parte de seu meio social.

Peixoto: No início eu fiz, pessoalmente. Era o meu serviço. Eu entendia que era meu serviço.

Entrevistador: E a sua bandeira era realmente de tornar público o material e demonstrar para as famílias a importância disso para o levantamento histórico...

Peixoto: E sempre com abertura para pesquisa, com citação de fontes e de revelação da história do Brasil. No início eu mesma fazia, depois, é claro... porque eu acabei me tornando muito mais uma gestora do que uma pesquisadora. (PEIXOTO, 2017)

Celso Castro qualifica as primeiras décadas de atuação do CPDOC como uma “fase heroica”, em função na necessidade de afirmação que o trabalho, inovador e incipiente, exigia para se estruturar, e da grande quantidade de arquivos captados em curto período de tempo:

[...] Com essa fase, vamos dizer, “heroica”, do recebimento da primeira grande leva de arquivos, basicamente ela pegou Era Vargas. Pessoas que tinham atuado em Era Vargas, não todos os assessores, não era isso. Anísio Teixeira é um exemplo bom. Mas conseguiu reunir uma quantidade muito grande de arquivos em pouco tempo. Então, os anos 70 e anos 80 foram de receber muito arquivo, mas a Celina era a pessoa chave pelos contatos. Acredito que ela mais pedisse do que as pessoas viessem espontaneamente oferecer [...]. (CASTRO, 2017)

Os contatos familiares e sociais que a família Vargas nutriu e manteve, mesmo após a morte de Getúlio, serviram de ponto de partida para que o acervo do CPDOC fosse constituído. Para isso, a presença de um membro da família Vargas foi fundamental no trabalho de convencimento dos potenciais doadores e construção de credibilidade do projeto que se iniciava.

Adelina Novaes e Cruz recorda uma necessidade no processo de negociação com os doadores bastante característica daquele momento em que os arquivos pessoais eram pouco reconhecidos como fontes de interesse para a pesquisa histórica. Fazendo menção ao termo de doação utilizado pelo CPDOC desde sua implantação, a pesquisadora aponta que:

[...] Quer dizer, a gente não ia ser simplesmente os depositários. A gente se obrigava [no texto do termo de doação] a transformar isso

em fonte de consulta. Não é guardar e ficar. Isso tudo hoje em dia é o óbvio, mas naquele momento não era muito óbvio. Precisava ficar frisado e explicitado. (CRUZ, 2017)

O acesso público como condição norteadora do processo de doação foi algo que demandou explicações para os doadores. A característica de novidade que rodeava o trabalho com os arquivos pessoais – ao menos pelo ponto de vista da história, considerando que, em São Paulo, o IEB já trabalha com arquivos pessoais no âmbito da literatura – demandava explicações para que os doadores tivessem a confiança necessária para abrir mão de seus papéis de família. Suely Braga, pesquisadora do setor de documentação do CPDOC no período de 1979 a 2014, em entrevista concedida ao autor em 13 de dezembro de 2017, quando questionada, responde:

Entrevistador: Essa ideia de abrir a documentação pessoal para consulta pública foi algo que demandou muita explicação para as famílias? Havia muita resistência?

Braga: Não, porque, quando o CPDOC foi criado, o primeiro arquivo foi o do Vargas, o segundo Osvaldo Aranha, depois Capanema, quer dizer, nomes... então, os que vieram depois, pensaram mais ou menos assim: “É para o bem?”. Isso você tem que explicar. “Interessa isso para a pesquisa? As cartas que meu marido, minha mãe, meu pai, trocaram quando estavam no exílio...” É meio que uma perplexidade do tipo: “isso é importante para a pesquisa? Será que eu não estou expondo a vida, a intimidade dos meus entes queridos?” [...]. (BRAGA, 2017)

O desconhecimento por parte das famílias demandava explicações em torno da relevância desta documentação pessoal para a pesquisa acadêmica, o que não significou exatamente resistências. A quantidade de arquivos incorporados ao CPDOC nas primeiras décadas é o demonstrativo disso.

As explicações giravam em torno de como a documentação seria utilizada e qual seria a ética que nortearia as ações do Centro. A preocupação com as intimidades das pessoas, segundo Suely Braga, sempre guiou as atividades do CPDOC, desde a negociação para doação até o momento da abertura:

[...] o General Antônio Carlos Murici foi um caso em que ele doou o arquivo, mas disse “só quando eu morrer”, mas não botou isso no contrato. “Vamos receber o arquivo, mas se tiver qualquer documentação muito íntima, isso sim não é interesse para a pesquisa”. Mas a intimidade não é mostrar o outro lado da vida das pessoas, então a gente sabe fazer muito bem essa distinção. [...] A gente sempre teve muita atenção, isso não significa que a gente faça triagem, que a gente tire coisas comprometedoras, não é nada disso. É trabalhar com seriedade, sem querer pegar documentos que só vão servir para sensacionalismo, expor a pessoa. E isso, se você deixa acontecer uma vez, a confiança que você leva muito tempo para consolidar, ela pode ruir muito rapidamente. Então, o General

Murici doou o arquivo, nós organizamos o arquivo, quando estava tudo organizado, nós chamamos ele para ver o arquivo todo organizado, a descrição que a gente tinha feito de tudo, e para mostrar para ele: “Olha, os seus documentos precisam estar liberados, o senhor acha que tem documentos que mostram a sua posição, correta, se eles ficarem fechados, isso nunca vai aparecer”. “Ah, é, é para abrir tudo que tem na minha vida, não tem nada para esconder”. Se não, algumas vezes leva anos para liberar um arquivo que você recebeu. A cabeça da pessoa muda, ela vê o trabalho que foi feito. Você tem obrigação de chamar a pessoa pra ver o que está sendo feito? Claro que não, mas isso é uma forma de trabalhar que você vai conquistando a confiança das pessoas. (BRAGA, 2017)

Quando se trabalha com personagens da história política, toda atenção voltada para a imagem do titular do arquivo é necessária. Para um grupo de pessoas como este, a imagem pública é algo fundamental e que pode gerar impactos em toda a sua trajetória. Portanto, o cuidado com as intimidades é ponto de muito cuidado. Ao mesmo tempo, é importante estabelecer um equilíbrio, na negociação com o doador ou os familiares, entre os interesses da pesquisa acadêmica e a intimidade da família. Este equilíbrio decorre da concepção que a instituição mantém de arquivo pessoal como uma unidade de informação. A conscientização das famílias a respeito deste conceito se mostra necessário, sobretudo por se tratar de documentação investida de sentimentalismos familiares. Suely Braga aponta:

Dos papéis a pessoa desapega com mais facilidade, as cartas, os relatórios; mas quando chega a hora das fotografias, por exemplo... “Ah, não, isso aqui são as fotografias, isso aqui não interessa, são as fotografias de papai, não tem interesse para a pesquisa porque é ele fora do parlamento”, então tem que também fazer todo esse convencimento da importância... porque estamos lidando com arquivos privados pessoais daquela pessoa. Aquela pessoa não é só aquele momento dela no parlamento, se você quer de fato ter esse conceito mais abrangente que deve ter o arquivo privado pessoal. Então, por essas duas razões e acho que isso era muito frequente quando a gente ia avaliar acervo, ou porque, de fato, a pessoa acha que só interessa para a pesquisa aquilo diretamente ligado à ação política da pessoa, mas na hora que a gente vê um álbum, um livro, um filme, um documentário, a gente acha tão bom. A gente vê o outro lado da pessoa, esse político que também toca um violão, que canta, que tem uma convivência que o torna múltiplo, mais positivo. As pessoas acham mesmo que só a tribuna interessa [...]. (BRAGA, 2017)

A construção de uma instituição que trabalhasse com a união indissociável entre pesquisa histórica e documentação pessoal, portanto, não poderia afastá-las no momento da seleção dos arquivos que ingressariam ao CPDOC. Após o trabalho inicial desenvolvido por Celina Vargas, de contatar aquelas famílias com as quais herdara o contato, como a família Aranha, por exemplo, a consolidação da área de

pesquisa, associada à área de documentação, passou a colaborar nos direcionamentos da captação de arquivos. Adelina Novaes e Cruz comenta:

Então o CPDOC sempre definiu desde um primeiro momento que a sua linha de acervo que era o primeiro escalão da área política e da área de... às vezes o cara podia nem ter um cargo oficial, ser presidente, governador, mas atuar na definição de política, como um Anísio Teixeira, que não chegou nunca a ter um cargo de primeiro escalão, em termos de uma hierarquia pública, mas que para nós interessava, porque ele era um formulador de política. Lourenço Filho era para nós importante, já que se tinha, por exemplo, um Capanema. Então, foram se formando... o início foi Getúlio, com seus assessores diretos e ministros, ampliando isso um pouco mais para esses colaboradores, pensadores, formuladores de política. Mas, como a história veio avançando, a gente tem arquivos também... como se fossem elos que depois vão se encadeando com outros elos. Um vai pedindo o outro. Então você tem os mais recentes. Agora a gente tem o do Geisel. A gente fecha então esse período da ditadura. O Collor a gente tem muito pouco, porque foi também um período muito curto, mas de qualquer forma temos Tancredo, temos Ulisses, temos essa coisa da reabertura. Dentro do CPDOC foi criado um curso de Relações Internacionais e nós hoje em dia temos de ministros de relações exteriores e também de formuladores de política externa. Como é um centro de documentação e pesquisa, em função das pesquisas, muitas vezes vinha um arquivo. As pesquisas se desenvolviam, identificavam arquivos interessantes, a gente ia lá, conquistava e trazia. E o inverso. Como nós tínhamos arquivos com “N” temas interessantes, do arquivo muitas vezes surgiam as pesquisas. Então, esse trabalho de pesquisa e arquivo sempre foi uma coisa bem pensada aqui no CPDOC. (CRUZ, 2017)

Este trabalho de seleção e captação de acervos, portanto, segue a mesma linha de pensamento que construiu a filosofia do Centro: pesquisa e documentação como áreas indissociáveis. A tarefa de seleção dos arquivos a serem coletados, dentro do sistema de funcionamento fundador do CPDOC, foi compreendida como um trabalho a ser realizado de forma colaborativa entre pesquisa e documentação, sendo que a pesquisa apontava suas demandas e a seção de documentação elaborava e desenvolvia as estratégias para a captação. Suely Braga corrobora a informação passada por Adelina Novaes e Cruz:

Em função da pesquisa. Se a pesquisa está trabalhando anos 50, sempre a gente trabalhou junto, no sentido de “Vamos mapear”. Quais seriam arquivos importantes dos anos 50 para o CPDOC receber, para subsidiar as pesquisas, para ir completando? Completamos 30, 40, vamos ver 50. Era um trabalho conjunto dos pesquisadores com a documentação, de elencar “Ah, o ministro tal, o deputado tal, pessoa com conhecida participação no cenário nacional”. Tinha um grupo de trabalho que se chamava Perfil do Acervo, fazia esse trabalho de mapeamento, “Fulano de tal, seria importantíssimo entrar para o CPDOC, vamos atrás”. Tenta contato com a família, com quem conhece, pedia ajuda aos membros do

Conselho de Doadores, se alguém tem contato, que conheça. “Ah, isso aqui está na instituição tal, já foi doado”, então legal, esse aqui a gente sabe que está na instituição, “E esse aqui?”, “Esse aqui tá com uma parente, como é que a gente vai fazer o contato?”. Tinha um mapa dos possíveis acervos de interesse, sempre trabalhando junto com a pesquisa, a pesquisa que estava sendo desenvolvida ou mesmo quando a gente não estava fazendo algum trabalho que vá utilizar essa documentação, mas ela preenche um período importante. “Tem o arquivo de Fulano, de Ciclano, se tivesse o arquivo dessa terceira pessoa, completaria essa gama de documentos relevantes.”, e assim a gente ia fazendo essa prospecção mesmo. A vida toda foi assim. “Estamos interessados... morreu o Dr. Ulysses [Guimarães], vamos atrás”. Sabe... isso aí você não precisa nem estar fazendo nenhuma pesquisa que precise do arquivo de Ulysses, mas é o Dr. Ulysses. Qual é a instituição que não vai querer? “Morreu Tancredo [Neves], vamos atrás”. Tem nomes que você sai correndo, porque vai ter uma disputa por aquele espólio. Você leva o seu portfólio, o da FGV é muito forte. (BRAGA, 2017)

A perspectiva apresentada por duas pesquisadoras da seção de documentação¹⁰³ indicam que o trabalho inicial desenvolvido por Celina Vargas nos primeiros anos foi responsável por dar a base para a construção do acervo, cabendo às equipes seguintes apenas darem continuidade. A rede de relacionamentos políticos que se estabeleceram na vida real deveria ser reconstruída no acervo do CPDOC, de modo que os cenários fossem se construindo. O painel político projetado para o acervo do CPDOC se pautou, portanto, na rede de relacionamentos vivenciada pelos titulares dos arquivos. Após a entrada dos arquivos de Getúlio Vargas, de Oswaldo Aranha e de Gustavo Capanema, os seguintes seriam como que uma “consequência natural”.

No início, você tinha Getúlio e Oswaldo Aranha, mas os filhos ou os netos desses arquivos, ou desses titulares, tinham uma rede de relacionamentos e no momento em que nós começamos a um pouco provar... Também tinha isso... As pessoas tinham medo de entregar seus documentos e nós tivemos um pouco que conquistar uma credibilidade. Claro, que começou com o arquivo do Getúlio, que era o avô da Celina, e do Oswaldo Aranha, que era da família Aranha, e que eram amigos muito próximos da Dona Alzira e da Celina. Então, no momento em que nós começamos a surgir, [com] os trabalhos, e essas pessoas começaram a ver que a instituição tinha uma preocupação com a guarda e com a conservação e com a disseminação... Uma teia de relacionamentos se formava em torno daqueles arquivos que se ampliavam. Tanto [que] nos procuravam. “Fiquei sabendo da existência...”, dessa nossa preocupação,

¹⁰³ Originalmente o CPDOC era dividido em duas seções de trabalho: Seção de Pesquisa e Seção de Documentação. Ao longo do tempo a estrutura administrativa passou por alterações, mas a lógica da organização permaneceu a mesma. Ambas as seções contavam com pesquisadores em seus quadros, pois esta era a carreira que a FGV oferecia. Todos os funcionários efetivos, quer da Pesquisa como da Documentação, eram pesquisadores.

começavam a confiar que era uma instituição que poderia guardar seus documentos sem provocar, sem querer divulgar aquilo de uma maneira... Querer fazer sensacionalismo ou vender documentos. Então nós tivemos essa conquista. (CRUZ, 2017)

Esta “conquista”, apontada por Adelina Novaes e Cruz, fruto evidente da seriedade do trabalho desenvolvido pelo CPDOC, é também resultado das relações políticas mantidas pelo Centro desde a sua fundação. Uma estratégia pensada ainda no momento da criação e do planejamento do CPDOC que, segundo as pessoas entrevistadas, colaborou tanto no desenvolvimento das atividades quanto na captação de arquivos, e até mesmo no estabelecimento de parcerias e captação de fomentos externos, foi o chamado Conselho de Doadores.

O Conselho de Doadores é um órgão criado na estrutura do CPDOC com o objetivo de congregar todas as pessoas que doaram arquivos para o Centro. De acordo com Celina Vargas, a ideia de criação do Conselho de Doadores surge de uma sugestão de Temístocles Brandão, diretor do INDIPO à época de criação do CPDOC. Brandão foi o responsável pela elaboração do termo de doação utilizado pelo CPDOC para legalizar a transferência dos arquivos ao Centro.

Entrevistador: Essa ideia de montar o Conselho de Doadores, que, me parece, é algo realmente muito importante na trajetória do CPDOC, era de justamente criar essa união? Qual era a proposta?

Peixoto: Eram duas coisas. Quem fez o contrato de doação foi o Dr. Temístocles, que era o diretor do INDIPO. Dr. Temístocles era uma alma generosa, uma alma superior, e um nome de uma profundidade no Direito, enorme. [...] E ele queria muito a conciliação. “Minha filha, você não sabe o dia de amanhã. Vamos criar o Conselho. É uma forma de as pessoas estarem unidas. Vamos botar uma cláusula que se algum dia a Fundação se desvirtuar os arquivos podem voltar para suas famílias”. Enfim, ele foi colocando isso de uma maneira muito generosa e criando uma coisa muito democrática. Muito aberta. E foi isso. O contrato é um contrato aberto, bem aberto. E era uma segurança para essas pessoas. Eu também não podia não pensar que eu era uma doadora. (PEIXOTO, 2017)

A proposta de criar um órgão na estrutura da instituição que concedesse voz àqueles que colaboraram com o seu desenvolvimento é uma forma muito estratégica de conseguir apoio. Como já dito anteriormente, a doação dos arquivos pessoais ao CPDOC acontece, sobretudo, pautado em uma questão de confiança. O Conselho de Doadores é um elemento a mais que contribui na construção deste sentimento de confiança e respeito às famílias que dispuseram seus papéis ao projeto da pesquisa histórica.

[...] a Celina, quando ela criou o CPDOC, fez uma coisa que eu acho que foi muito boa para o sucesso do CPDOC. Ao mesmo tempo que a família, ao doar os documentos, ou o próprio titular, ele abria mão,

e isso é uma coisa muito difícil, não é um sentimento fácil, você desapegar, ela criou uma coisa que foi o Conselho de Doadores. Então, esse Conselho de Doadores não opinava no sentido de decidir se ia ser feito dessa forma ou de outra forma, mas ele era chamado a participar, uma vez por ano, no início eram duas vezes, mas logo passou para uma vez. Todo doador fazia parte desse Conselho. Em dezembro, durante muitos anos, depois passou para novembro, eles pediram para mudar, tem uma reunião do Conselho de Doadores, onde eles se encontram, muitos se conhecem. No início do CPDOC, então, isso era uma sociedade, era uma festa, eles se encontravam uma vez por ano aqui. Os próprios titulares e, na maioria das vezes, seus herdeiros, suas famílias, já não eram mais os próprios, mas as famílias, digamos assim, da Era Vargas, dos anos 30, elas se encontravam, se conheciam, aquilo foi um núcleo muito forte, do qual elas participaram [...]. (BRAGA, 2017)

A criação do Conselho de Doadores na estrutura da instituição é uma forma estratégica de colocar as doações como algo de destacada importância na composição do CPDOC, ao mesmo tempo em que é uma demonstração de respeito às famílias, ou mesmo aos titulares. E, como forma de retribuição, o Conselho também traz seus benefícios. Adelina Novaes e Cruz aponta:

[...] E nós temos um Conselho de Doadores que, desde o primeiro ano, quer dizer, desde o segundo, que anualmente a gente tem ao final do ano... isso também ajudou. A gente tem uma prestação de contas a esses doadores. Anualmente a gente tem, ao final, novembro, uma reunião em que todos os doadores são convocados e nós prestamos contas. E aí, fazemos um relatório das atividades do CPDOC naquele ano, claro que focado principalmente no acervo. O que chegou, o que foi organizado, o que foi aberto à consulta, o que foi digitalizado, o que se transformou em exposição, em projetos, enfim. É uma reunião voltada para eles. Isso, em alguns momentos, alguns doadores trouxeram futuros doadores para essa reunião. Eles convidavam, perguntavam se poderiam trazer, claro que podia trazer. Então, esse futuro doador participava já de determinada reunião, via o nosso relatório, achava as atividades mais do que pertinentes, e acabavam doando o arquivo do seu pai, do seu avô, ou o próprio. (CRUZ, 2017)

O Conselho de Doadores, assim, assume também uma finalidade de auxiliar na estratégia de captação de arquivos pessoais, levando em conta as redes de relacionamentos entre essas pessoas e famílias que compartilham do mesmo ambiente político e social. A existência do Conselho de Doadores é, portanto, uma estratégia detidamente política.

Então, isso é muito interessante, esse Conselho de Doadores teve um papel muito importante no CPDOC. Para dar segurança. Isso vira quase que uma agenda na vida deles no sentido de que: “O arquivo do meu pai, o meu arquivo, o arquivo da minha mãe, os papéis ligados a nós, à nossa família, foram entregues ao CPDOC, uma instituição séria, fazem prestação de contas no fim do ano”, porque de fato a gente fazia um relatório não no sentido de prestar contas,

no sentido de que precisava da aprovação deles, mas como um reconhecimento e uma forma de ter o apoio indireto desse grupo que era super relevante nas primeiras décadas, nos anos 70, 80 e 90, sabe, não tenho dúvida da importância do Conselho. (BRAGA, 2017)

Entretanto, o Conselho de Doadores colabora na aproximação entre o CPDOC e os arquivos pessoais, mas a definição se o arquivo será ou não incorporado ao acervo cabe exclusivamente à equipe técnica do Centro. Ao longo da trajetória do CPDOC, evidencia-se a preocupação na construção de um acervo dotado de coerência e fidelidade ao seu projeto original. A estratégia de captação de acervos utilizada pelo CPDOC, pautada no mapeamento de personagens da política ligados às décadas selecionadas pelo Centro e no estabelecimento de uma rede de relacionamentos interpessoais entre estes personagens contribuiu para que a linha do Centro fosse mantida e o acervo se construísse de modo coeso.

Ao mesmo tempo, a atenção voltada à coerência e ao projeto original fez com que arquivos de personagens que, ao contrário de Getúlio Vargas, Oswaldo Aranha, Gustavo Capanema, João Goulart, Tancredo Neves, Ernesto Geisel, entre outros, não contavam com grande reconhecimento da população fossem institucionalizados e preservados. Esta preocupação fez, também, com que certos arquivos pessoais de personalidades de projeção mais popular não fossem incorporados, como é o caso relatado por Adelina Novaes e Cruz:

[...] E tínhamos uma preocupação enorme e vários arquivos... Daqui saíram arquivos que nos eram oferecidos e a gente via que fugiam totalmente da nossa linha de acervos e que jamais um usuário iria imaginar... Por exemplo, Santos Dumont. Nos foi oferecido o arquivo de Santos Dumont. Eu falei “Olha, eu acho que não é um arquivo para o CPDOC”. “Ah, mas a sobrinha dele quer que alguém do CPDOC vá lá avaliar, e se não for pra ficar no CPDOC, que oriente pra onde encaminhar”. Então nós tivemos muito esse papel. Alguns da Casa Rui, no Museu-Acervo da Casa Rui [Barbosa], que eram literatos, na medida em que a gente tinha um Capanema e Drummond aí misturado... Drummond foi assessor do Capanema. Alguns arquivos de área de literatura nós não aceitamos e indicamos o Museu-Arquivo da Casa Rui. Santos Dumont, fui lá, visitei. Uma vontade louca de receber, mas pra quê? Não! A linha de acervo do CPDOC não era essa. As plantas, umas coisas do Santos Dumont que quase enlouqueci. Mas falamos para levar pra Aeronáutica. Aí a sobrinha falou “Ah, mas ninguém consulta, não tem...”. Era uma preocupação dela. Então nós indicamos o Arquivo Nacional. Porque, nada mais nacional que um Santos Dumont. O Arquivo Nacional não tem uma linha rígida de arquivos privados pessoais, como o CPDOC, que é história contemporânea do Brasil, arquivos pós-1930. Então, muitos nós não aceitamos por aceitar. [...] (CRUZ, 2017)¹⁰⁴

¹⁰⁴ Apesar da indicação feita pelo CPDOC, o arquivo pessoal de Santos Dumont foi doado ao Centro de Documentação da Aeronáutica em 2004 pela sobrinha-neta do titular, Sra. Sophia Helena.

De modo independente do nome do titular do arquivo, no CPDOC, a sua linha de acervo tem maior peso. Mesmo com toda a preocupação com relação à linha de acervo, há no acervo do CPDOC aqueles arquivos que são chamados de “desvios”. Em 1976, o Centro recebe em doação o arquivo de Quintino Bocaiúva.

[...] E um outro desvio que nós temos aqui, mas aí em termos de período, é o do Quintino Bocaiúva, que é um arquivo de Primeira República. [...] Ele está organizadíssimo, ele é precioso, mas é aquela coisa, ele é um desvio. Ele é pouquíssimo consultado, o que é uma dó. Ele é um arquivo maravilhoso, mas a Dona Vitória, que é a filha dele, acho, quem doou disse assim “Ou nós doamos para o CPDOC ou não entregamos a nenhuma instituição”. Porque a gente recomendou a Casa Rui. “Não! Só doo para o CPDOC. Só confio no CPDOC”. Então a gente aceitou. [...] O acervo dele é magnífico, mas em termos de final do século XIX, muito distante da nossa linha de acervo. Mas era melhor isso do que ela não entregar pra ninguém. (CRUZ, 2017)

O caso do arquivo de Quintino Bocaiúva pode ser interpretado como um trabalho de salvamento da destruição iminente. Mesmo distante de sua linha de acervo, a instituição se sentiu obrigada a agir no sentido de evitar que esta documentação se perdesse. Uma documentação do século XIX mantida na residência da família, sem cuidados profissionais, está fadada à destruição. A intransigência da herdeira, porém, pressionou o CPDOC a receber uma documentação que se configura como um “desvio” em seu acervo.

Em seus primeiros anos de atuação, ao longo das décadas de 1970 e 1980, o CPDOC se destacou como uma instituição que desenvolvia um trabalho pioneiro, embora já existisse, em São Paulo, o Instituto de Estudos Brasileiros, que também dedicava esforços à preservação e pesquisa com arquivos pessoais da área de literatura. Também no Rio de Janeiro, no mesmo bairro de Botafogo, na década de 1970 também se encontra a criação do Arquivo-Museu de Literatura Brasileira (AMLB), instituído em 1972 na estrutura da Fundação Casa de Rui Barbosa, instituição de pesquisa vinculada ao Ministério da Cultura. O AMLB, ao início de suas atividades, se dedicava ao colecionamento de itens avulsos para a constituição de um acervo museológico tematizado na literatura nacional, mas em pouco tempo de atividade, passa a receber arquivos inteiros de escritores, o que consolida sua atuação na área arquivística.

Mesmo contando com outras instituições que também se dedicavam à preservação de arquivos pessoais, o CPDOC é considerado, e se considera, pioneiro nesta atividade. Celina Vargas assume que “[...] o IEB pra mim foi uma lição

aqui no Brasil, que era o único que existia. Mas é mais com vocação pra literatura.” (2017). Portanto, as instituições com atividades afins já mantinham algum contato entre si, o que não impede o CPDOC de se autodenominar pioneiro. Com esta concepção, o CPDOC, além de pioneiro, se considera também colaborador, senão construtor, da concepção de arquivos pessoais e da valorização destes materiais como fontes de pesquisa.

Então, acho que o CPDOC é essa coisa de pioneiro. Na época a gente conhecia o IEB, mas depois nós fomos montando, em diversos Estados, inclusive, instituições um pouco ao modelo do CPDOC. Quer dizer, instituições que queriam trabalhar, fundações, instituições que queriam privilegiar os arquivos privados pessoais dentro desse modelinho que trabalhasse com pesquisa e depois com história oral. Então, nunca... Teve uma coisa assim que não sei se as outras instituições sentem isso, mas, assim, no início nós não tínhamos pares. Não tínhamos com quem conversar. Depois essas coisas vieram a se constituir, mas o CPDOC foi sempre como um consultor. [...] (CRUZ, 2017)

Ao longos das primeiras décadas, o CPDOC assumiu lugar de destaque no trabalho com arquivos pessoais, apesar de não ser a única instituição que se dedicasse a isso. Assim, as atividades do CPDOC passaram a ser observadas atentamente por outras instituições, que se baseavam nos trabalhos ali desenvolvidos. Não apenas com relação à estrutura e à organização institucional, mas também com relação à metodologia utilizada para a organização dos arquivos pessoais:

Braga: Eu acho que o CPDOC teve seu grande papel no início, quando não havia essa profissionalização para o campo dos arquivos privados pessoais, então nós fizemos a metodologia de tratamento versão 1, anos depois a versão 2. Então, se você vai olhar aquilo hoje, é rudimentar, elementar, sabe, mas era num tempo que você datilografava, botava num plástico, numa capa preta, colocava num inventário [...] foi feito, e foi bem feito, num mundo em que não havia outras alternativas mais ágeis, mais eficientes.

Entrevistador: Não havia essas alternativas justamente porque não era debatido essa questão dos arquivos pessoais.

Braga: É, porque não era aceito como uma fonte nobre. Como na história oral, se discutiu muito isso. O CPDOC teve essa marca de mexer em coisas pouco consideradas por alguns grupos naquele momento, mas você vai trabalhando, mostrando seriedade, vai acontecendo. (BRAGA, 2017)

A considerada ausência de referências no cenário brasileiro estimulou, no interior do CPDOC, o desenvolvimento de formas próprias de trabalho que passaram a ser reconhecidas por outras instituições e seguidas. A metodologia de tratamento mencionada por Suely Braga, criada na década de 1980 e publicada oficialmente na década de 1990 foi, por muito tempo considerada a principal referência no

tratamento de arquivos pessoais. O destaque recebido pelo CPDOC nestas décadas se atribui, sobretudo, ao baixo interesse dedicado aos arquivos pessoais por parte da Arquivologia.

Entrevistador: Então, pelo que você falou, acredito que nesse período não existia aqui no Brasil nenhuma noção de arquivos pessoais, um conceito que a gente conhece hoje é algo que não existia nessa época. Não se falava sobre isso...

Cruz: Exatamente. Não se falava, de jeito nenhum. E eu acho que o CPDOC, talvez... aí teria que perguntar à comunidade acadêmica, mas eu acho [que] a referência de arquivos privados pessoais era o CPDOC. Durante muitos anos foi. Depois não, claro. As instituições foram se constituindo, foram se formando... tinha a Casa Rui, imagine. A Casa Rui era pública, né, mas tinha o arquivo do Rui, que era... eu não sei bem quando é que a Casa Rui começou essa parte de arquivo privado, mas, enfim. Depois veio o Museu-Acervo da Literatura, na própria Casa Rui. Bem mais pra frente. Então, acho que lá no começo nós não tínhamos interlocutores. Ao contrário, nós éramos, talvez, uma ilhazinha que as pessoas e as instituições começaram a pensar isso e a ter, talvez uma oferta... “Poxa, tenho o arquivo do meu pai. O que eu faço com o arquivo do meu pai?”. Olhavam o CPDOC como um modelo a ser, claro, customizado, cada um dentro das suas realidades, mas era um modelo de instituição voltada para a preservação de arquivos privados pessoais como fonte. (CRUZ, 2017)

O contexto da Arquivologia da época contribuiu para que esse pensamento se estabelecesse no CPDOC. A década de 1970 viu o surgimento dos primeiros cursos de Arquivologia no ensino universitário, de modo que os resultados desse ensino somente aparecessem anos adiante. Mesmo a profissão de arquivista só é oficialmente regulamentada por meio da lei nº 6.546, de 4 de julho de 1978. Ou seja, a Arquivologia contava com um cenário ainda incipiente e pouco consolidado no Brasil. Celso Castro (2017) aponta que:

[...] Para a arquivologia, arquivo pessoal era um apêndice, muitas vezes eram tratados em bibliotecas, como manuscritos. Tinha a seção de manuscritos, coleções. A formação de arquivologia era basicamente de documentação pública, aí depois tem um pouquinho em relação à empresa. Mas era essa iniciação pública. E todos, vamos dizer, os grandes nomes da arquivologia da época, eu me lembro do manual do Schellenberg, praticamente não falava nada de arquivo pessoal, ou umas páginas lá. Então, o CPDOC era muito inovador e muito diferente em muitas coisas [...].

O momento pelo qual passava a Arquivologia nas décadas de 1970 e 1980, de certo modo, se relaciona à forma como os arquivos pessoais se instituíram e se estabeleceram como fonte de pesquisa. Na ausência de profissionais especificamente formados para atuarem em arquivos, as instituições que se propunham a trabalhar com arquivos privados deveriam buscar meios próprios para

a realização de suas atividades. Isto é visível não apenas no CPDOC, como também no IEB, a partir do cenário apresentado anteriormente. Enquanto o IEB, por ser um instituto de estudos criado na estrutura da Universidade de São Paulo se pautava no Brasil como objeto de estudos, seus profissionais, portanto, deveriam ser vinculados às áreas que se preocupam com esse objeto. História e literatura, portanto, são as que se destacam no IEB. A ausência de conhecimentos específicos da arquivística foi um dos fatores que motivou Heloísa Bellotto a buscar sua formação em países da Europa e América do Norte.

No caso do CPDOC, a proposta não segue de forma diferente. Ao planejar uma instituição que fosse capaz de associar pesquisa e documentação de forma indissociável, é fundamental que se tenha uma equipe habilitada para acompanhar o projeto. Assim, a equipe do CPDOC, desde sua fundação, contou com perfil multidisciplinar. Seus profissionais, fossem aqueles ligados à área da pesquisa ou aqueles encarregados do trabalho com a documentação, contavam com formações oriundas de variadas áreas das humanidades, como história, ciência política, antropologia, sociologia e, sobretudo, ciências sociais. Adelina Novaes e Cruz (2017) analisa que os primeiros anos do CPDOC, como um período de consolidação de suas atividades:

[...] foi um momento muito intenso de estudos, de vinda de especialistas, de reuniões, e demos vida a uma ideia que eu acho que era da Celina e da Aspásia, que era de constituir uma equipe multidisciplinar. Então a gente tinha pessoas da área de Ciências Sociais, de História, não havia uma delimitação formal [...]. Multidisciplinar. Eu vim da área de Ciências Sociais, com outras pessoas da área de Antropologia, enfim... e um momento exatamente como você falou, de a gente discutir e entender o que era um arquivo privado, que fonte era essa, como esse acervo se constituiu, como trabalhar essas fontes, como organizar arquivos.

Celso Castro aponta que a equipe multidisciplinar, além de constar já no projeto inicial¹⁰⁵, é também fruto do estágio de desenvolvimento que a Arquivologia vivenciava naquele momento.

¹⁰⁵ Em 13 de abril de 2012, Celina Vargas concedeu uma entrevista a Celso Castro como parte do projeto “Memória das Ciências Sociais no Brasil”. Nesta entrevista, ao abordar a constituição do CPDOC e de sua equipe, Celina Vargas aponta: “Eu exigia que as pessoas técnicas em biblioteca e arquivo estudassem história. Tanto que a Ana Lígia foi para lá... Duas bibliotecárias foram para lá, e eu pedi: ‘Olha, para entender e trabalhar no Cpdoc tem que entender de ciências sociais e de história. Ou vocês fazem o curso de ciências sociais ou o de história, vocês podem escolher. Eu libero tantas horas que forem necessárias, mas o curso é necessário’. [...] Tanto num caso como noutro, se você não entende de história, você não coloca o documento no lugar certo, e aí o pobre do pesquisador vai morrer sem descobrir o documento. [...] Eu tinha tido a experiência mal-sucedida de ter tido que fazer uma tese sobre a criação do BNDES em arquivos públicos e privados, em que eu tive que

[...] Mas com uma formação muito em Ciências Sociais. Não tinha pessoas da área de arquivologia, na época. Primeiro que o universo profissional era muito diferente, a formação era muito diferente. Em segundo lugar, que arquivo pessoal não era uma coisa que a área de arquivologia contribuísse muito, na época. (CASTRO, 2017)

Com a arquivologia dando seus primeiros passos no sentido da consolidação como área de conhecimento no Brasil, a partir dos primeiros cursos de nível superior sendo implantados, os debates, evidentemente, ainda se encontravam em estágio embrionário. A formação do arquivista, como avaliado por Celso Castro, detinha quase total atenção aos documentos públicos, consequência das influências recebidas do exterior e do próprio histórico da Arquivologia construída de modo empírico a partir das necessidades burocráticas do Estado moderno.

Sendo um espaço, portanto, deserto nas discussões dos – poucos – arquivistas da época, o CPDOC busca levantar o debate e chamar a atenção para a necessidade de se pensar nos arquivos pessoais.

[...] você tinha os pesquisadores da Pesquisa e os pesquisadores da Documentação, que tinham que organizar os documentos, tratar os documentos arquivisticamente, e estudar, escrever e fazer pesquisas de âmbito mais voltado para documentação, pra área de documentação. A Pesquisa estava fazendo pesquisa do campo da política, pesquisa histórica, e a Documentação estava se esforçando para conhecer essa área, consolidar a área de arquivos privados pessoais, participando de congressos de arquivologia, abrindo espaço nos congressos de arquivo para os arquivos privados pessoais. Ainda tinha também uma dificuldade porque esse corpo todo do CPDOC era de historiadores, cientistas sociais, e não de arquivistas e depois que a profissão foi reconhecida. De a gente mostrar que nós fazíamos o trabalho na área de arquivo, acompanhávamos o debate arquivístico, escrevíamos sobre, [fazíamos] reflexões sobre documentação, e pra isso não era necessário sermos arquivistas de formação. (BRAGA, 2017)

Encontramos, assim, o debate e a preocupação dedicados aos arquivos pessoais originados em um espaço que não era tomado por arquivistas, mas por profissionais de outras áreas das Ciências Humanas, o que não significa que os princípios e as preocupações características da Arquivologia fossem ignoradas. A própria aproximação buscada, por meio das participações em congressos e eventos de Arquivologia, demonstra o interesse dos profissionais do CPDOC em congregar diferentes áreas para debater um objeto de interesse comum. “[...] E a preocupação

praticamente reordenar os documentos para poder entender a criação do BNDES. Foi difícil. Dali eu percebi que um documentalista não tem condições, sozinho, de trabalhar numa documentação histórica. Adelina tem dupla formação, a Regina tem dupla formação, a Ana Lúcia tinha dupla formação. Na minha época, todos tiveram dupla formação. E os que não tiveram, saíram. Não dá. É impossível. Você faz bobagem. [...]” (PEIXOTO, 2012)

era essa, de formar uma equipe multidisciplinar, mas com aquele viés de Informação, de preservação de Informação.” (CRUZ, 2017)

Como a equipe responsável pelo tratamento da documentação no CPDOC era formada por profissionais de várias áreas das Ciências Humanas, a especialização se mostrou necessária para que pudessem participar e contribuir com os debates na Arquivologia.

Cruz: Então, a gente refletia, fazia milhões de artigos, escrevia, pensava e discutia, participava de todos os congressos. Tinha um estímulo muito grande pra a gente ir pro exterior, nós enquanto pesquisadores. Fazer cursos, participar de congressos é obvio. Mas, por exemplo, quando a Alzira era diretora, foi lá no começo, logo depois que a Celina saiu pro Arquivo Nacional. Então, um estímulo, entendeu. Eu e outras pessoas. Por exemplo, eu fui pro Canadá e fiquei fazendo curso no *National Archives* do Canadá durante meses, e ouvindo um pouco o que se falava lá, o que se discutia lá. Então, a gente tinha um estímulo grande pra nós aprendermos. Na verdade a gente estava aprendendo com outras instituições.

Entrevistador: *Justamente pela falta de base que tínhamos aqui.*

Cruz: Exatamente. Então eles estimulavam congressos aqui. Claro, a gente participava não só de congressos, como montava. A gente chamava instituições... era uma época que se podia... se chamava muitos especialistas de fora e chamava instituições pares, aí sim, para discutir. Então, acho que o CPDOC teve um pouco esse papel de formador dessa área de arquivo privado pessoal e de história oral. (CRUZ, 2017)

Muito da orientação do CPDOC para o seu trabalho com os arquivos pessoais tem origem, portanto, em contatos estabelecidos com instituições estrangeiras. As bibliotecas presidenciais dos Estados Unidos, por exemplo, são um exemplo no qual Celina Vargas se apoiou no momento de elaborar o projeto do CPDOC, mas com algumas modificações. Posteriormente, para colocar em prática os trabalhos de organização de arquivos, França e Canadá assumem maior influência na formação da equipe do Centro.

A influência da formação em humanidades seguramente impacta na forma como os profissionais do CPDOC organizam os arquivos de seu acervo, mesmo com a busca por formação na área de Arquivologia e Ciência da Informação que muitos procuraram. Do mesmo modo, não podemos deixar de pensar que esta formação reflete também na valorização e seleção dos arquivos que compoem o acervo. Com a prática de seleção dos arquivos dividida entre os setores de Pesquisa e de Documentação, e não centralizada em uma diretoria ou em determinada categoria que compõe a hierarquia da instituição, a formação da equipe é fundamental para compreender a forma de incorporação de arquivos pessoais.

A composição da equipe técnica e de pesquisa do CPDOC se mostrou fundamental para dar continuidade ao projeto de acervo estabelecido já no momento da criação do Centro, quando incorpora o arquivo de Getúlio Vargas, o fundador da instituição que acolhe o projeto do CPDOC. A construção coerente do acervo, portanto, deveria simplesmente seguir a rede de relacionamentos políticos estabelecida pelo cenário nacional ao longo das décadas, sem desvirtuamentos, como seria o caso da doação do arquivo de Santos Dumont.

Em São Paulo, no IEB, a década de 1980 é marcada pelo término da longa gestão de José Aderaldo Castello, responsável por dar ao acervo de arquivos pessoais do IEB a identidade literária que permanece até os dias de hoje. A gestão de Castello é seguida pela gestão de Myrian Ellis, professora do Departamento de História, que vai de 1981 a 1985. A década de 1980 também é marcada pela retirada do arquivo de Oswald de Andrade, que deu entrada em 1971 e foi retirado, por determinação da família, em 1984 para que fosse vendido à Unicamp.

Este embate com a Unicamp não foi o primeiro. Poucos anos antes, em 1982, a Unicamp comprou o arquivo e a biblioteca de Sérgio Buarque de Holanda, o fundador do IEB. Dois meses após o falecimento do titular, em abril de 1982, a diretora do IEB, Myriam Ellis consulta o reitor da USP, Prof. Dr. Antônio Hélio Guerra Vieira, sobre a possibilidade de reverter recursos para a operação planejada:

Com o recente falecimento do Prof. Dr. Sérgio Buarque de Holanda, esta entidade está sumamente empenhada em adquirir a preciosa biblioteca e o riquíssimo acervo (documentos e microfimes) do seu fundador, uma vez que a família daquele ilustre historiador se dispõe a abrir mão de tal patrimônio sobre o qual teria a Universidade de São Paulo prioridade em adquirir, face à proposta já encaminhada pela UNICAMP, através de seu Reitor, à família.

Tal acervo viria enriquecer e complementar sobremaneira o do IEB e seria de grande utilidade para os pesquisadores, professores e alunos, do campo das Ciências Humanas em geral e dos estudos brasileiros. (PROCESSO RUSP Nº 82.1.21056.1.7, fl. 02)

Considerada de interesse para compor o acervo do IEB, o arquivo pessoal e a biblioteca de Sérgio Buarque de Holanda, fundador do IEB, encontrava-se, já, em disputa entre duas grandes instituições de ensino superior públicas do Estado de São Paulo. Com a ciência de que o acervo do professor era também cobiçado por outra reconhecida instituição, o reitor da USP instaura uma comissão especial para avaliar as características, qualidade e valores do referido acervo.

A comissão, composta pelo bibliófilo José Mindlin, pelo diretor do Centro de Estudos Históricos da Fundação Casa de Rui Barbosa, Francisco de Assis Barbosa,

pelo professor e ex-vice-diretor do IEB, Eduardo Kneese de Mello, pela então diretora do IEB, Myriam Ellis, e pela historiadora do IEB, especialista em obras raras, Rosemarie Erika Horch, emite seu parecer em 14 de outubro de 1982.

O parecer da comissão não é objetivo, em termos de apontamento do interesse do IEB pelo material, e dedica maior atenção à biblioteca do que ao arquivo pessoal do historiador. No que tange à biblioteca, é destacado pelo parecer que não se trata de um “conjunto de bibliófilo”, mas de uma “biblioteca de trabalho”, onde “não iremos encontrar obras raríssimas, algumas raras, sim, ou, então, bastante valiosas” (PROCESSO RUSP Nº 82.1.21056.1.7, fl. 15).

No tocante ao material de arquivo, embora menos destacado na composição geral do parecer, é dado maior “valor” a este material, em detrimento da biblioteca:

Há que ser assinalada a valiosa coleção de manuscritos de várias procedências, sem falar dos cadernos de anotações do historiador e cartões de ficha sobre assuntos brasileiros que serviram ou viriam a ser utilizados para os seus próprios trabalhos. Um exemplo: mais de uma centena de fichas sobre índios, plantações, transporte, etc. (PROCESSO RUSP Nº 82.1.21056.1.7, fl. 16).

O parecer avalia que “Em resumo seria muito difícil reconstituir um conjunto desta grandeza e importância [...]”, mas não coloca a aquisição como fundamentalmente necessária para o desenvolvimento das atividades do Instituto. Após a apresentação do parecer à reitoria, o processo é encaminhado à Comissão de Orçamento e Patrimônio (COP), para seu parecer. A Comissão, em 25 de outubro de 1982, exara:

A COP recomenda a aquisição da biblioteca e do acervo do Prof. Sérgio Buarque de Holanda, que ilustrou a nossa Universidade, em face da importância do mesmo.

Entretanto lamenta informar que não existem recursos orçamentários para concretizar a aquisição. (PROCESSO RUSP Nº 82.1.21056.1.7, fl. 17).

A ciência por parte da diretoria do IEB, a respeito do parecer da COP, será dada apenas em junho de 1987, cinco anos depois de iniciado o processo de compra do material. A ciência, assinada por Ruy Gama, diretor do IEB de 1986 a 1990, apresenta o desfecho ocorrido neste intervalo:

1. Ciente.
2. A Biblioteca do Prof. Sérgio Buarque de Holanda já foi adquirida pela UNICAMP.
3. Devolva-se à Reitoria. (PROCESSO RUSP Nº 82.1.21056.1.7, fl. 17-verso)¹⁰⁶

¹⁰⁶ O acervo de Sérgio Buarque de Holanda é comprado pela Unicamp em 1983, momento em que o atual custodiador, o Arquivo Central da Unicamp, ainda não havia sido criado. Em 1984 é criado o Centro de Informação e Difusão Cultural (CIDIC), que se responsabilizou pela gestão da Biblioteca

As circunstâncias que levaram o IEB a aceitar o parecer de inviabilidade apresentado pela COP e não buscar outras formas de adquirir o acervo de seu fundador, como financiamento externo, por exemplo, é justificado por Heloísa Bellotto, que acompanhou as negociações desta operação:

[...] Ali [no IEB] nunca se aceitou documento, livro, que não fosse sobre o Brasil. É por isso que o IEB não ficou com a biblioteca do Sérgio Buarque. Porque a biblioteca do Sérgio Buarque era 80% de literatura. E literatura alemã, em inglês, francês, então tinha o mínimo de Brasil. Porque ele passou a ser historiador do Brasil tardiamente na vida dele. E tardiamente é quando a pessoa já não compra livro. (BELLOTTO, 2017)

Embora a biblioteca de Sérgio Buarque não fosse de interesse para o IEB, o seu arquivo pessoal seria, por conta do material de trabalho acumulado pelo historiador ao longo de sua carreira profissional. No entanto, a incompatibilidade da biblioteca à área de atuação do IEB impediu a aquisição do arquivo pessoal:

[...] O que poderia valer pro IEB era o arquivo dele, não a biblioteca. Mas a família não entregou fotografia, não entregou correspondência particular. Então, como o arquivo era muito pouco, e a família queria vender a biblioteca e arquivo [conjuntamente]. Bom, então a Unicamp comprou tudo. E o IEB fez parecer que não tinha suficiente livro de Brasil. (BELLOTTO, 2017)

Com o caso de Sérgio Buarque de Holanda, o IEB colocou em primeiro lugar o respeito à sua área de atuação, em detrimento do nome do titular do acervo, que também havia sido o fundador do Instituto. Em respeito à sua atuação acadêmica voltada aos estudos brasileiros, o IEB se impediu de prestar uma homenagem póstuma a seu fundador por meio da preservação de seu acervo pessoal. Assim como o CPDOC não aceitou o arquivo de Santos Dumont apenas pelo nome do titular, o IEB não aceitou o acervo de Sérgio Buarque apenas seu nome.

Bellotto: [...] eu lembro das conversas que eu tive com a... Eles sempre a ouviam muito, que ela era famosíssima, até fora do Brasil,

Central da Universidade, local onde se encontra o acervo de Sérgio Buarque. Em 1988, o CIDIC assume a forma do Arquivo Central da Unicamp e passa a abrigar o arquivo do historiador, juntamente com outros arquivos como o Tribunal de Justiça de Campinas e o arquivo pessoal de Zeferino Vaz, enquanto a biblioteca de Sérgio Buarque permanece aos cuidados da Biblioteca Central. O Arquivo Central é criado com a finalidade de implantar o Sistema de Arquivos da Unicamp, ou seja, um órgão voltado à administração de documentos da Universidade. O acúmulo de fundos pessoais ou alheios à Universidade não é objetivo principal deste órgão, que compreende seu acervo permanente da seguinte forma: “O Acervo Permanente do Arquivo Central reúne fundos e coleções predominantemente produzidos por órgãos e unidades acadêmicas da UNICAMP, transferidos ou recolhidos de forma sistemática, bem como, fundos e coleções produzidos por pessoas jurídicas ou privadas cujo conteúdo se relaciona a Unicamp, tais como os produzidos por professores, alunos e funcionários.” (SIARQ, 2018). Sérgio Buarque de Holanda, ao longo de sua trajetória profissional, nunca lecionou na Unicamp, o que incompatibiliza o arquivo do historiador com a proposta do local que o abriga. Este deslocamento, portanto, se justifica somente pelo prestígio e pelo reconhecimento conquistados por Sérgio Buarque ao longo de sua carreira, como uma forma de agregar valores simbólicos à instituição que abrigou o seu arquivo.

aquela Rosemarie [Erika] Horch, uma alemã que o Sérgio [Buarque] trouxe da Biblioteca Nacional. [...] Ela era muito famosa. E ela falou 'Mas isso aqui é tudo alemão, tudo francês, não tem sentido vir pro IEB'.

Entrevistador: Mesmo sendo Sérgio Buarque?

Bellotto: Então... É ridículo esse negócio de gente que compra arquivo porque é de Fulano. Tem que ver o valor, se tem coisas preciosas para serem pesquisadas. Porque os livros que têm na Yan [de Almeida Prado] são todos importados, livros estrangeiros, bem antigos, até do começo da imprensa, mas [na] dele não... preciosidade não tinha. Eram livros da vida dele, dos anos 20 e 30 que ele morou na Alemanha, comprava de monte, mas era do que ele fazia lá, que era parte de literatura... não escrever literatura, é crítica. Então não tinha sentido mesmo ir pro IEB. (BELLOTTO, 2017)

Na impossibilidade de adquirir apenas o arquivo, apartado da biblioteca, o IEB julgou conveniente desconsiderar a incorporação do acervo pertencente a Sérgio Buarque de Holanda. A configuração do acervo do historiador não foi compatível com a instituição que ele próprio criou, mas o reconhecimento profissional que trazia agregado a seu nome despertou o interesse de outra instituição, mesmo que também de modo incompatível com sua área de atuação.

Ainda na gestão de Myriam Ellis, o IEB recebe, em 1984, a doação de parte da documentação do escritor simbolista Freitas Valle (Alegrete, RS, 1870 – São Paulo, SP, 1958). O conjunto, doado pela filha do escritor, Leilah de Freitas Valle Oliveira, compreende sobretudo a obra literária do poeta. Em 11 de janeiro de 1984, a herdeira escreve sua carta de doação, dirigida à diretora do IEB:

Venho por meio desta, oferecer para doação ao Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo, uma coleção de papéis de meu pai José de Freitas Valle. Meu pai jamais publicou em livro suas poesias simbolistas, sendo que seus escritos são redigidos principalmente em francês. Acredito que com o nome Jacques D'Avray, ele tenha contribuído muito para o movimento simbolista no Brasil e para as artes em geral, das quais foi um dedicado patrono. (PROCESSO RUSP Nº 2010.1.395.31.7, fl. 03)

A sequência de arquivos que sirvam como base para os debates e estudos na área da literatura, então, é continuada no Instituto de Estudos Brasileiros na gestão da historiadora Myriam Ellis.

Em 1985, uma iniciativa diferente das que se encontravam em andamento no IEB e no CPDOC passa a se dedicar a outra categoria de arquivos pessoais. Enquanto o IEB se dedica aos arquivos pessoais da área de literatura e o CPDOC aos da elite política contemporânea, também no Rio de Janeiro é criado o Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST), com o propósito de dedicação à pesquisa e à preservação da memória científica brasileira. Em meio às atividades programadas

para o novo Museu, havia também a preocupação com os arquivos pessoais da área de ciência e tecnologia.

Não apenas um museu, com a finalidade de acúmulo e exibição de objetos referentes ao tema eleito, o MAST surge também como um instituto de pesquisa em história das ciências no Brasil. Esta proposta é responsável por aloca-lo, atualmente, na estrutura do Ministério de Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicação (MCTIC), portanto, um instituto vinculado ao governo federal. Quando de sua criação, porém, o MAST foi um instituto de pesquisa pertencente à estrutura do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), ao qual permaneceu vinculado até a promulgação do Decreto nº 3.567, de 17 de agosto de 2000, que transferiu, entre outras unidades de pesquisa, o MAST para o então denominado Ministério de Ciência e Tecnologia (MCT).

Embora criado em 1985, o MAST não surge de forma espontânea, contando com uma trajetória que o antecede e que contribuiu para dar a configuração ao projeto do Museu. Ana Maria Ribeiro de Andrade e Sibeles Cazelli apontam que:

Sua origem remonta ao Grupo Memória da Astronomia que, em 1982, abriu à visitação pública o conjunto de cúpulas de observação do céu do *campus* do Observatório Nacional, visando divulgar a ciência e sensibilizar os visitantes para a importância da preservação do patrimônio da cultura científica. (2015, s/p, grifo das autoras)

Este Grupo Memória da Astronomia se constituiu de forma autônoma no interior do Observatório Nacional, composto por alguns astrônomos e pesquisadores deste instituto de pesquisa, também vinculado ao CNPq, que apresentavam a preocupação com a falta de comprometimento deste Conselho Nacional com a preservação do patrimônio científico brasileiro. Cazelli (1992) aponta que tal preocupação, teve como principal incentivador o professor Ronaldo Rogério de Freitas Mourão, e que o grupo recebia apoio por conta da institucionalização da área de História das Ciências que se encontrava em desenvolvimento naquele período, sobretudo com a criação do Núcleo de História Social da Ciência e da Técnica no Brasil, no âmbito da Universidade de São Paulo.

Heloísa Maria Bertol Domingues avalia que o momento pelo qual o campo científico brasileiro passava no momento exigia providências no sentido da preservação deste patrimônio científico:

O MAST nasceu em meados da década de 1980, momento em que regressavam ao país muitos cientistas que o haviam deixado após o golpe de estado militar, nos anos 1960. Tanto quanto o social e político, o panorama científico havia mudado. A política

governamental orientava a produção científica e havia definido, através dos planos de desenvolvimento econômico, que a mais moderna tecnologia, em geral importada, dos satélites aos computadores, seria objeto de pesquisas prioritárias. Novas instituições científicas nasceram dessa política. Os centros de produção da ciência mais tradicionais do país, aqueles que haviam sido deixados pelos cientistas que voltavam, sofriam um processo agudo de sucateamento. Foi então o momento de clamar por uma política que fomentasse a criação de instituições de memória e história das ciências brasileiras, que pudessem moldar uma identidade científica do país. O MAST nasceu daquele clamor da comunidade científica. (2015, p. 02)

Este processo de sucateamento pelo qual passavam os institutos de pesquisa brasileiros também é considerado um dos fatores que motivaram a reunião do Grupo Memória da Astronomia, ou pelo menos que fortaleceu a ideia. Em agosto de 1982, este Grupo Memória da Astronomia promoveu uma mesa-redonda na intenção de debaterem a situação da preservação ao patrimônio científico brasileiro e buscar soluções mais objetivas para o problema¹⁰⁷.

As discussões evidenciaram a preocupação dos cientistas com a divulgação da ciência e com a preservação do legado histórico da produção científica e tecnológica do Brasil. Para isso, defendiam a criação de uma instituição dinâmica e interdisciplinar, voltada para a promoção de atividades relacionadas à cultura científica, tais como: exposições, debates, biblioteca especializada, arquivos de ciência e tecnologia, edição de livros e periódicos, etc. O encontro resultou no envio de um documento ao presidente do CNPq, Lynaldo Cavalcanti de Albuquerque, sugerindo 'a adoção de uma política abrangente de recuperação e preservação do acervo histórico da cultura científica nacional; o apoio ao Grupo Memória da Astronomia para ampliar seus trabalhos e criar um museu de ciência no prédio principal do Observatório Nacional; o tombamento do patrimônio histórico da cultura científica, incluindo conjuntos arquitetônicos, bibliotecas e instrumentos científicos; e o apoio a cursos, pesquisas e centros de documentação na área de história da ciência'. (ANDRADE; CAZELLI, 2015, s/p)

No mesmo ano deste manifesto dos cientistas brasileiros, o Grupo Memória da Astronomia foi reconfigurado, por decisão do CNPq, em Projeto Memória da Astronomia e Ciências Afins (PMAC). Esta reconfiguração teve por finalidade dar

¹⁰⁷ Segundo Sibeles Cazelli (1992, p. 68-69), a reunião contou com a presença de Carlos Chagas Filho (Instituto de Biofísica da UFRJ), Crodowaldo Pavan (Presidente da SBPC e da FAPESP), Fernanda de Camargo Almeida Moro (Superintendência de Museus da FUNARJ e presidente do Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus), George Cerqueira Leite Zarus (Programa de Museus e Coleções Científicas do CNPq), José Leite Lopes (Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas/*Centre de Recherches Nucléaires* – França), Lício da Silva (Departamento de Astrofísica do Observatório Nacional), Mário Schenberg (Instituto de Física da USP), Maurício Matos Peixoto (Presidente da Academia Brasileira de Ciências), Luiz Muniz Barreto (Diretor do Observatório Nacional), Ronaldo Rogério de Freitas Mourão (Grupo Memória da Astronomia), Shozo Motoyama (Núcleo de História da Ciência e da Tecnologia da USP) e Simão Mathias (Instituto de Química da USP).

maior estrutura e autoridade ao grupo para que se incumbisse da tarefa de promover e organizar os debates que levariam ao projeto de implantação da instituição que supriria a demanda apresentada. Como, para este grupo, a ideia de promoção da ciência à população geral encontrava-se associada à proposta de preservação da memória das ciências e da pesquisa em história das ciências, ao mesmo tempo em que planejava o futuro museu, daria andamento a atividades educativas e de divulgação da ciência.

O PMAC, no desenvolvimento de suas atividades, redige e encaminha à diretoria do CNPq, em agosto de 1983, o documento-proposta intitulado “*Museu de Ciências: proposta de criação*”. Entre as finalidades proposta para esta nova instituição, destaca-se a seguinte:

Preservar e divulgar o acervo de instrumentos, documentos e iconografia pertencentes à história da cultura científica brasileira. Incluem-se neste objetivo o recolhimento e tratamento de arquivos pessoais de cientistas e administradores da política científica governamental e o registro de seus depoimentos orais. Serão mantidos, igualmente, arquivos relativos a eventos contemporâneos; [...] (apud CAZELLI, 1992, p. 75)

A autora ainda destaca que este documento-proposta contendo a configuração e o projeto do museu de ciências tomou como referência as concepções atualizadas de museus de ciência já consolidadas em outros países. As principais referências utilizadas na concepção do MAST foram o francês *Palais de La Découverte*, o *Science Museum* da Inglaterra, o complexo museológico *Smithsonian Institution* e o *Exploratorium* dos Estados Unidos.

Em 1984 é instituído, vinculado diretamente ao CNPq, o Núcleo de Pesquisa em História das Ciências (NHC), ao qual passaria a ser subordinado o PMAC, até então vinculado à estrutura do Observatório Nacional, e que recebe a incumbência de implantar o Museu de Astronomia e Ciências Afins. A institucionalização deste NHC como uma coordenadoria independente do Observatório Nacional, apoiada pelas atividades que já vinham em desenvolvimento pelo PMAC, deu força e subsídios necessários para que o projeto de implantação do MAST fosse adiante.

Outro elemento que contribuiu para o andamento desta iniciativa se encontra nos processos de tombamento do campus do Observatório Nacional, uma antiga reivindicação do grupo preocupado com a situação do patrimônio científico brasileiro. A abertura do processo de tombamento do campus pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) data de 1979, com o efetivo

registro nos Livros do Tombo do Patrimônio Histórico e também no do Patrimônio Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico ocorrido em agosto de 1986. O campus também é tombado pelo Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (INEPAC), do Rio de Janeiro, com o tombamento provisório em 1983 e o definitivo em 1987. Ambos estendem o registro também ao acervo histórico preservado, incluindo o arquivístico.

Na ocasião da listagem dos itens a serem protegidos, foram incluídos os acervos arquivísticos que se encontravam sob a guarda do Observatório Nacional: o arquivo administrativo do Observatório Nacional, o arquivo do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) no período de 1951 a 1975, e o arquivo pessoal do ex-diretor do Observatório Nacional e do Instituto de Matemática Pura e Aplicada (IMPA), Lélío Gama (ANDRADE; CAZELLI, 2015, s/p).

Antes mesmo de ser efetivamente implantado o almejado Museu, que tinha em seu projeto a responsabilidade de abrigar arquivos pessoais de cientistas, foi feita a doação do arquivo do astrônomo e matemático Lélío Gama¹⁰⁸. A doação foi feita por seu filho, César Gama, no ano de 1982 ao Grupo Memória da Astronomia, que o manteve até março de 1985, quando é oficialmente implantado o Museu de Astronomia e Ciências Afins e transferido aos seus cuidados todo o acervo arquivístico e museológico que se encontrava no prédio do Observatório Nacional.

O MAST inicia suas atividades arquivísticas, portanto, com três fundos arquivísticos (Observatório Nacional, CNPq e Lélío Gama), dando suporte à sua atividade de preservação da memória das ciências – ou do desenvolvimento científico – no Brasil, ao mesmo tempo em que colabora com as atividades de pesquisa em história da ciência, também desenvolvidas pela instituição. A partir deste momento, o setor de arquivo e documentação do MAST passa a acumular arquivos pessoais de cientistas, que dará a seguinte configuração ao seu acervo, até o ano de 1999:

Quadro 3: Arquivos pessoais no acervo do MAST até 1999

ANO DE ENTRADA	NOME DO FUNDO	SIGLA
Sem data	1. Allyrio de Mattos	AM
	2. Oliveira Castro	OC
1982	3. Lélío Gama	LG

¹⁰⁸ Lélío Gama (1892-1981) exerceu a atividade de diretor do Observatório Nacional entre 1951 e 1967, acumulando ainda o cargo de diretor do IMPA entre 1952 e 1965 (MAST, 1988, p. 13).

1988	4. Olympio da Fonseca	OF
1991	5. Henrique Morize	HM
1993	6. Amoroso Costa	AC
1995	7. Mário Amoroso	MA
1996	8. Leopoldo Nachbin	LN
	9. Lins de Barros	LB
	10. Jacques Danon	JD
	11. Castro Faria	CF
1997	12. Souza Barros	SB
	13. Feiga Rosenthal	FR
	14. Hervásio de Carvalho	HC
1998	15. Bernhard Gross	BG
	16. Oscar Matsuura	OM
1999	17. Christóvão Cardoso	CC
	18. Bartyra Arezzo	BA
	19. Alexandre Giroto	AG

Fonte: Elaborado pelo autor com dados coletado no MAST

O quadro evidencia que a primeira década de atuação do MAST, diferentemente do ocorrido com o CPDOC e mais próximo da trajetória do IEB, é de baixa quantidade de entrada de arquivos pessoais na seção de documentação. Ao dar início a suas atividades, o MAST já conta com o arquivo pessoal de Lélío Gama, herdado do Núcleo de Pesquisa em História das Ciências – aglutinado ao Museu quando de sua criação –, além dos institucionais do Observatório e do CNPq.

Maria Celina Soares de Mello e Silva, arquivista do MAST desde 1985, com seu ingresso como estagiária poucos meses depois da abertura do Museu, em entrevista concedida ao autor em 12 de dezembro de 2017, relata:

[...] no meio dessa documentação a gente identificou arquivos de cientistas, que eu acho que estavam junto com a documentação do Observatório. O sujeito trabalhava aqui e ficou misturado. Mas não tem uma procedência, uma doação. Então tem alguns casos que não tem termo de doação, não tem procedência, mas estão aqui. O Allyrio de Mattos¹⁰⁹ é um caso desses. O [Francisco Mendes de] Oliveira Castro é outro. (SILVA, 2017)

Além da documentação de Lélío Gama, outros dois arquivos pessoais se encontravam no acervo do MAST desde sua fundação, mas que foram identificados apenas depois da organização do fundo Observatório Nacional. Estes dois fundos identificados em meio à documentação institucional do Observatório não contam com data de entrada, mas considera-se que estão no Museu desde o início das

¹⁰⁹ Parte do arquivo pessoal de Allyrio de Mattos encontra-se nos Arquivos Históricos do Centro de Lógica, Epistemologia e História da Ciência – UNICAMP – criado em 1988 –, doado por sua filha, Lêda Mattos dos Reis. Disponível em: <http://arqhist.cle.unicamp.br/index.php/allyrio-hugueney-de-mattos-3>

atividades. Assim, estes dois arquivos não contam com situação jurídica regularizada, por não terem sido oficialmente doados ao MAST.

Os arquivos pessoais incorporados desde então deveriam seguir a linha de trabalho característica do Museu, já delineada em seu próprio nome: astronomia e ciências afins. Como aponta Maria Celina de Mello e Silva, naquele momento “[...] a gente começou dentro das áreas do Observatório, e que são as nossas áreas, que são: Ciências Exatas e da Terra, Geociências e Engenharias. Então, esse é o nosso foco [...]” (2017). Estas áreas, portanto, integram o espectro de atuação do MAST, contemplando a astronomia e suas ciências afins.

Iniciadas as atividades do Museu, importava dar continuidade aos trabalhos de ampliação do acervo de arquivos pessoais, por meio da captação de novos arquivos de cientistas, dentro do seu campo de atuação. Inicialmente, o MAST contava com uma estrutura diferente da que se encontra hoje. Atualmente, o setor de arquivo, chamado de Coordenação de Documentação e Arquivo (CODAR), é uma coordenação independente, subordinada diretamente à Diretoria do MAST. Nos anos iniciais, como relata Maria Celina de Mello e Silva:

[...] o arquivo era ligado à Coordenação de História da Ciência. Departamento de Documentação e Pesquisa. Era o DPq. Tanto que minha chefe, quando eu entrei aqui, era a Ana Maria [Ribeiro de Andrade], historiadora. A gente trabalhava junto. Então, os primeiros arquivos que vieram, vieram por demanda da pesquisa em história da ciência. Ou seja, os pesquisadores, no âmbito das suas pesquisas, acabavam identificando os cientistas, quando ia fazer pesquisa, ou os próprios ou os familiares que tinham acervo, e começava-se uma negociação. (2017)

A relação simbiótica entre documentação e pesquisa é bastante próxima à situação vivenciada no CPDOC, e também no IEB, embora este conte com uma organização diferente. O fato de estruturar um departamento que desse conta, conjuntamente, da pesquisa em história da ciência e do acervo arquivístico de cientistas, demonstra a concepção de relação intrínseca entre estes dois elementos.

Além da influência dos pesquisadores em história da ciência na seleção e captação dos arquivos pessoais que viriam a ingressar no arquivo do MAST, relação esta que existe até os dias de hoje, havia também a ação da própria diretoria do Museu no sentido de trazer arquivos de cientistas:

É, no início. Ela [a influência dos pesquisadores de história da ciência] até hoje acontece, no sentido de capitanear. Mas a própria direção do MAST também, porque a Direção tendo acesso a outras instituições por conta das reuniões, enfim, têm muitos acervos que

nos chegaram aqui via direção, a negociação começa direto da direção com pesquisadores. (SILVA, 2017)

Embora se aproxime das demais instituições analisadas nesta pesquisa, o MAST conta com um diferencial em relação a aquelas. Por ser pensado como um museu, mas um projeto moderno de museu, com características mais dinâmicas e socioeducativas, o MAST traz consigo a proposta explícita de preservação da memória científica brasileira. Esta, aliás, é a demanda que sustenta as origens desta instituição, e a ela é conjugada a pesquisa em história da ciência. Nas demais instituições, a pesquisa acadêmica é a origem das suas atividades, enquanto o trabalho de preservação da memória acaba sendo uma consequência destas práticas científicas. Assim, o MAST lida, declaradamente, com duplo objetivo.

Com isso, a perspectiva do futuro acervo a ser constituído já se encontrava delineada, assim como ocorreu com o CPDOC, mas não como aconteceu com o IEB, que se baseia em um projeto bastante amplo. Mesmo com esta perspectiva já estabelecida e bem delineada pelo projeto do Museu, a arquivista aponta que, em certos momentos, o planejamento foi desvirtuado:

[...] num momento em que o Museu ainda estava precisando se consolidar enquanto instituto de pesquisa dentro do Ministério da Ciência e Tecnologia [...] acabou que a gente foi trazendo para o Museu arquivos que saíam desse perfil de Astronomia, Física, Química, Matemática... Então, tem arquivo de um médico, tem arquivo de um ornitólogo, tem um antropólogo. Então a gente sentiu necessidade de estabelecer uma política de aquisição, também pra a gente não perder o nosso perfil institucional e não só não perder o perfil institucional, como também não ficar competindo com instituições irmãs. (SILVA, 2017)

A necessidade de uma política de acervos, embora ainda não percebida, se coloca já no início dos trabalhos de captação de acervos para o MAST. Em 1988, o primeiro arquivo pessoal a dar entrada no MAST depois de sua fundação, é o arquivo de Olympio da Fonseca (1895-1978), médico sanitarista e patologista com forte atuação acadêmica na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e no Instituto Oswaldo Cruz¹¹⁰.

¹¹⁰ “Olympio Oliveira Ribeiro da Fonseca nasceu em 7 de maio de 1895 no Rio de Janeiro (RJ). Graduiu-se na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1915, de onde foi professor, e obteve seu doutorado em ciências pela Universidade do Distrito Federal. Recebeu o título de doutor *honoris causa* da *Université de Paris* em 1952. Foi diretor do Instituto Oswaldo Cruz de 1949 a 1953, membro do Conselho Deliberativo do CNPq, bem como fundador e primeiro diretor do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, entre 1954 e 1955. Publicou cerca de cento e cinquenta trabalhos, entre artigos, conferências e livros, sobre micologia, parasitologia, protozoologia, etiologia de doenças como a gripe e a febre amarela, biogeografia e ainda acerca da história da ciência. Faleceu em 19 de abril de 1978, no Rio de Janeiro.” (MAST 2018a).

O arquivo Olympio da Fonseca guarda peculiaridades que o diferem dos demais fundos pessoais do MAST. Além de ser o arquivo de um médico, característica que o distancia da área de atuação do Museu de Astronomia, este é o único arquivo que parte foi adquirida por meio de compra, enquanto que todos os outros foram incorporados por doação.

Parte do arquivo de Olympio da Fonseca foi comprada em um sebo da cidade do Rio de Janeiro pelo primeiro diretor do Museu, Ronaldo Rogério de Freitas Mourão, no final do ano de 1987, com entrada no começo do ano seguinte. Após a compra deste material, o diretor do MAST comunica a um dos filhos de Olympio da Fonseca, Olympio Henrique Monat da Fonseca, com quem mantinha contato. O herdeiro, ao saber da incorporação, decide doar objetos, como medalhas e placas comemorativas que também pertenceram ao pai. Assim, este arquivo foi reconstituído a partir de duas fontes de origem e duas formas de aquisição diferentes.

É importante destacar que, juntamente com os documentos pertencentes a Olympio da Fonseca, o MAST adquiriu também, do mesmo fornecedor, um conjunto de 20 gravuras elaboradas pelo médico e escritor Pedro Nava (Juiz de Fora, 1903 – Rio de Janeiro, 1984). O arquivo pessoal de Pedro Nava já se encontrava depositado na Fundação Casa de Rui Barbosa desde 1985, um ano após sua morte. Embora médico de formação, Pedro Nava ganhou destaque na área da literatura memorialística, além de ilustrar várias edições, tanto de seus livros quanto de seus colegas modernistas (VASCONCELOS, 2001).

A incompatibilidade destes dois conjuntos documentais com os objetivos do MAST é registrada em um Relatório de Acompanhamento assinado por Thereza Maria da Silva Araújo, chefe do Departamento de Informação e Documentação (DID), em 03 de março de 1995:

os acervos de Olimpyo [sic] da Fonseca e Pedro Nava foram adquiridos através de compra – Proc. 550/87.

Na época em que existiu a Comissão de Documentação, em uma de suas reuniões, foi feita a avaliação dos acervos arquivísticos e bibliográficos sob a guarda do MAST/DID, tendo estabelecido que o acervo de Olimpyo [sic] da Fonseca seria doado à Casa de Oswaldo Cruz (COC) onde estaria melhor enquadrado (área médica). O acervo Pedro Nava também seria doado. A comissão estabeleceu que “As áreas de atuação a serem contempladas como recurso metodológico, neste processo de aquisição de acervos arquivísticos, são as Ciências Exatas e da terra, dando destaque para as áreas de Matemática, Astronomia, Física, Química e Geociências. Seraão [sic]

também contempladas as Engenharias no sentido amplo, uma vez que agregam, por exemplo, aspectos da questão tecnológica relacionados com as Ciências Exatas e da Terra. [...] (PROCESSO DE AQUISIÇÃO DO ARQUIVO OLYMPIO DA FONSECA/MAST, s/p)

A Casa de Oswaldo Cruz (COC) é uma unidade técnico-científica da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), vinculada do Ministério da Saúde, e tem sua fundação com alguns meses de distância da criação do MAST, em novembro de 1985. Desde então, a COC se dedica à preservação da memória e da pesquisa histórica das ciências da saúde, ou seja, um perfil bastante próximo ao desenhado para o MAST, com a diferença da área científica a que se dedica.

A sugestão de transferência dos documentos de Olympio da Fonseca e de Pedro Nava se justifica pela incompatibilidade temática dos acervos, sem apresentar qualquer desvalorização quanto ao potencial de interesse para a pesquisa histórica do material. O Relatório de Acompanhamento continua:

Posteriormente, contatos foram iniciados com a COC, que mostrou-se interessada no acervo Olympio [sic] da Fonseca, entretanto, a orientação final da Diretoria do Museu (Pedro Leitão) foi pela socialização deste acervo no MAST, devendo ser feito o mesmo com o acervo Pedro Nava. (PROCESSO DE AQUISIÇÃO DO ARQUIVO OLYMPIO DA FONSECA/MAST, s/p)

Enquanto sugerido que o arquivo Olympio da Fonseca fosse direcionado à COC, as gravuras de Pedro Nava seguiriam para a Biblioteca Popular da Glória “Pedro Nava”, instituição da qual é patrono, sem ser mencionada a possibilidade de encaminhá-las ao Arquivo-Museu da Literatura Brasileira, onde já se encontrava depositado o restante do arquivo pessoal do escritor.

O Relatório segue:

Na opinião dessa chefia DID (Thereza Araújo), os acervos em questão não se enquadram na linha estabelecida para a formação do acervo arquivístico do Museu que foi aprovada pela DIR. O acervo Olympio [sic] da Fonseca deveria ser repassado para a COC, e a família pode entender tal repasse se receber explicação com clareza de argumentos. [...] Caso a decisão seja de fato para organização e socialização do acervo Olympio [sic] da Fonseca no MAST, é importante que sejam revistas as áreas de formação de acervo e seja redigida uma Política de aquisição para o mesmo devendo este documento [sic] ser oficializado como padrão a ser seguido. (PROCESSO DE AQUISIÇÃO DO ARQUIVO OLYMPIO DA FONSECA/MAST, s/p)

O estabelecimento de uma política de aquisição de acervos, no âmbito do MAST, é evidente já na década de 1990, em função da incompatibilidade destes dois conjuntos de documentos. O arquivo Olympio da Fonseca não foi transferido à COC, permanecendo no MAST para sua organização em 2001 e a publicação de

seu inventário em 2003. A política de aquisição de acervo, por sua vez, é publicada em 2011. Não há referência ao destino dado às gravuras de Pedro Nava.

A justificativa para a permanência do arquivo de Olympio da Fonseca no MAST se encontra em Relatório de Acompanhamento do ano de 2001, assinado por Maria Celina Soares de Mello e Silva:

[...] Após a organização do Arquivo CNPq sob a guarda do MAST (em 1995), e à demanda gerada por a partir daí, os arquivos pessoais de cientistas ligados ao CNPq passou [sic] a ser uma das prioridades de aquisição para o MAST. Olympio da Fonseca foi do Conselho Deliberativo do CNPq de 1951 a 1959, portanto sua permanência no MAST estava plenamente justificada. (PROCESSO DE AQUISIÇÃO DO ARQUIVO OLYMPIO DA FONSECA/MAST, s/p)

Após a decisão do diretor do MAST à época, Ronaldo Rogério de Freitas Mourão, de adquirir documentos do médico por compra em um sebo da cidade, o MAST opta por ampliar sua área de atuação para manter esta documentação em seu arquivo.

Na década de 1980, além da criação do MAST e o início de seu trabalho em captar arquivos pessoais de cientistas, o IEB continua seu trabalho no sentido de congregar arquivos de pessoas com atuação na área de literatura. Após a negativa com relação ao arquivo de seu fundador, Sérgio Buarque de Holanda, e da retirada do arquivo de Oswald de Andrade, ambos destinados à Unicamp, o IEB recebe, em 1987, o arquivo pessoal do psicanalista, crítico de arte e escritor Theon Spanudis (Esmirna, Turquia, 1915 – São Paulo, SP, 1986).

Turco de nascimento, radicado em São Paulo, Spanudis se constituiu no primeiro caso de legado no IEB. Em 1982 o psicanalista redige seu testamento, onde determina que todas as obras de arte acumuladas ao longo de sua vida fossem encaminhadas ao Museu de Arte Contemporânea (MAC), enquanto sua biblioteca e seus documentos são legados ao Instituto de Estudos Brasileiros, ambos da USP (PROCESSO RUSP Nº 87.1.14255.1.2, fl.19-verso, 20).

Com sua morte, em 1986, é dado início ao trâmite para a transferência da documentação. Apesar de ser um caso atípico em uma instituição acostumada a compras e doações, a documentação objeto de legado também necessita de aprovações administrativas. Em 25 de março de 1987, o diretor do IEB, Prof. Dr. Ruy Gama, escreve ao reitor da USP, Prof. Dr. José Goldemberg:

O Instituto de Estudos Brasileiros mantinha entendimentos com o advogado do poeta e escritor Theon Spanudis, relativos à doação a este Instituto, sem ônus para esta Instituição, de cerca de 4000 livros de sua propriedade, valiosos para o estudo das artes e da literatura,

além de seu arquivo pessoal, quando se deu o falecimento do doador. Fomos, então, solicitados pela Herdeira D. Bárbara Spanudis, no sentido de retirar o acervo do prédio onde se encontravam, com a devida urgência, para providências imediatas de reforma do apartamento. Os livros e o arquivo, ainda não catalogados, encontram-se em depósito no IEB, tendo sido aprovado, pelo Conselho Diretor deste Instituto, a aceitação pelo IEB da Biblioteca e do Arquivo pessoal de Theon Spanudis. (PROCESSO RUSP Nº 87.1.14255.1.2, fl. 02, grifos do original).

Se tratando de uma doação testamentada, o IEB já contava com a perspectiva de receber este acervo após o falecimento do titular. Após quatro anos, o acervo entra no Instituto com a aprovação de seu Conselho Diretor. A referida aprovação, ocorrida em 27 de junho de 1986, se fundamenta em parecer exarado em 26 de junho do mesmo ano, assinado pelo Prof. Dr. Zenir Campos Reis e pela Profa. Dra. Telê Porto Ancona Lopez. O parecer avalia que:

Tomando conhecimento dos termos da escritura de doação, consideramos da maior importância a incorporação da Biblioteca e do Arquivo Pessoal do Dr. Theon Spanudis ao Acervo do Instituto de Estudos Brasileiros, uma vez que apresenta livros e documentos valiosos para o estudo das artes, da literatura e da psicanálise. (PROCESSO RUSP Nº 87.1.14255.1.2, fl. 08).

Embora o titular tenha uma atuação profissional na área da psicanálise, campo que não integra o escopo do IEB, também dedicou boa parte de sua vida à crítica das artes e à poesia. Interessa ao Instituto, na documentação de Spanudis, os registros relativos à sua participação no movimento neoconcretista, os quais contemplam a área de literatura e artes.

A próxima entrada de um arquivo pessoal ao acervo do IEB acontece em 1988, na qualidade de uma custódia que somente se efetivaria como doação em 1990. O arquivo pessoal de Ernani Silva Bruno (Curitiba, PR, 1912 – São Paulo, SP, 1986), passado aos cuidados do IEB por sua viúva, Maria Barletta Silva Bruno, não se associa à ordem de arquivos pessoais que o IEB vinha recebendo, por não ser de escritor e nem dedicado à literatura. A configuração da documentação de Bruno o aproxima do arquivo de Fernando de Azevedo, doado ao IEB em 1970 (PROCESSO RUSP Nº 90.1.73.31.0).

Apesar de sua formação em Direito, Bruno dedicou a boa parte de sua vida à pesquisa histórica, sobretudo à exploração do Estado de São Paulo, em variadas vertentes. Se dedicou também ao estudo da arquitetura e do urbanismo, caminho que o levou a colaborar na criação do Museu da Casa Brasileira e ser o seu primeiro

diretor, entre 1970 e 1979, além de contribuir para jornais na qualidade de jornalista ou articulista.

Para a produção de sua bibliografia a respeito da historiografia de São Paulo, Ernani Silva Bruno acumulou considerável quantidade de registros que serviram de base para seus estudos. Estes registros, assim como foram para o titular, foram considerados úteis para futuros estudos a respeito dos hábitos e costumes paulistas e paulistanos. O IEB não é o único depositário do espólio documental de Bruno, havendo uma parte considerável destes registros de estudos depositado no Museu da Casa Brasileira.

Ao completar o centenário de nascimento da artista plástica Anita Malfatti (São Paulo, SP, 1889 – 1964), o IEB recebe em caráter de doação o arquivo pessoal desta que integra o Movimento Modernista brasileiro. A doação do arquivo de Anita Malfatti, apesar de acontecer em 1989, com entrada efetiva no arquivo do IEB em janeiro de 1990, é registrada e oficializada apenas em 2008, com a assinatura do termo de doação por parte das sobrinhas da pintora.

De acordo com registros do processo aberto na ocasião da assinatura do termo de doação (PROCESSO RUSP Nº 2008.1.270.31.7, fl. 04), a negociação informal ocorrida ainda no final da década de 1980 contou com a representação, por parte do IEB, da Profa. Marta Rossetti Batista. Arquiteta por formação e historiadora da arte e museóloga por atuação, Marta Rossetti Batista passa a integrar o corpo de pesquisadores do IEB em 1969, dedicando-se aos estudos sobre o Modernismo, sobretudo pela perspectiva das artes plásticas, tema que seguirá por toda sua carreira profissional.

Em sua última publicação, Rossetti compilou dados coletados ao longo de sua trajetória profissional para a produção da biografia da artista plástica. *Anita Malfatti no tempo e no espaço* (BATISTA, 2006), recebeu a terceira colocação de melhor biografia pelo reconhecido Prêmio Jabuti, de modo que Rossetti é reconhecida como uma das principais referências nos estudos sobre a pintora.

A relação de Marta Rossetti Batista com Anita Malfatti remonta ainda ao período em que cursava sua graduação em arquitetura e urbanismo, na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU) da USP, onde teve a oportunidade de conhecer pessoalmente a pintora modernista, conforme relata Marcia Camargos:

Discípula de Flávio Motta, com bolsa de iniciação científica concedida pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São

Paulo (FAPESP), em 1964, Marta integrou a equipe que executava o levantamento bio-bibliográfico e documentação da obra de diversos artistas do movimento modernista. A ela coube estudar Anita, que chegou a conhecer no último ano de vida da pintora. “Sempre delicada e gentil, uma velhinha magra e muitas vezes adoentada, Anita Malfatti concordou em abrir o seu acervo, permitindo-me manipular obras e documentos no apartamento em que vivia, na Alameda Eduardo Prado, e em sua chácara de Diadema, onde passava temporadas.” escreveu Marta Rossetti na apresentação de *Cartas a Anita Malfatti*. Ela relata que ali, entre maços de recortes de jornal, fotografias, catálogos, cadernos manuscritos, não encontrou ainda o que tanto buscava. Por enquanto, a correspondência remetida por Mário de Andrade ficaria longe da curiosidade do público. (2007, p. 266)¹¹¹

Desde então, Marta Rossetti dedicou grande parte da sua carreira profissional no IEB para explorar a vida e a obra de Anita Malfatti, ao mesmo tempo em que não abandonou as relações criadas com a pintora, mantendo contato com a irmã, Georgina Malfatti, e as sobrinhas.

Quando a própria Georgina Malfatti veio a falecer, e antes que desmontassem a residência da Alameda Eduardo Prado, em que moravam, Marta contou com a ajuda da sobrinha de Anita, Bety Malfatti para persistir naquela viagem de reconstituição biográfica. Como uma arqueóloga trabalhando contra o relógio, por semanas sucessivas vasculhou armários, prateleiras e baús, já selecionando o material a ser preservado, enquanto mergulhava à procura de obras e documentos inéditos. Pôde então ter o gostinho do triunfo ao ler, ainda que de forma quase clandestina, as cartas de Mário a Anita localizadas em um pacote bem guardado. Para os familiares, ainda não chegara a hora de leva-las a público, mas a amizade com as cinco sobrinhas da pintora, herdeiras do seu acervo e arquivos, prevaleceu. (CAMARGOS, 2007, p. 268)

A perspectiva de envio do arquivo de Anita Malfatti já estava presente nos projetos de Marta Rossetti Batista neste período – década de 1980 – em que já integrava o corpo técnico do IEB. A doação da documentação de Anita Malfatti ao Instituto é fruto do interesse e da insistência mantidos pela pesquisadora:

¹¹¹ Na “Apresentação” da biografia da artista plástica, Marta Rossetti Batista explica o projeto que a levou a ter contato com Anita Malfatti: “De início tratava-se de documentação sobre a artista, parte de um projeto financiado pela Fapesp junto à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. Orientado por Flávio Motta, com a participação de outros professores da cadeira de História da Arte – Júlio Katinsky, Sérgio Ferro – e também com a colaboração de Luís Kupfer, destinava-se a documentar as atividades e produção de artistas brasileiros, em especial aqueles ainda vivos, ou cujos acervos pessoais permaneciam em mãos de familiares. Houve levantamentos parciais sobre Brecheret, sobre Portinari. Desenvolveu-se toda uma metodologia, de microfilmagem dos documentos, leitura e catalogação da obra, fotografia e entrevistas. E, nós, três alunos, dividindo irremediavelmente duas bolsas de iniciação científica, das primeiras concedidas pela recém-fundada Fapesp, ficamos encarregados por Flávio Motta da pesquisa junto a três artistas: Tarsila do Amaral, Flávio de Carvalho e Anita Malfatti. Conrado Jorge Heck trabalhou com Tarsila; Carlos Henrique Heck, com Flávio de Carvalho; eu, com Anita Malfatti. Visitávamos os pintores, catalogávamos e fotografávamos as obras, levávamos e relacionávamos material para microfilmagem. Os três acervos foram reproduzidos naquele ano de 1964 e o resultado armazenado na Biblioteca da Faculdade, acessível a outros estudiosos.” (BATISTA, 2006, p. 09)

Antes disso [da publicação de *Anita Malfatti no tempo e no espaço*], porém, Marta ainda obteria dois trunfos de suma importância tanto para sua carreira quanto para a comunidade acadêmica. É que, em conversas com as Malfatti, cada vez mais satisfeitas ao verem o nome da tia ressurgir no panorama artístico, Marta retomava o assunto, insistindo na publicação das cartas de Mário a Anita. Finalmente, em um encontro preparatório das comemorações do centenário de nascimento da pintora, as cinco tomaram duas notáveis decisões. Além de permitir a edição da correspondência, resolveram doar o *corpus* documental de Anita ao IEB. “De imediato e sem restrições, com uma confiança que me comoveu, entregaram-me o Arquivo, para que o organizasse junto ao Instituto, e as cartas, para que preparasse sua edição”. (CAMARGOS, 2007, p. 268)

Assim como vários outros arquivos pessoais de modernistas entraram no IEB por intermédio dos trabalhos de pesquisadores do Instituto, a entrada do arquivo de Anita Malfatti também é resultado deste movimento. Marta Rossetti Batista não apenas influenciou e conduziu a doação desta documentação, como também em sua organização: “O fundo Anita Malfatti segue o arranjo documental proposto pela pesquisadora Marta Rossetti Batista, que ao longo dos 40 anos de sua pesquisa, conhece como ninguém a vida e obra da precursora do modernismo brasileiro”. (PROCESSO RUSP Nº 2008.1.270.31.7, fl. s/n).

A transferência do arquivo de Anita Malfatti para o IEB acontece em dezembro de 1980, e a entrada definitiva na seção de Arquivo em janeiro de 1990. 1990 é também o ano em que Marta Rossetti Batista assume a função de vice-diretora do IEB, na gestão de José Sebastião Witter como diretor (1990-1994). Na gestão seguinte, 1994-1998, Rossetti assume a direção, e tem como seu vice-diretor Antônio Dimas.

Assim como ocorrido com a transferência do arquivo de Anita Malfatti, iniciada em 1989 e finalizada em 1990, se dá o mesmo com a doação do arquivo e biblioteca do geógrafo Pierre Monbeig (Marissel, França, 1908 – Paris, França, 1987). A negociação iniciada em 1989, portanto na gestão de Ruy Gama, é finalizada com a entrada definitiva do acervo do geógrafo ao IEB em setembro de 1990, momento em que o Instituto já se encontrava sob a direção do historiador José Sebastião Witter.

O processo que envolve a doação do arquivo de Monbeig é dotado de peculiaridades se comparado aos anteriores. O titular, francês, ocupou na Universidade de São Paulo a cadeira de Geografia Humana entre os anos de 1935 e 1946, quando retorna à França para lecionar em institutos de Paris, onde residiu até seu falecimento. Ao longo de sua trajetória profissional, Monbeig se dedicou aos

estudos da geografia e da sociologia brasileiras, sobretudo referentes ao Estado de São Paulo. O grande peso de suas obras e estudos é dedicado a esta temática.

Como o geógrafo encerra sua carreira na França, todo seu acervo se encontrava em sua residência, em Paris. Após sua morte, em 1987, a viúva, Juliette Monbeig, procura transferir o arquivo e a biblioteca para a USP, onde Monbeig iniciou sua carreira acadêmica. Esta operação já se mostra diferente das demais ocorridas até então no IEB, pois se trata de uma importação, com um viés de repatriação. Além de ter consolidado uma carreira de estudos sobre o Brasil, e a quase totalidade do material ser regido por esta temática, a relação que o geógrafo estabeleceu com a USP é fator condicionante para que, mesmo estando na França, seja feito um movimento para viabilizar sua vinda para o Brasil.

As negociações têm início ainda em meados de 1989. Uma observação assinada pelo diretor Ruy Gama, com data de 19 de julho de 1989, informa o Conselho Diretor do IEB:

A viúva do Prof. Pierre Monbeig pretendia doar seu acervo ao IEB resistindo a diversas propostas de Instituições norte-americanas. Atualmente pretende vender esse acervo de livros e revistas, conforme comunicou à Profa. Maria Isaura Pereira de Queiroz. O preço pretendido ainda não foi estabelecido. Fazemos esta comunicação ao Conselho e iniciamos gestões junto à Reitoria da USP e a Instituições particulares para obtenção de recursos no momento oportuno. (PROCESSO RUSP Nº 89.1.57318.1.8, fl. 03)

Maria Isaura Pereira de Queiroz, socióloga e professora da USP, apesar de não ter mantido relações formais com o IEB ao longo de sua carreira, é responsável por aproximar a herdeira ao IEB. Sua presença se encontra em todo o processo de negociação, mantendo contato com Juliette Monbeig, e mesmo depois da incorporação.

A situação deste processo, que já demandava condições específicas por se tratar de negociação internacional, ganha nova configuração a partir da modificação da proposta inicial, por parte da herdeira, de doação para venda. Diante deste cenário, Ruy Gama institui, em 07 de dezembro de 1989, uma comissão que será responsável por acompanhar e viabilizar a incorporação do arquivo do ex-professor da USP (PROCESSO RUSP Nº 89.1.57318.1.8, fl. 02). Em 18 de dezembro, em carta endereçada à herdeira, o diretor Ruy Gama apresenta o posicionamento do IEB frente à negociação:

O Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo reconhece a importância do Acervo Monbeig que poderá servir, nesta instituição, a pesquisas na área de Geografia e áreas afins, bem

como a publicações, manifesta a V. S^a o máximo interesse em incorporar a seu patrimônio a biblioteca e valioso arquivo do geógrafo a quem o Brasil tanto deve.

Para tal, conhecendo as condições estabelecidas por V. S^a, constituiu uma comissão para deliberar sobre o assunto. A Comissão composta pelos Professores: Aziz Simão, José Pereira de Queiroz Neto, Lucy Maffei Hutter, Ruy Gama e Flávia Camargo Toni, encarregou-se dos primeiros contatos no sentido de conseguir o patrocínio do Banco Sudameris Brasil, o que ficou resolvido em reunião com os Srs. Edmond Dorion e Lourenço Julio Cesar Paolini realizada no IEB a 18 de dezembro. (PROCESSO RUSP Nº 89.1.57318.1.8, fl. 08).

A comunicação ao reitor da USP, Prof. Dr. José Goldemberg, justifica o interesse do IEB em adquirir este acervo, ao mesmo tempo em que apresenta a razão de buscar fomento junto ao mencionado banco:

O IEB, envidando esforços no sentido de ampliar seu acervo, que é parte do acervo da USP, e incrementar a pesquisa na área de geografia, entrou em contacto [sic] com a Sra. Juliette Monbeig, viúva do Prof. Pierre Monbeig, o qual, durante vários anos lecionou nesta USP. A Sra. Monbeig havia comunicado ser da intenção do geógrafo a vinda de seu acervo para este Instituto. [...] Visando adquirir esse acervo sem ônus para a USP, entramos em contacto [sic] com o Banco Sudameris, que se mostrou disposto a custear essa aquisição, cujo interesse para o intercâmbio cultural Brasil-França é evidente. (PROCESSO RUSP Nº 89.1.57318.1.8, fl. 09).

Incrementar a pesquisa na área de geografia é um objetivo, pois, apesar de ser uma áreas que originalmente constitui o IEB – por meio de seus estudos de Geografia do Brasil –, este é o primeiro arquivo pessoal decorrente dos e dedicado aos estudos nesta área. Além do respeito que sua obra conquistou não apenas no Brasil, mas também no exterior, o fato de Monbeig ter sido professor da USP nas décadas de 1930-40 investe a transferência de um valor afetivo por parte da família que busca respeitar a vontade do titular.

A carta enviada por Ruy Gama a Juliette Monbeig, em 18 de dezembro de 1989, é respondida em 29 de dezembro de 1989. Nela, a viúva apresenta sua visão sobre a aquisição da documentação do geógrafo pelo IEB:

J'ai pris connaissance de votre lettre du 18 Décembre 1989 et je vous en suis infiniment reconnaissante. C'est pour moi une très grande satisfaction de savoir que la bibliothèque de travail de Pierre MONBEIG, centrée sur l'Amérique Latine, sera reconstituée dans votre bel Institut, au sein de l'Université de SAO PAULO que mon mari aimait tant. [...] J'ajoute que je suis heureuse de pouvoir y joindre, à titre de donation, celles des archives de mon mari que j'ai pu réunir, soit une cinquantaine de dossiers manuscrits et de carnets de notes, ainsi qu'un grand nombre de feuillets constituant un fonds important pour des chercheurs. Je pense que l'ensemble de cet héritage de Pierre MONBEIG pourra servir à des travaux et des

publications continuant l'oeuvre de pierre MONBEIG au Brésil.
(PROCESSO RUSP Nº 89.1.57318.1.8, fl. 19)¹¹²

De acordo com as palavras de Juliette Monbeig, a venda, portanto, refere-se apenas à biblioteca do geógrafo, enquanto seu arquivo é enviado em caráter de doação. A expectativa com essa ação é a de que os documentos de Pierre Monbeig possam ser utilizados para dar continuidade aos trabalhos por ele desenvolvidos nos anos em que lecionou na USP. Esta colocação indica o impacto da carreira acadêmica desenvolvida por Monbeig como um pesquisador de Brasil.

Após o longo processo que envolve a importação do acervo de Pierre Monbeig, em 06 de julho de 1990, Juliette Monbeig escreve uma carta à Profa. Maria Isaura Pereira de Queiroz, onde comunica o envio do acervo e atribui à socióloga a razão da transferência:

[...] Bien satisfaite aussi de pouvoir vous dire que la bibliothèque de mon mari est enfin partie de chez moi, tous les papiers administratifs ayant pu être rassemblés grace aux démarches de la Banque Sudameris. Comme vous pouvez vous en douter, ce fut pour moi une émotion, mais je suis si heureuse de savoir que tout va être rassemblé à S. Paulo et continuer à servir à quelque chose et je pense que la date de livraison à l'Instituto de Estudos Brasileiros lui sera communiqué en temps voulu et je serai bien contente de savoir que tout est arrivé à bon port. [...] Voilà, chère Maria Isaura, tout ce que je voulais vous dire à propos de l'aquisition de la bibliothèque de mon mari par l'I.E.B. puisque c'est vous la première que en avez eu l'idée ce dont je vous suis infiniment reconnaissante. (PROCESSO RUSP Nº 89.1.57318.1.8, fl. 59-60)¹¹³

A transferência do acervo de Pierre Monbeig ao IEB é, provavelmente, um caso em que prevaleceu sentimentos afetivos na decisão pela transferência. A forma como Maria Isaura e Juliette Monbeig se comunicam demonstra claramente uma relação de longa amizade, que provavelmente se estendia ao titular do acervo. Da mesma forma, a opção pela expatriação do acervo do geógrafo é uma decisão que

¹¹² Li a sua carta de 18 de dezembro de 1989 e estou muito grata a você. É um grande prazer saber que a biblioteca de Pierre Monbeig, focada na América Latina, será reconstituída no seu belo Instituto, na Universidade de São Paulo, que meu marido tanto amava. [...] Gostaria de acrescentar que fiquei feliz de poder adicionar, como uma doação, os arquivos do meu marido que consegui reunir, cerca de cinquenta dossiês manuscritos e cadernos, bem como um grande número de folhetos constituindo um importante fundo para pesquisadores. Eu acho que todo o legado de Pierre Monbeig poderá ser usado para obras e publicações que constituem o trabalho de Pierre Monbeig no Brasil. (Tradução nossa)

¹¹³ [...] Bem satisfeita também em poder dizer-lhe que a biblioteca do meu marido, finalmente, partiu da minha casa, todo o arquivo pôde ser recolhido graças ao empenho do Banco Sudameris. Como você pode imaginar, essa foi uma emoção para mim, mas estou tão feliz de saber que tudo será reunido em S. Paulo e continuará sendo utilizado e eu acho que a data de entrega para o IEB será comunicada no devido tempo e eu ficarei feliz em saber que tudo chegou de forma segura. [...] Pronto, querida Maria Isaura, tudo o que eu te disse sobre a aquisição da biblioteca do meu marido pelo IEB é porque você foi a primeira que teve esta ideia da qual eu lhe sou infinitamente grata. (Tradução nossa)

se destaca. Considerando que, ao retornar para a França, Pierre Monbeig continuou se dedicando aos estudos do Brasil como professor no *Institut des Haute Étude de l'Amérique Latine* e também no *Centre National de la Recherche Scientifique*, chegando a exercer o cargo de diretor em ambas, imaginar que alguma destas instituições não tenha manifestado interesse nos documentos do pesquisador é algo que chama a atenção.

Inicialmente, Ruy Gama aponta que a viúva recusou propostas de instituições norte-americanas para a aquisição do acervo, em favor da Universidade de São Paulo, estimada pelo titular. A transferência do arquivo de Pierre Monbeig ao IEB, ao menos por parte da família, é guiada por forte entonação sentimental. Já por parte do IEB, se mantém o interesse na pesquisa acadêmica, mas, neste caso, afastado da grande dedicação ao modernismo.

1991 é, para o Museu de Astronomia e Ciências Afins, o ano em que dá entrada o seu segundo arquivo pessoal conseguido após a fundação. Seu acervo composto pelo arquivo do ex-diretor do Observatório Nacional, Lélío Gama, herdado do Núcleo de História da Ciência, e pelo arquivo do médico Olympio da Fonseca, comprado em um sebo, recebe neste ano a doação dos documentos de outro ex-diretor do Observatório Nacional, Henrique Morize¹¹⁴ (Beaune/França, 1860 – Rio de Janeiro, 1930).

O arquivo Henrique Morize possui a característica de contar com sua doação em diversas remessas, sendo a primeira ocorrida em 1991, a segunda em 2004 e a terceira em 2007. A primeira remessa é encaminhada ao MAST por intermédio do ex-diretor do MAST, Ronaldo Rogério de Freitas Mourão, que, por sua vez, recebeu diretamente de Iracema Morize, nora do astrônomo. Em correspondência enviada por Mourão ao vice-diretor do MAST, Henrique Lins de Barros, com data de 04 de fevereiro de 1991, Mourão solicita a retirada do arquivo de seu gabinete pessoal:

¹¹⁴ “Henrique Charles Morize nasceu em 31 de dezembro de 1860 em Beaune (FR) e faleceu em 19 de março de 1930. Deixou a França para radicar-se no Brasil em 1874 e se naturalizou dez anos depois. Concluiu o curso de engenharia industrial em 1890, na Escola Politécnica do Rio de Janeiro, da qual foi catedrático de física experimental de 1898 a 1925. Ingressou no Observatório Nacional - ON, em 1891, no cargo de astrônomo. Entre 1908-1928 foi diretor da instituição. Além de diversos trabalhos publicados, Morize liderou o grupo de brasileiros que observou o eclipse em Sobral de 1919. É precursor dos estudos sobre raios X e da climatologia no Brasil. Participou da Comissão Exploradora do Planalto Central em 1892, da Comissão Demarcadora de Limites do Brasil com a Argentina em 1902, e organizou e chefiou a missão brasileira que observou o eclipse do Sol, em 1919. Participou da fundação da Sociedade Brasileira de Ciências, depois Academia Brasileira de Ciências, da qual foi o primeiro presidente.” (MAST, 2018b)

Reiterando os termos de minha carta de 21.12.90, dirigida a V. Sa., solicito o imediato envio ao gabinete que mantenho em minha residência [...] de um portador autorizado (por escrito), a fim de proceder a transferência para o prédio do Museu do acervo que me foi entregue pela Sra. Iracema Morize, conforme relação em anexo, que se encontra assinada pela própria. (PROCESSO DE AQUISIÇÃO DO ACERVO HENRIQUE MORIZE/MAST, s/p)

A transferência do arquivo de Morize, realizada pelas arquivistas do MAST Araci Gomes Lisboa e Telma Carvalho Pains, acontece em 15 de fevereiro de 1991, porém, o termo de doação foi assinado em 1997. Esta transferência é, claramente, consequência da influência de Ronaldo Mourão. Sua preocupação com a história da ciência no Brasil é a causa que dá origem ao MAST, estando o astrônomo à frente do Grupo Memória da Astronomia, que futuramente se configurou como Núcleo de História da Ciência, embrião do MAST. Como primeiro diretor do Museu, Mourão também foi o responsável pela compra do arquivo Olympio da Fonseca e pelo contato com o filho do médico, que efetuou uma doação complementar ao arquivo.

O fato de Iracema Morize ter encaminhado o arquivo de Henrique Morize à casa de Mourão, em vez de enviar diretamente ao MAST, aponta para o prestígio com que contava Mourão no campo da astronomia, sendo a atividade de preservação da memória da área associada a sua figura. É importante destacar que, em 1987, Mourão publica a primeira edição do *Dicionário Enciclopédico de Astronomia e Astronáutica* (MOURÃO, 1987), onde dedica um verbete específico para Henrique Morize. Algumas informações a respeito da carreira científica de Morize podem ter sido obtidas por meio de pesquisa ao arquivo pessoal do astrônomo, antes mesmo do recebimento em sua residência.

No mesmo ano, em outubro de 1991, o Departamento de Informação e Documentação (DID) do MAST, recebe um comunicado enviado pela pesquisadora da instituição, Ana Maria Ribeiro de Andrade, indicando o contato de Beatriz Amoroso Costa, filha e herdeira do matemático e astrônomo Manuel Amoroso Costa (Rio de Janeiro, 1885 – 1928). Esta comunicação tem a finalidade de apontar à seção de Arquivos do Museu quanto à existência de documentação pessoal deste cientista sob a guarda da família (PROCESSO DE AQUISIÇÃO DO ARQUIVO AMOROSO COSTA/MAST, s/p).

O contato feito pelo DID tem data de 11 de outubro de 1991, quando a equipe técnica do MAST vai à residência da herdeira com a finalidade de recolher os documentos e leva-los ao Arquivo. Em 1995 é publicado o inventário do arquivo

Amoroso Costa, que aponta, em sua introdução, as pessoas envolvidas na negociação:

O Arquivo Amoroso Costa, gentilmente doado por Beatriz Amoroso Costa, consta de quase 150 itens, incluindo documentos textuais, iconográficos e cartográficos, abarcando não só a vida e a atividade científica deste grande matemático, como também boa parte da ciência que era desenvolvida no início do século. Sua descoberta e transferência para o acervo do MAST foi o resultado de um trabalho integrado que envolveu Ildeu de Castro Moreira – Professor do Instituto de Física da UFRJ, Ana Maria Ribeiro de Andrade – Pesquisadora do Departamento de Pesquisas do MAST, e técnicos desse Departamento. (MAST, 1995, p. 07)

Ildeu de Castro Moreira, físico formado pela Universidade Federal de Minas Gerais, tomou Amoroso Costa e suas teorias como objeto de estudos. Antes da transferência do arquivo de Amoroso Costa ao MAST, Moreira publicou, ao menos, dois artigos dedicados ao matemático: “*Amoroso Costa e a introdução da Relatividade no Brasil*”, publicado na edição 38, em 1986, da revista “Ciência e Cultura”, editada pela Sociedade Brasileira pelo Progresso da Ciência (SBPC) e, em 1991, no número 10 do Boletim da Sociedade Brasileira de História da Ciência (SBHC), o texto “*Um inédito de Amoroso Costa: Nota sobre o deslocamento dos continentes*”.

Enquanto o MAST, após o desvio de adquirir os documentos pessoais do médico Olympio da Fonseca, retoma sua linha original de atuação com a incorporação dos arquivos de Henrique Morize e Manuel Amoroso Costa, o IEB, em São Paulo, parece se afastar temporariamente da área de literatura. Após o recebimento da doação do arquivo de Pierre Monbeig, por intermédio do Banco Sudameris, o Instituto recebe a doação do arquivo e da biblioteca da museóloga Waldisa Russio Camargo Guarnieri (São Paulo, 1935 – 1990).

Doado por sua mãe, Isa Simões Pinto Russio, em 1992, o arquivo pessoal de Guarnieri é exclusivamente dedicado à área da museologia. Waldisa Russio realizou atividades de destaque no processo de implantação da museologia como área de conhecimento no Brasil, sendo responsável por repensar a forma como se desenhavam os museus brasileiros. A museóloga foi responsável pela implantação do primeiro curso de especialização em museologia do Estado de São Paulo, em 1978, na estrutura da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESPSP) e também de vários projetos de museus, entre eles o Museu da Casa Brasileira, idealizado por Ernani Silva Bruno, cujo arquivo já se encontrava depositado no IEB.

O programa desenvolvido por Waldisa Russio para o curso de Museologia na FESPSP foi atribuído à pós-graduação por ser considerado interdisciplinar, e havia planos para a conversão de especialização para mestrado. No entanto, o curso não resistiu ao falecimento de sua idealizadora e se extinguiu em 1992, com o fechamento do Instituto de Museologia de São Paulo, que abrigava o curso na estrutura da FESPSP (SOARES; CARVALHO; CRUZ, 2014, p. 258-259).

O Instituto de Museologia de São Paulo, encerrado em 1992, é o lugar onde se encontrava a documentação de Waldisa Russio, conforme relatório assinado por Elaine Silva, técnica do IEB, dirigido ao diretor, José Sebastião Witter:

Relatório – Visita ao Instituto de Museologia de São Paulo – em 05 de fevereiro de 1992 – arquivo Waldisa Russio Camargo Guarnieri. O arquivo em referência é constituído sobretudo pela produção profissional da Dra. Waldisa ao longo dos anos. Apresenta-se com uma organização preliminar realizada por pessoas ligadas ao IMSP, que separaram parte do material (armazenado em 46 caixas de papelão, tamanho médio). [...] (PROCESSO RUSP Nº 92.1.34.31.6, fl. 03)

Com o fechamento do Instituto criado por Russio para instalar seu projeto de especialização em museologia, a documentação não teria mais utilidade para a FESPSP e não se justificaria manter em uma instituição que não tem a proposta de preservação de acervos. Sem utilidade para a família, a documentação é oferecida ao IEB, que, após meses de tramitação, aprova a incorporação do arquivo da museóloga. Em carta de 14 de julho de 1992, José Sebastião Witter comunica a aprovação à doadora, Isa Simões Pinto Russio:

Comunico a V. S^a que foi autorizada, pela Reitoria da Universidade de São Paulo, o recebimento da doação do acervo pertencente à Prof^a. Waldisa Russio Camargo Guarnieri ao Instituto de Estudos Brasileiros – IEB/USP.

O acervo da Prof^a. Waldisa expressa o importante trabalho por ela desenvolvido na área de museologia e é com satisfação que o IEB o acolhe.

Esclareço que os entendimentos para a remoção de todo o material estão sendo feitos entre a Bibliotecária Chefe da Biblioteca do IEB – Maria Itália Causin e a Sra. Vânia Maria Ferraz Peixoto Tolovi do Instituto de Museologia. (PROCESSO RUSP Nº 92.1.34.31.6, fl. 09)

Embora a doação seja atribuída à mãe da titular, por ser a legítima herdeira do acervo, a remessa é encaminhada diretamente do Instituto de Museologia de São Paulo para a Biblioteca do IEB, e posterior encaminhamento à seção de Arquivo – em dezembro deste ano. Enquanto nos demais processos do IEB é sempre presente alguma manifestação por parte das famílias, no caso de Waldisa Russio não há qualquer manifestação oficial e registrada da mãe da titular, o que indica ser, esta

incorporação, antes uma negociação interinstitucional entre IEB e FESPSP do que iniciativa familiar.

No ano seguinte, 1993, é entregue ao IEB o arquivo pessoal do advogado, historiador e professor do Departamento de História da FFLCH/USP, Raul de Andrada e Silva (São Paulo, 1905 – 1991). A entrada deste arquivo se dá de modo complementar à doação de sua biblioteca, ocorrida dois anos antes, em 1991. A biblioteca de Raul de Andrada e Silva se constitui o segundo acervo recebido em caráter de legado. Em 13 de fevereiro de 1987, o historiador redige seu testamento, onde lega sua biblioteca ao Instituto de Estudos Brasileiros (PROCESSO RUSP Nº 2006.1.211.31.9, fl. 07-verso). Com seu falecimento, em 1991, é dado o destino determinado em vida pelo titular da biblioteca.

Dois anos após o recebimento da biblioteca deste professor da USP, seu sobrinho e afilhado, Guy Ribeiro de Andrada, remete ao diretor do IEB, José Sebastião Witter, o arquivo pessoal de Raul de Andrada e Silva. Da mesma forma que ocorreu com o arquivo do astrônomo Henrique Morize, no MAST, os documentos de Raul de Andrada e Silva são remetidos diretamente ao diretor do Instituto, na qualidade de amigo da família. No bilhete que encaminha a documentação, com data de 08 de março de 1993, Guy Ribeiro de Andrada delega a decisão pelo destino da documentação ao diretor do Instituto: “Prezado Witter: Aí vão documentos que podem ser úteis a você ou ao IEB (você tem carta branca para decidir). [...]” (PROCESSO RUSP Nº 2006.1.211.31.9, fl. 04).

José Sebastião Witter remete esta documentação ao Arquivo do IEB em 17 de setembro de 1993, data em que o Controle de Entrada de Documentos do setor de Arquivo do IEB registra o recebimento de “[...] 3 caixas gr. de documentos originais e cópias relativos à coleção Raul de Andrada e Silva.” (PROCESSO RUSP Nº 2006.1.211.31.9, fl. 12). Em meio a documentos da atuação acadêmica e administrativa do titular, destaca-se um dossiê

[...] formado por cartas infantis, desenhos, cópias de cartas enviadas por Monteiro Lobato aos pais, cartas de amigos do escritor, recortes de artigos de e sobre Monteiro Lobato e retratos de Monteiro Lobato e familiares. Esses documentos foram enviados por Monteiro Lobato a sua amiga Marina de Andrada Procópio de Carvalho, sobrinha de Raul Andrada e Silva e estavam reunidos junto ao arquivo do titular. (PROCESSO RUSP Nº 2006.1.211.31.9, fl. 16).

Após o recebimento, por legado, da biblioteca de Raul de Andrada e Silva, a incorporação do arquivo do titular é algo que não requer trâmites burocráticos, pois

se configura como remessa complementar. A forma de envio da documentação, destinada especificamente a José Sebastião Witter coloca a doação deste material na informalidade pautada nas relações sociais do diretor com membros da família herdeira.

No ano seguinte, em 15 de agosto de 1994, o IEB, então sob a gestão de Marta Rossetti Batista, recebe uma correspondência oferecendo a documentação acumulada por John Wilson da Costa (Campinas, 1908 – São Paulo, 1978). A carta, dirigida à diretora do IEB e assinada pela filha do titular, Elizabeth Wilson da Costa Frost, propõe a doação do material acumulado ao longo dos estudos genealógicos desenvolvidos voluntariamente por Costa:

É meu objetivo levar ao conhecimento desta emérita instituição, que se dedica a pesquisas e divulgação dos valores da cultura brasileira, a firme intenção de, em memória de **John Wilson da Costa**, meu pai, doar a esta Entidade seu arquivo genealógico e projeto de edição de obra relativa ao desenvolvimento histórico-genealógico de seu trabalho. (PROCESSO RUSP Nº 2010.1.394.31.0, fl. 03, grifo do original)

John Wilson da Costa atuou profissionalmente na área da zootecnia, mas dedicou seu tempo, voluntariamente, ao trabalho de pesquisa e reconstrução histórica da genealogia de famílias que colonizaram o Brasil. Neste trabalho, dedicou mais de 30 anos de sua vida, coletando informações, registros de nascimento, testamentos, correspondências, e demais documentos que lhe dessem o subsídio para seu estudo.

Nesta busca, foram desenvolvidos extensos estudos baseados e, posteriormente, arquivados em certidões (autenticadas), testamentos e correspondências, não só originários da Grã Bretanha, Portugal e do Estado do Maranhão, mas, também, de elementos que se ligaram aos diversos Estados do Brasil, onde as ramificações destas famílias se estabeleceram. (PROCESSO RUSP Nº 2010.1.394.31.0, fl. 03)

Este interesse do estudioso pela história genealógica das famílias constituidoras do Brasil finalizaria, segundo a herdeira, na publicação de um livro, inconcluso em razão do falecimento do autor:

Acometido subitamente de moléstia que provocou o seu falecimento a 25 de outubro de 1.978, não pôde concluir a realização do projeto de edição de seus trabalhos – em fase de finalização, com clichês de brasões e fotografias já preparados, que se encontram em anexo – que, pela abrangência das personalidades que ali ficaram envolvidas, seriam compiladas sob a denominação “**Os Titulares do Império**”. (PROCESSO RUSP Nº 2010.1.394.31.0, fl. 04, grifo do original)

Após sua morte, ocorrida quase 20 anos antes da doação do acervo, a documentação se mantém sob cuidados familiares. A filha, então, decide por

oferecer o material, em doação, ao IEB por considerar ser este material valioso para futuras pesquisas relacionadas à história do Brasil:

Pelo valor histórico do trabalho – por abranger os primeiros tempos da colonização – e pela possibilidade de vasto aproveitamento para estudos das tradições de nosso País e da história dos formadores de nossa sociedade, entendo que este Instituto, pelo profundo empenho em conservar e dinamizar os valores que integram nosso patrimônio cultural, corresponderia ao local adequado para receber essa compilação de dados, a fim de que se perpetue no objetivo pelo qual foi elaborada – manter vivo um passado desconhecido e esquecido de muitos. (PROCESSO RUSP Nº 2010.1.394.31.0, fl. 04)

Além da preocupação em preservar e tornar público o material de pesquisa reunido por seu pai, Elisabeth Wilson da Costa Frost conta também com um interesse pessoal que deixa explícito em sua carta de doação:

Visando possibilitar a esta Entidade todas as facilidades para o processamento desta publicação, fica, desde já, esclarecida e confirmada a **doação** de todos os direitos incidentes sobre a publicação e outras que vierem a ser feitas, desonerando o Instituto de Estudos Brasileiros de qualquer obrigação relativa a este ato, frente à família, herdeiros e sucessores, a que título for.

A única solicitação, neste particular, é que se conserve este arquivo de obra, com a atribuição da autoria da mesma a quem, por tantos anos, se empenhou na elaboração do mesmo: **John Wilson da Costa**.

Esta doação “*in memoriam*” tem por objetivo primordial preservar o reconhecimento e a dedicação ao trabalho. (PROCESSO RUSP Nº 2010.1.394.31.0, fl. 05, grifos do original)

Envolto às justificativas dos valores históricos dos documentos reunidos pelo pai no desenvolvimento de sua pesquisa particular, Frost mantém consigo o interesse, ou a expectativa, que o IEB, ao incorporar esta documentação, dê continuidade ao projeto de John Wilson da Costa, publicando a obra inacabada. Ao mesmo tempo, a doação se investe da forma de um projeto memorial que a filha dedica ao pai, preservando e mantendo a memória e o nome do pesquisador por meio do material de seu estudo, fruto de longa dedicação.

Após apresentar seus esclarecimentos, Elisabeth Frost se vale de seu perfil profissional para legitimar sua avaliação sobre o potencial histórico-cultural dos documentos acumulados por seu pai, ao mesmo tempo em que atesta ter sido uma iniciativa pessoal a de propor ao IEB a doação do arquivo:

Sou graduada pela Faculdade de Letras Sedes Sapiens, da Pontifícia Universidade Católica, em Línguas Neo-Latinas, residindo, atualmente, em Londres, Inglaterra e estou ligada à disciplina de “Estudos de Cultura e Literatura Brasileira”, como professora, da Universidade de Nottingham, Inglaterra, e fiquei imensamente reconhecida pelo interesse que o Instituto de Estudos Brasileiros demonstrou para com a minha proposta quando aí estive em visita

no dia 12 de agosto último, a qual encaminho a esta Entidade pelas mãos da Sr^a Marta Rossetti Batista. (PROCESSO RUSP Nº 2010.1.394.31.0, fl. 05)

Em 18 de agosto de 1994, a proposta de doação feita por Elizabeth Frost é posta em discussão na 69^a Reunião do Conselho Diretor do IEB. A proposta de doação vem acompanhada de outra proposta, conforme a ata da referida reunião:

[...] A profa. Marta lê carta enviada ao Instituto propondo Convênio com a Universidade de Nottingham, Inglaterra. A profa. que a enviou, Elizabeth Wilson da Costa Frost, oferece também ao IEB o arquivo de seu pai, John Wilson da Costa, que se dedicou aos estudos genealógicos, sobretudo de figuras da época do Império. Depois de discutida, a doação é aceita pelo Conselho. [...] (PROCESSO RUSP Nº 2010.1.394.31.0, fl. 13-14)

A proposta de convênio com a universidade inglesa, onde Elizabeth Frost leciona Estudos de Cultura e Literatura Brasileira, é o motivo inicial pelo qual a herdeira realiza sua visita ao IEB, mencionada acima. A doação do arquivo de seu pai demonstra ser uma oportunidade, a qual se associa ao interesse acadêmico no intercâmbio entre as duas universidades. A documentação de John Wilson da Costa dá entrada no Arquivo do IEB em janeiro de 1995.

Em 1995, o MAST recebe a primeira remessa de documentos do físico Mário Donato Amoroso Anastácio (Rio Pomba-MG, 1919 – Itaperuna-RJ, 2009). O inventário do arquivo Mário Amoroso, publicado em 2014 pelo MAST, indica as doações recebidas:

O arquivo pessoal de Mário Amoroso foi entregue ao Arquivo de História da Ciência pelo próprio em 1995, oriundo de sua residência. Outras remessas foram encaminhadas: a primeira em 1995; a segunda em 2005, a terceira em 2008 e, após o seu falecimento, seu filho encaminhou uma última remessa em 2010. (MAST, 2014, p. 30)

Embora a primeira transferência do arquivo de Mário Amoroso seja atribuída a uma iniciativa do próprio titular em 1995, na “Apresentação” deste mesmo inventário, a pesquisadora do MAST, Ana Maria Ribeiro de Andrade aponta: “Mário Amoroso Anastácio conheceu o Museu de Astronomia e Ciências Afins em 1996, quando concedeu uma entrevista sobre a construção do pequeno acelerador de partículas de 21” na Universidade de Chicago. [...]” (MAST, 2014, p. 06).

Embora não tenha mantido contato direto com o Observatório Nacional, Amoroso foi integrante do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF), local que compartilhava com vários cientistas vinculados ao Observatório. A iniciativa de Mário Amoroso em doar sua documentação ao MAST é fruto do reconhecimento do

trabalho desenvolvido pela instituição na preservação de fontes e pesquisa em história das ciências conquistado com uma década de atividades.

No prosseguimento de suas atividades, já bem sucedidas, em sequência ao arquivo de Mário Amoroso Costa, o MAST recebe, em 1996, o arquivo do reconhecido matemático Leopoldo Nachbin (Recife, 1922 – Rio de Janeiro, 1993). O arquivo de Nachbin, de acordo com o inventário produzido pelo MAST e publicado em 1997, é fruto de um trabalho de reconstituição promovido por pesquisadores do MAST em parceria com a família:

Várias pessoas colaboraram nesse trabalho, entre as quais gostaríamos de expressar um agradecimento especial a família Nachbin, em especial ao seu filho, André, pela doação do arquivo ao MAST, e o empenho em tentar reunir a documentação dispersa em locais distintos. Estendemos nossos agradecimentos ainda a pesquisadora Ana Maria Ribeiro de Andrade, que tomou a iniciativa de contatar a família de Leopoldo Nachbin, possibilitando a transferência da documentação para o arquivo do MAST; [...] (MAST, 1997, p. 03)

Com uma carreira destacada nos estudos da matemática, Nachbin é reconhecido por ser um dos membros-fundadores do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF), ao lado de César Lattes, e também do Instituto de Matemática Pura e Aplicada (IMPA), que nos primeiros anos contava apenas com Lélío Gama, na direção, Maurício Peixoto e Nachbin como pesquisadores. É um dos primeiros matemáticos brasileiros a alcançar projeção internacional, tendo atuado em universidades europeias e norte-americanas.

A figura de Leopoldo Nachbin, portanto, integra um cenário de muito interesse para o MAST: reconhecidos pesquisadores envolvidos com instituições como o IMPA e o CBPF. Seguindo esta linha, no mesmo ano de 1996, o MAST recebe também a doação do arquivo de Henry British Lins de Barros (Recife, 1917 – Rio de Janeiro, 2000). Com carreira militar pela Marinha do Brasil, formou-se em eletrônica e telecomunicações, e é um dos nomes que integra o grupo de fundadores do CBPF, juntamente com seus irmãos Nelson Alberto Lins de Barros e João Alberto Lins de Barros, este último que assumiu a primeira presidência do Centro de pesquisa (CPDOC, FUNDO JA, s/d¹¹⁵).

A família Lins de Barros representa um nome de projeção na história brasileira, sendo que a criação do CBPF se deve à influência política de João

¹¹⁵ Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/guia/detalhesfundo.aspx?sigla=JA>

Alberto Lins de Barros no governo de Getúlio Vargas¹¹⁶ – ao ponto mesmo de o arquivo pessoal de João Alberto Lins de Barros integrar o acervo do CPDOC, com sua doação realizada em 1997.

O arquivo de Henry British Lins de Barros, que cobre sua atuação tanto no CBPF quanto no Instituto Nacional de Patente Industrial e na Associação Brasileira de Telecomunicações, foi doado em duas etapas, sendo a primeira doação realizada pelo próprio titular, em 1996. Já a segunda doação é realizada em 2006 por seu filho, Henrique Gomes de Paiva Lins de Barros, doutor em Física Atômica pelo CBPF, foi diretor do MAST entre os anos de 1992 e 2000, período em que ocorreu a primeira doação deste fundo (PROCESSO DE AQUISIÇÃO DO ARQUIVO LINS DE BARROS/MAST, s/p).

Entre o final de 1996 e começo de 1997, o MAST recebe a doação de um arquivo pessoal que se destaca e destoa dos outros arquivos do acervo. Trata-se do arquivo do antropólogo e arqueólogo Luiz de Castro Faria (São João da Barra, 1913 – Niterói, 2004). Castro Faria é um expoente da antropologia brasileira, tendo acompanhado, na qualidade de guia e fiscal, o antropólogo francês Claude Lévi-Strauss em sua expedição à Serra do Norte, em 1938. É também parte do grupo de antropólogos que fundou a Associação Brasileira de Antropologia, em 1955, da qual foi presidente em duas ocasiões, sendo a primeira, de 1955 a 1957, ao lado de Darcy Ribeiro, e novamente entre 1978 e 1980, com Alba Zaluar na diretoria (ABA, 2018; LUIZ DE CASTRO FARIA, 2018).

O arquivo de Castro Faria associa-se, no contexto do acervo do MAST, ao do médico Olympio da Fonseca, por ser um da área de Ciências Biológicas e outro da área de Ciências Humanas, ambos em uma instituição que propõe dedicação à preservação de arquivos de pesquisadores das Ciências Exatas e da Terra. Enquanto o arquivo de Olympio da Fonseca foi em parte comprado pelo primeiro diretor do Museu, Rodrigo Rogério de Freitas Mourão, em 1988, o arquivo de Castro Faria ingressa no MAST por força da influência de Heloisa Maria Bertol Domingues,

¹¹⁶ “Durante o período em que o [César] Lattes esteve em Berkeley ele fez amizade com o Nelson Lins de Barros, que trabalhava no consulado brasileiro em São Francisco. O Nelson Lins de Barros era irmão do João Alberto Lins de Barros, e então os três – o [José] Leite [Lopes], o [César] Lattes e o Nelson [Lins de Barros] – tiveram a idéia de apelar ao João Alberto para termos as condições de criar aqui no Rio uma instituição que pudesse realizar trabalho de pesquisa de alto nível, em tempo integral, livre da universidade. Esse trabalho, essa tessitura política foi feita.” Depoimento do Prof. Hervásio de Carvalho na comemoração dos 50 anos do CBPF, em 1999 (RIVERA, 2000, p. 32)

pesquisadora da Coordenação de História da Ciência do MAST desde 2000 e, desde 2012 até a atualidade, diretora do Museu.

A partir de 1995, Heloisa Maria Bertol Domingues passa a exercer atividades no MAST na qualidade de bolsista do CNPq, vinculada a projetos do Ministério de Ciência e Tecnologia, como, por exemplo, do Programa de Capacitação Institucional (PCI/MCTI)¹¹⁷. Em decorrência de sua pesquisa “História da Exploração dos Recursos Naturais no Brasil”¹¹⁸, desenvolvida no MAST, a antropologia se torna fundamental. O arquivo de Castro Faria, em função das várias pesquisas de campo que realizou ao longo de sua carreira, passa a ser de interesse da pesquisadora. Com este interesse, Domingues articula contato com Castro Faria no sentido de convencê-lo da doação.

Esta intervenção é presente no memorando DID/MAST nº 30/2000, de 16 de agosto de 2000, enviado por Maria Celina Soares de Mello e Silva, chefe do Serviço de Arquivo, ao Departamento de Administração:

Encaminho os documentos referentes à doação do Arquivo Castro Faria, para abertura de processo e publicação no Diário Oficial. Informo que a negociação anterior à doação foi realizada informalmente, entre o próprio titular do arquivo e Heloisa Maria Bertol Domingues. [...] (PROCESSO DE AQUISIÇÃO DO ARQUIVO CASTRO FARIA/MAST, s/p)

Embora o arquivo de um antropólogo destoe do conjunto de arquivos pessoais de astrônomos, físicos e matemáticos que compõem o acervo MAST, ele dialoga com um grande arquivo institucional mantido pelo setor de Arquivo da História da Ciência do Museu. O fundo do Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas no Brasil (CFE), de acordo com o inventário analítico produzido pelo MAST, foi encontrado em meio à documentação atribuída ao CNPq, recebido pelo Museu quando de sua fundação, juntamente com o arquivo do Observatório Nacional e de seu ex-diretor Lélío Gama (MAST, 2012, p. 07; CASTRO, 2005; 2017). O fundo, que compreende a atuação do órgão federal responsável por fiscalizar e conceder licenças para a realização de expedições

¹¹⁷ “1.1. O Programa de Capacitação Institucional (PCI), conforme portaria própria, tem por objetivo a implementação de Subprogramas de Capacitação Institucional nos Institutos de Pesquisa subordinados, vinculados e supervisionados Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI, através da concessão de bolsas para viabilizar a execução de projetos científicos e tecnológicos de interesse do MCTI e de acordo com as orientações da Política de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I) do Governo Federal.” (CNPQ, RN-041/2013, disponível em: http://cnpq.br/view/-/journal_content/56_INSTANCE_0oED/10157/1361340).

¹¹⁸ Informação obtida pelo Currículo Lattes da pesquisadora, disponível em: <http://lattes.cnpq.br/5181507334577240>.

científicas em território nacional entre os anos de 1933 e 1968, contou, segundo Celso Castro (2005), com a colaboração de Luiz de Castro Faria para a sua organização. O antropólogo, inclusive, foi convidado para escrever a “Introdução” do inventário analítico do fundo, produzido e publicado pelo MAST em 1988¹¹⁹. Assim, o arquivo de Castro Faria não é tão estranho ao acervo do MAST.

A entrega do arquivo de Castro Faria é realizada entre dezembro de 1996 e janeiro de 1997, mas a assinatura do termo de doação acontece em agosto de 2000. Além da área de atuação do titular não ser exatamente contemplada na perspectiva da linha de acervo planejada pelo MAST, o termo de doação do arquivo de Castro Faria também o distingue dos demais arquivos pessoais custodiados pelo Museu. Enquanto todos os arquivos pessoais contam com um termo padronizado para oficializar a doação ao CNPq, sob a custódia do MAST¹²⁰, o termo elaborado para a doação do arquivo Castro de Faria contou com uma cláusula que o torna o único arquivo do acervo do MAST que não é de livre acesso.

O termo conta com o seguinte conteúdo:

CLAUSULA QUINTA – DO ACESSO E DIVULGAÇÃO

A presente doação tem caráter restrito para a consulta, utilização, divulgação e publicação dos Bens, comprometendo-se o DONATÁRIO a utilizar os Bens exclusivamente na consecução de suas atividades estatutárias.

SUBCLÁUSULA ÚNICA – O DOADOR nomeia um Conselho Curador [...] delegando a este Conselho plenos poderes para definir normas e prazos de acesso a este arquivo. (PROCESSO DE AQUISIÇÃO DO ARQUIVO CASTRO FARIA/MAST, s/p)

O Conselho Curador que o termo de doação institui é composto por três pessoas: Heloisa Maria Bertol Domingues, Moacir Palmeira e Alfredo Wagner Berno de Almeida, sendo a primeira a responsável por articular a doação do referido arquivo, e os demais antropólogos e professores universitários. De acordo com o termo de doação, qualquer acesso e uso a ser feito com o arquivo de Castro Faria

¹¹⁹ A primeira edição deste inventário foi publicada em 1988. A referência apresentada acima corresponde à segunda edição do inventário, publicada em 2012, que manteve a “Introdução” de Luiz de Castro Faria.

¹²⁰ Uma característica do termo de doação utilizado pelo MAST para oficializar as doações é determinar como donatário o órgão ao qual o Museu é vinculado, ou seja, enquanto o MAST foi vinculado oficialmente ao CNPq, as doações dos arquivos pessoais eram realizadas diretamente a este Conselho, enquanto o MAST figura como custodiador. Após a transferência dos institutos de pesquisa para a competência do MCTIC, em 2000, o termo de doação passa a apresentar como donatária a União, e o MAST continua como custodiador. Esta característica garante a segurança do acervo em caso de desconfiguração do MAST, garantindo que a União, proprietária do acervo, será responsável por dar destino apropriado àqueles arquivos.

deve, necessariamente, contar com a autorização dos membros do Conselho Curador.

Além desta censura, o termo também é responsável por retirar do donatário a responsabilidade pelo redirecionamento do arquivo em caso de extinção do Museu:

CLÁUSULA SEXTA – DA EXTINÇÃO DO DONATÁRIO

Caso ocorram mudanças nas atividades técnico-científicas do MAST, ocasionadas pela extinção ou absorção deste por outra instituição que não preserve as características de um arquivo de história da ciência, ficará a cargo do Conselho Curador transferi-lo para o local que considerar mais conveniente para garantir a sua preservação. (PROCESSO DE AQUISIÇÃO DO ARQUIVO CASTRO FARIA/MAST, s/p)

Este instrumento, limitador em seu conteúdo, sofreu alterações em sua redação a partir da assinatura de um termo aditivo ao termo de doação, com data de 27 de julho de 2001. As alterações são responsáveis por radicalizar a censura presente na antiga redação:

Pelo presente aditivo ficam alteradas as cláusulas primeira, quarta e quinta do Termo de doação acima mencionado que passam a ter a seguinte redação:

[...]

CLÁUSULA QUINTA – DO ACESSO E DIVULGAÇÃO

5.1) A presente doação tem caráter restrito para consulta, utilização e divulgação dos BENS não estando incluída a possibilidade de publicação dos mesmos, comprometendo-se o DONATÁRIO a utilizar os BENS exclusivamente para os fins determinados pelo presente instrumento.

5.2) A publicação dos BENS, sob qualquer forma, terá que ser autorizada expressamente pelo DOADOR, e na ausência por seus herdeiros, com a anuência do Conselho Curador.

5.3) O DOADOR nomeia através do presente instrumento, um Conselho Curador [...] delegando a este Conselho Curador plenos poderes para definir as normas relativas à consulta, utilização, publicação e divulgação dos BENS, bem como os prazos e condições de acesso a este arquivo.

5.4) O Conselho Curador acima descrito atua de forma independente do DONATÁRIO, não estando a ele vinculado, sujeito ou subordinado.

5.5) O DONATÁRIO, por sua vez, encontra-se vinculado, sujeito e subordinado ao Conselho Curador no que se refere às normas relativas a consulta, utilização, publicação e divulgação dos BENS, bem como os prazos e condições de acesso a estes. (PROCESSO DE AQUISIÇÃO DO ARQUIVO CASTRO FARIA/MAST, s/p)

Além de limitar o acesso ao arquivo de Castro Faria, a nova redação imposta pelo termo aditivo atribui maiores poderes sobre a gestão destes documentos que foram doados ao CNPq, portanto, passaram a ser bens integrantes do patrimônio público. Ainda, estabelece a subordinação do MAST e do CNPq ao referido Conselho Curador em questões que deveriam seguir as políticas de acesso e uso

próprias de uma instituição pública especializada em preservação e disseminação de arquivos históricos.

Tanto o termo de doação quanto o seu aditivo não preveem as medidas a serem tomadas em caso de falta do Conselho Curador, como, por exemplo, falecimento de seus integrantes. O termo aditivo não altera a cláusula sexta do termo de doação.

Neste mesmo período, entre dezembro de 1996 e janeiro de 1997, o MAST recebe também o arquivo do físico-químico Jacques Danon (Santos, 1924 – Paris, 1989). Danon atuou junto ao CBPF e foi diretor do Observatório Nacional de 1986 a 1989. O arquivo de Jacques Danon é pertencente ao CBPF e se encontra custodiado no MAST na qualidade de comodato¹²¹, portanto, não será analisado nesta pesquisa.

Nestes anos de 1996 e 1997, o IEB também aumentou seu acervo com o recebimento de dois arquivos pessoais. Em 24 de abril de 1996, a escritora Julieta de Godoy Ladeira, viúva do escritor Osman Lins (Vitória de Santo Antão, PE, 1924 – São Paulo, SP, 1978), escreve uma carta ao IEB no intuito de oferece os documentos do literato:

Na qualidade de viúva e de inventariante do escritor Osman Lins, desde 1978 preservo e organizo sua obra. Isso inclui atendimento e correspondência com tradutores, editores, alunos e professores. Algumas conquistas, significativas, têm sudo [sic] conseguidas. Mas com o tempo e o crescimento que envolve a obra, verifiquei ter chegado a hora de passar parte do material para uma instituição especializada e competente. Desejo que o que foi criado e está sendo preservado, passe a ter convivência, útil, com estudantes, tradutores, pesquisadores. (PROCESSO RUSP Nº 2010.1.407.31.5, fl. 03)

Ladeira, ao propor ao IEB a doação do arquivo de seu marido, apresenta de imediato seu propósito com a doação: facilitar o acesso e tornar o material produzido e acumulado por Osman Lins útil aos estudos literários. Este projeto de Ladeira não é novo, considerando que esta não é a primeira doação do arquivo do escritor feita por sua viúva.

Em 1985, a escritora faz a primeira doação de parte do acervo de Osman Lins ao Arquivo-Museu de Literatura Brasileira (AMLB) da Fundação Casa de Rui Barbosa, no Rio de Janeiro. Doações sucessivas são realizadas pela viúva desde então, até a última, realizada em janeiro de 1997 (VASCONCELLOS; XAVIER, 2012,

¹²¹ Comodato é o “empréstimo gratuito condicionado a devolução posterior” (BORJA, 2004, p. 308)

p. 161). Na carta enviada ao IEB, Ladeira aponta que as remessas enviadas ao AMLB intentavam dar destino aos itens do acervo de Osman Lins “com características de museu” (PROCESSO RUSP Nº 2010.1.407.31.5, fl. 03). A doação destinada ao IEB, portanto, tem objetivo diferente daquele planejado para o AMLB.

Tenho em meu poder, devidamente organizado, o acervo correspondente ao que pode ser destinado a estudos e pesquisas. Trata-se de uma parte muito rica em informações. Pelo que sei e observo também como professora que sou, além de escritora, esta parte deve (agora e depois) ter sua vida ligada a um meio adequado a consultas e a uma preservação profissional. (PROCESSO RUSP Nº 2010.1.407.31.5, fl. 03)

A forma como Ladeira justifica a destinação do arquivo de Osman Lins a duas instituições diferentes deixa claro o entendimento que a escritora mantém quanto à atuação destas duas entidades. No entendimento da viúva de Osman Lins, o AMLB destina-se a receber itens avulsos com características e qualidades mais museológicas, de exposição e memória, enquanto o IEB, por ser um Instituto vinculado à USP, deve ter a finalidade da pesquisa acadêmica. Do mesmo modo, ao diferenciar as finalidades destas duas instituições, Ladeira também atribui esta cisão entre os itens do acervo de Osman Lins, estabelecendo que certos itens acumulados pelo escritor detêm qualidades museológicas e pouca utilidade para pesquisa acadêmica, enquanto outros, sobretudo documentos, são investidos de potenciais que os qualificam como instrumentos de pesquisa e trabalho. Nesta diferenciação, a escritora explicita qual é o material considerado por ela como instrumento de trabalho:

Pretendo doar este material que compreende aulas criadas e dadas por Osman Lins, correspondências com escritores e tradutores importantes, originais do autor com anotações, livros anotados, estudos sobre sua obra, manuscritos, relatórios, livros e revistas que citam o autor, bibliografia, etc. Há, por exemplo, a correspondência de Osman Lins com Gregory Rabassa (tradutor de Avalovara para o inglês) – durante o processo de realização. Cartas com tradutores alemães, franceses, assim por diante. Valem, muitas, como verdadeiras aulas e como documentos de uma época. (PROCESSO RUSP Nº 2010.1.407.31.5, fl. 04, grifos do original).

Este material, na interpretação de Julieta de Godoy Ladeira, não compreende a finalidade museológica, associando-os à qualidade de pesquisa acadêmica em função da qualidade informativa presente. Porém, ao observarmos a documentação que compõe o acervo doado ao AMLB, não há diferenças evidentes entre uma parte e outra:

Conteúdo: destacam-se correspondência mantida com Antônio Abujamra, Hermilo Borba Filho, Jorge Amado, Antônio Candido,

Afrânio Coutinho, e originais de *Avalovara*, *Evangelho na taba*: outros problemas inculturais brasileiros, *A ilha no espaço* e *O céu dos solitários*, além de obras de natureza diversa sobre arte, literatura brasileira e estrangeira. (VASCONCELLOS; XAVIER, 2012, p. 161, grifos do original)

A relação de itens destacados pelo *Guia do Acervo do Arquivo-Museu de Literatura Brasileira* não demonstram as diferenças, aparentemente, claras no entendimento e na interpretação de Ladeira, pois, em ambos conjuntos há a presença de correspondências, de originais das obras do escritor e demais obras e trabalhos por ele acumulados. Independentemente das características dos documentos que levaram Ladeira a considerar diferentes destinos para o conjunto do escritor, a doação ao IEB tem também a finalidade de atender à expectativa de publicitação com finalidades científico-culturais que não são somente da escritora:

Segundo a opinião de pessoas do meio intelectual e universitário, a quem respeito muito, e de acordo com meu próprio discernimento, cheguei a conclusão de que este material deve pertencer a esse departamento na USP. Aí deverá seguir sua vida útil a comunidade, desejo que é meu e, tenho a certeza, seria de Osman Lins, sempre ligado a nossa cultura, defendendo sua ampliação. [...] Osman Lins quis ficar em São Paulo. Trabalhou e viveu aqui a principal parte de sua criação literária. Desejo que em São Paulo fique esta parte atuante do acervo para [que], de certo modo, através dele, a obra de Osman Lins aqui continui [sic] sua trajetória universitária. Em um meio vivo, através de alunos e de professores. (PROCESSO RUSP Nº 2010.1.407.31.5, fl. 04).

A carta de oferta, com a exposição de motivos para que o IEB aceite a doação que a viúva oferece é acompanhada, no dia seguinte, por uma carta manuscrita enviada à diretora do Instituto, Profa. Dra. Marta Rossetti Batista. Nesta carta, de 25 de abril de 1996, Ladeira escreve: “Marta: estou enviado a carta conforme você orientou. A remuneração que pensei foi mais cobrir despesas, quase simbólica – o material não tem preço. Mas não faço questão dela. Desejo é a preservação e a vida do que guardei. [...]” (PROCESSO RUSP Nº 2010.1.407.31.5, fl. 11).

Esta orientação passada por Marta Rossetti a Ladeira, que informa sobre o contato anterior existente entre o Instituto e a viúva, é reafirmado na ata da 86ª Reunião do Conselho Diretor do IEB, realizada em 28 de junho de 1996, na qual a oferta de doação foi debatida:

2) Acervo Osman Lins: a Profa. Yêdda [Dias Lima] entrou em contato com a viúva do escritor, Julieta de Godoy Ladeira, que se mostrou disposta a doar o acervo ao IEB. Como parte do acervo encontra-se na Casa de Rui Barbosa do Rio de Janeiro, a Proposta é que seja

feito intercâmbio com a Casa de Rui Barbosa, o que todos concordam. (PROCESSO RUSP Nº 2010.1.407.31.5, fl. 59).

A doação do arquivo de Osman Lins, portanto, não é iniciativa da viúva, mas do IEB, que buscou contato no sentido de solicitar à herdeira que enviasse o restante do arquivo ao Instituto. Não é possível saber se Ladeira mantinha a intenção de encaminhar o restante da documentação do escritor ao AMLB, porém, o IEB conseguiu convencê-la a não fazê-lo.

Este contato realizado por Yêdda Dias Lima também influenciou o recebimento do próximo arquivo pessoal do IEB. No ano seguinte, 1997, o Instituto recebe a doação do arquivo da própria Julieta de Godoy Ladeira, falecida neste ano. Assim como ocorre com o arquivo de Osman Lins, o arquivo de sua esposa também está dividido entre o IEB e o AMLB.

Enquanto a doação do arquivo de Osman Lins foi realizada pela viúva ao longo de anos ao AMLB, o seu próprio foi doado de uma única vez, em janeiro de 1997. Não há registro se a lógica seguida por Ladeira na destinação dos documentos de Osman Lins foi também aplicada à própria, haja vista que a parte destinada ao AMLB é, também, similar à recebida pelo IEB. Quanto à recepção pelo IEB, não há registro do doador do arquivo de Ladeira.

Um relatório, com data de 08 de outubro de 1997, assinado pela servidora do IEB, Maria Cecília Ferraz de Castro Cardoso, informa a diretora do Instituto:

Estivemos no dia 07 de outubro de 1997 juntamente com a Prof. Yedda Dias Lima, na residência de Julieta Godoy Ladeira, falecida recentemente, para conhecimento do arquivo pessoal da escritora. Trata-se de um arquivo pessoal pequeno, com cerca de 1.200 documentos mas que reflete todas as atividades exercidas pela sua titular. Junto com as pastas deste arquivo estavam também algumas pastas pertencentes ao arquivo do escritor Osman Lins, doado em 1996 ao IEB.

Após análise da documentação consideramos ser importante para o IEB possuir este arquivo pessoal em seu acervo que foi trazido até o Arquivo-IEB onde está aguardando regulamentação pelo Conselho Deliberativo. (PROCESSO RUSP Nº 2010.1.406.31.9, fl. 03)

O arquivo de Julieta de Godoy Ladeira vem complementar o arquivo do escritor Osman Lins.

Ainda em 1997, o IEB recebe a doação de uma coleção de documentos referentes à atuação do pintor José Pancetti (Campinas, 1902 – Rio de Janeiro, 1958). A pequena coleção, composta por 36 documentos com cartas do titular para Lúcia Carvalho Negreiros, é doada por Marina Carvalho em memória de Lúcia Carvalho (PROCESSO RUSP Nº 2010.1.399.31.2, fl. 03). Conhecido no ambiente

especializado das artes plásticas e belas artes, José Pancetti produziu grande quantidade de quadros e seu estilo de pintura é conceituado, destacando-se suas marinhas e naturezas-mortas¹²².

Após a incorporação do arquivo pessoal do antropólogo Luiz de Castro Faria, entre dezembro de 1996 e janeiro de 1997, o MAST recebe, também em janeiro de 1997, a doação do arquivo pessoal do físico Fernando de Souza Barros (Recife, 1929 – Rio de Janeiro, 2017). O arquivo do MAST não conta com processo referente à incorporação deste acervo. Souza Barros, assim como outros titulares do acervo do MAST, iniciou sua carreira acadêmica no CBPF, em 1961, após retornar de seu doutorado no Reino Unido, mas consolidou-se como pesquisador e docente no Instituto de Física da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), onde atingiu o cargo de professor titular. A doação foi realizada pelo próprio pesquisador (MAST, 2018c).

No mesmo ano, o MAST recebe a doação do seu primeiro arquivo pessoal de uma mulher cientista. Feiga Rebeca Tiomno Rosenthal (Rio de Janeiro, 1922), química formada pela Faculdade Nacional de Filosofia (FNFi) da então Universidade do Brasil – atual Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) –, ainda estudante passa a trabalhar no Instituto Nacional de Tecnologia (INT), do Rio de Janeiro. Destacou-se no estudo da química de amidos, criando, juntamente com seu cunhado Ernesto Tolmasquim, o Laboratório de Amidos do INT (MAST, 2000).

Além de ser a primeira mulher a ter seu arquivo pessoal no acervo do MAST, a doação do arquivo de Rosenthal fortalece uma área pouco desenvolvida até então neste Museu, contemplada apenas pelo arquivo de Jacques Danon, em comodato com o CBPF. A doação do arquivo de Feiga Rosenthal promoverá a vinda de outros arquivos pessoais nos anos seguintes, todos vinculados a sua área de atuação e ao seu círculo de convivência profissional, como Bernhard Gross, Bartyra Arezzo e Christóvão Cardoso.

Pertencente a uma família dedicada à pesquisa nas áreas de química e física, com seus irmãos Jayme Tiomno, físico do CBPF – cujo arquivo pessoal também integra o acervo do MAST –, e Silvia Tiomno Tolmasquim, professora do Instituto de Química da UFRJ, Feiga Rosenthal faz a sua doação ao MAST no período em que o

¹²² Cf. JOSÉ Pancetti. In: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras. São Paulo: Itaú Cultural, 2018. Disponível em: <<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa1334/jose-pancetti>>. Acesso em: 26 de Jan. 2018. Verbete da Enciclopédia.

Departamento de Informação e Documentação (DID) do Museu é chefiado pelo pesquisador e engenheiro químico Alfredo Tiomno Tolmasquim¹²³, seu sobrinho. O inventário do arquivo de Feiga Rosenthal, publicado em 2000, conta com a “Apresentação” assinada pelo chefe do DID (MAST, 2000).

Dando continuidade à linha dedicada a cientistas vinculados ao CBPF, no mesmo ano da entrada do arquivo de Feiga Rosenthal, o MAST recebe o arquivo do físico nuclear e químico Hervásio de Carvalho (Araguari-MG, 1916 – Rio de Janeiro, 1999). Carvalho foi químico por formação mas dedicou sua carreira sobretudo à física nuclear, integrando o grupo de cientistas responsável pela criação do CBPF, instituição na qual assumiu vários cargos de gestão. A atuação de Hervásio de Carvalho na área de física nuclear é pioneira no Brasil, sendo considerado o responsável por trazê-la ao país. Alice Rivera destaca que Hervásio de Carvalho, “Em 1954 tornou-se o primeiro físico do mundo a doutorar-se em engenharia nuclear, título outorgado pela Universidade de North Carolina, EUA.” (2000, p. 03).

A doação foi feita pelo próprio pesquisador após ser identificado pela pesquisadora do MAST, Heloisa Maria Bertol Domingues, como relata Maria Celina Soares de Mello e Silva, no inventário deste arquivo: “Hervásio de Carvalho doou seu arquivo pessoal ao MAST em 1997 após contato inicial com a pesquisadora Heloísa Bertol Domingues. Buscamos os documentos em sua residência e na sua sala de trabalho do CBPF.” (MAST, 2006, p. 15). Ao ser procurado pela pesquisadora do MAST, Hervásio de Carvalho passa a nutrir a expectativa de criação de um memorial a partir da doação de seus documentos ao Museu. Esta visão de Carvalho é evidente ao sempre se mencionar ao seu arquivo doado como o “memorial”. (MAST, 2006, p. 15; SILVA, 2017). Esta concepção mantida por Hervásio de Carvalho é evidente também no interesse e cuidado manifestado ao se dispor, pessoalmente, a auxiliar nos trabalhos de identificação e organização de seu arquivo no MAST, contribuição que prestou até seu falecimento em 1999.

Após a intervenção na doação do arquivo do antropólogo Castro Faria, a pesquisadora do MAST Heloísa Maria Bertol Domingues identifica a existência do arquivo de Hervásio de Carvalho e, com base na relevância de sua atuação na implantação e consolidação da física nuclear no Brasil, justifica a incorporação deste arquivo junto ao acervo do MAST.

¹²³ Alfredo Tiomno Tolmasquim também foi diretor do MAST no período entre 2003 e 2011.

No ano seguinte, 1998, o MAST dá continuidade à busca por arquivos pessoais de cientistas vinculados ao INT, inaugurado pela doação feita pela química Feiga Rosenthal no ano anterior. Em 1998 é doado ao MAST o arquivo do físico alemão, radicado no Brasil, Bernhard Gross (Stuttgart, 1905 – São Carlos-SP, 2002). Doado pelo próprio titular, o arquivo de Bernhard Gross relata sua trajetória profissional na área da física desenvolvida no Brasil após sua chegada, em 1933.

O arquivo de Gross é responsável, ainda, por unir dois núcleos existentes no acervo do MAST. O físico, contratado pelo INT em 1934, instituto onde passa a maior parte da sua carreira – até ingressar na Universidade de São Paulo em seu campus de São Carlos, em 1971 –, também é parte do grupo responsável pela fundação do CBPF. O arquivo de Gross, portanto, associa as atividades desenvolvidas pelo INT e pelo CBPF, duas instituições que impactaram no desenvolvimento das ciências exatas no Brasil ao longo do século XX.

Ao doar seu arquivo ao MAST, Bernhard Gross esperava encontrar neste ato uma forma de consolidação de seu nome no cenário das ciências brasileiras. Assim como ocorrido com Hervásio de Carvalho, Gross intencionava que a preservação de seus documentos pelo Museu tivesse a finalidade de memorial de sua contribuição para o desenvolvimento das ciências no Brasil. Esta expectativa é reportada por Guilherme Fontes Leal Ferreira, companheiro de Gross na USP-São Carlos e responsável pela biografia que faz a abertura do inventário do arquivo Bernhard Gross, publicado pelo MAST em 2001: “Ele [Gross] diz: ‘agradeço seu cuidado e precisão na composição da publicação [do inventário]. Esta contribuirá para me enquadrar na história do desenvolvimento da ciência brasileira’.”¹²⁴ (PROCESSO DE AQUISIÇÃO DO ARQUIVO BERNHARD GROSS/MAST, s/p).

No mesmo ano o acervo do MAST é acrescido com a primeira doação realizada pelo astrônomo Oscar Matsuura (Alvares Machado-SP, 1939). Matsuura consolidou sua carreira na área de astronomia atuando como professor e pesquisador no Instituto de Astronomia, Geofísica e Ciências Atmosféricas da Universidade de São Paulo (IAG-USP), instituição onde ingressou ainda em seus anos iniciais, em 1971, e auxiliou na sua consolidação.

Um ano antes de doar seu arquivo ao MAST, Matsuura se aposenta do IAG-USP, em 1997, e logo é convidado por Henrique Gomes de Paiva Lins de Barros,

¹²⁴ E-mail enviado por Guilherme Fontes Leal Ferreira a Maria Celina Soares de Mello e Silva em 11 de março de 2001.

diretor do MAST no período entre 1992 a 2000, para colaborar com a Coordenação de Pesquisa em História da Ciência do Museu, com dedicação específica à história da astronomia. Desde então, Matsuura tem direcionado seus estudos à história da astronomia no Brasil, onde teve a oportunidade de consultar arquivos brasileiros e estrangeiros em busca de elementos para suas investigações, sobretudo a respeito da atuação de Georg Marcgrave, astrônomo e cartógrafo holandês responsável pela construção de um observatório de ponta na cidade de Recife no século XVII (MATSUURA, 2015¹²⁵; MATSUURA, 2014).

O arquivo de Oscar Matsuura se destaca em meio ao acervo do MAST por ser um fundo aberto e ainda receber, periodicamente, novos documentos. O deslocamento da sua atuação científica, da pesquisa em astronomia para pesquisa em história da astronomia no Brasil, apontou a Matsuura a relevância dos documentos para o conhecimento da história da ciência. Sendo ele mesmo pesquisador de arquivos, a doação espontânea de seus documentos para o MAST é consequência deste reconhecimento e uma forma de oferecer sua contribuição à pesquisa em história da ciência, importância reforçada por se considerar um dos precursores da astronomia no Brasil (MATSUURA, 2015).

No ano de 1998, o IEB recebe a doação de dois novos arquivos pessoais. O primeiro, o poeta Afrânio Zuccolotto (Altinópolis-SP, 1913 – São Paulo, 1997) tem sua documentação doada ao Instituto pela sobrinha, Regina Márcia de Moura. O IEB não conta com processo referente à doação deste arquivo, de modo que não há informações sobre ele. Advogado de formação e procurador da prefeitura de São Paulo, Zuccolotto também se dedicou à poesia e ao jornalismo, faceta contemplada na documentação doada ao IEB. Juntamente com Cyro Pimentel e Domingos Carvalho da Silva, fundou em 1976 a *Revista de Poesia e Crítica*, que circulou até 1983 e em 1979 passa a ocupar a cadeira de número 27 na Academia Paulista de Letras (APL).

O segundo arquivo ingresso em 1998 é também o último da década de 1990, portanto, encerrando o escopo do acervo do IEB proposto para esta pesquisa. Trata-se do arquivo pessoal de Yolanda Mohalyi (Kolozsvár, Hungria, 1909 – São Paulo, 1978), doado ao IEB por Cacilda Teixeira da Costa, curadora da artista. Em 16 de

¹²⁵ Entrevista concedida por Oscar Matsuura ao projeto “A ciência que eu faço”, coordenado por Vera Pinheiro em parceria com o Ministério de Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicação (MCTIC) e o Museu de Astronomia e Ciências Afins. Disponível em: <http://site.mast.br/acienciaqueeufaceo/depoimentos.html>, acesso em: 28 de jan. 2018.

abril de 1998, a diretora do IEB, Profa. Dra. Marta Rossetti Batista, escreve à doadora comunicando a aprovação da oferta feita:

Venho informar-lhe que o Conselho Deliberativo do IEB, em sua reunião de 11 de março de 1998, considerando o material de interesse para o estudo da artista e de seu tempo, decidiu aceitar a doação do Arquivo Yolanda Molaly [sic], organizado e oferecido pela senhora ao IEB. É material precioso, que enriquece e completa acervos já existentes no Instituto. (PROCESSO RUSP Nº 2010.1.398.31.6, fl. 03)

Por ser artista plástica, o arquivo de Yolanda Mohalyi dialoga com outros arquivos pessoais custodiados pelo IEB, além da relação com a Coleção de Artes Visuais. Entre os arquivos pessoais, podemos apontar os de Anita Malfatti e de José Pancetti, ambos já incorporados quando desta doação. A diretora do IEB, Marta Rossetti Batista teve atuação fundamental para que o IEB recebesse o arquivo de Anita Malfatti. Por ser a pintura sua área de maior interesse, a diretora se empenha para que o arquivo de Mohalyi também integre o acervo do IEB. A aprovação pelo Conselho Deliberativo, apontada acima, é feita com base no parecer emitido pela própria diretora. O parecer, com data de 11 de março de 1998, aponta:

A artista, natural da Hungria (1909) e formada pela Escola de Belas Artes de Budapeste, veio para o Brasil em 1931, fixando-se em São Paulo – e desde então, participou de vários movimentos e manifestações artísticas. Integrou o “grupo dos sete”, com Brecheret, Gomide e outros; recebeu influência de Lasar Segall. Desde os anos 30 participou de várias coletivas em São Paulo e Rio de Janeiro, recebendo vários prêmios e distinções. Tem obras em museus brasileiros (São Paulo: MAC, MAM; Rio de Janeiro: MAM, MNBA; Belo Horizonte: MAM) e estrangeiros (Lódz, Polônia; Londres e Washington).

O acervo foi oferecido por Cacilda Teixeira da Costa, curadora da retrospectiva artista.

O material, não muito extenso, é de interesse tanto para o estudo da vida e obra da pintora, quanto para as manifestações artísticas de seu tempo (anos 30/80). Completa material já existente em outros acervos do IEB. Assim, sou de opinião que deve ser aceito. (PROCESSO RUSP Nº 2010.1.398.31.6, fl. 05).

Este parecer é enviado ao Conselho Deliberativo, e aí encontramos uma inconsistência nos dados pesquisados. Embora a diretora tenha comunicado à doadora a aprovação pelo Conselho Deliberativo em 11 de março de 1998 e o parecer por ela assinado seja da mesma data, a proposta de incorporação do arquivo de Yolanda Mohalyi é posta em debate na 101ª reunião deste órgão, realizada em 17 de dezembro de 1997, quase três meses antes (PROCESSO RUSP Nº 2010.1.398.31.6, fls. 08-12).

Nesta mesma reunião, coloca-se para debate, além do arquivo de Yolanda Mohalyi, também a incorporação do arquivo de Afrânio Zuccolotto. Com relação ao arquivo do poeta, consta na ata o que segue:

Arquivo Afrânio Zuccolotto: A Prof^a. Marta informa que é um acervo pequeno, constante de recortes, catálogos e textos deste escritor paulista, oferecido ao IEB por sua sobrinha Regina Márcia de Moura Tavares; e que a comissão designada para analisa-lo, composta pelos profs. Yêdda Dias Lima, Telê P. Ancona Lopez e Luiz Dagobert de Aguirra Roncari, encaminhou parecer favorável à aceitação. (PROCESSO RUSP Nº 2010.1.398.31.6, fl. 11, grifo do original)

O referido parecer emitido pela comissão não consta nos arquivos do IEB. A ata também aponta que o IEB já se encontra em negociação com a família do intelectual Caio Prado Júnior para a compra de seu acervo. Por questões de captação de recursos, o acervo do intelectual é comprado pela USP apenas em 2001.

Nesta mesma reunião, ainda foi posto em debate a proposta de incorporação de um arquivo pessoal que foi recusado por incoerência ao perfil do Instituto. Trata-se do arquivo pessoal de Álvaro Alberto de Motta e Silva, militar da Marinha do Brasil e físico-químico com atuação na área de física nuclear, é também o idealizador, fundador e primeiro presidente do CNPq. A ata da 101ª reunião do Conselho Deliberativo diz:

Arquivo Álvaro Alberto (consulta da Comissão de Acervos Notórios) – Álvaro Alberto foi um dos fundadores do CNPq. Sua área de atuação é Energia Nuclear e História da Ciência. Este acervo foi oferecido à Universidade e analisado pela Comissão de Acervos Notórios da USP, que o considerou importante. Esta comissão consulta o IEB, bem como a FFLCH sobre a possibilidade de abrigá-lo temporariamente. O Prof. João Baptista [Borges Pereira] diz que esse acervo não tem relação com a Faculdade de Filosofia e que a USP deveria dar melhores condições de funcionamento ao próprio Centro de História da Ciência, do professor Shozo Motoyama, que existe aproximadamente há 20 anos. Após várias ponderações sobre o assunto, ficou resolvido que o IEB não deve aceitar o referido acervo, nem de forma provisória, mas deve colaborar e sugerir que se consulte áreas mais próximas, como a Física, para a guarda provisória do Acervo Álvaro Alberto. (PROCESSO RUSP Nº 2010.1.398.31.6, fl. 11, grifo do original)

O arquivo de Álvaro Alberto de Motta e Silva, oferecido à USP, claramente enquadra-se ao perfil estabelecido pelo MAST. O referido Centro de História da Ciência e o Prof. Shozo Motoyama, aliás, contribuíram para a constituição do Museu de Astronomia, sendo o Centro como uma referência na emergente área de história da ciência, e o Prof. Motoyama como integrante do Grupo Memória da Astronomia, chefiado por Ronaldo Rogério de Freitas Mourão, embrião do MAST.

A referida Comissão de Acervos Notórios, responsável pela proposta enviada ao IEB, é um órgão instituído pela reitoria da USP por meio da Portaria GR nº 3012, de 27 de junho de 1996, que determina em seu artigo 1º: “Fica criada, no âmbito da Comissão de Patrimônio Cultural, a Comissão de Acervos para definição de diretrizes para a ampliação de acervos culturais notórios da Universidade de São Paulo.” (PROCESSO RUSP Nº 96.1.23725.1.7, fl. 03)

A portaria ainda define que a Comissão de Acervos Notórios será constituída pelo coordenador da Comissão de Patrimônio Cultural (CPC), sendo este o presidente, o diretor do IEB, o Diretor Técnico do Sistema de Bibliotecas da USP (SIBi), um representante dos Museus da USP, indicado pelo Reitor, e dois docentes indicados pelo Reitor, de acordo com o acervo em questão.

Após instituída, esta Comissão assume a tarefa de redigir uma normativa onde sejam estabelecidos os critérios para o recebimento de acervos notórios pela USP, assim como as definições de procedimentos. Esta normativa é oficializada pela Portaria GR nº 3088, de 31 de outubro de 1997, que “Dispõe sobre diretrizes para ampliação dos acervos por aquisições, compra, permuta e doação – comodatos, empréstimos e depósitos de Conjuntos Notórios oferecidos para as Unidades e Órgãos de Integração da USP.”

A portaria estabelece aqueles aspectos considerados fundamentais para embasar as decisões sobre a incorporação de conjuntos notórios pela USP. Os aspectos a serem analisados são apontados em seu artigo 1º:

Artigo 1º - As aquisições, comodatos, empréstimos ou depósitos de conjuntos notórios deverão ser precedidos de pareceres circunstanciados, elaborados por especialistas, ouvidos a direção e os órgãos colegiados das Unidades e Órgãos de Integração da USP sobre os seguintes aspectos:

- a) Mérito;
- b) Interesse para complementar lacunas do acervo;
- c) Compatibilidade com as linhas da Unidade/Órgão de Integração;
- d) Recursos financeiros disponíveis;
- e) Espaço existente para exibi-las e/ou mantê-las adequadamente em reserva técnica;
- f) Estado de conservação;
- g) Proporcionalidade entre o número de peças oferecidas e o total do acervo;
- h) Regularidade jurídica da documentação referente ao acervo;
- i) Análise da adequação das cláusulas condicionantes do termo de doação. (PROCESSO RUSP Nº 96.1.23725.1.7, fl. 21)

Esta relação de itens a serem considerados quando da incorporação de novos conjuntos ao acervo da Universidade aproximam-se fortemente daquilo que

atualmente reconhecemos, em instituições de preservação de acervos arquivísticos, como Políticas de Aquisição de Acervos. O IEB conta, atualmente, com seus próprios “Critérios para incorporação de acervos ao IEB/USP” e com sua própria “Política de Acervos do IEB”, publicados, respectivamente, em 2008 e 2010 (IEB, 2008; IEB, 2010). Os Critérios estabelecidos pelo IEB são praticamente os mesmos determinados pela Comissão de Acervos Notórios pela Portaria de 1997 (Cf. IEB, 2008).

Com a portaria baixada em 1997, toda a atuação do IEB na captação de acervos anteriores a esta publicação não foi regida por normativas específicas no âmbito das legislações universitárias. E mesmo após a publicação da portaria, o IEB não se coloca subordinado a esta regulamentação, tanto por ter seu diretor como membro nato da Comissão, quanto pela definição que a Portaria traz para Conjuntos Notórios:

Artigo 2º - Definem-se por Conjuntos Notórios aqueles museológicos, arquivísticos e documentais, relevantes para as áreas de conhecimento desenvolvidas pela Universidade, que não estejam inseridos nas práticas cotidianas vigentes nas Unidades Universitárias ou Órgãos de Integração quanto à ampliação de seus acervos. (PROCESSO RUSP Nº 96.1.23725.1.7, fl. 21, grifo nosso)¹²⁶

Apesar de se referir a Portaria a conjuntos documentais que são objeto de atenção do IEB, este Instituto, ao lado dos Museus da USP e toda sua rede de bibliotecas não se subordinam à portaria por ser a análise e incorporação de conjuntos arquivísticos, bibliográficos e/ou museológicos parte de sua rotina, de seu objetivo e sua missão. Deste modo, estes órgãos e institutos por essência dedicados à preservação de bens documentais não se subordinam à Portaria de 1997, embora a considerem, como fez o IEB, na constituição de suas políticas de acervo.

A década de 1990, como vimos anteriormente, também é o momento em que o MAST começa a considerar a criação de uma política de acervos que seja responsável por regulamentar a captação de seus arquivos pessoais, sobretudo em função da entrada dos arquivos de Olympio da Fonseca e de Luiz de Castro Faria.

¹²⁶ Embora a referida Comissão oficialmente ainda exista, é pouco atuante. O processo RUSP referente a esta Comissão conta com apenas um parecer emitido em 02 de dezembro de 1998, assinado por Dione Seripierri, bibliotecária do Museu de Zoologia da USP, e Telê Ancona Lopez, professora do IEB, sobre a oferta feita à USP para compra da biblioteca do intelectual Djacir Lima Menezes, ex-reitor da UFRJ. O parecer aprova a compra da biblioteca, com ajuntamento do arquivo pessoal do intelectual, mas não indica o destino dado a esta coleção (PROCESSO RUSP Nº 96.1.23725.1.7, fls. 29-43).

Mas a Política de Aquisição e Descarte de Acervos do MAST é publicada apenas em 2011 (MAST, 2011).

Antes disso, em 1999, o MAST recebe a doação de um pequeno conjunto de 86 fotografias pertencentes ao arquivo do cientista e acadêmico João Christóvão Cardoso (Rio de Janeiro, 1903-1980). Cardoso foi responsável pela implantação do Instituto de Química (IQ) na Universidade do Brasil (UB), atual UFRJ, participou na criação do CBPF e esteve à presidência do CNPq entre 1956 e 1961. O Laboratório de Amido do INT, estruturado por Feiga Rosenthal e Ernesto Tolmasquim, teve sua origem no laboratório de química da Faculdade Nacional de Filosofia (FNFi), onde Cardoso foi responsável antes da criação do IQ-UB e teve Rosenthal e Tolmasquim como alunos e colaboradores (TOLMASQUIM; AREZZO, 2002).

A doação deste conjunto de fotografias foi feita pela filha de Christóvão Cardoso, Annie Cardoso Ribeiro, e intermediado por Bartyra de Castro Arezzo. Bartyra Arezzo e Sílvia Tiomno Tolmasquim, ao lado de Feiga Tiomno Rosenthal e Ernesto Tolmasquim, foram também alunas e colaboradoras de Cardoso em aulas no IQ-UB, além de desenvolverem suas pesquisas no Laboratório de Amido do INT (TOLMASQUIM; AREZZO, 2002). As fotografias foram entregues por Arezzo ao coordenador de Informação e Documentação do MAST, Alfredo Tiomno Tolmasquim.

Bartyra Arezzo (João Neiva-ES, 1924), após intermediar a doação do conjunto de fotografias de Christóvão Cardoso, doa seu próprio arquivo ao MAST. Discípula de Cardoso, Arezzo dedicou sua carreira profissional à academia, lecionando no IQ-UB, e posteriormente na UFRJ, e à pesquisa científica em outras instituições como o INT e institutos vinculados à Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN) (MAST, 2002b).

A doação do arquivo de Arezzo, pouco depois de seu intermédio na doação das fotografias de Christóvão Cardoso, é feita com o intuito de contribuir com o projeto do Museu, de preservação da história da ciência no Brasil e se enquadra em um núcleo específico de cientistas da área de química. O arquivo de Arezzo, ao lado dos arquivos de Christóvão Cardoso, Feiga Rosenthal e Jacques Danon – um núcleo de pessoas que conviveram e atuaram em conjunto –, constituem as bases para o aprofundamento do acervo do MAST na área da química e físico-química.

Após a assinatura do termo de doação por Bartyra Arezzo e a respectiva publicação no Diário Oficial da União, a chefe do Serviço de Arquivo do MAST,

Maria Celina Soares de Mello e Silva escreve, em 02 de janeiro de 2002, uma carta à doadora, em agradecimento:

Que a sua consciência na importância da preservação de documentos e a atitude de doá-los para que se tornem públicos, seja um exemplo a ser seguido por outros cientistas, para que historiadores possuam cada vez mais fontes primárias de consulta para escreverem a história das ciências brasileiras. (PROCESSO DE AQUISIÇÃO DO ARQUIVO BARTYRA AREZZO/MAST, s/p)

A doadora responde, em 14 de janeiro de 2002, destacando a satisfação em ter seus documentos preservados e, a partir de então, ingressos no âmbito da história da ciência nacional:

Os agradecimentos são recíprocos, pois para mim foi uma honra ter tido a oportunidade de colaborar num dos programas do MAST e saber que, no futuro, meu acervo profissional poderá de alguma forma contribuir para a história das ciências brasileiras. (PROCESSO DE AQUISIÇÃO DO ARQUIVO BARTYRA AREZZO/MAST, s/p)

No mesmo ano da doação de Arezzo, o MAST recebe a doação do arquivo do geólogo e mineralogista Alexandre Giroto (Recife, 1902 – Rio de Janeiro, 1996), feita por sua filha Adriana Lemos Giroto. Giroto teve sua atuação profissional diretamente ligada à exploração de urânio no Brasil, responsável pela implantação da usina de beneficiamento de Poços de Caldas-MG. O trabalho de Giroto na extração de urânio e demais minérios radioativos em solo brasileiro é considerado pioneiro no país.

Em 1949, Alexandre Giroto é eleito para ingressar na Academia Brasileira de Ciências (ABC), e dois anos depois, passa a assessorar o presidente do CNPq, Almirante Álvaro Alberto de Motta e Silva. O ingresso à ABC é a razão pela qual o MAST tomou conhecimento da existência do arquivo de Alexandre Giroto e procurou a família, como Alfredo Tiomno Tolmasquim aponta na “Apresentação” do inventário de Giroto, publicado em 2002:

O arquivo foi doado por sua filha, Adriana Lemos Giroto, que acompanhou o processo de organização e muito nos auxiliou na identificação de algumas fotografias. Agradecemos, pois a confiança em nós depositada para a guarda do acervo, bem como a sua organização. Registramos também nossos agradecimentos a Raquel Velloso, responsável pelo projeto de memória da Academia Brasileira de Ciências, que nos colocou em contato com Adriana Giroto [...]. (MAST, 2002a, p. 5).

O arquivo pessoal de Alexandre Giroto, assim como muitos outros que compõem o acervo do MAST, é identificado no âmbito das pesquisas históricas desenvolvidas no Museu. Sua filiação institucional à ABC, como uma instituição de

prestígio no âmbito das ciências, é ponto de acesso para o arquivo deste acadêmico.

Pautado por uma lógica similar à utilizada pelo CPDOC quanto à reprodução de uma rede de relacionamentos entre os titulares dos arquivos, o MAST construiu núcleos de relacionamentos em torno de renomados institutos de pesquisa em áreas da Ciência, como o Observatório Nacional, o Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas, o Instituto Nacional de Tecnologia, o Instituto de Matemática Pura e Aplicada e o Conselho Nacional de Pesquisa. Além dos arquivos pessoais incorporados no período até o ano de 1999, outros que vieram nos anos seguintes se encaixam nesses grupos e complementam as áreas específicas.

Enquanto o MAST amplia seu acervo de história das ciências exatas e da terra em torno destas prestigiadas instituições de pesquisa, valendo-se da mesma estratégia utilizada pelo CPDOC na reconstituição das redes de relacionamentos entre os membros da elite política contemporânea brasileira, o IEB dedica-se, em grande parte, ao modernismo brasileiro e, em menor intensidade, à história e geografia brasileiras. Embora cada uma ao seu modo e com temáticas muito próprias, as três instituições se valem da mesma estratégia para seleção dos arquivos pessoais que compõem seus acervos: aqueles que são relevantes para as pesquisas realizadas no interior destes institutos ou, ainda com maior intensidade, decorrentes destas mesmas pesquisas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após o caminho percorrido por esta pesquisa, gostaria de trazer um questionamento levantado pelo filósofo polonês Jacob Bronowski em uma conferência proferida na Universidade de Yale, em 1978, convertida em livro com o título “*As origens do conhecimento e da imaginação*”. Nesta conferência, que se propunha explorar as estruturas da ciência e do fazer científico, sobretudo em áreas das ciências naturais, exatas e da terra, o filósofo explora a forma como o conhecimento científico tem sido historicamente criado nas e pelas sociedades. Com este pensamento, Bronowski reflete:

Proporcionei uma avaliação altamente pessoal de como praticamos Ciência. E a pergunta óbvia é: ‘Estamos inventando a coisa toda?’ Poder-se-ia perguntar: ‘Será que isto não é apenas um consumado idealismo? Realmente, *não existe* nenhum átomo?’ Um pouco antes falei de Boltzmann e da inscrição na sua lápide. Ludwig Boltzmann suicidou-se num acesso de depressão. Por que? Porque não conseguiu persuadir seus colegas de que os átomos eram reais. Talvez não pareça um motivo suficiente pelo qual se dê a vida, mas para ele foi assim. Naturalmente, a ironia da história foi que, se ele tivesse detido sua mão por um ou dois anos, todos os seus colegas se teriam convencido.

Agora, os átomos são reais ou não são? E se os átomos são reais, os elétrons são reais ou não? Quando fazemos esta decodificação, estamos descobrindo alguma coisa que está na natureza ou não? Estamos inventando os conceitos a partir dos quais fazemos Ciência ou eles existiam lá, escondidos, o tempo todo? Assim sendo, isto é uma tremenda bifurcação intelectual. E bastante emocional, também. Por exemplo, o mundo está muito bem dividido em pessoas que têm orgulho de ser máquinas e pessoas que se sentem insultadas só em pensar que sejam máquinas. E o mundo, por conseguinte, está bem dividido em pessoas que gostam da ideia de que nossa análise da natureza seja uma criação pessoal e altamente imaginativa, e aquelas que gostam de pensar que estamos simplesmente descobrindo aquilo que já existe. (1997, p. 35-36, grifo do autor)

A afirmação realizada por Bronowski sobre a bifurcação interpretativa das ciências a respeito da criação ou descobrimento dos elementos da natureza é uma situação específica das ciências da natureza e ciências duras. A dúvida se de fato existe o átomo ou se este é apenas o resultado de um exercício imaginativo compreende um paradigma específico – e já ultrapassado – de dadas ciências, porém, o simples fato de existir esta questão já justifica o debate. Apesar de não trabalharmos com átomos em Ciências Humanas, é bastante possível usarmos a mesma linha de pensamento para questionarmos alguns de nossos objetos de estudo.

Os valores existentes sobre os bens documentais são reais ou constituem apenas um produto imaginativo de uma dada área de pesquisa – em seu espaço e tempo específicos – que necessita de elementos para seu fazer? Ou então, se não a ciência, algum outro domínio social que necessite se pautar na materialidade ou no poder simbólico para sustentar determinada situação\estrutura social específica. Para que possamos compreender tais valores como um ou outro – naturais da matéria ou especulações imaginárias – necessário é que se avalie todo o seu processo de surgimento.

Em algumas correntes das Ciências Humanas compreende-se que nada do que é produto cultural do ser humano é natural de si, mas construído, inventado, imaginado¹²⁷. Por aí podemos conduzir o debate à ideia de que tais valores, dados como “inerentes” aos documentos, não se sustentam pela via da naturalidade. A artificialidade dos valores dos documentos se encontra no momento mesmo de sua gênese e se reforça no momento de sua preservação. Documentos institucionais, regidos por legislações, contam com esquemas específicos e institucionalizados que determinam sua validade. Documentos pessoais, que não contam com esta qualidade – com exceção dos arquivos pessoais de presidentes da República¹²⁸ – demonstram explicitamente a condição sintética dos valores investidos.

Já a institucionalização é uma atividade vinculada ao empreendimento de criação de sentido e valor a tal material. As razões podem ser múltiplas, mas a igualdade no movimento se localiza na necessidade de estabelecimento e construção de uma importância, pautada na sua naturalidade: “Este arquivo pessoal foi custodiado porque não poderíamos deixar de fazê-lo. Este titular é importante demais para o levantamento histórico e social do nosso país!”. Se há esta afirmação, é porque algum tipo de trabalho imaginário já foi realizado antecipadamente para a criação deste valor cultural sobre aquela figura específica. Tais valores culturais investidos aos personagens da história coletiva são construídos ao longo do tempo por estratégias de legitimação, em grande medida, promovidas pelo próprio personagem.

¹²⁷ Como exemplos, podemos considerar o Existencialismo de Jean-Paul Sartre e Simone De Beauvoir, o Materialismo Histórico-Dialético de Karl Marx, a Antropologia Interpretativa ou Simbólica de Clifford Geertz e Mary Douglas, ou o Pós-Estruturalismo de Michel Foucault e Jacques Derrida.

¹²⁸ A Lei nº 8.394, de 30 de dezembro de 1991 é responsável por estabelecer a proteção dos arquivos privados de ex-presidentes da República no Brasil, considerando-os automaticamente como acervos privados de interesse público e social, nos termos da Lei nº 8.159 do mesmo ano.

O campo das ciências terá o papel de reforçar este sentido dado pelo personagem à sua importância e relevância. De modo que, ao se institucionalizar um dado arquivo pessoal, ao se recolher um arquivo pessoal para uma instituição de custódia dotada de poder social, observa-se um trabalho que se divide em dois momentos: primeiro, se reforça algo já existente no cenário sociocultural e, segundo, se trabalha a cientificidade daquele objeto. Podemos dizer que se constrói, pela via da cientificidade, a relevância e legitimidade daquele objeto.

A pesquisa documental e as entrevistas realizadas para esta pesquisa demonstraram a forte relação existente entre a pesquisa acadêmica e os arquivos pessoais, relação esta que pode ser facilmente justificada por serem as entidades analisadas unidades diretamente vinculadas a centros de pesquisa, sejam acadêmicas ou para-acadêmicas. Assim sendo, o papel desempenhado pelos agentes de pesquisa – acadêmicos ou pesquisadores – muito influi na decisão de recolhimento de determinado arquivo pessoal.

Pudemos notar, em todos os casos analisados, que a seleção de arquivos pessoais para a preservação é decorrente das pesquisas desenvolvidas por estes agentes. Em alguns casos, pesquisas anteriormente realizadas em arquivos pessoais ainda em custódia do titular ou da família serviram como forma de legitimação para a institucionalização. Da mesma forma, evidenciou-se o papel tangencial – quando muito – de arquivistas na seleção destes arquivos para preservação. Das três instituições analisadas, apenas o MAST conta com arquivistas em seu corpo técnico. IEB e CPDOC desde suas fundações até a atualidade nunca mantiveram equipes técnicas com profissionais formados em cursos de arquivologia, embora também não tenham se absterido de buscar conhecimentos, práticas e métodos específicos desta área.

Assim sendo, podemos considerar como o interesse pelos arquivos pessoais, no Brasil, se desenvolveu não no âmbito da arquivologia, mas de outras áreas, como a literatura, a história, a ciência política e mesmo áreas das ciências exatas e biológicas, como a física, a química, a astronomia, a medicina, entre outras. Antes mesmo de profissionais da arquivologia se darem conta de que os documentos pessoais poderiam ser considerados de interesse para a pesquisa acadêmica, indivíduos de outros campos de atuação criaram a demanda por estes materiais.

Assim como a história de desenvolvimento da própria arquivologia, como área de conhecimento, empírica por essência e proposta a buscar soluções para

demandas emanadas das burocracias dos Estados modernos, os arquivos pessoais são apresentados à área como algo que passa a requerer atenção. Esta demanda criada pelos profissionais de outras áreas materializa-se na fundação destas instituições destinadas à custódia e tratamento de documentos pessoais.

Ao criarem organismos destinados a este fim, as áreas – em primeiro lugar a literatura¹²⁹, seguida pela história e ciência política – institucionalizam a ideia de que os arquivos pessoais são relevantes para seus fazeres, material até então não utilizado e desconsiderado. Antes mesmo de historiadores se atentarem para os arquivos pessoais, a área de literatura, chefiada no Brasil por Antonio Candido de Mello e Souza, já dispensava atenção a estas fontes e buscava institucionalizar seu uso como forma legítima de fazer ciência em literatura brasileira.

O foco, como não poderia deixar de ser, encontra-se naqueles elementos utilizados nas pesquisas. O IEB começa a acumular arquivos de literatos relacionados com o movimento do Modernismo por ser este um tema de muito interesse para a área de literatura e, em especial, para Antonio Candido. Além disso, a relação de proximidade mantida por este acadêmico com os personagens considerados como protagonistas deste movimento facilita o acesso aos documentos por eles acumulados. Mesmo a eleição destes personagens como protagonistas ou principais representantes do movimento é fruto de legitimação no âmbito especializado das letras no Brasil.

Ao incorporar o arquivo pessoal de Mário de Andrade, o IEB não cria a figura de Mário de Andrade, não cria o Modernismo, mas cria um elemento a mais para renovar o fôlego nas pesquisas a respeito do autor e do movimento. Investe o arquivo deste escritor de relevância que já vem carregada com o prestígio de seu nome e de seu tempo, que contam com larga legitimidade no imaginário brasileiro e especialmente no campo das letras. Em outras palavras, o arquivo de Mário de Andrade é importante porque o Modernismo é importante para as letras e as artes. E devemos, ainda, levar em consideração que as pesquisas sobre Mário de Andrade e sobre o Modernismo não teriam, em hipótese alguma, se extinguido caso este arquivo não fosse preservado.

¹²⁹ Embora não tenha sido analisada nesta pesquisa, não podemos deixar de lembrar que, na sequência da criação do IEB, em 1962, teremos também a criação do Arquivo-Museu de Literatura Brasileira da Fundação Casa de Rui Barbosa, em 1972, antes mesmo da fundação do CPDOC.

O papel dos acadêmicos e intelectuais no processo de institucionalização dos arquivos pessoais nas entidades pesquisadas encontra força na confiança a eles investida como agentes autorizados a determinar o que é relevante para sua área específica e, por consequência, para a coletividade como um todo. Notamos que em todos os três casos analisados, os objetivos das entidades encontram-se em explorar, investigar e trabalhar elementos por eles considerados importantes para a história do Brasil em segmentos diferentes. O IEB, criado pelo historiador Sérgio Buarque de Holanda, se configura como uma brasileira composta por muitas brasileiras. Seu objetivo é desenvolver pesquisas multidisciplinares a respeito do Brasil, buscando a amplitude da visão sobre este objeto, apesar de ter direcionado seu acervo de arquivos pessoais à literatura e às artes. O CPDOC, com foco mais delimitado, se dedica às pesquisas que explorem a história política recente do Brasil, enquanto que o MAST assume a responsabilidade de preservar e estudar a história das ciências brasileiras.

Embora tematizadas, todas caminham para o mesmo objetivo, que se encontra em explorar elementos da nacionalidade que reforcem as identidades e qualidades do país. Um trabalho de exaltação da nacionalidade, não com ares de nacionalismo ortodoxo ou fundamentalista, mas pelo viés crítico-científico caracterizado pelo saber acadêmico como efetivo meio para a investigação do objeto.

A via do academicismo é percebida como o principal fator que conduziu os arquivos pessoais a objeto de interesse para a preservação, o que é responsável por colocá-lo, ao mesmo tempo, como incentivador e promotor e também como coordenador e construtor desta prática. Com isso queremos dizer que o academicismo, representado fundamentalmente por seus agentes autorizados, ou seja, os pesquisadores, cientistas e acadêmicos, é o responsável por fortalecer e implantar no Brasil um sistema de preservação de arquivos pessoais que seja capaz de trazer possibilidades e renovar a vitalidade de seu fazer.

Esta situação foi possível, em primeira instância, em função do lugar que o academicismo assume entre as instituições que conformam e sustentam as sociedades modernas e, em particular, a nossa sociedade. O academicismo, como a principal – para não dizer a única – forma legitimamente aceita de fazer ciência, é, evidente e necessariamente, instituído como uma prática dotada de autoridade para

buscar explicações sobre fenômenos que de algum modo impactam no ser humano como conhecimento.

Este sistema se enquadra na percepção apresentada por Anthony Giddens ao falar em *sistemas abstratos* como um dos elementos que sustentam as instituições modernas. O autor compreende que “[...] *a natureza das instituições modernas está profundamente ligada ao mecanismo da confiança em sistemas abstratos, especialmente confiança em sistemas peritos.*” (GIDDENS, 1991, p. 96, grifo do autor). A autoridade social investida ao academicismo é responsável por convertê-lo em um sistema perito que age e funciona no ambiente social a partir de um princípio de confiança.

Por sistemas peritos quero me referir a sistemas de excelência técnica ou competência profissional que organizam grandes áreas dos ambientes material e social em que vivemos hoje. A maioria das pessoas leigas consulta ‘profissionais’ – advogados, arquitetos, médicos, etc. – apenas de modo periódico ou irregular. Mas os sistemas nos quais está integrado o conhecimento dos peritos influenciam muito aspectos do que fazemos de uma maneira *contínua*. Ao estar simplesmente em casa, estou envolvido num sistema perito, ou numa série de tais sistemas, nos quais deposito muita confiança. Não tenho nenhum medo específico de subir as escadas da moradia, mesmo considerando que sei que em princípio a estrutura pode desabar. Conheço muito pouco os códigos de conhecimento usados pelo arquiteto e pelo construtor no projeto e construção da casa, mas não obstante tenho ‘fé’ no que eles fizeram. Minha ‘fé’ não é tanto neles, embora eu tenha que confiar em sua competência, como na autenticidade do *conhecimento perito* que eles aplicam – algo que não posso, em geral, conferir exhaustivamente por mim mesmo. (GIDDENS, 1991, p. 38, grifos do autor).

Da mesma forma que há confiança nos sistemas peritos para subirmos uma escada, andarmos em um automóvel ou voarmos em um avião, pessoas mantêm esta confiança em agentes autorizados para dizer que os arquivos pessoais são úteis para a pesquisa acadêmica e, principalmente, que “*este conjunto específico*” é importante para ser preservado. Neste momento é importante destacar que a confiança firmada neste esquema não se encontra necessariamente no agente responsável pela ação ou pelo discurso da validação de valor do referido material, mas também – e principalmente – no sistema de conhecimento perito, ou campo acadêmico, ao qual este agente se vincula.

Especialistas em literatura brasileira e artes plásticas no IEB representam estas áreas e sabem/podem definir quais são aqueles titulares e seus respectivos arquivos que merecem ser preservados. O mesmo se aplica aos historiadores da

ciência política e das ciências exatas e da terra no CPDOC e no MAST. Todas as pessoas envolvidas nestes processos de seleção e incorporação de arquivos pessoais às entidades de custódia são agentes autorizados dotados de conhecimento perito legitimado por suas formações acadêmicas e, portanto, investidos de confiança coletiva para realizar este trabalho.

Como aponta Giddens, a confiança nestes sistemas peritos é um fenômeno que se encontra mediado pelos princípios de fé e crença em coisas desconhecidas. “A confiança não é o mesmo que fé na credibilidade de uma pessoa ou sistema; ela é o que deriva da fé. A confiança é precisamente o elo entre a fé e a crença [...]” (1991, p. 44), e continua:

A confiança pode ser definida como a crença na credibilidade de uma pessoa ou sistema, tendo em vista um dado conjunto de resultados ou eventos, em que essa crença expressa uma fé na probidade ou amor de um outro, ou na correção de princípios abstratos (conhecimento técnico). (1991, p. 44-45)

O próprio sistema acadêmico, na qualidade de uma instituição das nossas sociedades, é responsável por outorgar a confiança e a credibilidade a seus agentes. A autoridade que compete aos sistemas acadêmicos e às ciências, como um ponto de emanção de saber/poder, torna seus agentes autorizados e habilitados a conceder a legitimidade aos conjuntos documentais que consideram de interesse coletivo. Esta atividade é exercida por meio das entidades de custódia por eles mesmos criadas.

Outros elementos associados à questão da confiança, como aponta o sociólogo inglês, encontram-se no risco e na segurança. “Risco e confiança se entrelaçam, a confiança normalmente servido para reduzir ou minimizar os perigos aos quais estão sujeitos tipos específicos de atividade.” (1991, p. 45-46). Neste sentido, a confiança conferida aos sistemas acadêmicos e seus agentes na prática efetiva da preservação de arquivos pessoais encontra-se na minimização ou inibição dos riscos de perda iminente aos quais os acervos estão sujeitos. Além do risco da perda física dos documentos, agrega-se de forma consequente o risco da perda de informação e de elementos simbólicos. O risco de perda destes elementos conduz exatamente ao ponto oposto ao das ciências, que se traduz no desconhecimento, na falta de elementos e de evidências.

O resultado deste empreendimento de redução ou inibição de riscos, com base na confiança, encontra-se na instauração de um determinado grau de segurança. “Pode-se definir ‘segurança’ como uma situação na qual um conjunto

específico de perigos está neutralizado ou minimizado. A experiência de segurança baseia-se geralmente num equilíbrio de confiança e risco aceitável.” (GIDDENS, 1991, p. 46). O sentimento ou experiência de segurança promovido pelas entidades de custódia de arquivos pessoais garante a solução para os dois riscos apontados acima, além de trazer a intenção de lugar de memória, nos termos mesmos apontados por Pierre Nora, ainda que este não seja o objetivo expresso e imediato destas entidades.

Das três entidades analisadas nesta pesquisa, apenas o MAST conta com o objetivo memorial expresso em seu cerne de atividades. As demais atuam na memória de forma secundária ou paralela, sem ser este seu objetivo primeiro. Tanto o IEB quanto o CPDOC são criados com objetivos acadêmicos e seus acervos se desenvolvem com vistas a atender a este propósito e acabam, por consequência, exercendo atividades memoriais. Mesmo o MAST, que conta com a proposta memorial, a desenvolve pela via da história das ciências pautada no academicismo.

Esta transferência de sentido, do acadêmico ao memorial – que necessariamente se associa ao identitário – decorre, em primeira instância, da lacuna deixada por outros organismos que o façam. O sistema arquivístico brasileiro, além de recente, é frágil e se estrutura em um grau que nem mesmo se aproxima do ideal. Há, evidentemente, exemplos de entidades arquivísticas brasileiras que contam com recursos humanos e materiais suficientes para serem consideradas exemplares, mas estas são a exceção à regra. As preocupações das agências arquivísticas do Estado direcionadas ao tratamento da burocracia pública é responsável por ocupar todos os – escassos – recursos disponíveis por estas entidades, sem permitir que se dediquem também aos trabalhos memoriais.

A ausência, por exemplo, de arquivos públicos municipais no Brasil gera uma lacuna de grande proporção no sistema arquivístico nacional, de modo que iniciativas similares às das entidades aqui analisadas passam a assumir responsabilidades que não necessariamente lhes cabem. Apontamos como exemplo os arquivos públicos municipais em função de seu potencial de distribuição e expansão ao longo do território, além, evidentemente, de servir como potenciais pontos de regionalização, favorecendo e trabalhando em prol daquelas características e elementos de identidades e memórias construídas e trabalhadas pela própria comunidade, a exemplo das atividades observadas nos casos dos Estados Unidos e do Canadá. Não significa aqui determinar que a preservação da

memória ou dos arquivos pessoais seja uma atribuição exclusiva de arquivos municipais, mas indicar um potencial latente a práticas como estas na preservação de arquivos – não apenas pessoais – como efetivamente representantes de comunidades locais.

Enquanto a realidade nacional ainda se encontra com estas consideráveis lacunas no sistema arquivístico, as entidades de custódia vinculadas a universidades e centros de pesquisa exercem esta função da melhor forma que podem. No entanto, não podemos deixar de pensar nos resultados destas ações. Por serem estas entidades as pioneiras, os resultados dos trabalhos por elas desenvolvidos se apresenta justamente na instauração de uma imagem sobre a preservação dos arquivos pessoais no Brasil.

Primeiramente, resulta desta sistemática uma ideia de que os arquivos pessoais devem ser preservados em função da pesquisa acadêmica e do conhecimento científico, pois as atividades preservacionistas se desenvolvem sobretudo por instituições com esta finalidade. Deste cenário podemos apontar a construção de um acervo de arquivos pessoais composto de fundos e coleções que são considerados úteis às expectativas do fazer acadêmico-científico.

Da mesma forma, há como resultado a centralização da construção deste acervo de arquivos pessoais. Esta situação não se coloca exatamente em uma centralização geográfica, mas na centralização da autoridade de determinação. Determinar o que será preservado é, como já debatemos, um ato político por excelência e de repercussão. Assim, o cenário brasileiro apresenta uma prática de poder centralizado no espaço acadêmico e no discurso autorizado de agentes legitimados.

Se observadas do ponto de vista dos campos acadêmicos e das áreas de conhecimento, as seleções realizadas podem ser representativas das concepções sustentadas por cada área de conhecimento, podendo ser até mesmo consensual entre seus integrantes a preservação de determinados fundos pessoais que atendam às expectativas. No entanto, esta é uma seleção arbitrária e regida por critérios tecnicistas. Mesmo que não haja a intenção, não é possível que o resultado deste movimento não se configure como uma determinada visão elitista e exterior da sociedade.

Por outro lado, se observado pelo ponto de vista social, encontramos neste movimento uma sistemática regida pela heteronomia, onde apenas alguns agentes

autorizados detêm o saber/poder competente para determinar o que será preservado como representação da sociedade. Se levarmos em conta que, em todos os casos analisados nesta pesquisa, falamos sempre de entidades que se preocupam em desenvolver estudos histórico-sociais sobre determinados campos específicos do Brasil, devemos levar em conta, portanto, que seus acervos devam ser considerados como representantes da história da nação como um todo. É o caso, assim, de considerarmos que as determinações emanadas das expectativas e dos interesses dos campos acadêmicos estabelecem aquilo que, por consequência, assumirá também a forma de elementos de memórias e identidades nacionais.

Mesmo que não seja este o propósito imediato destas instituições, pela via da preservação limitada, onde se concede a possibilidade e a autoridade de testemunho a apenas alguns documentos de toda a massa documental produzida, estes acervos constituem o que as futuras gerações receberão como seus patrimônios. Se os movimentos sociais em constante mobilização nestas quase duas décadas do século XXI, sempre em busca de voz e visibilidade, se sentirão representados ou não com a configuração dada a este acervo instituído, é uma questão para ser respondida futuramente.

REFERÊNCIAS

ABA (Associação Brasileira de Antropologia). **Histórico**. Brasília, 2018. Disponível em: <http://www.portal.abant.org.br/index.php/inicio/historico>. Acesso em: 01 de janeiro de 2018.

ACERVO CPDOC, FUNDO AVAP gv acgv 1973.07.14. **Carta de Alzira Vargas do Amaral Peixoto a Luís Simões Lopes**. Rio de Janeiro, 14 de julho de 1973.

ACERVO CPDOC, FUNDO AVAP gv acgv 1973.07.14. **Carta de Luís Simões Lopes a Alzira Vargas do Amaral Peixoto**. Rio de Janeiro, 17 de julho 1974.

ANDRADE, Ana Maria Ribeiro de; CAZELLI, Sibebe. MAST: origens e atividades. **Boletim Eletrônico da Sociedade Brasileira de História da Ciência**, n 5, junho 2015. Disponível em: http://www.sbhc.org.br/conteudo/view?ID_CONTEUDO=830. Acesso em 01 de janeiro de 2018.

ARQUIVO NACIONAL. **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. (Publicações Técnicas nº 51).

AULETE, Caldas. **Novíssimo Aulete dicionário contemporâneo da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Lexikon, 2011.

BACZKO, Bronislaw. **Los imaginarios sociales: memorias y esperanzas colectivas**. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 2005.

BACZKO, Bronislaw. Imaginação Social. In: **Enciclopédia Einaudi: Anthropos-Homem**. Porto: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1985, p. 296-332. (Vol. 5)

BATISTA, Marta Rossetti. **Anita Malfatti no tempo e no espaço: biografia e estudo da obra**. São Paulo: Editora 34/Edusp, 2006.

BASTARDIS, Jean. **O Programa Nacional de Preservação da Documentação Histórica e seu significado para a preservação de arquivos no IPHAN**.

Dissertação (Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural) - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Rio de Janeiro, 2012.

Disponível em:

<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Dissertacao_Jean_Bastardis.pdf>
> Acesso em: 18 set. 2017.

BELLOTTO, Heloisa Liberalli. **Como fazer análise diplomática e tipológica em documentos de arquivo**. São Paulo: Arquivo do Estado de São Paulo; Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002. (Coleção Como Fazer)

BELLOTTO, Heloisa Liberalli. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

BELLOTTO, Heloisa Liberalli. **Arquivo: estudos e reflexões**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

BELLOTTO, Heloisa Liberalli. **Entrevista** concedida a Renato Crivelli Duarte. São Paulo, 01 de dezembro de 2017.

BORBA, Francisco S. (Org.). **Dicionário UNESP de português contemporâneo**. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

BRAGA, Suely. **Entrevista** concedida a Renato Crivelli Duarte. Rio de Janeiro, 13 de dezembro de 2017.

BRASIL. **Decreto nº 3.567, de 17 de agosto de 2000** (Revogado pelo Decreto nº 4.728, de 9.6.2003). Brasília, 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3567.htm. Acesso em: 01 de janeiro de 2018.

BRASIL. **Lei 8.159 de 08 de janeiro de 1991**. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8159.htm. Acesso em: 18 set. 2017.

BRONOWSKI, Jacob. **As origens do conhecimento e da imaginação**. Brasília: Editora UnB, 1997.

BROOKS, Philip. The Selection of Records for Preservation. **The American Archivist**, Vol. 3, No. 4, October 1940, p. 221-234. Disponível em: <http://americanarchivist.org/doi/pdf/10.17723/aarc.3.4.u77415458gu22n65>. Acesso em: 18 set. 2017.

CALDEIRA, João Ricardo de Castro. **IEB: origem e significados**. São Paulo: Oficina do Livro Rubens Borba de Moraes/Imprensa Oficial do Estado, 2002.

CAMARGOS, Marcia. O legado de Marta. **Revista do IEB**. São Paulo, n 45, set. 2007, p. 263-273. Disponível em: <http://200.144.255.123/Imagens/Revista/REV045/Media/REV45-15-1.pdf>. Acesso em: 01 de janeiro de 2018.

CASTORIADIS, Cornelius. **A instituição imaginária da sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

CASTRO, Celso. A trajetória de um arquivo histórico: reflexões a partir da documentação do Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas no Brasil. **Revista Estudos Históricos**, n 36, jul-dez 2005, p. 33-42.

CASTRO, Celso. **Entrevista** concedida a Renato Crivelli Duarte. Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 2017.

CAZELLI, Sibeles. **Alfabetização científica e os museus interativos de ciência**. 1992. Dissertação (Mestrado em Educação) - Departamento de Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

COMITÊ Nacional do Brasil do Programa Memória do Mundo da UNESCO.

Registros nacionais. 2017. Disponível em:

<http://mow.arquivonacional.gov.br/index.php/acervos-brasileiros/registro-nacional.html>. Acesso em: 18 set. 2017.

CONARQ (Conselho Nacional de Arquivos). **Arquivos Privados Declarados de interesse Público e Social pela Presidência da República**. 2017. Disponível em: <http://www.conarq.gov.br/index.php/arquivos-declarados>. Acesso em: 18 set. 2017.

CONARQ (Conselho Nacional de Arquivos). **Resolução nº 14**, de 24 de outubro de 2001. Disponível em:

<<http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/index.php/resolucoes-do-conarq/256-resolucao-n-14-de-24-de-outubro-de-2001>>. Acesso em: 25 jul 2017.

COOK, Terry. Macroappraisal in the theory and practice: origins, characteristics and implementation in Canada, 1950 – 2000. **Archival Science**, v. 5, december 2005, p. 101-161. Disponível em: <<http://web.utk.edu/~lbronsta/cook.pdf>>, acesso em: 25 jul 2017.

COOK, Terry. The Impact of David Bearman on Modern Archival Thinking: An Essay of Personal Reflection and Critique. **Archives and Museum Informatics**, v. 11, march 1997, p. 15-37.

COOK, Terry. The Tyranny of the medium: a comment on "Total Archives".

Archivaria, V. 9, winter 1979-1980, p. 141-149. Disponível em:

<<http://archivaria.ca/index.php/archivaria/article/view/12566/13724>>. Acesso em 05 set. 2017.

CPDOC (Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil). **Guia dos acervos do CPDOC**: João Alberto. Rio de Janeiro, s/d. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/guia/detalhesfundo.aspx?sigla=JA>. Acesso em: 01 de janeiro de 2018.

CPDOC (Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil). **Metodologia de organização de arquivos pessoais**: a experiência do CPDOC. 4. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998.

CRUZ, Adelina Maria Novaes e. **Entrevista** concedida a Renato Crivelli Duarte. Rio de Janeiro, 13 de dezembro de 2017.

CRUZ, Heloisa de Faria; TESSITORE, Viviane. Documentação, memória e pesquisa: o CEDIC faz 30 anos. **Projeto História**, nº 40, junho de 2010, p. 423-445. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/6139>. Acesso em: 18 set. 2017

DELMAS, Bruno. **Arquivos para quê?** Textos escolhidos. São Paulo: iFHC, 2010.

DOMINGUES, Heloisa Maria Bertol. Apresentação. In: GRANATO, Marcus (Org.). **Museologia e patrimônio**. Rio de Janeiro: MAST/MCTI, 2015, p. 01-03. (Coleção MAST: 30 anos de pesquisa - Volume 1).

DOYLE, Debbie Ann. The future of local historical societies. **Perspectives on History**, V. 50, Nº 9, dec. 2012, Disponível em: <https://www.historians.org/publications-and-directories/perspectives-on-history/december-2012/the-future-of-the-discipline/the-future-of-local-historical-societies>. Acesso em: 18 set. 2017.

DURANTI, Luciana. **Diplomatics: New Uses for an Old Science**. Lanham: Society of American Archivists; Association of Canadian Archivists, 1998.

FGV/CPDOC. **Regimento interno**. Rio de Janeiro, 22 de janeiro de 2013. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/cpdoc/RegimentoFGV-CPDOC.pdf>. Acesso em: 01 de janeiro de 2018.

FONSECA, Maria Odila. **Arquivologia e Ciência da Informação**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

FRAIZ, Priscila. CPDOC: 25 anos. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 03-09, jul. 1998.

FRAIZ, Priscila. **A construção de um eu autobiográfico: o arquivo privado de Gustavo Capanema**. Dissertação (Mestrado em Literatura Brasileira) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1994.

FUNDO IEB 001-03-0015. **Ata da décima quinta reunião do Conselho Diretor do IEB, de 30 de outubro de 1984**. (Fundo “IEB” – Instituto de Estudos Brasileiros).

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

GOMES, Ângela de Castro. Nas malhas do feitiço: o historiador e os encantos dos arquivos privados. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 121-128, jul. 1998.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. O patrimônio como categoria de pensamento. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário. **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/IPHAN, 1996.

GONÇALVES, M. S. **Políticas de arranjo e descrição em arquivos privados pessoais: o caso do CPDOC**. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Organização, Planejamento e Direção de Arquivos). Universidade Federal Fluminense; Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, 2007.

HEYMANN, Luciana. **O lugar do arquivo**. A construção do legado de Darcy Ribeiro. Rio de Janeiro: Contra Capa/Faperj, 2012.

HEYMANN, Luciana. O legado do Estado Novo. In: Seminário “O Estado Novo 70 anos”, 2007, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: CPDOC, 2007. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao_intelectual/arq/1707.pdf>. Acesso em: 05. set. 2017.

HEYMANN, Luciana. Os "fazimentos" do arquivo Darcy Ribeiro: memória, acervo e legado. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 36, p. 43-58, jan. 2005a. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2246>>. Acesso em: 22 Set. 2017.

HEYMANN, Luciana. De “arquivo pessoal” a “patrimônio nacional”: reflexões acerca da produção de “legados”. In: Seminário PRONEX Direitos e Cidadania, 1, 2005, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro, CPDOC, 2005b. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/6758/1612.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 05. set. 2017.

IEB (Instituto de Estudos Brasileiros). **Critérios para incorporação de acervos ao IEB/USP**. Abril de 2008. Disponível em: http://www.ieb.usp.br/ieb/wp-content/uploads/sites/127/2016/05/criterios_p_incorporacao_acervos_ieb_1292468240.pdf. Acesso em: 01 de janeiro de 2018.

IEB (Instituto de Estudos Brasileiros). **Guia do IEB: o acervo do Instituto de Estudos Brasileiros**. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros, 2010.

IEB (Instituto de Estudos Brasileiros). **Política de acervos para o IEB**. Maio de 2010. Disponível em: http://www.ieb.usp.br/ieb/wp-content/uploads/sites/127/2016/05/politica_de_acervos_ieb_1292468276.pdf. Acesso em 01 de janeiro de 2018.

JARDIM, José Maria. A invenção da memória nos arquivos públicos. **Ciência da Informação**, Brasília, v.25, n.12, p.1-13, 1995. Disponível em: <http://basessibi.c3sl.ufpr.br/brapci/_repositorio/2010/03/pdf_cfb64eeaa1_0008801.pdf>. Acesso em: 25 jul 2017.

JOSÉ Pancetti. In: **Enciclopédia Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras**. São Paulo: Itaú Cultural, 2018. Disponível em: <<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa1334/jose-pancetti>>. Acesso em: 26 de Jan. 2018. Verbete da Enciclopédia.

KETELAAR, Eric. Archival theory and the Dutch Manual. **Archivaria**, V. 41, spring 1996, p. 31-40. Disponível em:

<<http://archivaria.ca/index.php/archivaria/article/view/12123/13118>>. Acesso em: 05 set. 2017.

KNAUSS, Paulo. Usos do passado, arquivos e universidade. **Cadernos de pesquisa do CDHIS**, n. 40, 1º sem. 2009, p. 9-16. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/cdhis/article/view/7326>. Acesso em: 18 set. 2017.

LOPES, Luís Simões. In: **Dicionário histórico-biográfico brasileiro**. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/lopes-luis-simoes>. Acesso em 01 de janeiro de 2018.

LOPEZ, Telê Ancona. A criação literária na biblioteca do escritor. **Ciência e Cultura**, vol.59, nº.1, São Paulo, Jan./Mar. 2007, p. 33-37.

LOUSADA, Mariana. A evolução epistemológica do conceito de avaliação documental na arquivística e sua importância para a construção da memória. **Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação**. Brasília, v. 5, n. 2, 2012. Disponível em: <<http://seer.bce.unb.br/index.php/RICl/article/view/7967>>. Acesso em: 25 jul 2017.

LUIZ de Castro Faria: Acervo. Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: http://site.mast.br/hotsite_luizdecastrofarria/index.html. Acesso em 01 de janeiro de 2018.

MAST (Museu de Astronomia e Ciências Afins). **Acervo arquivístico**: Olympio da Fonseca. Rio de Janeiro, 2018a. Disponível em: http://site.mast.br/hotsite_acervo_arquivistico/olympio_fonseca.html. Acesso em 01 de janeiro de 2018.

MAST (Museu de Astronomia e Ciências Afins). **Acervo Arquivístico**: Henrique Morize. Rio de Janeiro, 2018b. Disponível em: http://site.mast.br/hotsite_acervo_arquivistico/henrique_morize.html. Acesso em 01 de janeiro de 2018.

MAST (Museu de Astronomia e Ciências Afins). **Acervo arquivístico**: Fernando de Souza Barros. 2018c. Disponível em: http://site.mast.br/hotsite_acervo_arquivistico/fernando_souza_barros.html. Acesso em: 01 de janeiro de 2018.

MAST (Museu de Astronomia e Ciências Afins). **Arquivo Lélio Gama**: inventário sumário. Rio de Janeiro: MAST, 1988.

MAST (Museu de Astronomia e Ciências Afins). **Arquivo Amoroso Costa**: inventário sumário. Rio de Janeiro: MAST, 1995.

MAST (Museu de Astronomia e Ciências Afins). **Arquivo Leopoldo Nachbin**: inventário sumário. Rio de Janeiro: MAST, 1997.

MAST (Museu de Astronomia e Ciências Afins). **Arquivo Feiga Rosenthal**: inventário sumário. Rio de Janeiro: MAST, 2000.

MAST (Museu de Astronomia e Ciências Afins). **Arquivo Bernhard Gross**: inventário sumário. Rio de Janeiro: MAST, 2001.

MAST (Museu de Astronomia e Ciências Afins). **Arquivo Alexandre Giroto**: inventário sumário. Rio de Janeiro: MAST, 2002a.

MAST (Museu de Astronomia e Ciências Afins). **Arquivo Bartyra Arezzo**: inventário sumário. Rio de Janeiro: MAST, 2002b.

MAST (Museu de Astronomia e Ciências Afins). **Arquivo Hervásio de Carvalho**: inventário. Rio de Janeiro: MAST, 2006.

MAST (Museu de Astronomia e Ciências Afins). **Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas no Brasil**: inventário. Rio de Janeiro: MAST, 2012.

MAST (Museu de Astronomia e Ciências Afins). **Arquivo Mário Amoroso**: inventário. Rio de Janeiro: MAST, 2014.

MAST/COPAD (Museu de Astronomia e Ciências Afins/Comissão Permanente de Aquisição e Descarte de Acervo). **Política de aquisição e descarte de acervos**. Rio de Janeiro: MAST, 2011. Disponível em: http://www.mast.br/images/pdf/politica_de_aquisicao_e_descarte.pdf. Acesso em 01 de janeiro de 2018.

MATSUURA, Oscar. **Entrevista** concedida por Oscar Matsuura ao projeto “A ciência que eu faço”. Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <http://site.mast.br/acienciaqueeufo/depoumentos.html>. Acesso em: 28 de jan. 2018.

MATSUURA, Oscar (Org.). **História da Astronomia no Brasil (2013)**. Recife: Cepe, 2014. (Volume 1).

MILLAR, Laura. Discharging our debt: the evolution of the Total Archives concept in English Canada. **Archivaria**, V. 46, fall 1998, p. 103-146. Disponível em: <http://archivaria.ca/index.php/archivaria/article/view/12677/13846>. Acesso em: 05 set. 2017.

MILLAR, Laura. The spirit of Total Archives: seeking a sustainable archival system. **Archivaria**, v. 47, spring 1999, p. 46-65. Disponível em: <https://archivaria.ca/index.php/archivaria/article/view/12697/13871>. Acesso em: 05 set. 2017.

MOMRYK, Myron. “National Significance”: The Evolution and Development of Acquisition Strategies in the Manuscript Division, National Archives of Canada. **Archivaria**, V. 52, fall 2001, p. 151-174. Disponível em: <http://archivaria.ca/index.php/archivaria/article/view/12819/14031>. Acesso em: 05 set. 2017.

MOURÃO, Ronaldo Rogério de Freitas. **Dicionário Enciclopédico de Astronomia e Astronáutica**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira/CNPq, 1987.

MULLER, S.; FEITH, J. A.; FRUIN, R. **Manual de arranjo e descrição de arquivos**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional. 1973.

NASCIMENTO, Maria Ivonete Gomes do; OLIVEIRA, Eliane Braga. As concepções teóricas de avaliação de documentos de arquivo na legislação brasileira. **Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação**, Brasília, v. 9, n. 1, p. 162-177, jan./jun.2016.

NEDEL, Letícia Borges. Da sala de jantar à sala de consultas: o arquivo pessoal de Getulio Vargas e os embates da história política recente. In: TRAVANCAS, Isabel; ROUCHOU, Joëlle; HEYMANN, Luciana (Org.). **Arquivos pessoais: reflexões multidisciplinares e experiências de pesquisa**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013, p. 131-163.

NEDEL, Letícia Borges. A guardiã da verdade. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.) **Memória e identidade nacional**. Rio de Janeiro: Editora FGV/Faperj, 2010, p. 125-158.

OLIVEIRA, Adilson Luiz Pereira de. **Dicionário jurídico de latim**. Editora Clube de Autores, 2007.

OLIVEIRA, Lúcia Maria Velloso de. **Descrição e pesquisa: reflexões em torno dos arquivos pessoais**. Rio de Janeiro: Móbile, 2012.

PEIXOTO, Celina Vargas do Amaral. **Entrevista** concedida a Celso Castro. Rio de Janeiro, 13 de abril de 2012. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/cientistassociais/celinavargas>. Acesso em: 01 de janeiro de 2018.

PEIXOTO, Celina Vargas do Amaral. **Entrevista** concedida a Renato Crivelli Duarte. Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 2017.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-215, jul. 1992. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1941>>. Acesso em: 01 de janeiro de 2018.

PROCESSO DE AQUISIÇÃO DO ARQUIVO AMOROSO COSTA/MAST. (Fundo "MAST" - Museu de Astronomia e Ciências Afins).

PROCESSO DE AQUISIÇÃO DO ARQUIVO BARTYRA AREZZO/MAST. (Fundo "MAST" - Museu de Astronomia e Ciências Afins).

PROCESSO DE AQUISIÇÃO DO ARQUIVO BERNHARD GROSS/MAST. (Fundo "MAST" - Museu de Astronomia e Ciências Afins).

PROCESSO DE AQUISIÇÃO DO ARQUIVO CASTRO FARIA/MAST. (Fundo “MAST” - Museu de Astronomia e Ciências Afins).

PROCESSO DE AQUISIÇÃO DO ACERVO HENRIQUE MORIZE/MAST. (Fundo “MAST” - Museu de Astronomia e Ciências Afins).

PROCESSO DE AQUISIÇÃO DO ARQUIVO LINS DE BARROS/MAST. (Fundo “MAST” - Museu de Astronomia e Ciências Afins).

PROCESSO DE AQUISIÇÃO DO ARQUIVO OLYMPIO DA FONSECA/MAST. (Fundo “MAST” - Museu de Astronomia e Ciências Afins).

PROCESSO RUSP Nº 67.1.107.31.8. **Gestão de acervos informacionais:** Compra do acervo Mário de Andrade. 1967. (Fundo “IEB” – Instituto de Estudos Brasileiros)

PROCESSO RUSP Nº 70.1.4263.1.6. **Gestão de acervos informacionais:** Doação do acervo Fernando de Azevedo. 1970. (Fundo “IEB” – Instituto de Estudos Brasileiros)

PROCESSO RUSP Nº 72.1.35794.1.5. **Gestão de acervos informacionais:** Compra do acervo Guimarães Rosa. 1972. (Fundo “IEB” – Instituto de Estudos Brasileiros)

PROCESSO RUSP Nº 81.1.2728.1.2. **Gestão de acervos informacionais:** Doação do acervo Graciliano Ramos. 1991. (Fundo “IEB” - Instituto de Estudos Brasileiros).

PROCESSO RUSP Nº 82.1.21056.1.7. **Protocolo de intenções:** de venda do acervo Sérgio Buarque de Holanda. 1987. (Fundo “IEB” - Instituto de Estudos Brasileiros).

PROCESSO RUSP Nº 87.1.14255.1.2. **Gestão de acervos informacionais:** doação do acervo Theon Spanudis. 1987. (Fundo “IEB” - Instituto de Estudos Brasileiros).

PROCESSO RUSP Nº 89.1.57318.1.8. **Gestão de acervos informacionais:** compra do acervo Pierre Monbeig. 1989. (Fundo “IEB” - Instituto de Estudos Brasileiros).

PROCESSO RUSP Nº 90.1.73.31.0. **Gestão de acervos informacionais:** doação do acervo Ernani Silva Bruno. 1990. (Fundo “IEB” - Instituto de Estudos Brasileiros).

PROCESSO RUSP Nº 92.1.34.31.6. **Gestão de acervos informacionais:** doação do acervo Waldisa Russio Camargo Guarnieri. 1992. (Fundo “IEB” - Instituto de Estudos Brasileiros).

PROCESSO RUSP Nº 96.1.23725.1.7. **Dispõe sobre a criação da Comissão de Acervos para definição de diretrizes para ampliação de acervos culturais notórios da USP** - (Portaria GR nº 3012 de 27/06/96. 1996. (Acervo “Arquivo Geral da USP”).

PROCESSO RUSP Nº 2006.1.211.31.9. **Gestão de acervos informacionais:** doação do acervo Raul de Andrada e Silva. 2006. (Fundo “IEB” - Instituto de Estudos Brasileiros).

PROCESSO RUSP Nº 2008.1.270.31.7. **Gestão de acervos informacionais:** doação do acervo Anita Malfatti. 2008. (Fundo “IEB” - Instituto de Estudos Brasileiros).

PROCESSO RUSP Nº 2010.1.394.31.0. **Gestão de acervos informacionais:** doação do acervo John Wilson da Costa. 2010. (Fundo “IEB” - Instituto de Estudos Brasileiros).

PROCESSO RUSP Nº 2010.1.395.31.7. **Gestão de acervos informacionais:** doação do acervo Freitas Valle. 2010. (Fundo “IEB” - Instituto de Estudos Brasileiros).

PROCESSO RUSP Nº 2010.1.396.31.3. **Gestão de acervos informacionais:** Doação do acervo Fernando Mendes de Almeida. 2010 (Fundo “IEB” - Instituto de Estudos Brasileiros).

PROCESSO RUSP Nº 2010.1.398.31.6. **Gestão de acervos informacionais:** doação do acervo Yolanda Mohaly. 2010. (Fundo “IEB” - Instituto de Estudos Brasileiros).

PROCESSO RUSP Nº 2010.1.399.31.2. **Gestão de acervos informacionais:** doação do acervo José Pancetti. 2010. (Fundo “IEB” - Instituto de Estudos Brasileiros).

PROCESSO RUSP Nº 2010.1.406.31.9. **Gestão de acervos informacionais:** doação do acervo Julieta de Godoy Ladeira. 2010. (Fundo “IEB” - Instituto de Estudos Brasileiros).

PROCESSO RUSP Nº 2010.1.407.31.5. **Gestão de acervos informacionais:** doação do acervo Osman Lins. 2010. (Fundo “IEB” - Instituto de Estudos Brasileiros).

PROCESSO RUSP nº 2012.1.173.31.6. **Gestão de acervos informacionais:** Doação do acervo Antonio de Alcântara Machado. 2012 (Fundo “IEB” - Instituto de Estudos Brasileiros).

PROCHASSON, Christophe. Atenção: verdade! Arquivos privados e renovação das práticas historiográficas. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 105-120, jul. 1998.

RANINCHESKI, Sonia. Entrevista com Robert Levine: a fala de um historiador brasileiro. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 7, n. 11, 1999, p. 07-13. Disponível em: <http://www.seer.ufrgs.br/index.php/anos90/article/view/6539/3891>. Acesso em: 01 de janeiro de 2018.

RIBEIRO, Fernanda; SILVA, Armando Malheiros da. **A Avaliação de Informação: uma operação metodológica**. 2004. Disponível em: <https://paginas.fe.up.pt/~lci/images/investigar/teoria_pratica001.pdf>, acesso em 25 jul 2017.

RIVERA, Alice (Org.). **Homenagem a Hervásio de Carvalho**. Rio de Janeiro: CBPF, 2000. p.26-30. (CBPF-CS 008/00). Disponível em: http://cbpfindex.cbpf.br/publication_pdfs/CS00800.2010_08_16_17_35_55.pdf. Acesso em 01 de janeiro de 2018.

RODRIGUES, Ana Célia. **Diplomática Contemporânea como fundamento metodológico da identificação de tipologia documental em arquivos**. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: <www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/.../TESE_ANA_CELIA_RODRIGUES.pdf>. Acesso em: 25 jul 2017.

RODRIGUES, José Honório. Apresentação da primeira edição brasileira: Theodore R. Schellenberg e a lição arquivística no Brasil. In: SCHELLENBERG, T. R. **Arquivos modernos: princípios e técnicas**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

RODRIGUES, José Honório. Prefácio. In: MULLER, S.; FEITH, J. A.; FRUIN, R. **Manual de arranjo e descrição de arquivos**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional. 1973, p. 09-10.

ROUSSEAU, Jean-Yves; COUTURE, Carol. **Os fundamentos da disciplina arquivística**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998.

SAA (Society of American Archivists). **Donating your personal or family records to a repository**. Disponível em: <https://www2.archivists.org/publications/brochures/donating-familyrecs>. Acesso em 18 set. 2017.

SCHELLENBERG, T. R. **Arquivos modernos: princípios e técnicas**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

SIARQ (Sistema de Arquivos da Unicamp). **Pesquisa**. Campinas, 2018. Disponível em: <https://www.siarq.unicamp.br/siarq/pesquisa.html>. Acesso em: 01 de janeiro de 2018.

SILVA, Maria Celina Soares de Mello e. **Entrevista** concedida a Renato Crivelli Duarte. Rio de Janeiro, 12 de dezembro de 2017.

SOARES, Bruno Brulon; CARVALHO, Luciana Menezes de; CRUZ, Henrique de Vasconcelos. O nascimento da museologia: confluências e tendências no campo museológico no Brasil. In: MAGALHÃES, Aline Montenegro; BEZERRA, Rafael Zamorano (Org.). **90 anos do Museu Histórico Nacional em debate (1922-2012)**. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2014, p. 244-262.

THIESEN, Icléia. **Memória Institucional**. João Pessoa: Editora UFPB, 2013.

TOGNOLI, Natália Bolfarini. **A contribuição epistemológica canadense para a construção da Arquivística contemporânea**. Dissertação (Mestrado em Ciência de Informação) – Universidade Estadual Paulista, Marília, 2010. Disponível em: <http://www.athena.biblioteca.unesp.br/exlibris/bd/bma/33004110043P4/2010/tognoli_nb_me_mar.pdf>. Acesso em 25 jul 2017.

TOGNOLI, Natália Bolfarini. **A construção teórica da Diplomática**: em busca de uma sistematização de seus marcos teóricos como subsídio aos estudos arquivísticos. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) -Universidade Estadual Paulista, Marília, 2013. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/103383/tognoli_nb_dr_mar.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 25 jul 2017.

TOLMASQUIM, Silvia Tiomno; AREZZO, Bartyra de Castro. Comentários sobre a interdisciplinaridade da física e físico-química. **Hist. ciênc. saúde-Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 647-687, dez. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702002000300009&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 01 de janeiro de 2018.

VASCONCELOS, Elaine (Org.). **Inventário do arquivo Pedro Nava**. Rio de Janeiro: AMLB/Fundação Casa de Rui Barbosa, 2001.

VASCONCELLOS, Eliane; XAVIER, Laura Regina (Org.). **Guia do acervo do Arquivo-Museu de Literatura Brasileira**. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2012. Disponível em: http://www.casaruibarbosa.gov.br/arquivos/file/amlb/005_RuiBarbosa_GuiaFundos_5p.pdf. Acesso em: 01 de janeiro de 2018.

VASQUEZ, Manuel. **Manual de seleccion documental**. Córdoba: s.e., 1983.

APÊNDICES

Apêndice 1

Roteiro para as entrevistas

Como se deu o seu ingresso na instituição e quais atividades desenvolvia?

Como ocorriam as entradas de arquivos pessoais na instituição nos primeiros anos de atividade?

Quem participava dos processos de negociação?

As incorporações ocorriam por iniciativa da instituição, de buscar os arquivos que pretendia incorporar, ou por iniciativa de titulares ou famílias que ofereciam seus arquivos?

Havia resistências por parte das famílias procuradas pela instituição para doarem seus arquivos, considerando ser essa uma prática pouco comum na época? Quais eram os argumentos utilizados para convencer as famílias?

Considerando o contexto incipiente dos arquivos pessoais neste período, ainda como um conceito em formação, como era compreendido pela área acadêmica a atividade de preservação de documentos pessoais como fontes de pesquisa?

A proposta de se dedicar à preservação de arquivos pessoais gerou resistência ou críticas por parte da comunidade acadêmica?

Apêndice 2

TERMO DE CESSÃO GRATUITA DE DIREITOS SOBRE DEPOIMENTO ORAL¹³⁰

CEDENTE: (**Nome do cedente**), (nacionalidade), (estado civil), (profissão), RG (número), CPF (número), domiciliada e residente na (endereço)_____

CESSIONÁRIO: **RENATO CRIVELLI DUARTE**, brasileiro, solteiro, servidor público estadual, RG: xxxxxxxxxxxxxxxx, CPF: xxxxxxxxxxxx, domiciliado e residente na xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

OBJETO: Entrevista gravada exclusivamente para uso da pesquisa de tese de doutorado **ARQUIVOS PESSOAIS: INSTITUCIONALIZAÇÕES E TRAJETÓRIAS**, de autoria de Renato Crivelli Duarte.

DO USO: Declaro ceder à pesquisa de tese de doutorado **ARQUIVOS PESSOAIS: INSTITUCIONALIZAÇÃO E TRAJETÓRIAS** sem quaisquer restrições quanto aos seus efeitos patrimoniais e financeiros, a plena propriedade e os direitos autorais do depoimento de caráter histórico e documental que prestei ao doutorando/entrevistador Renato Crivelli Duarte, para a pesquisa acima, sob orientação da Profª. Drª. Maria Leandra Bizello, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Faculdade de Filosofia e Ciências de Marília, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), campus de Marília, em XX/12/2017, no total de ____ minutos gravados.

(LOCAL), XX de dezembro de 2017.

NOME DO DEPOENTE/CEDENTE
Depoente/Cedente

Renato Crivelli Duarte
Entrevistador/Cessionário

¹³⁰ Não são reproduzidos os termos originais assinados pelos depoentes em função de conter informações pessoais que não podem ser publicadas. Assim, apresentamos o modelo do termo utilizado para autorizar as entrevistas e o uso exclusivo para esta pesquisa.